

O BEM-ESTAR NA CARNE

Um estudo antropológico sobre as relações entre humanos e animais a partir da categoria de "bem-estar animal"



Graciela Froehlich

Brasília, 2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

O bem-estar na carne

Um estudo antropológico sobre as relações entre humanos e animais a partir da categoria de “bem-estar animal”

Graciela Froehlich

Brasília

2016

O bem-estar na carne

Um estudo antropológico sobre as relações entre humanos e animais a partir da categoria de “bem-estar animal”

Graciela Froehlich

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Orientador: Guilherme José da Silva e Sá

Brasília, julho de 2016.

O bem-estar na carne

Um estudo antropológico sobre as relações entre humanos e animais a partir da categoria de “bem-estar animal”

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Aprovada por:

Prof. Dr. Guilherme José da Silva e Sá
PPGAS/Departamento de Antropologia – UnB

Prof^a Dra. Marcela Stockler Coelho de Souza
PPGAS/Departamento de Antropologia – UnB

Prof. Dr. Felipe Süssekind
PPGCIS/Departamento de Ciências Sociais – PUC/RJ

Prof. Dr. Felipe Ferreira Vander Velden
PPGAS/Departamento de Antropologia – UFSCar

Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves
PPGSOL/Departamento de Sociologia – UnB

Prof. Dra. Andressa Lewandowski (Suplente)
Departamento de Antropologia – UFSCar

Para a mãe, que com as suas linhas ensinou a costurar as minhas.

Para o pai, por colocar meus pés na terra.

Para a mana, por abrir caminhos e me dar exemplos.

Agradecimentos

Quero agradecer ao orientador e amigo Guilherme Sá que há mais de dez anos insiste e me incentiva a pesquisar e a escrever. Agradeço a Luciana pelos diálogos inspiradores e as meninas Luísa e Nina que tenho a felicidade de ver crescer. À Ely, que sempre me ofereceu palavras de incentivo. Ao Seu Gilberto e à Dona Glória que também acompanham a minha trajetória e oferecem o seu apoio.

Aos colegas que ingressaram no PPGAS/UnB em 2012, companheiros de tantas conversas: Júlia, Bruner, Martiniano, José, Rodrigo Rocha, Rodrigo Pádua, Fabiano, Lediane, Eduardo, Ízis, Cláudia, Francisco, Alexandre, Cassiane e Raíssa. Cassi, obrigada por nos presentear com o seu humor cáustico e inteligente, por ter as palavras certas para nos sacudir quando é preciso. Ledi, você é um exemplo para todas e todos nós, uma mulher batalhadora e guerreira. Martin, obrigada por sua generosidade e astral ímpares. Ízis, obrigada por estender a mão quando precisamos e por ser uma feminista tão aguerrida. À Júlia e ao Bruner agradeço por abrirem a sua casa e por me presentear com uma amizade afetuosa e compreensiva. Uma vez mais agradeço a Júlia, desta vez, por me apresentar aos seus pais Dona Lídia e Seu Jorge que tão carinhosamente me acolheram em sua casa em Tangará da Serra. A eles, meu mais profundo agradecimento.

Agradeço ao Rafael e a Cíntia pelo carinho da amizade e pela felicidade em ser madrinha de vocês. Vossa companhia é sempre um presente. Sara, obrigada pela serenidade e pela acolhida. Maíra, obrigada pelo carinho das palavras sensíveis e do ombro amigo cheio de amor. Agradeço ao pessoal do 301: Marco Martínez, Carlos Andrés, Gabriel Johann e José com quem dividi tantas alegrias e tensões. Agradeço à Isabel, à Mari e ao Caio, companheiros

de muitas risadas. Obrigada ao Márcio e à Liz pela companhia e pelo apoio. Minha gratidão também ao Valmir, por ter me recebido para fazer a seleção do doutorado pelos anos de amizade.

É preciso agradecer a vó Dudu, que me acolheu com tanto carinho e amor em sua casa no Rio de Janeiro. Obrigada pelo afeto em me chamar de neta e por me deixar te chamar de vó. Obrigada às suas filhas Lígia, Ana e Alda por me deixarem entrar nessa família tão maravilhosa e também ao Denis e seu grande senso de humor.

Meu muito obrigada ao pessoal do LACT, com quem esse pude discutir extratos desse trabalho: Guilherme Moura Fagundes, Eduardo Di Deus, Júlia Brussi, Simone Soares, Pedro Pires e Rafael Antunes Almeida. Ao Rafa, obrigada por ler diversos rascunhos e pelas preciosas sugestões ao artigo que se tornou um trecho dessa tese. Agradeço também à Natacha Leal pelas nossas conversas sobre o gado e suas gentes, pelas acolhidas em São Paulo e pela companhia tão agradável. À Ana Paula Perrota, surpresa querida dos direitos dos animais e pelas preciosas dicas no Rio de Janeiro.

Agradeço também aos membros da banca: Fabrício Monteiro Neves, Felipe Ferreira Vander Velden, Felipe Sússekind, Marcela Stockler Coelho de Souza e Andressa Lewandowski, que tão prontamente aceitaram o nosso convite. Meu agradecimento também ao professor Carlos Sautchuk pela leitura atenta de meu projeto de qualificação. Agradeço à secretaria do Departamento de Antropologia da UnB, que faz seu trabalho com dedicação e que nos recebe com muito carinho. Rosa, Cris, Carol, Jorge, Branca e Fernando, obrigada pela atenção e pela acolhida.

Obrigada Tainá por sua amizade tão incondicional. Agradeço suas palavras de incentivo, seus abraços fraternos e a segurança da sua companhia. Minha gratidão às poias Jusi e Rebeca que à distância acompanharam a tessitura dessa tese. Obrigada às novas

amizades no Rio, Tainá Moraes e Dani Balbi, pela acolhida e pela companhia sensível.

Agradeço ao Luciano, que abriu caminhos para que eu pudesse realizar minha pesquisa de campo no Mato Grosso e me levou para conhecer diversas fazendas naquele estado.

Meu muito obrigada ao pessoal das fazendas no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso. Sem o vosso acolhimento e paciência para conversar e me explicar sobre a pecuária essa pesquisa não teria acontecido. Obrigada também aos campeiros da Serra Gaúcha por me levarem pelas campereadas e por compartilharem comigo os vossos conhecimentos. No Mato Grosso, agradeço aos vaqueiros que também gentilmente me ensinaram sobre o manejo do gado e as lidas da fazenda. Um agradecimento especial à família Gomes, que tornou os meus domingos muito mais felizes e muito saborosos.

Meus agradecimentos também ao Imaflora, cujos diálogos foram determinantes na feitura dessa tese.

Agradeço aos meus pais por entenderem, respeitarem e apoiarem as minhas escolhas. Mana, obrigada por estar ao meu lado, por me escutar e por compartilhar sua vida comigo. Felipe, obrigada pela companhia agradável e pela ajuda com as traduções de meus trabalhos. Agradeço finalmente ao Rodrigo. É preciso muita paciência para ficar ao lado de uma “mulher em tese”. Obrigada por ilustrar a capa deste trabalho e por animar n(o) mundo dos desenhos. Obrigada por respeitar as minhas ausências, por acreditar no meu trabalho e por segurar a minha mão para entrar no mar.

Para a realização desta pesquisa foi imprescindível a concessão da bolsa de estudos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da qual fui beneficiária durante os quatro anos de Doutorado. A esta instituição, meus agradecimentos.

“O Homem das Neves abre os olhos, torna a fechá-los, abre de novo, fica com os olhos abertos. Ele teve uma noite horrível. Ele não sabe o que é pior, um passado que não pode recuperar ou um presente que irá destruí-lo se ele o olhar com bastante clareza. E ainda existe o futuro. Pura vertigem”. Margaret Atwood, em *Oryx e Crake*.

“Como já se compreendeu, confiar no capitalismo que se apresenta hoje como o 'melhor amigo da Terra', como 'verde', preocupado com a preservação e com a durabilidade, seria cometer o mesmo erro que o sapo da fábula, que aceita carregar um escorpião em suas costas para que ele atravesse um rio. Se ele o aferroasse, não se afogariam os dois?, o escorpião argumenta. Ele o aferroa, no entanto, e bem no meio das águas. Em seu último suspiro o sapo pergunta: 'Por quê?'. A que o escorpião, prestes a afundar, responde: 'é da minha natureza, não posso evitar'. É da natureza do capitalismo explorar as oportunidades, *ele não pode evitar*”. Isabelle Stengers, sobre viver “(n)o tempo das catástrofes”.

Resumo

FROEHLICH, Graciela. **O bem-estar na carne**: um estudo antropológico sobre as relações entre humanos e animais a partir da categoria de “bem-estar animal”. Brasília, 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Esta tese consiste em um estudo antropológico das relações entre humanos e animais norteadas pela categoria de “bem-estar animal”. No contexto deste trabalho, a expressão se refere à adoção de medidas que reduzam o sofrimento dos animais criados para fins alimentares, mais especificamente o gado de corte. A narrativa baseia-se no trabalho de rastrear as conexões evocadas por certificações de origem concedidas à carne bovina nas quais o respeito a normas de bem-estar animal figura como um dos requisitos obrigatórios. A partir dessas associações, pretende-se demonstrar como a categoria de bem-estar animal é acionada e articulada por diferentes agentes: nas fazendas de produção de gado de corte, no meio científico (o conceito de bem-estar animal utilizado pelas certificadoras é um conceito de base científica), de que forma é apropriada pelo mercado da carne bovina e pelos discursos em defesa dos direitos dos animais e do meio ambiente.

Palavras-chave: Relações humanos e animais; Pecuária; Bem-estar animal; Carne.

Abstract

FROEHLICH, Graciela. **O bem-estar na carne**: um estudo antropológico sobre as relações entre humanos e animais a partir da categoria de “bem-estar animal”. Brasília, 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

This thesis consists in an anthropological research about the relationship between humans and animals guided by the animal welfare category. In the context of this research, the expression refers to the adoption of measures that reduce the suffering of farm animals raised for food purposes, specifically beef cattle. The narrative is based on the work of tracking the connections evoked by origin certifications granted to beef in which one of the mandatory requirements is the respect for the animal welfare regulations. From these associations, I intend to demonstrate how the animal welfare category is triggered and articulated by different agents: in beef cattle breeding farms, by the scientific community (the concept of animal welfare used by the certifications is a scientific based concept), how it is appropriated by the beef market, and the discourse in defense of animal rights and the environment.

Keywords: Human animal relations; Livestock; Animal Welfare; Meat.

Lista de figuras

Figura 1: Marca do Selo *Rainforest Alliance* (Imaflora, 2010).

Figura 2: Marca do Programa de Boas Práticas Agropecuárias (BPA, 2013).

Figura 3: Material de Divulgação da Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB).

Figura 4: Material de Divulgação da *World Society for the Protection of Animals* (WSPA)

Figura 5: Mapa da Unidade Beatriz (confinamento). Fazendas Beira Alta, MT.

Figura 6: Os vaqueiros e a forma. Fazendas Beira Alta.

Figura 7: Planta baixa do curral da Unidade Beatriz (MT)

Figura 8: Seringa hidráulica. Fazendas Beira Alta.

Figura 9: Tronco de contenção. Fazendas Beira Alta.

Figura 10: Brete (tronco de contenção). Fazendas Casa Verde (RS)

Figura 11: Gráfico demonstrativo dos indicadores comportamentais de estresse no frigorífico (Ludtke et al, 2012: 102)

Figura 12: As necessidades humanas (Ludtke et al, 2012: 17).

Figura 13: Gráfico do Sistema Australiano de Avaliação de Carcaças Bovinas (Ludtke et al, 2012: 124)

Figura 14: Fluxograma da Cadeia Produtiva da Carne Bovina (Buainain e Batalha, 2007: 19)

Figura 15: *Printscreen* da seção “Rastreabilidade” da página da Aproccima.

Lista de Siglas e Abreviaturas

ABIEC – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes
ABRAFRIGO – Associação Brasileira de Frigoríficos
Aproccima – Associação dos Produtores Rurais dos Campos de Cima da Serra
APP – Área de proteção permanente
BPA – Boas Práticas Agropecuárias
CAFO – *Concentrated Animal Feeding Operation*
CEM – Centro Experimental de Manejo Racional e Produtivo
EEB – Encefalopatia Espongiforme Bovina
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAI – *Food Animal Initiative*
FAO – *Food and Agriculture Organization of the United Nations*
FAWC – *Farm Animal Welfare Council*
FAWAC – *Farm Animal Welfare Advisory Comitee*
GEE – Gases do Efeito Estufa
Grupo ETCO – Grupo de Estudos e Pesquisas em Etologia e Ecologia Animal
GUT – Grau de Utilização da Terra
GEE – Grau de Eficiência da Exploração
HFAC – *Humane Farm Animal Care*
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGBP – *International Geosphere-Biosphere Programme*
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
IMAFLORA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IPCC – *Intergovernmental Panel on Climate Change*
ISO – *International Organization for Standardization*
ITR – Imposto Territorial Rural
IATF – Inseminação Artificial por Tempo Fixo
LABEA – Laboratório de Bem-estar Animal
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OIE – Organização Mundial de Saúde Animal
OMC – Organização Mundial do Comércio
PETA – *People for the Ethical Treatment of Animals*
RAS – Rede de Agricultura Sustentável
RACTM – *Rainforest Alliance Certified*
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
REBEM – Recomendações de Boas Práticas de Bem-estar para os Animais de Produção e de Interesse Econômico
RIISPOA – Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal
SISBOV – Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos
SVB – Sociedade Vegetariana Brasileira
UA – Unidade Animal
WSPA – *World Society for the Protection of Animals*

Sumário

Introdução.....	15
Capítulo 1 – “Ele não fala assim, igual nós, mas ele, o olhar dele tá falando”.....	31
1. O Antropoceno e o contexto da crise ambiental.....	33
1. 2 Selos para a sustentabilidade.....	42
1.2.1 O Programa de Boas Práticas Agropecuárias (BPA).....	42
1.2.2 O selo <i>Rainforest Alliance</i> (RAC™).....	51
1.3 O boi, culpado ou inocente?.....	58
1.3.1 Carne para uns, cadáver para outros.....	62
1.4 “Boi não fala mas também não mente”.....	79
Capítulo 2 - “Não machuca o bife da dona Maria!”.....	86
2.1 Onde vivem os bois.....	86
2.1.1 As Fazendas Beira Alta.....	86
2.1.2 Pessoas.....	92
2.1.3 As Fazendas Casa Verde.....	94
2.1.4 Pessoas.....	100
2. 2 Vaqueiros e campeiros.....	104
2.2.1 Os vaqueiros e a forma.....	108
2.2.2 Os campeiros e as campereadas.....	113
2.3 Trabalho de curral.....	118
2.3.1 O trabalho com os bois: resistência e cooperação.....	124
2.3.2 O gado costeado e a memória do boi.....	133
2.4 Não é força, é jeito.....	136
2.5 Dia de treinamento.....	141
Capítulo 3 – Uma ciência entre a produção e o bem-estar dos animais.....	151
3.1 O Comitê Brambell.....	155
3.1.1 As 5 Liberdades e seus limites nas fazendas.....	161
3.2 Em busca do bem-estar perdido.....	167
3.3 Os animais de produção: indivíduos que sentem e sofrem.....	178
3.4 Animais estressados e o sofrimento <i>na</i> carne.....	185
3.5 Temple Grandin: uma antropóloga em marte.....	190
3.6 Adaptar os animais, adaptar os humanos.....	194

Capítulo 4 – O mercado da carne bovina e o bem-estar animal.....	200
4.1 Os animais e seu estatuto jurídico.....	202
4.1.1 O abate humanitário.....	207
4.2 Entre o boi e a carne, a carcaça.....	213
4.3 A cadeia produtiva da carne.....	221
4.4 Produzindo carnes diferenciadas.....	227
4.4.1 A carne <i>gourmet</i>	233
4.5 Do consumo de carne e seus riscos.....	242
4.6 Consumindo bem-estar.....	251
Considerações finais.....	257
Anexo 1. Classes e classificações.....	263
Anexo 2. Pelagens.....	266
Referências Bibliográficas.....	268

Introdução

Esta tese aborda a implantação de protocolos de “bem-estar animal” em fazendas de criação de gado de corte. Esta categoria diz respeito à adoção de medidas que visam reduzir o sofrimento dos animais criados para fins alimentares e, através de selos e certificações de origem, diferenciar os cortes de carne produzidos mediante princípios de bem-estar animal.

O Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo e seu rebanho é inferior apenas ao indiano¹, cuja criação não se destina à produção de carne. No território brasileiro o gado já superou o número de habitantes humanos: 212,34 milhões de reses em 2014 (IBGE, 2015). O sucesso da bovinocultura brasileira é celebrado pelos agentes da cadeia produtiva da carne, que preveem o crescimento de aproximadamente 40% para o mercado externo nos próximos dez anos (MAPA, 2015).

O entusiasmo dos números do agronegócio da carne, no entanto, tem sido contrabalançado pelo recrudescimento das críticas dirigidas à industrialização da pecuária e aos métodos empregados na produção de carne. O estabelecimento de uma “agenda anticarnívora” ganha força na atuação de organismos internacionais como a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) e o Greenpeace, bem como dos movimentos de defesa dos direitos dos animais que atuam em prol do vegetarianismo e do veganismo² (Lewgoy & Sordi, 2012). A *World Society for the Protection of Animals* (WSPA),

¹ É válido salientar que o rebanho comercial indiano é formado principalmente por búfalos. Conforme artigo do portal *Beefpoint*, especializado na cadeia produtiva da carne, 80% da carne produzida na Índia é de búfalos, o búfalo d'água, conhecido por *carabeef* (Disponível em: <http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/giro-do-boi/confira-artigo-especial-sobre-exportacoes-de-carne-bovina-da-india/>. Acesso em 25 de julho de 2016). A vaca é um animal sagrado para o hinduísmo, religião de aproximadamente 80% da população indiana, e seu abate para fins alimentares é vedado. Uma abordagem clássica, realizada do ponto de vista do materialismo cultural, pode ser encontrada em Harris (1966; 1974; 1978).

² Conforme Nunes (2010) o vegetarianismo pode ser definido “como um regime alimentar ou uma prática alimentar associado a uma filosofia de vida” (Nunes, 2010: 46). O veganismo, por sua vez, rompe os limites da

atualmente denominada *World Animal Protection*, organização não-governamental que atua no desenvolvimento e disseminação de práticas de bem-estar animal em fazendas e abatedouros, reputou como consequências da pecuária industrial a alta densidade de animais em regimes de confinamento, o crescimento forçado induzido pela administração de vitaminas e hormônios, a diminuição no número de trabalhadores e a crescente mecanização dos procedimentos (WSPA, 2007). A contribuição da pecuária no agravamento da crise climática³ é igualmente reconhecida por meio da poluição do ar e da água, da perda ou redução da biodiversidade, da erosão do solo, do desmatamento e da emissão de gases de efeito estufa (FAO, 2006). O avanço de áreas de pastagens sobre a Amazônia brasileira foi apontado pelo relatório *Livestock's Long Shadow* da FAO como a principal causa do seu desmatamento.

Os agentes do agronegócio brasileiro procuram reverter a imagem negativa da pecuária descrita em termos de exploração do trabalho humano, da crueldade com os animais e da devastação do meio ambiente⁴ (Lewgoy & Sordi, 2012). Tais acusações são recusadas pela indústria da carne e ressignificadas em expressões tais como “responsabilidade social”, “bem-estar animal” e “sustentabilidade ambiental”. Esses três elementos configuram o tripé no qual se assenta a oferta de alimentos “éticos”, a ser garantida ao consumidor por meio de selos e certificações de origem e qualidade.

alimentação para defender um modo de vida que não implique em sofrimento, “defendendo o abster-se do consumo de produtos de origem animal, o boicote às empresas que usam carne e pele de animais e abolição dos animais como propriedade” (Nunes, 2010: 25). Trabalhos como o de Nunes (2010), Ferrigno (2012) e Vilela (2013) reforçam o caráter eminentemente político do vegetarianismo e do veganismo associados aos movimentos de defesa dos direitos dos animais.

3 Sobre o papel da pecuária na crise climática e a atuação de organizações ambientalistas ver também o documentário *Cowspiracy* (2014).

4No contexto deste trabalho, a expressão “meio ambiente” refere-se ao universo objeto das ações de sustentabilidade ambiental dentro do chamado “capitalismo verde”. Tais iniciativas envolvem a preservação de rios e mananciais, florestas e biodiversidade, ecossistemas etc, apropriados como “recursos naturais”. Esse tópico será discutido no capítulo 1.

O relato que apresento nesta tese resulta do trabalho de *seguir* duas certificações atribuídas à carne bovina: o selo *Rainforest Alliance Certified™* (RAC™), conferido pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) e o certificado de Boas Práticas Agropecuárias (BPA), concedido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O selo RAC™ “diferencia as propriedades rurais que adotam boas práticas sociais, ambientais e de produção agropecuária, em suas atividades. Entre elas, estão a conservação dos recursos naturais e ecossistemas, a contribuição para o bem-estar da comunidade e o respeito ao trabalhador” (Imaflora, 2015: 20). O Programa Boas Práticas Agropecuárias (BPA) – Bovinos de Corte, é definido como “um conjunto de normas e de procedimentos a serem observados pelos produtores rurais, que além de tornar os sistemas de produção mais rentáveis e competitivos, asseguram também a oferta de alimentos seguros, oriundos de sistemas de produção sustentáveis”⁵.



Figura 2: Marca do Programa de Boas Práticas Agropecuárias (BPA, 2013)

Figura 1: Marca do Selo *Rainforest Alliance* (Imaflora, 2010)

A adesão aos protocolos é voluntária e as certificações são conferidas às propriedades rurais em função dos métodos empregados no processo produtivo. As fazendas que desejarem habilitar-se pelos programas devem solicitar auditorias que avaliam a adequação dos empreendimentos às exigências de cada protocolo. Aos produtores rurais a certificação é promovida como um mecanismo para aprimorar o gerenciamento das propriedades por meio

⁵Disponível em <http://cloud.cnpgc.embrapa.br/bpa/>. Acesso em 18 de maio de 2016.

do controle dos índices de produtividade e como uma ferramenta de diferenciação dos seus produtos no mercado.

Ambas as certificações denominam-se socioambientais e nesse escopo estão incluídas normas que visam a proteção de ecossistemas e da biodiversidade, os direitos dos trabalhadores e o bem-estar dos animais. Sob a rubrica de “sustentabilidade” os selos incorporam também a “sustentabilidade corporativa”, ou seja, a manutenção e o desenvolvimento das propriedades rurais e de suas atividades econômicas. Nesse sentido, as certificações participam do chamado “capitalismo sustentável” ou “verde”(D’Almeida, 2012; Sordi, 2013a), caracterizado pela incorporação da crítica ambientalista através de mecanismos paliativos e sua readequação em novos produtos disponibilizados no mercado.

Tanto na certificação RACTM quanto no BPA o respeito ao bem-estar animal figura como uma das exigências a serem cumpridas pelas propriedades rurais que desejarem rotular os seus produtos. O selo RACTM define o bem-estar animal da seguinte forma: “tudo o que for relativo ao conforto animal além da mera ausência de doença, para o completo estado de bem-estar físico. Considera o estado do corpo e mente de um animal e como reage ao ambiente, levando em consideração seu conforto, alojamento, tratamento, cuidado, nutrição, prevenção de doenças, cuidado responsável, manejo e eutanásia humanitária, quando necessário” (Imaflora, 2010: 77). No BPA, por sua vez, o “bem-estar animal” é definido a partir dos princípios regulamentados pela Organização Internacional de Saúde Animal (OIE), que visa “garantir condições que evitem fome, sede e desnutrição; garantir condições que evitem medo e angústia; garantir condições que evitem desconforto físico e térmico; garantir condições que evitem dor, injúrias e doenças; garantir condições que permitam as expressões normais de comportamento” (BPA, 2011: 37).

O conceito de bem-estar animal da OIE baseia-se na definição do *Farm Animal Welfare Council* (FAWC) da Inglaterra, que definiu em 1993 a observância de cinco liberdades básicas para que os animais vivam em condições de bem-estar⁶: os animais devem estar livres de medo e estresse; livres de fome e sede; livres de desconforto; livres de dor e doença e livres para expressar seu comportamento natural. Estas abordagens são tributárias do trabalho desenvolvido pelo Comitê Brambell instituído na Inglaterra em 1964 para avaliar as condições em que viviam os animais mantidos sob regimes intensivos de produção. Seu relatório é considerado o marco fundante da ciência do bem-estar animal (Paixão, 2005), definindo a expressão da seguinte forma: “*Welfare is a wide term that embraces both the physical and mental well-being of the animal*” (Brambell, 1965: 9). Desde os anos 1960 um número crescente de veterinários, zootecnistas e etólogos têm se debruçado sobre a definição de parâmetros de avaliação do sofrimento e de medidas para promover o bem-estar dos animais nas fazendas e nos abatedouros. A “Ciência do Bem-estar Animal” constitui um esforço multidisciplinar para desenvolver tecnologias e promover o desenvolvimento de práticas que atendam às necessidades básicas dos animais de produção, assim chamados aqueles animais criados para atender finalidades alimentares humanas, seja de leite, de carne ou de ovos.

O bem-estar animal é também objeto de disputa no universo dos direitos dos animais. Os movimentos que advogam na linha da libertação animal defendem o fim de todo e qualquer tipo de uso humano dos animais, seja para a produção de carne, de couro, de peles, de ovos ou de leite; para o entretenimento, os esportes, a tração ou ainda para a realização de experimentos científicos. Quaisquer práticas que impliquem em sofrimento aos animais devem ser abolidas. A polaridade entre os movimentos em prol de medidas de bem-estar e

⁶Além dos animais de consumo, há medidas e estudos científicos voltados ao bem-estar animal dos animais de companhia, para aqueles mantidos em cativeiro, nos zoológicos, e inclusive aos animais selvagens.

aqueles que reivindicam a libertação dos animais pode ser resumida na sentença de que “a verdade dos direitos animais requer jaulas vazias, e não jaulas maiores” (Regan, 2006: 12). Para os defensores que atuam nessa frente, as medidas de bem-estar animal institucionalizariam o antropocentrismo e as práticas cruéis implicadas na produção de animais para fins alimentares, não defendendo os direitos dos animais, mas sim o direito dos humanos em utilizá-los conforme os seus interesses.

Nas fazendas de gado de corte as práticas de bem-estar animal são associadas aos ideais de inovação técnica e tecnológica que pretendem modificar – *modernizando* – desde a estrutura física das fazendas com novos maquinários e equipamentos às práticas de gestão e o trabalho dos peões de manejo. São estes últimos os principais alvos dos treinamentos e capacitações em bem-estar animal, cujas práticas tidas como tradicionalmente agressivas e brutais devem dar lugar a formas mais “gentis” e “racionais” de trabalho com os animais. Por exemplo, os instrumentos de choque utilizados na movimentação dos animais devem ser substituídos por bandeiras de manejo que não implicam em contato/pressão contra o corpo dos bovinos. Os currais, locais em que o gado é vacinado e cadastrado, devem ser projetados de forma a evitar o estresse da passagem do rebanho por essa estrutura. Os trabalhadores das fazendas devem se manter alertas para ofertar água e alimentos de qualidade, inspecionar as condições de sombra, de calor e de ventilação dos ambientes, além de acompanhar o estado de saúde do rebanho.

A capacitação dos trabalhadores da indústria da carne bem como as palestras de sensibilização para os pecuaristas enfatizam também os prejuízos financeiros relacionados ao manejo inadequado do gado nas fazendas e abatedouros. Os hematomas e os ferimentos são porções extraídas das carcaças⁷ dos animais e descontadas do peso final pelo qual os

⁷Carcaça é o corpo do animal abatido, sem o couro, a cabeça e as vísceras. A carne é fruto do processamento posterior, quando a carcaça é cortada em pedaços menores destinados à alimentação.

pecuaristas são remunerados. Sob esse aspecto, estar atento ao bem-estar animal é também preservar a integridade das carcaças e a lucratividade das empresas.

A implementação de práticas que visam evitar o sofrimento dos animais criados para fins alimentares resulta de um investimento da indústria da carne na criação de produtos “diferenciados” pela percepção de um potencial mercado consumidor para produtos sustentáveis. Especialistas no agronegócio da carne, com os quais conversei durante a pesquisa de campo, defendem que o setor deve caminhar para o desenvolvimento de marcas de carne para agregar valor e tornar os seus produtos mais competitivos no mercado externo e interno. A demanda por produtos cárneos produzidos em sistemas sustentáveis é considerada um nicho de mercado em potencial e a cadeia produtiva da carne trabalha na possibilidade de critérios de bem-estar animal atuarem futuramente como barreiras comerciais não tarifárias para os produtos brasileiros (Oshiai, 2012).

Em termos econômicos, o selo de bem-estar animal é considerado como um distintivo que agrega valor ao produto final carne e origina produtos *diferenciados*. De acordo com Molento, “à medida que a sociedade passa a reconhecer o sofrimento animal como um fator relevante, pode-se inferir ao bem-estar animal (BEA) um valor econômico. Ao entrar o mundo da economia, o BEA passa a ser parte integrante dos cálculos do valor econômico dos produtos de origem animal” (2005: 1). No caso da carne bovina, a diferenciação pode se dar pela criação de animais de raças de maior valor comercial, que produzem carne mais precocemente, com maior maciez e marmoreio⁸ e/ou criados de forma *racional* e abatidos *humanitariamente*. Humanitário e racional são os adjetivos utilizados para qualificar o padrão de tratamento e as inovações técnicas – cientificamente orientadas – relacionadas ao bem-estar animal. O qualificativo humanitário refere-se ao modelo de abate a ser empregado pelos

⁸Marmoreio é uma característica das carnes bovina e suína que se refere à quantidade de gordura intramuscular acumulada nos cortes de carne. Quanto maior o marmoreio, maior a maciez e a suculência da carne.

frigoríficos desde a recepção dos animais até a operação de sangria⁹, e objetiva minimizar o estresse dos momentos que antecedem a morte. Racional é um adjetivo vinculado ao tipo de manejo a ser dispensado aos animais. É racional o manejo que renuncia o uso da força física e de métodos violentos na condução dos animais e na realização das rotinas de vacinação, cadastramento, embarque e transporte dos animais. Dessa forma, não apenas o produto em si, mas também seu método de fabricação passa a ser importante no processo de diferenciação das mercadorias:

No princípio, a certificação foi entendida como um simples mecanismo de padronização, para facilitar o comércio internacional. A ISO (Organização Internacional para a Padronização) foi criada com esse fim, para obter medidas e produtos iguais. Assim, parafusos, fabricados na Índia, encaixam-se, perfeitamente, em porcas chilenas, numa linha de montagem instalada no Canadá. Vale destacar, nessa direção, que a Organização Mundial do Comércio (OMC) não distingue a forma de produção de qualquer mercadoria. Para essa entidade, pouco importa se uma banana foi produzida pela destruição de florestas tropicais no Equador, ou com insumos orgânicos na Guatemala (Pinto, 2012: 12).

Atualmente, a *International Organization for Standardization* (ISO), no seu selo “ISO 26000”, incluiu o respeito ao bem-estar dos animais na esfera de responsabilidades sociais das empresas que buscam sua certificação. Inspeção, certificação e, por fim, etiquetamento, são as etapas que garantirão ao consumidor, especialmente urbano e que não pode se deslocar até as unidades produtivas, as qualidades sanitária e ética necessárias a seu alimento. Embora a rotulagem de produtos não seja uma ferramenta de mercado recente, a novidade que esses selos apresentam está na incorporação de aspectos éticos em sua mensagem. Novos nichos de mercado se abrem com a percepção de consumidores que buscam alimentos caracterizados como éticos e sustentáveis.

⁹A sangria é feita com o corte dos grandes vasos que se localizam no pescoço dos animais. No âmbito do bem-estar animal, somente é permitida após insensibilização prévia, como veremos no capítulo quatro.

Em relação ao consumo de produtos cárneos, uma dupla dissociação – espacial e simbólica – tem sido abordada como a característica marcante da indústria da carne. Tem-se, por um lado, um distanciamento físico entre os produtores de carne e os seus consumidores urbanos, afastados das fazendas que criam os animais e dos frigoríficos que os abatem. Esse movimento caracteriza a produção de carne desde meados do século XIX, quando da instalação dos primeiros frigoríficos na cidade de Chicago. Best-sellers como ‘País *Fast Food*’, de Eric Schlosser (2001) e ‘O Dilema do Onívoro’, de Michael Pollan (2007) buscam retratar o que está ‘por trás’ de um hambúrguer da rede McDonalds e dos vários produtos que se encontram nas prateleiras do supermercado. As obras partem de uma pergunta aparentemente simples: “qual a origem destes alimentos?” e demonstram a complexidade crescente das transformações sofridas na produção de alimentos, na medida em que ela se torna cada vez mais industrial, inclusive e especialmente a criação de animais.

Por outro lado, diversos estudos (Dias, 2009; Sordi, 2013a; Fitzgerald, 2015; Wilkie, 2010) têm chamado a atenção para a ruptura entre a carne e o animal que a ela deu origem. Os cortes encontrados nos supermercados, sejam eles picanhas, filé-mignon ou alcatras pouco lembram que tais fragmentos de carne já foram, antes disso, bezerros, vacas e bois. Salsichas, presuntos e mortadelas pouco representam os animais que estão nelas embutidos. Quando muito há alguma figura nos rótulos, comumente de caráter cômico, fazendo referência a frangos, bovinos ou suínos, termos industriais para as galinhas, os bois e os porcos. Há que se ressaltar, na contramão desse afastamento, o trabalho da militância em favor de direitos aos animais que, utilizando ferramentas como as redes sociais na internet, têm produzido grande quantidade de material de divulgação acerca das condições precárias de vida nas granjas e do abate de animais nos frigoríficos.

A partir deste quadro, algumas perguntas podem ser delineadas. Poderia um selo que incorpora medidas de bem-estar animal ser considerado uma tentativa de reconexão entre a carne e o animal? O que torna e o que caracteriza um produto diferenciado por suas características de sustentabilidade? Qual a concepção de ética implicada em uma concepção tal como “carne ética”?

Partindo da definição do social como “um movimento peculiar de reassociação e reagregação” (Latour, 2012: 25), o esforço realizado nesta pesquisa consistiu em “seguir os selos” e rastrear as conexões por eles sugeridas. Inspirada em Latour (2012), entendi que seria necessário conectar o bem-estar animal aos demais agentes heterogêneos com os quais ele se relaciona. Nesse espírito, a tese reúne debates sobre os direitos dos animais e a crise climática, a criação de gado de corte e o cotidiano de trabalho nas fazendas, a definição de conceitos científicos de bem-estar animal e a criação de um mercado consumidor para a carne certificada. Dada a complexidade e a miríade de relações nas quais uma categoria como a de bem-estar animal se insere, “a última coisa a fazer seria limitar de antemão a forma, o tamanho, a heterogeneidade e a combinação de associações” (Latour, 2012: 31). O texto disponível nessa tese é assim fruto do trânsito entre diferentes agentes e diferentes escalas nas quais o “bem-estar animal” é pesquisado, defendido, regulamentado, implantado, enfim, experimentado.

Seguindo os selos, busquei as fazendas de produção de gado de corte nas quais os protocolos são aplicados e os produtos reconhecidos pela certificação. As Fazendas Beira Alta¹⁰, no Mato Grosso, são chanceladas pelo selo *Rainforest Alliance Certified*TM e são formadas por quatro unidades dedicadas à pecuária de ciclo completo, ou seja, realizam a cria, a cria e a engorda do gado. Durante a minha pesquisa de campo permaneci na unidade

¹⁰Utilizo nomes fictícios para as fazendas e para os interlocutores desta pesquisa.

Beatriz em Tangará da Serra (MT), onde a engorda dos animais é realizada em regime de confinamento. Nesta, vivem os gerentes locais e o capataz, além dos estagiários que ocupam um alojamento especialmente a eles destinado¹¹. Outras duas unidades adjacentes dedicam-se à recria, onde vivem os bovinos no período entre a desmama e a engorda. A unidade em que ficam as vacas matrizes, os touros e onde nascem os bezerros localiza-se em Juruena, distante 700 km de Tangará da Serra.

Desde a década de 1990 a fazenda opera com protocolos de certificação para os seus produtos e a preocupação de seus administradores com temas tais como a inovação, a tecnologia e o gerenciamento a credenciam como uma “empresa de pecuária”. Afirmar-se como tal implica uma oposição às “fazendas tradicionais” caracterizadas por métodos de manejo considerados arcaicos e baixa eficiência produtiva. O treinamento em manejo racional para os trabalhadores faz parte dessa perspectiva adotada pela empresa e integra as exigências da certificação RACTM. Em média, as fazendas comercializam anualmente cerca de 35 mil animais¹² a partir dos 32 mil hectares de suas quatro unidades, e sua produção destina-se ao mercado interno e externo. Para sustentar o selo, a fazenda comercializa com um frigorífico também certificado pela RAS, que está igualmente autorizado a exportar os seus produtos.

A outra fazenda em questão nesta tese, a Fazenda Casa Verde, é certificada pelo Programa de Boas Práticas Agropecuárias (BPA) da Embrapa e localiza-se no município de Campestre da Serra, no Rio Grande do Sul. Ela integra a Associação dos Produtores Rurais dos Campos de Cima da Serra (Aproccima), que reúne produtores da região serrana com a finalidade de fortalecer a cadeia local de produção de carne bovina e ovina, além de fomentar o turismo rural nas propriedades associadas.

¹¹Quando estava em minha segunda temporada em pesquisa de campo a fazenda trabalhava na construção de um alojamento para os vaqueiros. Como descrevo adiante, os vaqueiros vivem na comunidade próxima e se deslocam diariamente para a fazenda de motocicleta.

¹²Somando-se os animais reprodutores e aqueles em período de lactação, as quatro unidades mantêm cerca de 60 mil animais.

A Fazenda Casa Verde, que totaliza 5 mil hectares, é subdivida em duas unidades, a Margarida e a Hortênsia. O gado é criado somente na primeira dessas unidades, visto que a segunda, ainda durante minha pesquisa de campo, deixou de abrigar rebanhos para receber lavouras de milho e de soja. A substituição de áreas de pastagens pelas lavouras tem crescido na região em função da maior rentabilidade a curto prazo representada pela monocultura de grãos. A unidade Margarida realiza o ciclo completo de cria, recria e engorda, esta última realizada tanto em pastagens quanto em confinamento. Esta unidade também abriga a sede e os alojamentos dos funcionários¹³ e estagiários.

Diferentemente das Fazendas Beira Alta, a Fazenda Casa Verde volta a sua produção para o mercado local. A escala produtiva também é menor e durante minha pesquisa de campo a fazenda criava cerca de 2 mil animais. A atmosfera de trabalho é mais familiar e menos empresarial, embora a perspectiva da administração seja de um investimento mais rigoroso neste sentido. A adequação ao Programa de Boas Práticas Agropecuárias (BPA) aparece nesse contexto, na medida em que sugere um gerenciamento mais criterioso dos processos produtivos, além do atendimento às legislações ambiental, trabalhista e de bem-estar animal. Paralelamente à certificação socioambiental a fazenda trabalha no desenvolvimento de carnes “gourmet” ou “premium”, produzidas a partir de animais igualmente “especiais”: mais jovens, de conformação racial específica e dieta balanceada.

Nestas fazendas realizei seis meses de trabalho de campo, cerca de três meses em cada uma delas. No Mato Grosso o período foi dividido em duas etapas, a primeira em junho/julho de 2014 e a segunda em maio de 2015. No Rio Grande do Sul, o período se estendeu entre os meses de fevereiro a abril de 2015. Em ambas realizei entrevistas com administradores, veterinários, vaqueiros e campeiros, em um total de 13 interlocutores. De forma associada aos

13 À época de minha pesquisa de campo, havia seis trabalhadores envolvidos diretamente com o trabalho com o gado. Os trabalhadores da lavoura são terceirizados e a quantidade oscila entre os períodos de plantio e colheita.

períodos de permanência em campo nas fazendas, participei de treinamentos, palestras, congressos e conferências que abordavam o tema do bem-estar animal sob diferentes pontos de vista. Acompanhei também uma disciplina de bem-estar animal junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Animais da Universidade de Brasília ainda no início da pesquisa, o que contribuiu para o mapeamento das abordagens e das pesquisas realizadas no Brasil. Ali, fui informada sobre um evento que reuniria importantes pesquisadores do Brasil e do exterior, principalmente das áreas de veterinária e zootecnia, cujas pesquisas estão concentradas em bem-estar animal. O Workshop Internacional de Bem-Estar dos Animais de Produção realizou-se na cidade de São Pedro (SP) entre os dias 11 e 13 de junho de 2013, e abordou a importância da implantação de práticas de bem-estar animal para atingir o mercado externo, especialmente o europeu, as pesquisas recentes e as tecnologias que estão sendo desenvolvidas para melhorar as condições de vida dos animais criados para fins alimentares.

As regulamentações legais do ordenamento jurídico brasileiro referentes aos animais, foram tema do encontro “Enfoque Político-Jurídico da Defesa dos Animais Criados para Consumo” realizado em Brasília, nos dias 29 e 30 de agosto de 2013. Organizado pela Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), as palestras e debates abordaram o estatuto jurídico dos animais ditos de consumo, e deixaram bastante evidentes as diferentes posturas entre bem-estaristas e libertacionistas no que tange à defesa dos direitos dos animais.

As controvérsias entre essas duas perspectivas foram aprofundadas em outros dois eventos posteriores, cujos debates estavam concentrados em torno da bioética: o “III Congresso Brasileiro de Bioética e Bem-Estar Animal – Senciência e Bem-estar animal: Expandindo Horizontes” realizado em Curitiba no mês de agosto de 2014, e o “IV Congresso Mundial de Bioética e Direitos dos Animais: Pós-humanismo: desafios e perspectivas”, realizado em Brasília, também no mês de agosto de 2014.

Ainda em 2014, participei de um treinamento em bem-estar animal que integrava um dos módulos do curso “O Bem-Estar na Fazenda: Economia, Ambiente e Ética na produção de alimentos, madeira e biomassa” na cidade de Jaboticabal (SP). O treinamento, com duração de um dia, aconteceu na sede da fazenda experimental da *Food Animal Initiative* (FAI) no Brasil e contou com uma aula teórica e outra prática, esta última, realizada no curral da fazenda.

Diante disso, percebe-se que a categoria “bem-estar animal” aglutina e reúne atores que se empenham em defini-la, transformá-la em bandeira política, implantá-la em fazendas de criação de gado e criarem um mercado consumidor para os produtos por ela caracterizados. De um lado, o tema do bem-estar animal mobiliza cientistas e pesquisadores a definirem e darem conteúdo ao conceito. Por outro, ele é apropriado pelo Estado e pelos agentes da cadeia produtiva da carne, conectando-o às suas necessidades e interesses. Acompanhando um movimento crescente nas preocupações com as formas humanas de relação com os animais e o meio ambiente, o bem-estar animal se inscreve no universo das disputas pelos direitos dos animais e nos debates sobre as mudanças climáticas. Inspirada em Latour (2012), preocupei-me com as diferenças produzidas pela categoria de bem-estar animal ao transitar entre debates científicos, de militância ecológica, entre administradores de fazendas – ou empresas de pecuária – e seus trabalhadores. Pensando nesses diferentes percursos e agentes, a tese foi dividida em quatro capítulos.

No primeiro capítulo a perspectiva de sustentabilidade ambiental trazida pelas certificações é tensionada pela noção de Antropoceno, termo utilizado para definir o advento de uma nova era geológica na qual a pressão antrópica é considerada o maior vetor das transformações geológicas e ecológicas. Os argumentos dos pecuaristas na defesa de suas atividades produtivas e na sua adesão aos protocolos são pensados também em contraposição

aos pressupostos dos movimentos de libertação animal, que reivindicam outro modelo de relação com os animais e com o meio ambiente.

O segundo capítulo apresenta uma descrição das fazendas nas quais realizei minha pesquisa de campo e as apropriações do bem-estar animal realizadas por seus trabalhadores: vaqueiros, como são chamados no Mato Grosso, e campeiros, assim denominados no Rio Grande do Sul. O cotidiano de trabalho com o gado de corte é caracterizado nas rotinas de vacinação e cadastramento dos animais realizadas no curral e na verificação das condições de saúde do rebanho realizadas nas pastagens e nos confinamentos. O trabalho com o gado é elaborado numa equação entre “força” e “jeito”, no qual os saberes advindos das capacitações em bem-estar animal são associados à possibilidade de ludibriar os animais, fazendo-os, assim, cooperarem com o trabalho humano.

Os treinamentos de bem-estar animal para os trabalhadores das fazendas e os parâmetros utilizados pelas certificações estão pautados em conhecimentos científicos sobre bem-estar animal. No terceiro capítulo, dedico-me a pensar sobre os pressupostos da Ciência do Bem-Estar Animal, enfatizando os seus desdobramentos nas fazendas de criação de gado de corte. São centrais nessa discussão o desenvolvimento de conceitos como estresse e sciência, a aplicação de indicadores para mensurar o conforto e o sofrimento dos animais, bem como às referências a uma “vida natural” como sinônimo de bem-estar. A partir desse debate pretendo demonstrar como são definidas as necessidades dos animais e como elas são articuladas às perspectivas de produtividade e lucratividade dos empreendimentos pecuários.

No capítulo 4 disserto sobre as certificações no mercado da carne bovina. Partindo das regulamentações legais sobre o bem-estar animal e o abate humanitário, reflito sobre a centralidade das carcaças na criação dos animais e na produção de carne. Nessa seara, os selos buscam caracterizar carnes “diferenciadas”, que se distinguem das demais por se originarem

de fazendas que criam os animais respeitando o seu bem-estar, o meio ambiente e os seus trabalhadores. Por fim, reflito sobre os riscos associados ao consumo de carne bovina, aventando a possibilidade de que temas como bem-estar animal e sustentabilidade ambiental configurem “novos riscos” relacionados à produção e ao consumo de carne.

As relações entre humanos e animais balizadas por protocolos de bem-estar são atravessadas por questões econômicas, éticas e políticas em que os animais produzidos para fins alimentares estão no centro do debate. Do ponto de vista que adotei para esta tese, os “animais de produção” – o gado, os frangos e os suínos de corte – são participantes ativos de uma série de relações sociais técnico-humano-animais (Candea, 2010) que descrevo e problematizo ao longo do texto que segue.

Capítulo 1 – “Ele não fala assim, igual nós, mas ele, o olhar dele tá falando”

Conforme já apontado por outros estudos (D’Almeida, 2012; Sordi, 2013a) o bem-estar animal se insere no quadro mais amplo de um modelo de desenvolvimento capitalista recente, qualificado como “sustentável”, ou “verde”. Preocupações ecológicas, norteadas por perguntas do gênero “o que deixaremos para as gerações futuras?”, têm ocupado o centro dos debates políticos pela iminência do desaparecimento dos chamados “recursos naturais” hoje considerados vitais para a manutenção do estilo de vida ocidental. Pela expressão “recursos naturais”, entenda-se um modo específico de apropriação da natureza que a torna passível de ser manejada e explorada economicamente, na qual os seres não humanos são utilizados como objetos ou instrumentos. O esgotamento dos solos, do estoque de peixes do oceano, assim como as reservas de minérios e petróleo, apenas para citar alguns exemplos, são objeto de crescente preocupação entre ambientalistas, cientistas, políticos e consumidores ao redor do mundo.

Nesse sentido, uma pergunta que vem sendo dirigida aos pecuaristas questiona a possibilidade de criar animais e a partir deles, produzir carne, sem agredir o meio ambiente. As respostas a essa pergunta são diferentes, e oscilam entre um polo que nega a crise ambiental e, portanto não vê motivos para se alterarem os sistemas de produção intensivos e outro, que sustenta a realidade das mudanças climáticas e defende ou a abolição da criação de animais para o consumo humano, ou alterações mais pontuais que preservem as atividades produtivas relacionadas à criação de animais para sua transformação em alimento.

Uma forma encontrada pela pecuária para responder afirmativamente às demandas por sustentabilidade ambiental na produção de carne são as certificações BPA e RACTM com que ambas as fazendas em que realizei meu trabalho de campo – a Fazenda Casa Verde no Rio Grande do Sul, e as Fazendas Beira Alta no Mato Grosso, respectivamente – operam. Em cada uma delas, preocupações particulares trataram de evidenciar as tensões existentes entre, por um lado, a conservação ou preservação¹⁴ do meio ambiente, e, por outro, a (alegada) necessidade, de produzir alimentos (carne) em qualidade e quantidade suficientes para abastecer seus respectivos mercados. O respeito e a promoção de bem-estar aos animais, por meio de um manejo gentil e da adequação das instalações às necessidades dos animais, configura uma das exigências destas certificações.

Neste capítulo inicial busco alinhar as discussões pertinentes às relações entre a pecuária e o meio ambiente, pensando de que forma determinadas ideias de bem-estar animal adentram nessa equação. O gatilho para essa discussão está no fato de que as certificações às quais as fazendas se filiam abordam, sob a rubrica da sustentabilidade, tanto a eficiência da atividade produtiva, quanto à preservação do meio ambiente, além do respeito ao bem-estar animal. Para tanto, as reflexões deste capítulo têm como ponto de partida as discussões acerca das mudanças climáticas a partir das problemáticas colocadas pela ideia de Antropoceno, termo proposto para denominar uma nova era geológica na qual a atividade humana é considerada o vetor das transformações na ecologia e geologia da Terra. Em seguida, me concentro nos protocolos aos quais as fazendas se filiam e no discurso dos pecuaristas para fundamentar sua adesão aos mesmos, bem como suas argumentações a respeito da questão ambiental. O discurso de diferentes correntes dos movimentos de libertação animal aparece

14 Os termos preservação e conservação ambiental dizem respeito a propostas distintas de relação com a natureza. O primeiro termo reporta-se a práticas e posturas ideológicas que defendem a não interferência humana no universo natural, ao passo que a conservação refere-se ao “uso racional” e à “sustentabilidade” na utilização dos recursos.

neste capítulo em função de trazerem um vigoroso contraponto ao modelo de sustentabilidade proposto pelos agentes que defendem a manutenção das atividades pecuárias e, conseqüentemente, a manutenção do consumo de carne. Além disso, meu objetivo ao problematizar esse contraste é evidenciar diferentes concepções acerca dos direitos dos animais, discutindo seus principais pressupostos e suas diferentes vertentes.

1. O Antropoceno e o contexto da crise ambiental

A atual era geológica é formalmente denominada de Holoceno¹⁵, nome atribuído ao período pós-glacial. Entretanto, um grupo cada vez maior de cientistas e acadêmicos vêm propondo a caracterização do Antropoceno como o período que irá substituí-lo. A pertinência da denominação efetiva de Antropoceno será deliberada no próximo Congresso Internacional de Geologia, em agosto de 2016, na cidade de Cape Town, na África do Sul. O argumento dessa proposta questiona a possibilidade de a Terra ser capaz de regular as mudanças climáticas e manter um determinado equilíbrio entre suas forças – a exemplo do que acontecia no Holoceno. Nessa nova era geológica, o Antropoceno, as intervenções humanas, que vão desde o uso de combustíveis fósseis e à agricultura em escala industrial, podem levar a um estado de danos irreversíveis das condições de vida na Terra (Rockström, 2009).

O modelo de produção e consumo capitalista está na base das críticas de um conjunto de reflexões em torno do advento de uma nova era geológica, o Antropoceno. O termo foi proposto pela primeira vez pelo químico atmosférico Paul J. Crutzen em uma pequena publicação em parceria com o especialista em ciência marinha Eugene F. Stoermer, *The Anthropocene*, publicado no boletim informativo do IGBP (Crutzen e Stoermer, 2000). O termo Antropoceno é apropriado para a época atual, segundo os autores, por fazer referência

¹⁵A duração do Holoceno é estimada em 10 a 12 mil anos.

direta aos impactos das atividades humanas (como o esgotamento dos combustíveis fósseis, a extinção de espécies animais e vegetais e o derretimento das calotas polares) na ecologia e na geologia, impactos esses que para Crutzen e Stoermer, serão sentidos ainda por milhares de anos.

O marco temporal, embora esteja ainda em discussão, tende a assinalar que o início dessa nova era geológica estaria situado no século XVIII, em função do advento da Revolução Industrial e do aumento nas concentrações de gás metano e dióxido de carbono na atmosfera (Crutzen, 2002). A partir deste momento, cresce em rapidez e intensidade a pressão humana sobre o Sistema Terra¹⁶, através da construção de barragens, da transposição do leito dos rios, da exploração humana de quase 50% da superfície terrestre, do desmatamento das florestas tropicais, da fixação de nitrogênio no solo pela agricultura, do uso de combustíveis fósseis e do uso indiscriminado de água potável (Crutzen, 2002). Crutzen faz menção a outro tema delicado que é o próprio crescimento demográfico, aparentemente insustentável, que prevê que a população humana alcance os 10 bilhões de habitantes ainda neste século.

Um quadro interessante – tanto quanto preocupante – da crise é oferecido no volume 461 da revista *Nature*, em 24 de setembro de 2009. Os autores, ligados ao *Stockholm Resilience Centre* e coordenados por Johan Rockström, distinguiram nove processos biofísicos do Sistema Terra, os quais, se forem ultrapassados os seus limites, podem colocar em risco as condições de vida humana e animal na Terra. São eles: a acidificação dos oceanos, a poluição química, a mudança no uso do solo, a depleção do ozônio estratosférico, o uso de água doce, a taxa de aerossóis atmosféricos, a interferência nos ciclos de nitrogênio e fósforo,

¹⁶Segundo o *International Geosphere-Biosphere Programme* (IGBP), o conceito de Sistema Terra refere-se à interação entre processos químicos, físicos e biológicos da Terra. É formado pelo solo, a água, a atmosfera e os polos, e inclui ciclos como os da água, do nitrogênio, do carbono e do fósforo. A vida humana, em nossos sistemas sociais e econômicos, é também entendida como parte integrante do Sistema Terra. Disponível em: <http://www.igbp.net/globalchange/earthsystemdefinitions.4.d8b4c3c12bf3be638a80001040.html>. Acesso em 24 de maio de 2016.

a diminuição da taxa de biodiversidade e a mudança climática. Tais processos são interdependentes e a falência de um coloca em risco também os outros. Contudo, os pesquisadores alertam que três desses processos – a interferência nos ciclos de nitrogênio e fósforo, a diminuição da taxa de biodiversidade e a mudança climática – já teriam atingido o seu limite.

Os relatórios do Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas (IPCC) também apontam conclusivamente para os perigos das mudanças climáticas, embora suas projeções sejam mais moderadas. Quanto ao aquecimento global, por exemplo, o *Summary for Policymakers* de 2013 é assertivo: “o aquecimento do sistema climático é inequívoco e, desde os anos 1950, muitas das mudanças não têm precedentes em décadas ou milênios” (IPCC, 2013: 2). O relatório também afirma que as concentrações atmosféricas de metano, dióxido de carbono e óxido nitroso aumentaram em níveis nunca registrados nos últimos 800 mil anos.

Para Danowski e Viveiros de Castro (2014), este panorama crítico coloca-se justamente em contraposição às perspectivas de crescimento ilimitado que o ocidente há muito tempo se coloca. Na medida em que as ações deletérias embora localizadas tenham impactos no sistema global, as iniciativas individuais de mitigação parecem não surtir os efeitos desejados (Danowski e Viveiros de Castro, 2014). A possibilidade do fim, não só dos chamados recursos naturais, mas também da própria espécie humana, nos coloca diante de uma situação que parecia estar fora do escopo histórico projetado pelo ocidente. Na opinião dos autores, não somente as ciências naturais estariam registrando e analisando o que chamam de “deriva do mundo”. A literatura, o cinema e a própria metafísica, a sua maneira, documentam o momento crítico presente e o futuro que ele desenha.

A ideia de que nossa espécie é de aparição recente no planeta, que a história tal como a conhecemos (agricultura, cidades, escrita) é mais recente ainda, e que o modo de vida industrial, baseado no uso intensivo de combustíveis fósseis, iniciou-se menos de um segundo atrás, na contagem do relógio evolutivo do Homo Sapiens, parece apontar para a conclusão de que a humanidade ela própria é uma catástrofe, um evento súbito e devastador na história do planeta, e que desaparecerá muito mais rapidamente que as mudanças que terá suscitado no regime termodinâmico e no equilíbrio biológico da Terra (Danowski e Viveiros de Castro, 2014: 27).

As preocupações com o meio ambiente e as consequências da intervenção humana e seu modo de vida cada vez mais predatório não são exatamente uma novidade, que aparece somente quando nomeamos o Antropoceno. Felix Guattari chamava a atenção para o quadro de crise climática em 1989 (1993), em seu livro “As Três Ecologias”. As transformações técnico-científicas, segundo o autor, não ameaçam apenas a vida orgânica na superfície da terra. Os modos de vida, individuais e coletivos também são afetados e transformados “no sentido de uma profunda deterioração”: “o que está em questão é a maneira de viver daqui em diante sobre esse planeta, no contexto da aceleração das mutações técnico-científicas e do considerável crescimento demográfico” (Guattari, 1993: 7).

Sua proposta “ecosófica” parece ser adequada ao presente contexto por articular meio ambiente, relações sociais e subjetividade humana. A separação entre natureza e cultura, na opinião do autor, deve dar lugar a um pensamento transversal, que integre ecossistemas, “mecanosferas”¹⁷ e universos sociais e individuais. Nesse sentido Guattari propõe uma ecologia generalizada, em contraposição à imagem tradicional de um movimento ecológico composto por “amantes da natureza”, em que a natureza está distante e apartada do social.

Em uma passagem quase profética, Guattari afirma que “cada vez mais os equilíbrios naturais dependerão das intervenções humanas. Um tempo virá em que será necessário

¹⁷O conceito de mecosfera é aprofundado por Guattari em Caosmose (1992) e diz respeito aos agenciamentos maquínicos que produzem, por sua vez, máquinas: de sentir, desejar, de calcular, medir, projetar etc.

empreender imensos programas para regular as relações entre o oxigênio, o ozônio e o gás carbônico na atmosfera terrestre” (Guattari, 1993: 52). Mas ao contrário do que se poderia supor inicialmente, os avanços tecnológicos não conduzem necessariamente às soluções demandadas pelos problemas que as conquistas tecnológicas colocam:

Assim, para onde quer que nos voltemos, reencontramos esse mesmo paradoxo lancinante: de um lado, o desenvolvimento contínuo de novos meios técnico-científicos potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas dominantes e determinar o reequilíbrio das atividades socialmente úteis sobre a superfície do planeta e, de outro lado, a incapacidade das forças sociais organizadas e das formações subjetivas constituídas de se apropriar desses meios para torná-los operativos (Guattari, 1993: 12).

Para Bruno Latour (2014), embora o conceito de Antropoceno apresente algumas armadilhas, o uso adequado do mesmo pode funcionar como um antídoto para a antiga autoridade humana (ou do social), reconfigurando-a no domínio dos Terranos. Os Terranos, em linhas gerais, distinguem-se dos Humanos, ou modernos, por não se orientarem a partir da distinção entre cultura e natureza tal como o fazem estes últimos. Não se trata de uma simples disputa entre aqueles que negam a crise ambiental e aqueles que a assumem, ou ainda entre modernos e não-modernos, mas de distintas formas de abordagem do fenômeno¹⁸. Dessa forma, para Latour, o conceito de Antropoceno também permite recusar a bifurcação entre Natureza e Humanidade que, segundo o autor, paralisa a ciência e a política¹⁹ na modernidade. Também os quadros espaço-temporais fornecidos pela modernidade tornam-se insuficientes para pensar e para viver no mundo do Antropoceno. Segundo Latour, a ação não mais se desenrola de um presente para um futuro, mas do passado para o presente, em um tempo

¹⁸Uma análise dessas categorias na obra de Latour e seus vínculos com a noção de “guerra dos mundos” pode ser encontrada na dissertação de Costa (2014) e no artigo de (Fausto, 2013).

¹⁹A separação é fundante da “Constituição Moderna”, noção formulada em “Jamais Fomos Modernos” (1991). Tal constituição, está, para Latour, completamente despreparada para lidar com os conflitos ou mesmo o estado de guerra que o Antropoceno sugere (Latour, 2014: 14).

apocalíptico, que flui “no sentido da revelação de coisas que estão vindo *em nossa direção*” (Latour, 2014: 26).

Destarte, a noção de Antropoceno, ao conferir ao humano a característica de uma força telúrica, abre a possibilidade de questionarmos a separação moderna entre a humanidade e a natureza. Assim “como” os meteoros, os humanos podem ser os próximos a levarem a vida na terra à extinção. Por outro lado, o conceito de Antropoceno também pode redundar em uma nova reificação do humano (Haraway, 2014), por situá-lo como a causa última das mudanças climáticas, mas também como a sua possível solução.

Nos debates acerca da vigência do Antropoceno entra em discussão a extinção do humano enquanto espécie. Se a morte do sujeito, como é abordada por Foucault (2000) e Agamben (2004) já aparecia no horizonte das abordagens filosóficas e antropológicas há algumas décadas, o desaparecimento, por assim dizer, do componente físico desse sujeito humano é o que está agora em questão. Surge então a necessidade de problematizar o humano ou a humanidade sobre a qual se fala quando o assunto é o Antropoceno. Ele pode assumir uma posição negativa, na medida em que é a razão da destruição e do caos iminente, mas também pode ser positivado, se considerado como única força geológica com a capacidade para pensar a crise e sair dela também (Pálsson et al, 2013).

O historiador Dipesh Chakrabarty, autor de “*The Climate of History: four theses*” (2009), sentencia que o humano, nessa discussão, deixou de ser “apenas” sujeito histórico para se tornar a força geológica predominante. Geologia (natureza) e História (cultura) têm suas fronteiras borradas pelo advento do Antropoceno. Para o autor, a distinção humanista entre uma história natural e uma história humana perde o sentido pelas explicações antropogênicas da mudança. As histórias humanistas da modernidade/globalização também sofrem um abalo causado pelo conceito de Antropoceno. Parte importante dessa história está

preocupada com a libertação do humano, seja de sua dominação por outros humanos, seja em relação às forças naturais que o ameaçam. Tal libertação, da forma como se deu, é dependente do consumo desenfreado de grandes quantidades de energia mas, de acordo com Chakrabarty, “*in no discussion of freedom in the period since the Enlightenment was there ever any awareness of the geological agency that human beings were acquiring at the same time as and through processes closely linked to their acquisition of freedom*” (2009: 208).

Falar de uma humanidade genérica também não parece satisfatório quando, de fato, nem todos os humanos contribuem da mesma forma para o aquecimento global e a emissão de gases de efeito estufa. Entretanto, como argumentam Danowski e Viveiros de Castro (2014), embora nem todos os humanos tenham contribuído para os processos que desencadearam a catástrofe, é da natureza da catástrofe que ela atinja a todos. Além disso, para os autores, o humano enquanto sujeito histórico, agente biológico e, agora força geológica é uma concepção fundamentalmente ocidental, que diz muito sobre nós mesmos, mas obscurece muitas outras possibilidades de vida e de constituição de mundos.

O risco de incorrer em uma recaída antropocêntrica nesse contexto é uma das críticas dirigidas por Donna Haraway (2014) à noção de Antropoceno. Para a autora, tratar as causas da crise ambiental enquanto um ato da espécie *Homo Sapiens*, implica em negligenciar uma série de outros agentes com os quais mantemos relações profundas e constitutivas. Definir este *Anthropos* é tão problemático quanto essencial, pois refere-se a toda a espécie *Homo sapiens* ou toda a humanidade? Para a autora, uma primeira resposta circunscreve o *Anthropos* à humanidade industrial, assentada na produção e no consumo de *commodities*, no uso intensivo de combustíveis fósseis, enfim, nas já listadas práticas exploratórias que se relacionam com a natureza como um recurso infinito. Assim, para Haraway, seria melhor falar em “Capitaloceno”, conceito que centraliza no capital e na exploração massiva da natureza

que o caracteriza a causa das mudanças climáticas. Mas entre Antropoceno e Capitaloceno, Haraway sugere uma terceira denominação para a emergência de diversas histórias: o “Chthulocene”. A autora está preocupada com questões relativas à autoridade para contar a própria história: “*Some peoples don’t get to own their stories; the questions of sovereignties come up*” (Haraway, 2014: 241). Inspirada na figura de Cthulhu²⁰, descrita por H. P. Lovecraft, Haraway propõe um termo que privilegie histórias de “coabitação” e de “devir-com”, em detrimento da centralidade de um agente único – seja o humano ou seja o capital –, detentor da voz legítima para narrar a história do chamado Antropoceno.

A ideia de Capitaloceno é defendida mais enfaticamente pelo sociólogo Jason Moore²¹. Em sua análise, o capitalismo e seu modo de vida baseado no consumo desenfreado são as verdadeiras forças geradoras da crise climática. Para Moore, o termo Antropoceno reitera um ponto de vista eurocêntrico da humanidade, com suas já bem conhecidas noções de natureza como recurso e seu determinismo tecnológico. Além disso, a definição da Revolução Industrial como o marco histórico para a origem do atual modelo de relação com o meio ambiente, deriva de um método histórico que privilegia as consequências ambientais e obscurece as relações de capital e de poder que estão em sua base (Moore, 2014). A atuação predatória dos humanos em relação à natureza, para o autor, teria começado muito antes da Revolução Industrial, ainda no “longo século XVI”, entre 1450 e 1640 (Moore, 2014b).

Ao antropocentrismo embutido na ideia de Antropoceno também se opõe Kieran Suckling, diretor do Centro para a Diversidade Biológica, organização não governamental com sede nos Estados Unidos. Em seu texto *Against the Anthropocene*, Suckling afirma que

20Cthulhu é o monstro que aterroriza os homens no conto “O chamado de Cthulhu”. Nota-se que a grafia que Haraway propõe possui mais um “h”, entre “c” e “t”, Chthulocene. A autora justifica essa mudança por seu uso da figura de Lovecraft tratar-se de uma adaptação e não de uma reprodução. Com este “h” a autora pretende remeter também à ideia de “ctônico” (chthonic), relativo aos deuses ou espíritos subterrâneos.

21Jason Moore é sociólogo no Departamento de Sociologia da Universidade de Binghamton, NY. Para ele, o modo com o qual a história é periodizada é fundamental na interpretação dos fenômenos, daí sua insistência por outros marcos temporais e outra nomenclatura (2014a).

nenhuma das dez épocas geológicas nominadas para os últimos 145 milhões de anos recebeu seu nome em função do agente causador das mudanças no planeta. Todos os nomes fazem referência à mudança na composição das espécies que se fazem presentes em cada época. Nesse sentido, nomear a época atual como Antropoceno, ou seja, a partir do agente causador das mudanças climáticas, é, além de uma novidade, uma anomalia nos protocolos de nomeação das eras geológicas, que acaba por reforçar o antropocentrismo mais do que desafiá-lo: *“thus 'Anthropocene' is not an anecdote to or struggle with anthropocentrism, it is its culmination”* (Suckling, 2014: 2). Os registros fósseis do futuro irão demonstrar uma homogeneização radical das espécies entre o Holoceno e o tempo presente, além de demonstrar o desaparecimento em massa de espécies devido à extinção. A proliferação de um pequeno número de espécies ao redor do mundo principalmente em função da expansão do modelo industrial de criação de animais tais como porcos, galinhas, bois, e ovelhas, dá-se, na análise do autor, em função do desaparecimento de muitas outras espécies animais, especialmente as consideradas selvagens. Mantendo a tradição de nomeação das eras geológicas, Suckling sugere o termo “Homogenoceno” para definir a era atual, marcada fundamentalmente pela mudança na composição e distribuição das espécies animais e vegetais.

O panorama acerca das mudanças climáticas e da crise ambiental fornecido pelos estudos do Antropoceno acende um sinal de alerta sobre algumas das formas ocidentais de relação com os animais. Uma destas formas é justamente a criação em larga escala de animais para servirem de alimento aos humanos, e aí se somam bois, porcos e galinhas, cuja criação, em nenhum outro momento histórico atingiu níveis tão elevados: mais de 70 bilhões de animais foram criados em todo o mundo, no ano de 2012 para o consumo humano (FAOSTAT, 2013). Estratégias de mitigação dos danos ambientais resultantes da atividade

pecuária têm sido desenvolvidas em todo o mundo, e uma delas consiste em reconhecer, por meio de certificados, as ações de sustentabilidade de propriedades rurais dedicadas a atividades agropecuárias. No item seguinte me dedico a discutir, a partir de minha pesquisa de campo, as apropriações e atualizações da questão ambiental a partir da implantação de programas de certificação em fazendas de criação de gado de corte.

1. 2 Selos para a sustentabilidade

As reflexões contidas nesta tese tem como base a pesquisa de campo realizada em duas fazendas de criação de gado de corte possuidoras das certificações de boas práticas pecuárias RACTM e BPA, cujo trabalho pauta-se no protocolo de bem-estar dos animais como um de seus requisitos básicos. As certificações têm como eixo orientador a noção de sustentabilidade, que se desdobra em temas como meio ambiente, respeito ao bem-estar dos animais, observância das legislações trabalhistas e tratamento ético dos funcionários, além da sustentabilidade da atividade pecuária enquanto empreendimento econômico. A partir do conteúdo das certificações e das falas dos pecuaristas busco refletir acerca das articulações particulares de temas como os acima listados, tendo as categorias de bem-estar animal e meio ambiente como categorias norteadoras.

1.2.1 O Programa de Boas Práticas Agropecuárias (BPA)

O Programa de Boas Práticas Agropecuárias (BPA) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa/Gado de Corte), vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), é definido como um protocolo de procedimentos e normas que tem por objetivo tornar os elos da cadeia produtiva da carne²² mais lucrativos e competitivos

²²O Programa de Boas Práticas Agropecuárias abrange outras atividades para além da bovinocultura de corte. A fruticultura, a suinocultura e a bovinocultura de leite contam com protocolos específicos.

comercialmente, ofertando alimentos mais seguros e provenientes de propriedades sustentáveis (BPA, 2013). A lista através da qual a propriedade rural é avaliada compreende onze itens: gestão da propriedade rural; função social do imóvel rural; gestão dos recursos humanos; gestão ambiental; instalações rurais; manejo pré-abate²³ e bem-estar animal; pastagens; suplementação alimentar; identificação animal; controle sanitário e manejo reprodutivo (BPA, 2013).

No primeiro item, “gestão da propriedade rural”, a administração da propriedade é avaliada segundo critérios de planejamento anual, registro de receitas e despesas, a manutenção de registros de controle zootécnico do rebanho, as atribuições de cada funcionário e informações descritivas sobre o uso do solo. A “função social do imóvel rural” é avaliada a partir dos dados contidos no Imposto Territorial Rural (ITR) que estabelece em 80% o Grau de Utilização da Terra (GUT). A eficiência da exploração é medida por outro índice, o Grau de Eficiência da Exploração (GEE)²⁴, cujo parâmetro é 100%. Na análise da “gestão dos recursos humanos” são avaliadas o respeito à legislação trabalhista vigente e se há indícios de trabalho infantil e/ou escravo na propriedade. As condições de saúde e de higiene oferecidas aos trabalhadores, através da realização de exames periódicos, da condição das instalações como refeitórios e banheiros, além das condições de potabilidade da água são também analisadas. Os currais de manejo (também conhecidos como mangueiras²⁵), as rampas de acesso dos embarcadouros, a qualidade das cercas e mourões e os reservatórios de

23O manejo de pré-abate se inicia com o transporte dos animais nas fazendas e se estende até o momento da sangria nos frigoríficos.

24O Grau de Utilização da Terra (GUT) é calculado dividindo-se a área utilizada pela área aproveitada. Por exemplo, em uma propriedade de 100 hectares que produziu em 80 hectares, o GUT foi de 80%. O grau de eficiência da exploração é medido, para o caso da pecuária, por meio da divisão entre o número total de Unidades Animais (UA) do rebanho, pelo índice de lotação estabelecido pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada Microrregião Homogênea. Tais indicadores estão estabelecidos na Lei 8.629/1993, que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, dentre os quais o princípio constitucional de que o imóvel rural deve atender à sua função social.

25O curral ou mangueira é o espaço no qual o gado é trabalhado, onde são feitas as vacinas, colocados os brincos e feitas as marcações com ferro quente.

água são alguns dos itens avaliados no quesito “instalações da propriedade”. As condições de moradia e alojamento, de segurança no trabalho e as oportunidades de participação em cursos e capacitações entram também neste quesito de avaliação. A condição das pastagens e sua adequação ao clima, ao solo e ao sistema produtivo empregado, além do uso de fertilizantes, da existência ou não do sistema de integração entre lavoura e pecuária são observados no item pastagens. Além desta, outros itens dizem respeito mais diretamente aos animais e às técnicas empregadas na criação dos mesmos. São eles, a identificação animal – que busca verificar se a propriedade trabalha, e de que forma, com algum sistema de rastreabilidade; o controle sanitário, no qual são analisados o respeito aos calendários de vacinação, a existência de técnicos especializados para a elaboração desse calendário e o treinamento dos demais funcionários, a origem e a qualidade das vacinas e dos medicamentos, além das condições de armazenamento dos mesmos; e o manejo reprodutivo, em que critérios como estação de monta²⁶, tipo de reprodução utilizada – se adota-se a monta natural ou protocolos de Inseminação Artificial por Tempo Fixo (IATF)²⁷, por exemplo, a realização de exames andrológicos²⁸ nos touros, a castração dos machos, bem como as condições das instalações para a realização desses procedimentos. No item “suplementação alimentar”, pede-se a verificação do estado de conservação dos alimentos fornecidos aos animais, a manutenção de registros acerca desses insumos, principalmente sua origem, além de questionar se são administradas substâncias de origem animal ao rebanho²⁹. Cada um destes itens é classificado como obrigatório ou altamente recomendável. Conforme as porcentagens de adequação, que

26A estação de monta corresponde ao período de acasalamento entre machos e fêmeas. Cada propriedade define esta temporada que na Fazenda Casa Verde acontece entre fins de outubro e fins de janeiro.

27O uso do protocolo de IATF tem por objetivo sincronizar osaios e ovulações das vacas por meio da administração de hormônios.

28O exame andrológico é realizado para analisar a qualidade do sêmen dos animais. A amostra é analisada pelo veterinário imediatamente após a coleta do material, em um microscópio trazido por ele ao curral.

29O uso de alimentos à base de proteína e gordura de origem animal na alimentação de ruminantes é proibido no Brasil pela Instrução Normativa N. 08, de 2004. A motivação para esta determinação do Ministério da Agricultura levou em consideração os casos de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), conhecida como a doença da vaca louca.

oscilam entre 80 a 100% para os itens obrigatórios e entre 60 e 80% para os altamente recomendáveis, as propriedades são classificadas nas categorias ouro, prata e bronze.

Dentre estes onze elementos listados acima, o item “gestão ambiental” diz respeito mais diretamente ao tema deste capítulo, embora a questão ambiental seja pontuada também na avaliação de outras matérias, como o controle sanitário – descarte de carcaças e embalagens de medicamentos e vacinas – e o manejo das pastagens, ao avaliar o uso de fertilizantes e/ou agrotóxicos.

Pela abordagem do programa, o meio ambiente torna-se um item de gerenciamento, que requer planejamento e adequação às legislações ambientais vigentes, especialmente no que diz respeito às Áreas de Proteção Permanente (APP) e reservas legais³⁰. No componente relativo ao meio ambiente, a coleta seletiva do lixo é classificada como altamente recomendável, e a armazenagem e o descarte de embalagens de medicamentos, produtos veterinários, fertilizantes e agrotóxicos são itens de cumprimento obrigatórios. Outro bloco de questionamentos na esfera ambiental investiga se há indícios de práticas de conservação do solo e da água, ações de conscientização dos funcionários e familiares sobre a conservação do meio ambiente e ações para a prevenção de queimadas acidentais, único elemento de caráter obrigatório neste bloco. A lista de verificação atinente ao meio ambiente investiga ainda se o empreendimento produz ou utiliza alguma fonte de energia renovável em suas atividades.

O bem-estar dos animais é avaliado a partir de dez itens. O questionário analisa os métodos empregados na condução dos animais na fazenda (até o curral e outras áreas da

30De acordo com o Código Florestal, Lei 12.651/2012, artigo 30, a Área de Preservação Permanente – (APP) é definida como “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”. Segundo a mesma legislação, as áreas de reserva legal correspondem às áreas do interior de uma propriedade “com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa”.

propriedade) de modo a minimizar o estresse e a incidência de contusões; a forma com que são reunidos e manejados os lotes de animais durante o período de pré-abate; como se dá o monitoramento das condições dos caminhões para o transporte dos animais para o frigorífico; a lotação desses meios de transporte e o horário em que é realizado o transporte; além de verificar se a condição de saúde dos animais a serem transportados é avaliada antes do embarque. Esses são os itens objeto de escrutínio classificados sob a rubrica pré-abate, ou seja, o período que corresponde à saída dos animais da fazenda com destino ao abatedouro. Outros quatro itens são avaliados visando abarcar o bem-estar em um sentido mais amplo: a existência de capacitação dos funcionários, o sombreamento das pastagens, a lotação dos confinamentos e o manejo apropriado a cada categoria animal.

O laudo resultante dessa avaliação não configura imediatamente um selo, mas qualifica as propriedades positivamente avaliadas para a obtenção de certificações de qualidade emitidos por organismos independentes reconhecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). Dessa forma, o laudo produzido pelo programa BPA constitui um instrumento que visa auxiliar os produtores rurais que desejam certificar seus produtos. Entretanto, para além de um mecanismo que visa alcançar outras certificações, o “atestado de adequação”, como é chamado o documento que atesta a conformidade da propriedade ao programa de boas práticas, visa chegar até os consumidores e comunicá-los de que a carne produzida possui qualidade e que o crescimento das unidades produtivas se dá de forma sustentável, como indicado no folder de divulgação do programa disponível online³¹.

Para o administrador da Fazenda Casa Verde (RS), Bruno, o “BPA, por exemplo, ele chamou a atenção pra muitas coisas, né. E a coisa mais interessante é que não adianta você se

³¹Disponível em: http://cloud.cnpgc.embrapa.br/bpa/files/2013/02/Folder_BPA_institucional_08022011.pdf. Acesso em 22 de setembro de 2015.

dedicar a um tipo de manejo ou um assunto só, ou um tema só. Todos tão interligados, né. E o processo ele é completamente vinculado, uma coisa tá ligada com a outra, e se esse processo não é entendido, compromete o sistema todo, né” (Entrevista com Bruno, 06/04/2015). Bruno se remete em sua fala aos demais programas de boas práticas, quais sejam, as Boas Práticas de Fabricação (BPF), aplicável na fase de industrialização dos produtos e ao Programa Alimento Seguro (PAS), relativo ao varejo. Para ele, o mais importante é que toda a cadeia produtiva esteja comprometida e legitimada por programas como estes.

As ideias de bem-estar animal foram introduzidas em sua fazenda pelo protocolo de boas práticas (BPA) sendo que Bruno chamou a atenção para um detalhe que o marcou bastante: “então, por exemplo, no caso da americana, a Temple Grandin. Como é que a gente chegou nisso. Tinha predisposição, tinha, vamos entender mais o animal pra gente ter melhor resultado e aí tu começa a chamar a atenção, ver algumas coisas, como aquele negócio do redemoinho... Agora, por exemplo, aquilo fica evidente. Cada animal que tá próximo de ti te olhando tu olha pra ver se tem o redemoinho” (Entrevista com Bruno, 06/04/2015). Esse “redemoinho”, de que fala Bruno, refere-se a um formato particular dos pelos na testa de bois e vacas, principalmente das raças britânicas, como o Angus e o Hereford, que possuem uma pelagem mais densa e espessa. No artigo “*Cattle with hair whose patterns above the eyes are more behaviorally agitated during restraint*” (1995), Grandin descreve que os bovinos que possuem um redemoinho acima da linha dos olhos são mais agitados e difíceis de serem contidos. A formação do sistema nervoso e dos redemoinhos de pelo e pele se dariam na mesma camada embrionária e daí a possibilidade de correlação entre as duas variáveis, segundo a autora.

O bem-estar animal é na visão de Bruno, parte integrante do sistema produtivo:

o bem-estar animal é uma das etapas do processo produtivo. Se a questão do bem-estar animal não for devidamente conhecida e trabalhada dentro do processo produtivo nós vamos ter um sistema ineficiente. O bem-estar animal, dentro do processo produtivo, se o produtor não levar isso em consideração e não dar a devida importância, ele vai ter um sistema ineficiente, né. Então a gente cuida do animal pelo animal. Mas cuida do animal pelo sistema produtivo e o resultado econômico, pelas duas coisas, né. Acho que o bom produtor é aquele que percebe isso. Cuida do animal por ser um animal, por ser um ser vivo, mas cuida do animal também para que o sistema dele de manejo seja o mais eficiente possível (Entrevista com Bruno, 06/04/2015).

Dessa forma, uma dimensão moral de cuidado não está desconectada de uma dimensão econômica que o boi adquire quando é pensado como um animal de produção. Esse caráter duplo também pode ser percebido em um dos pontos da lista de verificação do BPA, que justifica a recomendação de uma área mínima de 12 m² para cada animal em confinamento “de forma a assegurar o bem-estar animal e o seu desempenho produtivo” (BPA, 2013: 19).

Os confinamentos de gado de corte, que correspondem ao sistema americano de *Concentrated Animal Feeding Operation* (CAFOs), adquirem expressividade no Brasil a partir dos anos 1980 (Moreira et al, 2009). Nesse sistema, “os animais são colocados em piquetes ou currais de engorda com área que restringe a locomoção dos mesmos, e onde os alimentos são fornecidos de forma controlada nos cochos” (Moreira et al, 2009: 133). No Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, onde nos CAFOs um boi pode passar toda a sua vida, o gado é confinado apenas na fase final de engorda, por cerca de três meses. No próximo capítulo abordarei em maiores detalhes a questão dos confinamentos, mas convém trazê-los aqui na medida em que eles são importantes para a argumentação em torna da pecuária sustentável. De acordo com Bruno, administrador das Fazendas Casa Verde (RS) é preciso usar racionalmente o espaço disponível para a agropecuária, e os confinamentos são uma boa saída para a economia de espaço quando pensada em relação às áreas de pastagem:

Que hoje, principalmente na produção animal, os sistemas vão ser cada vez mais intensivos e de terminação estabulada ou assim, sem espaço para os animais. Quer dizer, na realidade a sociedade tá ocupando cada vez mais espaço e reduzindo os outros espaços, né. O espaço para produzir alimento – tanto a agricultura como a pecuária –, até mesmo da vida silvestre. E aí a gente pode falar fauna e flora, as duas coisas, porque o espaço é um só, né. E então o sistema de produção de gado confinado, por exemplo, é um sistema que vai cada vez mais crescer (Entrevista com Bruno, 06/04/2015).

Em confinamento torna-se também possível aumentar a eficiência do gado de corte por meio de um controle preciso de sua dieta e de uma observância mais próxima das suas condições de saúde. Na opinião do pecuarista, um animal eficiente é também mais sustentável em termos ambientais. Esta é também a constatação do Programa de Boas Práticas Agropecuárias (BPA) ao afirmar que a adesão ao protocolo “contribui para a redução da emissão dos gases de efeito estufa (GEE), mediante a redução da idade de abate, qualidade das pastagens e práticas conservacionistas”³². A eficiência para a indústria de gado de corte diz respeito à equação engorda/tempo: quanto maior o ganho de peso em determinado período, maior é a eficiência de um boi. Equacionando eficiência zootécnica com sustentabilidade, Bruno resumiu seu argumento da seguinte maneira:

por essa questão do efeito estufa né, que fala nos animais. Tu conheces bem a taxa de mitigação do efeito estufa do sequestro de carbono. Pra diminuir isso aí tu tem que intensificar o sistema. Então se um animal está pronto com um ano de idade e com um determinado peso e tu tem outro animal que termina com dois anos de idade, portanto o dobro de tempo, com o mesmo peso. Qual o animal mais eficiente, qual o animal que causou menos dano ambiental? Eu: O primeiro? B: Então, esse é o sistema (Entrevista com Bruno, 06/04/2015).

Um dos objetivos para se maximizar a eficiência dos animais é reduzir sua idade de abate. Se, no passado, um boi levava, em média, cinco anos para “ficar pronto”, ou seja,

³²Conforme o panfleto de divulgação do programa disponível em: http://cloud.cnpgc.embrapa.br/bpa/files/2013/02/Folder_BPA_institucional_08022011.pdf. Acesso em 22 de setembro de 2015.

atingir o peso ideal para o abate, através dos programas de melhoramento genético e da administração de suplementos minerais e rações altamente calóricas, um boi pode, atualmente, ser abatido com menos de dois anos de idade, ou cerca de quinze meses. Um boi que vive menos, também consome menos recursos naturais e assim é considerado menos danoso ao meio ambiente.

Na fala desse pecuarista pode-se observar uma tentativa de articulação entre sustentabilidade e bem-estar animal que tem relação direta com o aumento da competitividade e da rentabilidade na produção. Em sua opinião, o pecuarista é um conservacionista por natureza por ser o maior interessado na conservação do meio ambiente, que é também o seu negócio: “porque a propriedade rural ela, o produtor tem o máximo interesse em preservar o seu patrimônio e o seu negócio. Então ele é um conservacionista por natureza, né” (Entrevista com Bruno, 06/04/2015).

Nesse caso, se “o pecuarista é um conservacionista por natureza”, o boi poderia se tornar um aliado na preservação do meio ambiente. Bruno lança mão genericamente de pesquisas científicas para demonstrar que as áreas de campo nativo da região da Serra Gaúcha eram habitadas por um herbívoro cuja função seria manter a paisagem característica dessas terras.

E ali um pesquisador mostrou um trabalho que eu achei fantástico, comprovando que há 12 mil anos nós tínhamos aqui campos nativos... Porque eles fizeram uma escavação e descobriram pólen de gramíneas, né, há 12 mil anos. Porque que tinha isso aí? Porque também na época existia um herbívoro né, que consumia essa gramínea, essas pastagens, esse campo nativo. E é esse herbívoro que fazia o equilíbrio do ambiente, né. Porque a mata, se ela não tiver um mecanismo de contenção ela vai avançando, aquelas florestas primárias, aquelas plantas primárias que vão crescendo, depois vira tudo mato. Então a tendência é assim ó: se tu não fizer nada nesse ambiente aqui isso tudo vai ficar mato. Certo? Porque que tinha campo nativo há 12 mil anos? Porque tu tinha esse herbívoro. E qual é o papel do bovino, depois que terminou esse herbívoro, que já é extinto? Os bovinos fizeram esse papel, né. Então no tempo das missões aqui: porque que chamava Vacaria dos Pinhais? Porque esse norte do estado aqui tudo era campo nativo! Era um ambiente extremamente favorável pro desenvolvimento dos bovinos! Que cresceram

selvagens, né. Então assim, ó. O animal tem um papel importante na formação do ecossistema! Que no passado era esse herbívoro e agora é o bovino! Então essa relação animal/ambiente e a interferência do homem é que vai caracterizar o nosso futuro, né (Entrevista com Bruno, 06/04/2015).

O próprio boi tornar-se-ia, nesse contexto, “um conservacionista”, visto que a sua presença auxiliaria na preservação das áreas de campo nativo. Cuidar do boi é cuidar também de uma determinada configuração ecológica característica daquela região, os campos de cima da serra. Bruno vê, entretanto, como ameaça à paisagem dos campos o avanço das lavouras, especialmente de soja e de milho sobre áreas anteriormente destinadas à pecuária. Na Fazenda Casa Verde, por exemplo, a área destinada à pecuária já foi reduzida em mais de 50% e esse movimento se repete nas propriedades vizinhas. Essa mudança deve-se em grande parte pela lavoura ser mais lucrativa e oferecer um retorno mais rápido dos investimentos que a atividade pecuária.

1.2.2 O selo *Rainforest Alliance* (RAC™)

O avanço da pecuária sobre as áreas de mata amazônica tem sido apontado como a grande causa do desmatamento da Amazônia. Na publicação “O reino do gado” (Smeraldi & May, 2008), o avanço da pecuária sobre essa região dá-se, entre outras causas, pela formação de lavouras em áreas anteriormente dedicadas à pecuária, como exemplifica o caso citado da Fazenda Casa Verde. O boi, no contexto amazônico, longe de ser considerado um conservacionista, é visto primordialmente como um vetor do desmatamento atuando em sua frente de expansão. Para Eduardo, gerente das Fazendas Beira Alta, as maiores pressões em prol de ações de sustentabilidade ambiental nas propriedades rurais, bem como em frigoríficos e nos abatedouros vêm por parte do consumidor final, que “começa a pressionar, ‘eu não quero animal de área desmatada, eu não quero animal da Amazônia, né’, que muitas vezes o

peçoal confunde. Eu não quero animal que seja criado com trabalho escravo, rural, não sei o que lá” (Entrevista com Eduardo, 15/05/2015). O entendimento difundido acerca do desmatamento da Amazônia que centraliza na criação de gado de corte o seu principal agente causador é, para ele, fruto do desconhecimento das reais condições da expansão da fronteira agropecuária:

assim, só pra você entender o motivo da pecuária ser conhecido como causa do desmatamento. Quando tem uma área nova, uma área de fronteira, vamos dizer assim, a área foi desmatada irregularmente pra colocar boi, essa é normalmente a história, a conversa, ou a visão que se tem. Mas não. O que normalmente acontece? É aberta – seja regular ou irregular – por conta da madeira pra depois que você tem esse processo madeireiro, né, essa exploração madeireira, é pra ocupar a área. E porque você tem uma área desmatada ali, você simplesmente joga um capim e joga boi em cima. Então quando chega lá essa área acabou de ser aberta e tem boi em cima... a culpa fica no gado. Quando na verdade o gado foi só uma ocupação, vamos dizer assim, a exploração mesmo foi madeireira, né (Entrevista com Eduardo, 15/05/2015).

O boi é, em sua narrativa, mais uma consequência da exploração inicial, que é madeireira, do que a razão para o desmatamento. Ao deslocar o foco de agência para a exploração madeireira, a persistência do gado enquanto agente de degradação ambiental é dissimulada e minimizada. O gado persistiria nessas áreas mais para sustentar a ocupação do que enquanto uma atividade produtiva “levada a sério” pelos criadores, o que demandaria maiores investimentos no empreendimento:

Normalmente a criação é muito tradicional, que é simplesmente jogar semente de capim e botar o boi lá em cima. Se ficar 2, 3, 4 ou 5 anos lá pra eu ter que tirar, pra mim é lucro lá no final. E normalmente quando chega lá o Greenpeace, a Globo pra filmar, acabou de abrir essa área e tem gado em cima, foi pra colocar gado, né. Não foi. O gado foi, vamos dizer assim, entrou como uma consequência mesmo, entrou na verdade como uma oportunidade só (Entrevista com Eduardo, 15/05/2015)

O boi funciona como uma segunda etapa, uma consequência, mais do que o propósito primeiro do desmatamento. De certa maneira, a criação de gado nessa fala também busca demonstrar que a pecuária praticada nas áreas recém-desmatadas baseia-se em um modelo tradicional, em que o boi consiste em uma poupança para o fazendeiro, que comercializa seu gado sem obedecer a calendários fixos, mas sim, quando este julgar necessário para a manutenção de suas atividades. A comparação do gado à poupança (de rendimentos menores, mas mais seguros) é feita, muitas vezes, equiparando-se a lavoura ao investimento no mercado de ações, mais arriscado, porém mais lucrativo. O boi pode permanecer no pasto por muitos anos e ser tirado dele quando for conveniente ao produtor. Já no caso de uma lavoura de soja ou de milho, por exemplo, quando a planta alcança uma determinada conformação ela precisa ser colhida e armazenada ou vendida, caso contrário pode apodrecer e não reverter em lucros para o produtor. Quando a principal atividade de uma propriedade rural é a pecuária, um calendário mais rígido de compra e venda dos animais deve ser seguido, tendo em vista o pagamento do quadro de funcionários, além de investimentos em estrutura e da compra dos insumos – medicamentos, vacinas e a própria ração dos animais.

As Fazendas Beira Alta, no estado do Mato Grosso, operam dessa forma, sob um gerenciamento rigoroso que credencia a propriedade, no dizer de Eduardo, como uma “empresa de pecuária” mais do que como uma fazenda, que remeteria a formas mais tradicionais de criação dos animais. As fazendas são certificadas pela Rede de Agricultura Sustentável (RAS)³³ através do selo *Rainforest Alliance Certified* (RAC™). O Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, Imaflo, uma associação civil sem fins lucrativos,

³³A Rede de Agricultura Sustentável (RAS), fundada em 1987, é uma coalizão de organizações conservacionistas independentes cujo objetivo é apoiar e difundir práticas sustentáveis de agropecuária e de consumo consciente através da certificação *Rainforest Alliance*.

é a instituição responsável pela auditoria dos estabelecimentos rurais que almejam receber a certificação.

De acordo com a publicação do Imaflora, “A busca pela sustentabilidade no campo: 10 anos de certificação agrícola no país” (2012), as maiores transformações proporcionadas pela certificação “estão na melhor gestão do empreendimento e no pleno conhecimento da propriedade e dos sistemas de produção, de organização e de planejamento” (Imaflora, 2012: 123). O resultado do aprimoramento administrativo é a redução do desperdício e uma maior eficiência no uso dos recursos. Para Eduardo, a certificação também é uma forma de demonstrar que “você faz diferente, é inovador, ou faz diferente, que você tem uma produção especializada nisso ou naquilo, enfim, é, ser reconhecida como tá fazendo mais, melhor” (Entrevista com Eduardo, 15/05/2015). Na análise realizada por Eduardo, a certificação garante a distinção dos produtos em nome da inovação. Uma abordagem como essa é condizente com a sua perspectiva da fazenda enquanto uma empresa de pecuária: “e hoje eu vejo assim pra melhorar isso tem que ser essa parte de buscar, vim com tecnologia, com inovação, com gente nova, cabeça nova pensante, pra mudar, que não pode ser mais uma fazenda de gado, né, tem que ser uma empresa de pecuária”(Entrevista com Eduardo, 15/05/2015). Uma empresa de pecuária se distingue de uma fazenda pelo investimento no treinamento dos funcionários e em tecnologia, na qual a inovação é comunicada por meio das certificações. Uma fazenda de gado de corte, na imagem construída pelo administrador, remete a um modelo de produção mais arcaico, de baixo investimento tecnológico e marcada por relações de trabalho baseadas na confiança e no conhecimento prático e experimental das lidas do gado.

A trajetória das fazendas com certificação começa com a criação de gado orgânico, na década de 1990. Segundo seus administradores, a questão ambiental ganhou relevo a partir

desse conceito: “uma das coisas que a gente aprendeu muito na certificação orgânica foi você não agredir o meio ambiente. Então isso ajudou a gente a mudar também o conceito, mudar a visão do que é hoje, do que você vê passando aí, as coisas aí que o desmatamento ilegal e coisa. Então isso ajudou muito” (Entrevista com Marcelo, 15/05/2015).

Em linhas gerais, a produção de gado orgânico participa de normativas mais exigentes do que o gado convencional, mesmo este sendo certificado através de protocolos de práticas sustentáveis. A alimentação dos animais recebe especial atenção no sistema orgânico, que proíbe a administração de rações de origem transgênica. Nas pastagens não devem ser aplicados adubos químicos e agrotóxicos, e o tratamento das doenças do rebanho deve ser feito a partir de medicamentos homeopáticos.

O baixo rendimento resultante desse sistema, em relação às suas exigências, levou a fazenda a abandonar o sistema orgânico no ano de 2012. As práticas de bem-estar animal foram lá introduzidas durante esse período, ainda em 2002, visto que era também uma das exigências da produção orgânica. Estando tais medidas já consolidadas como um padrão a ser seguido na criação dos animais, a fazenda foi certificada no ano de 2009 com o selo americano *Certified Humane*³⁴. O selo *Certified Humane*, lançado pela *Humane Farm Animal Care* (HFAC) nos Estados Unidos adentrou o mercado brasileiro em 2008. Em sua página na internet, determina que o objetivo do programa é melhorar as condições de vida dos animais de produção a partir das demandas dos consumidores por práticas gentis e responsáveis de manejo³⁵, assegurando padrões objetivos e precisos. O nome do selo, *Humane*, remete às características humanitárias (mais gentis e responsáveis) do manejo dispensado aos animais, que partem do pressuposto de minimizar o seu sofrimento. Humanitário, ao lado do adjetivo

34 Temple Grandin, um dos principais nomes em bem-estar no mundo, criadora entre outras tecnologias, dos caminhos em curva de modernos abatedouros, participou da criação dos parâmetros desta certificação.

35 A descrição completa encontra-se em: <http://certifiedhumane.org/>. Acesso em 30 de setembro de 2015.

racional (pois os padrões de mensuração devem ser objetivos), é um qualificador positivo das relações entre humanos e animais e o objetivo das medidas de bem-estar nas fazendas.

A fim de contemplar as ações de sustentabilidade socioambiental desenvolvidas na fazenda, a administração do grupo que controla as Fazendas optou por um selo de maior espectro, e assim adotou o *Rainforest Alliance Certified* (RAC™). A opção por este selo se deu por tratar-se de uma certificação mais ampla e de grande aceitação no mercado internacional. Os quinze itens auditados pela certificadora são os seguintes: sistema de gestão social e ambiental, conservação de ecossistemas, proteção da vida silvestre, conservação de recursos hídricos, tratamento justo e boas condições de trabalho, saúde e segurança ocupacional, relações com a comunidade, manejo integrado do cultivo, manejo e conservação do solo, manejo integrado de resíduos, sistema de manejo integrado de gado bovino, manejo sustentável de pastagem, bem-estar animal, redução de emissões de carbono e requisitos ambientais adicionais (Imaflora, 2010).

A manutenção de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é uma das ações em prol da sustentabilidade ambiental mantidas pela empresa. A RPPN tem uma área de 1200 hectares, e fica localizada na região do vale do Rio Juba. Marcelo, que na época em que realizamos esta entrevista, em maio de 2015, despedia-se do cargo de gerente-geral das fazendas, conta que no período em que solicitava a demarcação da RPPN, havia, de sua parte, uma tentativa de mobilizar outros produtores dos arredores para aderirem à iniciativa de criar RPPNs em suas propriedades. Segundo ele, esse objetivo esbarrava sempre na mesma pergunta: “qual o retorno financeiro que isso vai me dar?”. Por não haver nenhum tipo de abono direto às propriedades, grande parte dos pecuaristas resiste a criar essas áreas de proteção ambiental, e a RPPN das Fazendas Beira Alta é ainda uma das poucas da região.

Outra atividade de cunho ambiental desenvolvida na fazenda é o projeto ASAS, Áreas de Soltura de Animais Silvestres, vinculado ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A empresa firmou parceria com esta instituição para receber aves vítimas do tráfico e resgatadas de cativeiros ilegais. Com este projeto, segundo Marcelo, a fazenda “sai na frente” das demais em termos de projetos de conservação e preservação do meio ambiente. Nos eventos de soltura das aves é comum a presença da imprensa local, que dá visibilidade e reconhecimento às atividades desenvolvidas pela empresa.

A perspectiva adotada pelas certificações RACTM e BPA é semelhante, na medida em pretende abranger de forma integrada a sustentabilidade ambiental, a atenção às legislações trabalhistas e o respeito ao bem-estar animal. Essa perspectiva integrada ou integral da sustentabilidade foi defendida também no treinamento em bem-estar animal do qual participei em 2014, junto à *Food Animal Initiative* (FAI). O instrutor desta capacitação, o zootecnista Murilo Quintiliano, abriu as atividades enfatizando o caráter tríplice do conceito: “economia, ambiente e ética”³⁶. Atualmente, a produção de alimentos, para ele, encara novos desafios, tais como o crescimento populacional, a segurança alimentar e as mudanças climáticas. O crescimento populacional, enquanto desafio, deve também servir como um estímulo segundo Murilo: “precisamos alimentar o mundo”. Alimentar o mundo configura também uma oportunidade para crescer nos negócios, ao passo que é necessário um incremento da mão de obra em empresas de consultoria, insumos, e nas próprias empresas agropecuárias.

O que se percebe, é que a questão ambiental parece impossível de ser ignorada quando se discute a produção de alimentos, especialmente de carne. Mas a preservação do meio ambiente, segundo os argumentos aqui expostos, não deve ignorar a pecuária enquanto uma

36Os três “E(s)” da sustentabilidade: *environment, economy, ethics*.

atividade econômica. Em função disso, o bem-estar dos animais e a conservação do meio ambiente são reapropriados em termos econômicos, como vetores positivos no aumento da produtividade e não o contrário. Tornam-se itens a serem integrados no projeto de planejamento empresarial, que requerem administração e investimento.

As relações entre os humanos e os animais performam causas e consequências quando o tema é a crise ambiental. Por um lado, a intensificação da pecuária, o crescimento exponencial dos animais criados para alimentar os humanos é apontada como uma das principais fontes de degradação do meio ambiente. Por outro, a redução ou perda da biodiversidade animal é um dos resultados da pressão antrópica sobre o Sistema Terra.

1.3 O boi, culpado ou inocente?

O debate atual na esfera dos direitos dos animais tem se polarizado entre aqueles que defendem o fim de todo uso humano dos animais e aqueles que propõem melhorias nas suas condições de sua vida e morte sem contanto eliminar o seu uso: libertacionistas/abolicionistas³⁷ e bem-estaristas³⁸, respectivamente. Os defensores do bem-estar animal não se contrapõem nem ao uso nem à morte dos animais desde que seja respeitado o princípio de minorar o seu sofrimento e melhorar as suas condições de vida e de abate. Por seu turno, os abolicionistas protestam em favor do fim da exploração humana dos animais, seja em termos de alimentação, vestuário, experimentação científica, entretenimento, enfim, quaisquer atividades que possam provocar sofrimento, constrangimento e morte dos animais. É preciso ponderar que para alguns libertacionistas, os bem-estaristas não

37O termo abolição animal faz uma referência direta à luta anti-escravidão dos negros e é utilizada como uma analogia forte para a libertação dos animais. De acordo com Perrota (2015), os diferentes nomes “movimento de libertação animal”, “movimento de direitos dos animais” e “movimento abolicionista animal” são todos termos utilizados para fazer referência a um tipo de luta que condena quaisquer formas de uso humano dos animais.

38O termo “bem-estaristas” não é uma denominação nativa. Ele é utilizado entre os defensores dos direitos dos animais pela via libertacionista para caracterizar de forma depreciativa aqueles que defendem medidas de mitigação do sofrimento animal, sem com isso abolir as diversas formas de uso humano dos animais. Para uma discussão aprofundada sobre essa polaridade dentro dos movimentos libertacionistas ver Ferrigno (2012).

contemplam aquilo que eles entendem por defesa dos direitos dos animais. Em verdade, quaisquer tentativas de regulamentação ou institucionalização de práticas que não eliminem definitivamente o uso dos animais, sob qualquer rubrica, são definidas como antropocêntricas e, logo, descartadas enquanto medidas de defesa dos direitos dos animais. Quando o tema se volta para as questões ambientais, os posicionamentos de libertacionistas e bem-estaristas são também antagônicos.

Os danos ambientais causados pela indústria da carne são tema recorrente no universo vegetariano e vegano³⁹ ainda que sua abordagem difira daquela evocada por movimentos ambientalistas⁴⁰. A atividade pecuária é apontada como a maior causa de desmatamento no Brasil, e as pressões pelo uso racional do espaço coadunam-se às exigências internacionais em prol de medidas efetivas de bem-estar animal. A poluição do ar e da água, a perda ou redução da biodiversidade, a erosão, o desmatamento, a emissão de gases de efeito estufa são algumas das consequências associadas à pecuária, as quais perpassam toda a cadeia produtiva, desde as fazendas, até os supermercados.

A Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB) sistematizou informações sobre a questão ambiental ligada ao consumo de alimentos de origem animal em uma publicação de 24 páginas, intitulada “Impactos sobre o meio ambiente do uso de animais para alimentação” (s/d). Segundo esta, no Brasil, um quilo de carne bovina é responsável, em média, pelo desmatamento de 10 mil metros quadrados de floresta e sua produção gasta em torno de 15

³⁹O vegetarianismo é, em linhas gerais, um regime alimentar que exclui todos os tipos de carnes. O vegetarianismo é, muitas vezes, o primeiro passo para o veganismo. Este, também chamado de vegetarianismo estrito, exclui quaisquer produtos de origem animal (incluindo leite e ovos), não apenas na dieta, mas nas formas de couro, medicamentos e cosméticos testados em animais. Como argumenta Ferrigno (2012), o veganismo é também uma postura política, na medida em que se associa com a luta abolicionista animal e também com as bandeiras do feminismo e da luta anti-racista.

⁴⁰Os interlocutores abolicionistas da pesquisa de Sordi (2011), afirmam existir um conflito de prioridades em relação aos movimentos ambientalistas. Estes, para os abolicionistas, centrariam suas forças em entidades abstratas, como “meio ambiente” e “ecossistema”, relegando o animal e seu sofrimento para um segundo plano, ou mesmo não abordando a questão.

mil litros de água doce limpa. Além do desmatamento e do desperdício de água, o despejo de metais pesados provenientes de fertilizantes e defensivos agrícolas no solo e a contaminação dos lençóis freáticos por esses metais além de antibióticos, hormônios, vacinas – liberados no solo pela urina e pelas fezes dos animais – são outros agentes que entram no cálculo dos custos ambientais oriundos da pecuária. A conexão entre desmatamento e uma dieta com carne é explicitada no pôster abaixo, da SVB:



Figura 3: Material de Divulgação da Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB)

Os agentes da cadeia produtiva da carne, atentos a esse tipo de discussão e demanda, tentam, por seu turno, encontrar alternativas de forma a manter suas atividades produtivas além de rebater os argumentos de movimentos ambientalistas. A noção de uma pecuária sustentável surge nesse contexto. O Panorama da Pecuária Sustentável, publicado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, reconhece a pecuária bovina⁴¹ como um dos maiores agentes de desmatamento, emissão de gases de efeito estufa, degradação do solo, poluição dos rios e mananciais e diminuição da biodiversidade.

⁴¹Segundo dados da publicação, 90% do gado bovino brasileiro é gado de corte (BNDES). Esse número tem se mantido estável nos últimos anos de acordo com essa publicação. O predomínio é da produção extensiva em grandes faixas de terra.

Esse artigo reconhece também a recente expansão da fronteira agropecuária para o bioma amazônico, no qual os estados do Pará e de Rondônia têm registrado os maiores índices de crescimento do rebanho bovino no Brasil. A bovinocultura de corte⁴² foi responsável, por exemplo, por 85% da emissão de metano no ano de 2005 (Amaral et al, 2012). Ainda falando do metano, a criação de animais em confinamento em função de seus dejetos forma açudes de dimensões variadas que constituem a principal fonte de emissão desse gás. Por outro lado, a pecuária extensiva emite menos metano em função da não concentração desses dejetos, ainda que promova maior desmatamento uma vez que a área necessária para esse modelo de criação é maior. Embora reconheça esse cenário, o artigo afirma que “a tendência é de crescente sustentabilidade socioambiental da pecuária” (Amaral et al, 2012: 250), como exemplificado através de iniciativas como o Programa Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC). Trata-se de um projeto que visa reduzir a emissão de gases de efeito estufa por meio de recursos e incentivos às propriedades que implantam técnicas agrícolas sustentáveis.



Figura 4: Material de Divulgação da *World Society for the Protection of Animals* (WSPA)

⁴²Destaque para o fato que não entra nesse cálculo os bovinos criados para a indústria do leite e seus derivados.

Para o movimento abolicionista, a destruição da natureza é mais uma das consequências do uso dos animais na alimentação humana. Para bem-estaristas, é possível cuidar da natureza – e dos animais – por meio da aplicação de métodos modernos e humanitários. Conforme D’Almeida, “dentro da perspectiva do modelo de desenvolvimento sustentável do Capitalismo Verde, o ser humano ainda é concebido como separado da comunidade ecológica ou Natureza – como um sujeito ativo, observador, enquanto a Natureza é o objeto passivo, observado” (2012: 7). Há, para a autora, uma semelhança entre a exploração dos animais e a exploração do meio ambiente – além dos próprios seres humanos –, posto que ambos se assentam na objetificação, instrumentalização e comodificação promovido pelo sistema capitalista.

As disputas entre libertacionistas e bem-estaristas vão muito além da questão ambiental. Para os primeiros, um boi não pode ser pensado como um animal de produção, a ser usado para fins humanos. Para o segundo grupo isso é possível, mas devem ser observadas determinadas regras para que esses animais vivam em condições de bem-estar. Dedico o item seguinte para explorar as controvérsias e os pressupostos que embasam essas diferentes posições.

1.3.1 Carne para uns, cadáver para outros

Peter Singer, filósofo dos temas de ética e moral, é um dos teóricos mais influentes entre os libertacionistas. Note-se que o título de seu principal livro “Libertação Animal” dá nome ao movimento, e seu conteúdo continua a motivar não somente ativistas ao redor do mundo, como a fomentar discussões filosóficas em matéria de igualdade de direitos interespecíficos. Influenciado pelos escritos do filósofo utilitarista Jeremy Bentham, Singer, em sua obra *Libertação Animal* [1975] (2004) advoga em defesa da igual consideração entre

animais humanos e não-humanos, definindo a capacidade de sentir dor e/ou prazer – sentiência – como a característica que sustenta esse direito. A sentiência é, para o autor, a faculdade básica para se ter “algum interesse” – no mínimo, em não sentir dor (Singer, 2004) – e também, atributo não somente necessário, mas suficiente para a defesa de igual consideração de direitos entre animais humanos e não-humanos. A autonomia, a participação enquanto membro de uma comunidade moral, o uso da linguagem e a racionalidade exclusivamente humana são argumentos refutados por Singer como tentativas de negar os direitos dos animais. Para o autor, não há justificativa moral que autorize a avaliação desigual de seres igualmente capazes de sentiência (Singer, 2004).

Para os libertacionistas, a categoria especismo⁴³ estabelece na espécie humana o referencial delimitador dos direitos de igual consideração moral e aparece ao lado de outras categorias como o racismo e o sexismo – com seus marcadores, igualmente arbitrários, de raça e sexo –, como uma forma de preconceito amplamente difundido e que deve ser eliminado. O especismo está na base da exploração dos animais não humanos e foi o que permitiu que seja infligida toda sorte de maus tratos e crueldades. Singer expõe em seu livro as condições em que vivem e a forma com que são tratados os animais utilizados na experimentação científica e aqueles criados para fins alimentares, formas superlativas de exploração e exemplos máximos de especismo para o autor.

Outra obra relevante para o libertacionismo e para a crítica ao bem-estarismo é o livro “Jaulas Vazias: encarando o desafio dos direitos animais”, de autoria do filósofo Tom Regan [2004] (2006). A máxima “a verdade dos direitos animais requer jaulas vazias, e não jaulas

43Termo criado pelo psicólogo britânico Richard Ryder, na década de 1970, hoje, largamente utilizado nos universos libertacionistas e veganos. Ryder, juntamente com Peter Singer e o teólogo Andrew Linzey, formaram o Grupo Oxford, nesta mesma universidade inglesa, objetivando questionar o status moral dos animais não-humanos (Ferrigno, 2012).

maiores” (Regan, 2006: 12), aparecerá em diversos momentos de seu texto e resume bem a polaridade entre libertacionistas e bem-estaristas.

Parcela considerável da obra destina-se a desconstruir os estereótipos que, segundo Regan [2004] (2006), buscam deslegitimar os fundamentos e as ações dos defensores e ativistas pelos direitos dos animais (DDAs)⁴⁴. Comumente acusados de serem extremistas e de praticarem ações “terroristas”, ou retratados como “desequilibrados emocionais abraçando coelhos”, misantropos incapazes de, ao defender os animais, também pensar os humanos, Regan busca, através de argumentos lógicos e evidências empíricas, contestar essa imagem negativa.

Segundo Regan [2004] (2006), a ideia dos direitos animais é bastante simples: significa apenas que os animais têm o direito de serem tratados com respeito. Sua argumentação parte de uma pergunta dirigida aos direitos humanos: “por que os humanos têm direitos?”. Para ele, os seres humanos têm direitos porque são “sujeitos-de-uma-vida”. Regan refuta argumentos exclusivistas que restringem os direitos aos membros da espécie *Homo Sapiens*. As alegações de os seres humanos serem portadores de direitos por “serem humanos”, falarem, participarem de uma comunidade moral, serem pessoas, serem autoconscientes, terem almas, ou terem recebido de Deus os seus direitos, são combatidas uma a uma por serem incapazes de justificar a reserva de direitos aos humanos e serem negados aos animais. Logo, a pergunta que ele considera cabível, visto que é equivalente quando se trata de direitos humanos, deveria ser: “os animais são “sujeitos-de-uma-vida?”. A

44Regan classifica os defensores dos direitos animais em três categorias: vincianos, damascenos e relutantes. Todos possuem aquilo que ele chama de consciência animal: uma capacidade de estabelecer relações de tipo “eu – tu” (em oposição a relações “eu – isso”) com os animais, percebendo neles vontades, desejos, estabelecendo relações baseadas na empatia e na compaixão (Regan, 2006). Para os vincianos, essa consciência é inata. Desde crianças, percebem os animais como sujeitos e negam a possibilidade de uso dos mesmos. Os damascenos alcançam essa consciência por algum momento dramático, como o encontro com imagens que apresentam a matança de animais. Os relutantes percorrem um caminho mais longo para chegar à consciência animal: não nascem com ela como os vincianos e não possuem um episódio definitivo que marca a passagem, mas o fazem pouco a pouco, através de uma conscientização crescente com base em uma série de acontecimentos e reflexões.

resposta deve ser afirmativa, posto que a igualdade de direitos abarca também os animais, todos nós, “sujeitos-de-uma-vida”:

O senso comum e o significado das palavras na nossa linguagem comum sustentam a resposta afirmativa. Os comportamentos comuns entre nós, assim como nossas estruturas anatômicas comuns, sustentam essa resposta. Nossos sistemas neurológicos comuns e considerações sobre nossas origens comuns, seja através da evolução, seja como uma criação separada de Deus, sustentam essa resposta. Se olharmos a questão “com olhos imparciais”, veremos um mundo transbordante de animais que são não apenas nossos parentes biológicos, como também nossos semelhantes psicológicos. Como nós, esses animais estão no mundo, conscientes do mundo e conscientes do que acontece com eles. E, como ocorre conosco, o que acontece com esses animais é importante para eles, quer alguém mais se preocupe com isto ou não. A despeito de nossas muitas diferenças, os seres humanos e os outros mamíferos são idênticos neste aspecto fundamental, crucial: nós e eles somos sujeitos-de-uma-vida (Regan, 2006: 72).

Em seu caso, objetividade e clareza são os atributos fundamentais que qualificam os argumentos dos libertacionistas e, por conseguinte, que os diferem daqueles que defendem medidas em favor do bem-estar animal. Para o autor, não há polissemia possível para expressões como tratamento humanitário, bem-estar animal e guarda responsável (Regan, 2006). O discurso de porta-vozes das indústrias de exploração animal que afirmam respeitar e proporcionar bem-estar aos animais é marcado então por aquilo que Regan chama de “ditos desconexos”: contradições entre aquilo que a indústria aponta como princípios de sua prática e o que de fato acontece nos limites dessas instituições.

Analisando as contradições, os ditos desconexos, no caso de animais criados para fins alimentares, para a indústria de peles, para o entretenimento, para a experimentação científica e de animais que participam de competições esportivas, Regan (2006) reafirma sua posição: um tratamento humanitário requer jaulas vazias, e não jaulas maiores. Para o autor, os porta-vozes das grandes indústrias citadas estão apenas preocupados em atender os requisitos da

legislação bem-estarista e de alguma forma “acalmar” os consumidores que não podem acompanhar de perto o que se passa dentro das indústrias. As contribuições da filósofa Sônia Felipe, autora de diversos estudos sobre ética animal e ambiental, compartilham da posição de Regan:

quando usamos o termo bem-estarismo, precisamos deixar claro que ele se destina a nomear o sistema de exploração e morte dos animais para beneficiar humanos, um sistema que aumenta as gaiolas e as correntes, fingindo que se preocupa com o bem próprio dos animais, e confundindo o bem que é específico e particular a cada indivíduo, com dar algum suprimento para que a “qualidade” do produto final não seja prejudicada (Felipe, 2011).

Na medida em que a exploração persiste, ela não perfaz um caminho alternativo, mas apenas aprofunda e mascara as relações de exploração. O caso do patê de *foie gras*⁴⁵ é emblemático. Seria possível produzir eticamente um alimento cuja base é o fígado hipertrofiado⁴⁶, de patos ou gansos, propositalmente por humanos? Abolicionistas são claramente contrários a isso, mas, segundo os defensores do bem-estar animal tal prática seria possível: bastaria criá-los soltos sem praticar-se a *gavage*, que consiste em alimentar os animais forçadamente até que seu fígado adquira o peso ideal para o abate, cerca de 400g. Nas palavras de Ferrigno, “interpretado como marketing que encobre interesses econômicos, o termo [bem-estar animal] torna-se pejorativo dentro da atmosfera vegana, por ser utilizado justamente pelos inimigos da causa (...)” (2012: 156). Empresários, industriais e pesquisadores filiados ao bem-estar animal são alguns destes inimigos, que, ao incentivarem ações que mantenham os animais em confinamento, em função de interesses econômicos, acabam por abrandar, mas não eliminar as condições de exploração.

45A produção desse patê foi proibida em países como a Alemanha e Itália, conforme reportagem “*Foie Gras ético*”, disponível em http://www.istoe.com.br/reportagens/18382_FOIE+GRAS+ETICO. Acesso em 10 de novembro de 2015.

46A doença recebe o nome de esteatose hepática.

Tanto Singer quanto Regan são enfáticos em afastar considerações de ordem sentimental como aquelas relacionadas a animais de estimação para fundamentar os direitos a serem garantidos aos animais. Como define Singer: “esse livro não faz apelos sentimentais para que se tenha compaixão por animais “fofinhos” (...). Esse livro é uma tentativa de refletir atenta, cuidadosa e consistentemente sobre a questão de como devemos tratar os animais não-humanos” (Singer, 2004: xix). Segundo Regan:

Nós, defensores dos direitos animais (DDAs ou ativistas), não queremos porcos dormindo em nossas camas nem elefantes guiando nossos carros. Não queremos fazer desses animais nossos “bichos de estimação”. O que nós queremos é mais simples: só queremos que as pessoas parem de fazer coisas terríveis com eles. (2006: 3).

Para ambos os autores a questão dos direitos animais⁴⁷ deve ser tratada com base em argumentos racionais e lógicos. Uma mudança séria nos hábitos alimentares, linguísticos e de pensamento não pode ser levada a cabo por argumentos que recorram a sentimentalismos, pelos quais muitos defensores dos direitos dos animais, nos termos de Regan, são negativamente estereotipados [2004] (2006).

Esta postura não escapa às críticas, especialmente aquelas postuladas por pensadoras feministas, preocupadas também com as questões postas pelo veganismo e pelo libertacionismo. Donovan (1990) argumenta que a ética que embasa grande parte da teoria dos direitos dos animais, como para Singer (2004) e Regan (2006), é não somente insuficiente, mas também sexista quando se trata da transformação radical de hábitos: ao privilegiarem o utilitarismo e a teoria dos direitos naturais, respectivamente, ambos acabam

⁴⁷A expressão *animal rights* na obra de Tom Regan foi traduzida para o português como “direitos animais”, diferentemente da tradução convencional de “direitos dos animais”. Essa diferença pode gerar um tipo de discussão sobre a própria definição de direitos, se trata-se de direitos aos moldes humanos para os animais ou se a condição animal ou ser animal dos animais requalificaria e redefiniria a própria noção de direitos.

por reproduzir um viés racionalista e masculinista em suas abordagens sobre os direitos dos animais – já bastante poderosa no que se refere aos direitos humanos (Donovan, 1990). A proposta feminista de Donovan (1990) e Luke (1992) está baseada em uma ética do cuidado, em que os sentimentos e as emoções, desqualificados por Singer⁴⁸ como justificativa de direitos, devem embasar respeito e ações de proteção e defesa dos animais. Como permanecer com o racionalismo e com a “masculinização cartesiana do pensamento” se estes são as fontes de grande parte do preconceito e da violência infligida contra negros, mulheres, idosos, crianças e animais? Manter uma ética da justiça embasada em preceitos masculinistas dominantes não parece ser a saída desejável quando se pretende uma transformação radical nas nossas relações intra e interespecíficas.

Nessas abordagens fica explícita a dualidade de cunho humanista entre razão e emoção, associada por sua vez ao masculino e ao feminino, respectivamente. Operar através de “saberes localizados” (Haraway, 1995) torna-se uma alternativa às propostas de totalidade, coerência e transcendência das perspectivas racionalistas, sem recair no polo emocional daquela oposição. Na perspectiva de Haraway (1995), a objetividade não é abandonada, mas ganha corporalidade e localização; ela está fundamentada no posicionamento que produz conhecimentos finitos e parciais, refutando a transcendência das abordagens que operam por meio de um sujeito cognoscente imparcial e onipresente (Haraway, 1995). A parcialidade não é, entretanto, um fim em si mesma, mas ela permite rastrear as conexões que produziram o conhecimento e assim responsabilizar os seus agentes: “irresponsável”, explica Haraway, “significa incapaz de ser chamado a prestar contas” (1995: 22). Em um universo de espécies companheiras (Haraway, 2003; 2011), humanos e animais são co-responsáveis por sua

⁴⁸Como reflete Donovan (1990), Singer teme que os direitos animais sejam trivializados por um “sentimentalismo afeminado”.

constituição, o que abre possibilidades menos estanques e estabilizadoras para se pensar os animais e os seus direitos.

Ao passo que o feminismo de Haraway nos chama a atenção para a localização dos saberes e para as práticas de responsabilidade, Carol J. Adams, articula de maneira contundente o feminismo e o vegetarianismo. Na obra *“The Sexual Politics of Meat”* ([1990] 2012) a autora demonstra de que forma uma determinada cultura patriarcal autoriza o consumo de animais, subjugando, no mesmo movimento, também as mulheres. A carne torna-se um símbolo do domínio masculino. Além disso, Adams assegura que a maioria dos animais consumidos pelos humanos são fêmeas adultas e suas crias jovens. Leite e ovos são classificados pela autora como proteína feminilizada, ou seja, proteínas produzidas por (e às custas de) um corpo feminino. Rejeitar a carne e os demais produtos originados de animais, significa para Carol J. Adams rejeitar e combater também o machismo.

Adams lança mão das expressões “abate humanitário” e “estupro violento” para denunciar um desfocamento provocado pelos adjetivos (humanitário e violento) aos substantivos (abate e estupro) aos quais eles se referem. A expressão “estupro violento” deixaria implícita a ideia de que nem todo estupro é violento, ao passo que “humanitário”, apresentaria a possibilidade de uma benignidade no ato de matar. Para a autora, entretanto, estes não são eufemismos possíveis: “Assim como todos os estupros são violentos, todo abate de animais para a produção de carne é desumano, independentemente de como ele é chamado” (Adams, 2012: 115).

A autora afirma que por meio do retalhamento, dos cortes de carne tais como são encontrados no supermercado, os animais se tornam “referentes ausentes”, o que acontece de três formas. Uma primeira forma é literal, visto que os animais são mortos para se tornarem carne; a segunda é conceitual, posto que o nome dos animais é alterado quando eles se tornam

carne (novilho em lugar de filhote, por exemplo), e o terceiro modo é metafórico, quando os animais se tornam metáforas para descrever as experiências humanas. Este modo metafórico é exemplificado pelas mulheres vítimas de estupro ou espancamento que afirmam sentirem-se como pedaços de carne: a morte dos animais é utilizada para ilustrar suas experiências de violência.

A linguagem é, para Adams, um nível fundamental na institucionalização⁴⁹ da opressão tanto das mulheres quanto dos animais. A linguagem serve para mascarar a realidade. O papel do vegetarianismo, segundo a autora, é também apresentar a literalidade dos processos de consumo de produtos animais em uma sociedade que, segundo ela, “prefere o pensamento simbólico” (Adams, 2012: 119). Em função dessa preferência, fala-se de carne e não de cadáver – termo mais apropriado, por ser literal, segundo Adams – e procura-se separar de todas as formas a carne que será consumida, da imagem dos animais que a originaram.

Tal dissociação é pensada por Melanie Joy com a ideia de “*missing link*”⁵⁰ entre a carne e sua fonte que é o animal, lacuna criada a partir de uma ideologia que a autora norte-americana chama de “carnismo” em sua obra *Why we love dogs, eat pigs and wear cows* (2011). Essa denominação é criada para enfatizar o consumo de carne como uma escolha, como um gosto adquirido e reforçado por meio de inúmeros recursos simbólicos que definem certos animais como comestíveis e outros não. Ao abordar o carnismo enquanto um sistema de crenças a autora também pretende combater a naturalização do consumo de carne, o que fica implícito ao associar os termos como carnívoro ou onívoro às qualidades das espécies. Dito de tal maneira, tais expressões remeteriam à constituição biológica do corpo humano e não propriamente a escolhas filosóficas. Sua argumentação busca assim, conectar o ato de

49A autora distingue dois níveis dessa institucionalização. Além da linguagem, atuam as estruturas formais como os abatedouros, os açougues, os zoológicos e os circos (Adams, 2012: 109).

50O tema da dissociação entre o animal e a carne é recorrente na literatura dos direitos dos animais e parcela considerável das ações dos ativistas tem se concentrado na recuperação desse elo, através, por exemplo, da divulgação na internet, de vídeos e de fotografias sobre a vida dos animais em condições de produção industrial.

comer carne com um determinado sistema de crenças e valores que legitima tal ação, equiparando o carnismo ao vegetarianismo: do ponto de vista dos humanos trata-se de uma escolha, baseada em determinados princípios, e cuja afiliação é voluntária (Joy, 2011).

O carnismo, entretanto, possui algumas particularidades para Melanie Joy. Mais que um sistema de crenças, o carnismo é uma ideologia de um tipo bastante resistente ao escrutínio, em suas palavras. Pela ausência de nomenclatura – até o momento, visto que a autora passa a nomear a ideologia – o carnismo mantém-se invisível e é tão disseminado que suas concepções e práticas são vistas como senso comum, fatos antes que opiniões. Além disso, a autora caracteriza o carnismo como uma ideologia violenta, visto que a carne não pode ser produzida sem a morte dos animais. A invisibilidade torna-se dupla: como ideologia o carnismo mantém-se simbolicamente mascarado, ao passo que suas práticas violentas são mantidas longe dos olhos dos consumidores de carne que estão apartados dos frigoríficos, como pelo retalhamento dos corpos e os disfarces nas embalagens.

Todo o esforço investido por essa ideologia dá-se, para Joy, por uma razão que considera bastante simples: o fato de que nós, humanos, nos importamos com os animais. A empatia com os animais é um pressuposto básico de seu argumento, assim como a negação de que o corpo humano biologicamente precisa de carne e de proteína de origem animal. Dessa forma, retirar o carnismo e suas práticas da invisibilidade, reconectando carne e animal, demonstrando o sofrimento dos animais usados na alimentação, mas também pela ciência, ou ainda nos circos e zoológicos, é uma estratégia importante para a autora, uma vez que o testemunho⁵¹ proporciona a possibilidade de “sentir com”, sua definição para a empatia.

51A ideia de testemunho remete à frase de Paul McCartney, bastante popular no universo vegetariano: “se os matadouros tivessem paredes de vidro, todos seríamos vegetarianos”. Ela aparece no vídeo Glass Walls, produzido pela PETA e disponível online: http://www.youtube.com/watch?v=FgavacZ_47Q. Acesso em 10 de novembro de 2015.

Analogias com o sofrimento humano também são comuns nas estratégias libertacionistas em protesto ao consumo de carne e ao uso de animais. Escravidão e holocausto são imagens recorrentes nos discursos do ativismo, assim como a substituição do termo carne, por cadáver. Trata-se, no entender de Sordi (2011), de recursos de aproximação entre humanos e animais a partir da ênfase em experiências negativas dos primeiros. Para o autor, “(...) a pura e simples exposição do sofrimento de animais não é totalmente suficiente para fundar sua gramática e sua eficácia. É necessário aproximá-lo do sofrimento humano, demonstrar sua íntima proximidade” (Sordi, 2011: 20). A recepção de tais expedientes nem sempre é positiva, mesmo dentro do movimento libertacionista, mas é reveladora, do trabalho de produção e manutenção de simetria humano/animal por esses agentes.

No mesmo texto, o autor aborda a dicotomia entre os movimentos libertacionista e bem-estarista, tema a que também se dedica Ferrigno (2012). Como demonstra Sordi (2011), libertacionistas e bem-estaristas compartilham termos como senciência, especismo e direitos dos animais. Entretanto, o compartilhamento desses termos tem consequências bastante diferentes para ambos os coletivos. O reconhecimento da senciência dos animais resulta, por exemplo, em duas situações/posições radicalmente diferentes. Bem-estaristas defendem que todo sofrimento considerado desnecessário deve ser evitado, proporcionando boas condições de vida e de morte aos animais. Por outro lado, a partir das concepções libertacionistas, a senciência é razão suficiente para que eles não sejam mortos e nem usados pelos humanos. A Declaração de Cambridge sobre a Consciência em Animais Humanos e Não Humanos⁵² (2012) é invocada por ambos os movimentos de modo a justificar ora a defesa de medidas de bem-estar, ora a libertação dos animais:

52A Declaração de Cambridge foi escrita por um grupo de neurocientistas e a versão original encontra-se disponível em: <http://fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf>. Acesso em 22 de novembro de 2015.

A ausência de um neocórtex não parece impedir que um organismo experimente estados afetivos. Evidências convergentes indicam que animais não humanos têm os substratos neuroanatômicos, neuroquímicos e neurofisiológicos de estados de consciência juntamente com a capacidade de exibir comportamentos intencionais. Conseqüentemente, o peso das evidências indica que os humanos não são os únicos a possuir os substratos neurológicos que geram a consciência. Animais não humanos, incluindo todos os mamíferos e as aves, e muitas outras criaturas, incluindo polvos, também possuem esses substratos neurológicos (Declaração de Cambridge, 2012).

Embora o que bem-estaristas e libertacionistas pretendam com as medidas de proteção aos animais difira radicalmente entre eles – minorar o sofrimento sem eliminar o uso e abolir o domínio humano sobre os animais, respectivamente – os “direitos dos animais” parecem permanecer como uma noção enraizada em dualismos insistentes nas tradições ocidentais assim como agente/instrumento, cultura/natureza, civilizado/primitivo, ativo/passivo, verdade/ilusão. Como observa Haraway em seu “Manifesto Ciborgue” (2009 [1985]) tais dualismos têm fundamentado a lógica de dominação dos seres construídos como outros: mulheres, negros, trabalhadores, animais e a própria natureza. O questionamento é refeito pela autora em seu segundo manifesto, “*The Companion Species Manifesto*”, tocando justamente a questão dos direitos dos animais: “*the question turns out not to be what are animal rights, as if they existed preformed to be uncovered, but how may a human enter into a rights relationship with an animal?*” (Haraway, 2003: 53).

Perguntas como essa passam ao largo das propostas de Singer e Regan. A relação de direitos questionada por Haraway está bem estabelecida para os autores, pois trata-se de condicionar os animais à posição de sujeitos de direito ocupada somente pelos humanos em nossas jurisprudências ocidentais. A categoria de “sujeitos de direito” – tal como defendida por Tom Regan – está ligada a uma série de outros pressupostos humanistas que, por sua vez,

reiteram e reforçam a separação entre humanos e animais e, por outro lado, justificam as formas de opressão que a proposta abolicionista de Regan pretende combater. Além disso, de acordo com Descola (1998: 25):

Proteger os animais outorgando-lhes direitos — ou impondo aos humanos deveres para com eles — é apenas estender a uma nova classe de seres os princípios jurídicos que regem as pessoas, sem colocar em causa de maneira fundamental a separação moderna entre natureza e sociedade. A sociedade é fonte do direito, os homens o administram, e é porque são condenadas as violências para com os humanos que as violências com relação aos animais se tornam condenáveis.

Assim, a inclusão dos animais na esfera de proteção de direitos não coloca imediatamente em questão a divisão entre natureza e cultura tal qual postulada em nossa Constituição Moderna (Latour, 2011), apenas estende princípios jurídicos que regem os humanos à outra classe de seres. Descola considera que a proposta de Singer tampouco coloca em causa os princípios básicos da ontologia naturalista, pelo contrário: reforça a continuidade do corpo e a descontinuidade das faculdades mentais, pois os animais excluídos do círculo restrito da condição de pessoa, permanecem relegados a uma condição subalterna. A continuidade dos corpos é reforçada no argumento da declaração de Cambridge, que fundamenta na semelhança dos substratos neurológicos a capacidade de expressão de comportamentos intencionais pelos animais. A intencionalidade, característica típica do indivíduo possessivo, é transferida também aos animais, em outra atitude de projeção de valores humanistas aos não-humanos. Em Regan, Descola percebe o mesmo antropocentrismo, pois os animais adquirem a condição de sujeitos pelo compartilhamento de propriedades internas com os humanos. A continuidade interna entre animais e humanos proposta por Singer e Regan é, portanto, de um tipo muito diferente daquele descrito por Descola sob a rubrica de ontologias animistas. Primeiro, porque a interioridade conferida aos

animais se restringe a um determinado número de seres nos quais esta interioridade é comprovada, e não por uma petição de princípio, como nas ontologias animistas. Além disso, o reconhecimento do indivíduo como fonte dos direitos, como propõe Regan, não faz deles sujeitos coletivos, ao passo que o animismo reconhece a possibilidade ver nos demais animais comunidades organizadas por princípios análogos aos que regem as comunidades humanas. Por fim, enquanto nas ontologias animistas os coletivos de sujeitos são reconhecidos por seus diferentes instrumentais anatômicos e os diferentes comportamentos que eles engendram, o reconhecimento de que falam Singer e Regan tem a homologia da interioridade como a sua base (a consideração dos animais como seres sencientes de Singer e a de sujeitos-de-uma-vida de Regan) (Descola, 2010).

Arcanjo Matos, na monografia convertida em livro “Toda dor do mundo: uma introdução a ontologias não-especistas” (2014), analisa as formas com que o ocidente construiu os limites que separam humanos de animais e como a filosofia trabalhou nessa separação. O autor argumenta que na tendência de estender direitos humanos aos animais está implícita a separação humanista entre humanos e animais, na qual “a busca de algo em comum – razão, autoconsciência, alma – nunca é algo de animal em nós, mas algo de humano neles” (Arcanjo Matos, 2014: 52). D’Almeida (2012) faz uma crítica semelhante à ética dos direitos animais. Ao estender o moralismo kantiano e outras ideias antropocêntricas aos animais não-humanos, éticas animalistas como a de Singer e de Regan, acabam por “combater o antropocentrismo ou *especismos* com ideias antropocêntricas e humanistas” (D’Almeida, 2012: 4).

Partindo da obra de Danta e Vardoulakis, *The Political Animal* (2008), Arcanjo Matos assevera que não é apenas o que se entende por humano que deve ser reavaliado, mas também o que se entende por animalidade (em termos humanistas). Para os autores, situar os direitos

dos animais como naturais, tal como é feito para os humanos, pelo humanismo, reproduz protocolos com vistas a tranquilizar as consciências, mais do que faz questionamentos efetivos e profundos às relações que estabelecemos com os animais. O problema deste tipo de abordagem estaria em uma “não-diferenciação coletiva”, no “nós” abstrato que surge de um ideal de igualdade baseado em princípios humanistas e que ecoa na passividade dos animais e da natureza (mas poderia se dizer também, analogamente, às mulheres, aos negros, e aos outros grupos oprimidos).

Limitar a esfera de consideração moral aos seres sencientes também implica na exclusão do restante da comunidade ecológica. Nesse sentido, para D’Almeida, a natureza permanece sendo entendida como um recurso a ser explorado, ainda que os fins pareçam mais zoocêntricos do que antropocêntricos, ou seja, centrados no animal e não no humano. A potência de um zoocentrismo de fato permanece, no entanto, prejudicada pelos meios escolhidos para alcançá-lo, pautados invariavelmente no exclusivismo humano. Quanto ao bem-estar animal essa abordagem fica especialmente explícita, pois o limite para a promoção de melhores condições de vida aos animais é colocado pela fronteira do sofrimento considerado necessário (pelos humanos) para a produção a que determinados animais são destinados.

Assim, se alçados à simples projeções, os direitos dos animais são pensados a partir de princípios humanistas e humanizantes que já se mostraram ineficazes para pensar os próprios direitos humanos (Sá, 2013). O singular genérico “animal” ou mesmo o plural englobante “animais” dizem pouco sobre a multiplicidade e as idiossincrasias das relações nas quais humanos e animais se engajam. Os direitos humanistas (dos animais e dos humanos), construídos sobre o achatamento das diferenças, acabam por legitimar a soberania do humano e, conseqüentemente, as diversas formas de opressão intra e interespecíficas.

As disputas entre libertacionistas e bem-estaristas no que tange a conferir direitos aos animais não-humanos evidenciam a mobilidade das fronteiras entre o humano e o animal, bem como diferentes apropriações de princípios humanistas. Bem-estaristas consideram que “humanizar” a relação entre animais e humanos consiste em fornecer melhores condições de trabalho aos humanos e recintos adequados aos animais. Pressupõe-se que também se tornem “mais humanos” através do tratamento humanizado daquilo que consomem, um alimento produzido eticamente, objetivo da certificação dos produtos. Portanto, deve-se observar que esta ética está preocupada em proporcionar melhores condições de vida e de morte aos animais, sem, contudo, contestar a relação de posse e subjugação implícita nesse processo.

Na ótica abolicionista os bem-estaristas estão longe de humanizar a relação dos humanos com os animais, pois na medida em que persistem a dominação e o uso dos animais, sob quaisquer roupagens, os animais seguem sendo subjugados e, portanto, permanecem moralmente distantes dos humanos. Sua percepção acerca dos humanos bem-estaristas, que se pretendem mais “humanos” por tentarem proporcionar bem-estar aos animais, é a de que eles seguiriam sendo “desumanos”.

A referência ao humano/humanismo é o que chama atenção nessas disputas. Uma proposta alternativa é apresentada por Cary Wolfe, filósofo que reflete sobre as relações entre humanos e animais e o pós-humanismo. De acordo com o autor, o pós-humanismo está antes e depois do humanismo: antes, porque ele nomeia a incorporação e o enraizamento do ser humano não apenas no universo biológico, mas propriamente em um mundo tecnológico, ou tecnologizado. Por outro lado, ele vem depois no sentido que o pós-humanismo nomeia um período histórico no qual o descentramento do humano por sua imbricação em redes tecnológicas, médicas ou econômicas não podem mais ser ignoradas. Para ele, falar de pós-humanismo não é apenas falar do descentramento do humano de suas coordenadas ecológicas,

tecnológicas ou evolucionárias, mas também em como pensar diante desses desafios. Segundo Wolfe (2009), uma das características do humanismo (liberal), é uma tendência a um tipo de pluralismo que amplia a esfera de atenção para grupos minoritários anteriormente excluídos, sem questionar o conceito de humano que subjaz nesse próprio pluralismo:

Just because we direct our attention to the study of nonhuman animals, and even if we do so with the aim of exposing how they have been misunderstood and exploited, that does not mean that we are not continuing to be humanist—and therefore, by definition, anthropocentric (Wolfe, 2009: 99).

Falar de pluralismo sem questionar o humano é uma característica de abordagens de movimentos sociais, políticas e intelectuais, e parece-me também ser encontrada nos debates em matéria de direitos dos animais. Wolfe (2009) dirige aqui sua crítica particularmente ao que se convencionou chamar de *animal studies* ou *human-animal studies*. Ambas as rubricas tornam-se problemáticas quando confrontadas com o contexto do pós-humanismo. Nesse sentido, os estudos que se situam nessa esfera, devem ser confrontados em duas dimensões: não somente o tema ou o “objeto” de estudo, mas sua abordagem teórico-metodológica, ou seja, “como os *animal studies* estudam o animal”. Uma abordagem que leva a sério a alteridade animal requer que consideremos o que acontece quando os seres entram em relação. Como descreve Sá, “a transformação interespecífica, ou simplesmente a transespecificidade, se dá quando o resultado deste realinhamento relacional é algo diferente daquilo que previamente reconheceríamos como comportamentos, ações, hábitos, performances coligadas aos corpos e características de cada espécie” (2013: 249). O dispositivo da transespecificidade favorece assim o deslocamento da análise dos objetos para enfocar as relações entre as espécies e as múltiplas formas com que seus modos de vida entram em relação.

Segundo Arcanjo Matos (2014), propostas como a de Singer podem ser associadas a uma certa “política de concessões” ao prescrever uma espécie de paternalismo que aprofundaria a passividade tanto da natureza quanto da animalidade. Ao reivindicar voz para aqueles que não a têm, parte da luta anti-especista estaria reforçando a distinção humanista: “nós (humanos) vamos dizer o que é bom pra eles (animais)” (Arcanjo Matos, 2014: 51).

Os animais dizem a libertacionistas e bem-estaristas coisas bastante diferentes. Tratarei dessas multivocalidades a partir do cotidiano de trabalho dos vaqueiros e campeiros, ao ser confrontada com a possibilidade de efetivas comunicações interespecíficas.

1.4 “Boi não fala mas também não mente”

Desde os debates a respeito do Antropoceno, com que inicio o capítulo, até a discussão a respeito dos direitos dos animais, uma questão perpassa suas diferentes argumentações: a centralidade do humano. Em nenhum outro momento o impacto das ações humanas sobre o meio ambiente alcançou tamanho vulto a ponto de tornarem-se uma força geológica capaz de destruir as condições de vida no Planeta Terra. A criação de animais para servirem de alimento aos humanos é uma das atividades de maior impacto ambiental, mas os pecuaristas se defendem buscando desenvolver medidas locais de mitigação dos danos causados por suas atividades. Por sua vez, os movimentos de libertação animal procuram conscientizar os consumidores de carne de que seus hábitos têm consequências catastróficas para o meio ambiente. Ao fazer isso, tais movimentos pretendem “dar voz a quem não tem”, aos animais, e defendê-los da morte certa por assassinato que os aguarda ao final de suas vidas como gado de corte.

Mas afinal, o que dizem os animais? Um libertacionista responderia a esta pergunta alegando que os animais não querem sofrer e nem serem mortos, sob qualquer circunstância

que não seja seu fluxo de vida “natural”. Por outro lado, para um defensor de medidas de bem-estar, os animais diriam que não desejam passar por sofrimentos desnecessários e muito menos sentir fome e sede.

O trabalho diário com os animais na fazenda configura outra possibilidade de pensarmos sobre os desdobramentos e atualizações da ideia de bem-estar animal. É nas relações cotidianas de trabalho com os animais que emergem formas interessantes de se pensar as relações com os animais, não essencializando-os como objetos de uma relação unicamente de escravidão. Para os vaqueiros com os quais trabalhei, os bois podem até não falar como nós humanos, mas são capazes de se expressar de outras maneiras, e assim também não mentir.

Os vaqueiros e campeiros não entendem apenas *de* gado, mas precisam também entender *o* gado. Para Felipe, capataz da unidade Beatriz (MT) o vaqueiro precisa ler o gado, compreender os sinais que ele manifesta através de diferentes expressões corporais que nos permitem entender os seus desejos e as suas necessidades.

O trabalho com o gado não é silencioso. Em campo, enquanto aguardava a chegada dos vaqueiros com um lote de gado⁵³, percebia a chegada da comitiva através dos brados dos vaqueiros: “ôua, ôua”, “eira, eira”, “boi, boi”, “boiaaadaaa”. Apesar de recorrentemente ouvir o tom de voz grave, com o passar do tempo, pude distinguir as diferentes vozes, as entonações e as diferentes palavras empregadas pelos vaqueiros. As expressões são alongadas, fazendo de sua repetição quase um canto. Uma única vogal ou uma combinação específica entre elas, como “ôua” e “êa”, são repetidas demoradamente até a garganta cansar e dar lugar a conversas entre os vaqueiros.

⁵³O lote é definido pelo conjunto de animais reunidos em uma determinada área. A divisão de um lote obedece a critérios variados como a idade, o peso, o sexo e a raça dos animais. O lote ideal é homogêneo, formado por bois ou vacas de mesma idade, peso semelhante e de conformação racial similar.

Cada vaqueiro e campeiro cultivava um linguajar próprio para falar com o gado. No Rio Grande do Sul, a voz de Juarez destacava-se ao longe. Seu “falar com o gado” talvez seja melhor descrito como um cantar, de voz grave, quase rouca, e de “berros” altos e cadenciados, musicais. Ricardo é mais comedido, e usa, sobretudo os assobios para alertar o gado de seu caminho. Celso possui fala mais leve e cadenciada e ao tocar a boiada pelos campos ou manejá-la no curral, distinguia-se pelos sons demorados de “eira boi, eira”.

No Mato Grosso, ainda durante minha primeira semana de pesquisa de campo fui alertada para não me aproximar dos animais de maneira silenciosa. Havia sido delegada a mim a tarefa de localizar (através do número do piquete e da linha do confinamento em que estavam) onze bois, reconhecidos pelos números tatuados em suas ancas. Os animais deveriam ser encontrados no meio de 2600 cabeças separadas em determinados piquetes do confinamento. Aceitei a tarefa, não sabendo que deveria realizá-la entrando nesses pequenos cercados, com cerca de 150 animais em cada um. Fiquei andando pelos corredores que separam as diferentes linhas do confinamento, tentando encontrar os números que estavam na minha listagem. Ao menor movimento de aproximação, os bois imediatamente se afastavam. Alguns de forma mais abrupta e outros parecendo apenas se desviar de um corpo estranho.

Retornei até Felipe, capataz da unidade, sem encontrar um boi sequer. Enfatizei que tentei me aproximar do gado “bem quietinha”, mas que mesmo assim, apesar desse esforço em não fazer nenhum ruído, eles fugiam de mim. Achei que o silêncio seria a melhor forma de não assustá-los, de mantê-los em pé, quietos, de forma que eu conseguisse visualizar o número de sua tatuagem e cumprir com a minha tarefa. Foi então que Felipe me alertou para o fato de que jamais se deve aproximar-se dos animais em silêncio, ao contrário, é preciso emitir algum tipo de som, preferencialmente em tom grave. Em seguida ele me perguntou: “já

percebeu que ninguém aqui trabalha quieto?”. De fato, os vaqueiros estavam sempre se dirigindo vocalmente aos animais, seja nos trabalhos no curral ou nas lidas de campo.

Com o passar do tempo e em outras conversas que tive com Felipe, este acrescentou que um bom vaqueiro precisa falar com os animais. Na chegada de qualquer novato que não tenha esse tipo de postura, Felipe insistia que ele precisava “abrir a boca”, pois o trabalho com o gado exige a fala, ainda que os berros e gritos estridentes devam ser evitados, o que se aproxima das indicações de bem-estar animal.

Assim, se os vaqueiros falam com os animais, seria possível argumentar que estes se remetem aos humanos? Certamente a linguagem falada não é um atributo observado em um boi, mas outras formas de comunicação se instauram nas relações entre gados e humanos. Como repetido diversas vezes pelos vaqueiros, “boi não fala, mas também não mente”.

O falar que se faz necessário no cotidiano de trabalho com os animais é referido pelos vaqueiros como “zelar”, “cuidar” dos animais. Para tanto, é preciso perceber quando um boi está doente, quando refuga o cocho, ou quando não se adapta a nova realidade do confinamento, quando está em conflito por alterações na hierarquia e quando está com fome ou sede. Foi da seguinte forma que Felipe explicou-me a expressão:

Boi não fala, mas ele não mente. Ele fala assim, ele fala com o gesto dele. Mas o boi fala sim. Ele não fala assim, igual nós, mas ele, o olhar dele tá falando. Pra quem entende, o olhar dele tá falando, o gesto dele tá falando. Quando ele tá ali no piquete, que ele tá assim ó, sapateando, pastando pra trás, ele tá falando “oh, to empanzinado!”. Quando ele tá ali em volta do cocho, toda hora berrando, vê você e fica berrando, ele tá falando: “ô, to com fome!”. Então ele fala. Agora, ele também não mente. Se ele tiver maltratado você tá vendo. Se ele tiver assim bichado, se ele tiver mancando, com falta de ser cuidado, ou o cara não tá cuidando porque não quer, ou às vezes o cara tá naquela situação porque ele tá meio carregado, ou às vezes o manejo do outro lado tá mais apertado. Mas o boi, se ele tiver machucado, ele tá falando, e ele vai ficar pra trás. O animal que ficar sozinho no piquete, pra trás, no fundo, ele tá com problema. Se ele ficar demais no cocho também: ele tá

caçando boia, tá com fome. A não ser se passar meio dia e ele tá na sombra ali, né. Então é... o boi fala e não mente também (Entrevista com Felipe, 08/05/2015).

As expressões corporais dos bois manifestam assim os seus desconfortos. Um boi que permanece em pé, próximo ao cocho em que recebe diariamente o seu alimento, manifesta o seu desejo e/ou necessidade de comida. Um boi que não se movimenta para chegar até esse mesmo cocho e fica apenas observando os demais animais se alimentarem – o chamado “refugio de cocho” - demonstra que não está confortável no novo ambiente em que foi colocado e precisa ser retirado dali. O contrário também pode acontecer: quando o boi ingere ração em excesso, corre o risco de *empanzinar*, empanturrar-se, o que os vaqueiros percebem pelo andar de ré e certo sapateio do animal.

Além dos sintomas de doenças e desconfortos, os animais também expressam alegria e tristeza. Uma destas manifestações de alegria recebe o nome de *escaramuçar*, expressão que fala dos bois que ficam pulando para todos os lados, alternando as patas traseiras e dianteiras. Alguns simulam brigas em dupla⁵⁴, esfregando frontalmente a cabeça um no outro.

Enquanto acompanhava a transferência de um lote de bois para outro piquete de confinamento, na Fazenda Casa Verde (RS), pude perceber o alvoroço causado pelo escaramuçar do gado. Os campeiros previram a confusão e chamaram a minha atenção para o momento em que aconteceria. Quando foi aberta a porteira do piquete onde estavam, os primeiros animais foram saindo curiosos, lentamente, cheirando e olhando para todos os lados. E então começaram a pular desajeitadamente e os bois pareciam não enxergar mais nada em sua frente. Sobre esse evento, os campeiros foram unânimes em afirmar que se tratava de um momento de felicidade para o gado.

⁵⁴Como se verá adiante, em outras situações as chamadas “brigas de cabeça” podem ser interpretadas como lutas pela hierarquia entre animais dominantes em um lote.

Um dos objetivos a ser alcançados com medidas de bem-estar animal em fazendas de criação de gado de corte é justamente proporcionar “felicidade”, ou, melhor dizendo, favorecer as emoções positivas e não ativar estados afetivos negativos além do necessário (Grandin & Johnson, 2010). A promoção de bem-estar aos animais não contradiz a expectativa de produtividade colocada pela pecuária enquanto uma atividade econômica pois, como afirmam os pecuaristas, ela torna inclusive o sistema mais eficiente.

Para os defensores da Libertação Animal, felicidade (e bem-estar) e criação de animais com fins alimentares são termos incompatíveis. O que a indústria da produção animal manufatura, na ótica libertacionista, não é um produto, a carne, mas sim um cadáver, resultado da exploração de corpos animais e do seu assassinato. Seres sencientes e sujeitos-de-uma-vida, *tal como* os humanos, os animais têm seus direitos à vida e à liberdade negados ao serem reduzidos a fontes de proteína e mercadoria.

Desta forma, os argumentos utilizados por defensores dos direitos dos animais, apesar de se colocarem avessos aos princípios antropocêntricos, acabam muitas vezes por repeti-los ao fundamentar a concessão de direitos em termos humanos. As práticas de bem-estar animal, por sua vez, não pretendem ser não-antropocêntricas, uma vez que seus métodos baseiam-se no tratamento humanitário e racional dos animais.

As medidas de bem-estar animal, por sua vez, estão englobadas em selos cuja perspectiva é mais abrangente. Elas integram certificações de sustentabilidade ambiental que buscam adequar as demandas de proteção do meio ambiente às atividades econômicas ligadas à criação do gado de corte, como visto anteriormente. O boi é considerado o maior vetor de desmatamento da Amazônia e o responsável pela liberação de grandes quantidades de metano no ambiente, pelo despejo de metais pesados provenientes de fertilizantes e defensivos agrícolas no solo e a contaminação dos lençóis freáticos por esses metais além de antibióticos,

hormônios, vacinas. Além disso, o uso de água potável para a produção de carne (estimada em 15mil litros para 1 kg de carne), tem acentuado o papel da pecuária na crise climática, abordada aqui pelas discussões evidenciadas no conceito de Antropoceno.

Alvo de algumas das críticas mais incisivas sob a ótica das mudanças climáticas e do Antropoceno, a pecuária, os pecuaristas e os seus defensores buscam produzir um discurso de associação produtiva entre expressões tais como preservação do meio ambiente e aumento da produtividade. Nesse sentido, o boi poderia tornar-se um “conservacionista por natureza” e o pecuarista, visto que sua atividade depende dos animais e da natureza, seria também o maior interessado na preservação do meio ambiente e no bem-estar dos seus animais. Sob a rubrica da sustentabilidade estão incluídas a proteção e preservação do meio ambiente, o respeito às legislações trabalhistas e ao trabalhador, e o bem-estar animal.

Como argumenta Haraway, em *When Species Meet* (2008) os animais não são apenas “bons para pensar” ou “bons para comer”, mas são bons também para se “viver com”. E viver com os animais pode assumir uma variedade de formas. No capítulo seguinte, abordo o universo das fazendas de criação de gado de corte para pensar as diferentes formas de se “viver com os animais” a partir das apropriações e atualizações que a categoria de bem-estar animal mobiliza nesses contextos.

Capítulo 2 - “Não machuca o bife da dona Maria!”

O bife da “Dona Maria” vive nas fazendas de criação de gado de corte em sua forma boi, em seu corpo animal. Foi o vaqueiro Valdemar quem explicou na frase acima as normativas de bem-estar animal implantadas na fazenda em que trabalha. Não machucar o bife da Dona Maria significa não bater nos bois e nas vacas que estão na origem do corte da carne. Mas as exigências dos protocolos de bem-estar animal vão além da evitação de uso da força no manejo com o gado. Elas pretendem transformar as relações que os vaqueiros mantêm com o gado, tidas como agressivas e brutais, em relações humanitárias e racionais, características de uma pecuária moderna e sustentável (Ludtke *et al.* 2012).

2.1 Onde vivem os bois

A pesquisa de campo que originou as reflexões deste capítulo foi realizada na Fazenda Casa Verde, no Rio Grande do Sul, e na unidade Beatriz das Fazendas Beira Alta, localizada no Mato Grosso. A adesão a programas de certificação que contemplam⁵⁵ o bem-estar animal aproxima os dois empreendimentos, e foi o critério utilizado aqui para a realização desta pesquisa nas duas fazendas.

2.1.1 As Fazendas Beira Alta

As Fazendas Beira Alta são subdivididas em quatro diferentes unidades situadas no estado do Mato Grosso, sendo três delas – Clara, Júlia e Beatriz – na cidade de Tangará da Serra e uma unidade – a Beira Alta – na cidade de Juruena, distante 650 km de Tangará.

⁵⁵Os protocolos, como visto no capítulo anterior, são mais abrangentes e se referem também a temas como sustentabilidade ambiental, respeito à legislação trabalhista, além da sustentabilidade empresarial.

Juntas, as quatro unidades abrangem uma área de 32 mil hectares que incluem áreas de Cerrado e Amazônia.

Realizei a maior parte de minha pesquisa de campo na unidade Beatriz, com visitas esporádicas às unidades Clara e Júlia, que são adjacentes à primeira. Estas três propriedades juntas possuem uma área de 6.000 hectares dedicadas à bovinocultura de corte, distribuídos em áreas de pastagem, floresta e confinamento. As diferentes unidades das Fazendas Beira Alta dedicam-se a diferentes etapas na criação dos animais, que recebem o nome de *cria*, *recria* e *engorda*, aos moldes de uma subdivisão comum à pecuária brasileira de corte. Um mapa simplificado da unidade Beatriz segue abaixo.

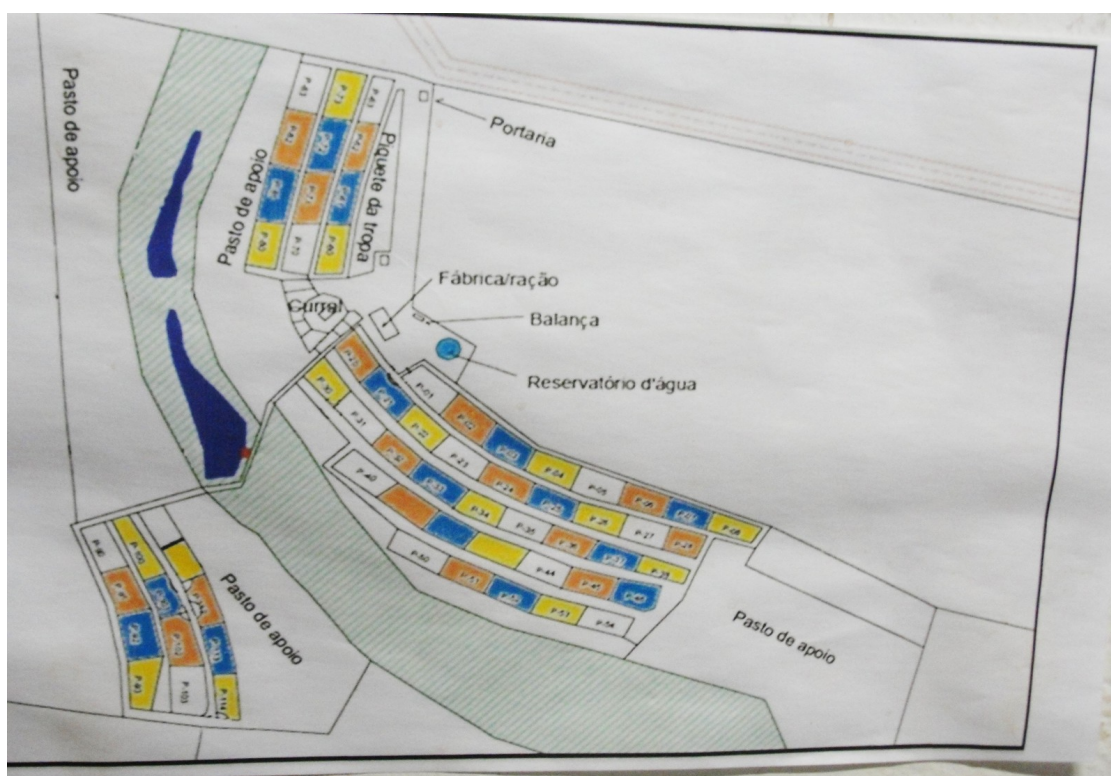


Figura 5: Mapa da Unidade Beatriz (confinamento). Fazendas Beira Alta, MT.

A Fazenda Beira Alta, em Juruena, dedica-se à chamada fase de *cria*, ou seja, é nela que nascem os bezerros e onde vivem os touros e as vacas de reprodução. Nas unidades Clara

e Júlia estão os animais em fase de *recria*: machos e fêmeas que já foram desmamados e passam pela fase intermediária para ganho de peso através de uma dieta à base de capim. A *engorda* ou *terminação* é realizada na unidade Beatriz, onde os animais passam aproximadamente cem dias antes de serem levados ao abatedouro. Nesta unidade há também áreas de pastagem, embora a criação “a pasto”⁵⁶ não seja sua vocação principal. As etapas de *cria*, *recria* e *engorda* são as etapas de produção do gado de corte, e pelo fato de as Fazendas Beira Alta trabalharem com as três fases, é dito que se trata de uma fazenda de ciclo completo.

Na unidade Beatriz se localiza o confinamento, que ocupa uma área de 70 hectares e tem capacidade para 28 mil cabeças, lotação referente a dois ciclos de 14 mil cada um. Os ciclos se referem ao período de cerca de cem dias de confinamento e somados correspondem aos seis meses mais secos do ano, de maio a outubro⁵⁷. Nos meses de seca, a lotação dos piquetes é completa. Durante o período de chuvas são confinados cerca de 2 mil animais, apenas nos piquetes que receberam uma cobertura parcial, em suas áreas de cocho de modo a evitar que a ração neles depositada se deteriore.

A unidade Beatriz abriga o escritório que administra esta e as duas unidades adjacentes (Clara e Júlia), o alojamento para os estagiários, as residências dos gerentes (geral e de confinamento) e do capataz e a fábrica de ração para os animais. Entre o centro urbano da cidade de Tangará da Serra e a sede da fazenda percorrem-se 70 km, dos quais 40 são estradas de chão batido. As terras da fazenda avizinham-se do distrito rural de Gleba Triângulo, de onde vivem a maioria de seus trabalhadores.

⁵⁶Na criação de gado de corte a pasto os animais alimentam-se de capim cultivado, como as plantas do gênero *Brachiaria*, ou ainda de capim nativo, cujas espécies variam regionalmente. A criação de gado a pasto é considerada mais econômica por exigir pouca mão de obra e pequenos investimentos na alimentação dos animais, que têm no pasto a base de sua dieta, suplementada com sal mineral (Quadros, 2005).

⁵⁷Os vaqueiros e administradores da fazenda afirmam que, ano após ano, os períodos de seca e chuva estão mais irregulares e cada vez mais imprevisíveis.

Chovia incessantemente quando cheguei na fazenda para minha primeira temporada de campo, em junho de 2014. Peguei carona com Bruna, a zootecnista que gerencia o confinamento da fazenda, que me falou que a quantidade de chuva era atípica para os padrões da época. A região é marcada por um ciclo bem definido de chuvas (setembro/outubro a abril/maio) e outro de seca (maio/junho a setembro/outubro). Os atoleiros são recorrentes nos meses de chuva, ao passo que durante a seca a poeira praticamente invisibiliza as paisagens ao redor.

Bruna mora em uma das três residências para funcionários da fazenda. As demais são ocupadas pelo gerente-geral das unidades Clara, Júlia e Beatriz e o capataz desta última unidade. As casas, construídas linearmente e separadas pela mesma distância, são de alvenaria e seguem a mesma planta. Também são pintadas da mesma cor: as paredes são brancas e as aberturas, azuis. As casas de moradia ficam na entrada da fazenda, atrás de várias árvores Nim⁵⁸ plantadas em linha, ao longo das margens da estrada de acesso principal.

Junto às cercas da entrada da fazenda, ainda na área externa, encontram-se expostas grandes placas que trazem os logotipos da empresa e os emblemas das certificações a que ela se filia. Imagens de araras e papagaios estão nas placas dedicadas ao Projeto Asas, que consiste na recepção e soltura de aves resgatadas de traficantes e criatórios ilegais em ações de fiscalização do Ibama. Já dentro da fazenda, mas ainda no corredor principal de acesso, outra placa informa o tempo decorrido desde o último acidente de trabalho sofrido por algum de seus funcionários. Com esta mensagem a fazenda visa informar os visitantes de sua preocupação com a segurança dos trabalhadores bem como de sua adequação às exigências das legislações trabalhistas.

⁵⁸Também conhecida como Amargosa, a *Azadirachta indica* tem origem indiana e apresenta características fungicidas e nematicidas.

Para entrar na fazenda o visitante atravessa um grande portão metálico, de acionamento manual, que somente é liberado quando um funcionário do escritório assim o autoriza. Aos trabalhadores da fazenda o acesso se dá sem esse procedimento. Para todos os outros, sejam eles caminhoneiros – ainda que regulares –, representantes comerciais, ou mesmo policiais, o procedimento é o mesmo. Via rádio-transmissor, o funcionário da portaria comunica ao escritório a identidade e a finalidade do visitante.

No escritório local são controladas todas as atividades da fazenda e suas ações são encaminhadas à repartição no centro da cidade de Tangará da Serra. O controle geral das fazendas conta ainda com uma representação na cidade de São Paulo, onde se encontra a administração geral do grupo proprietário das fazendas.

Nas instalações do escritório trabalham o gerente local, a gerente do confinamento, um zootecnista responsável pela avaliação e distribuição da ração para o gado, uma especialista em contabilidade, outra especialista em cadastramento e rastreabilidade dos animais, e dois auxiliares, dedicados, principalmente, à recepção e pesagem de caminhões e tratores, além do controle do almoxarifado.

Na entrada do escritório fica posicionado o relógio de ponto, introduzido no ano de 2015. Nele, os funcionários registram diariamente o horário de sua entrada e saída da fazenda, e essas informações servem de base para a conferência e pagamento de suas horas extras. A introdução desse sistema foi acompanhada também por uma mudança na jornada de trabalho. Em 2014, os funcionários começavam suas atividades às 6 horas e o fim do seu expediente tinha horários mais flexíveis, encerrando-se normalmente às 18 ou 19 horas. No ano seguinte a jornada de trabalho se iniciava às 7 horas e apenas em raríssimas ocasiões os trabalhadores

permaneciam após as 17 horas⁵⁹. Essa mudança se deu em prol de uma observação mais rígida das horas extras executadas pelos trabalhadores.

Para os vaqueiros, essa mudança não levou em consideração fatores como o calor para lidar com o gado, e muitos preferiam ter continuado no sistema antigo, ou começar seu trabalho mais cedo, as 5 ou até 4 horas. O calor que se acentua com o passar das horas é o principal motivo apontado por eles para preferirem “pegar no serviço” mais cedo. Nos períodos que antecedem o nascer do sol o clima é mais agradável para se trabalhar nos campos e nas linhas do confinamento. Segundo os vaqueiros, também “o gado é melhor de trabalhar”, porque estaria mais descansado, reunido no malhadouro⁶⁰ e, tal qual os próprios vaqueiros, não sofreria com o calor do sol.

Os vaqueiros se reúnem pela manhã na baia, um espaço dedicado ao armazenamento do equipamento de montaria e à guarda de seus pertences pessoais. O material de montaria é de propriedade do vaqueiro e cada um é responsável pela manutenção das suas peças. Na baia, eles se reúnem para o início da jornada de trabalho, quando conversam descontraidamente sobre as festas da região, sobre cavalos e rodeios, sobre caça e pesca, e também sobre o trabalho que os espera naquele dia.

A baia é equidistante do escritório e do curral, o centro de manejo do gado. Também chamado de mangueiro ou mangueira em outras regiões do Brasil⁶¹, o curral é o lugar em que o gado é “trabalhado”, ou seja, pesado, cadastrado e vacinado. Todo o gado da fazenda passa pelo curral pelo menos duas vezes ao longo de sua vida, ao entrar e ao sair da fazenda. Alguns indivíduos são encaminhados ao curral para uma eventual checagem de ganho de peso, o que

59O intervalo para o almoço é cumprido entre as 11 e 13 horas.

60Local no campo em que o gado passa a noite.

61Como o Mato Grosso do Sul e o Rio Grande do Sul.

acontece esporadicamente ou com lotes específicos sobre os quais a administração requer um acompanhamento mais detido⁶².

Ao lado do escritório funciona a fábrica de ração. Ela é composta por silos circulares para a armazenagem de grãos como a soja e o milho, que chegam diariamente em caminhões, rigorosamente pesados ao entrar e sair da fazenda. Também é produzida a ração para a unidade Beira Alta, em Juruena. Essa ração, ensacada e transportada em caminhões, é balanceada de acordo com especificações próprias para as categorias dos animais como bezerros, vacas e touros⁶³. Na fábrica de ração também são abastecidos os contêineres acoplados aos tratores de distribuição do alimento para o gado do confinamento. Quatro tratoristas percorrem as linhas do confinamento durante todo o dia a partir das 7 horas, totalizando quatro fornecimentos, também chamados de “tratos”. As linhas do confinamento são formadas pela sequência dos piquetes⁶⁴ adjacentes, e separados por uma cerca de arame.

A manutenção das cercas da fazenda são de responsabilidade de uma equipe específica, mas todos os funcionários ficam atentos a qualquer avaria em sua estrutura. Para a tarefa de limpar os bebedouros são destacados funcionários exclusivos, que diariamente devem manter limpas as fontes de água do gado confinado. Eles também devem reportar à equipe de estrutura quaisquer danos nos bebedouros, que captam água de uma caixa d'água central.

2.1.2 Pessoas

Felipe é o capataz da unidade Beatriz das Fazendas Beira Alta. Como capataz, coordena a equipe formada pelos demais vaqueiros delegando as tarefas do dia e organizando as

⁶²É o caso de lotes compostos por animais oriundos de novos cruzamentos genéticos.

⁶³Para as categorias de classificação do gado bovino e as diferentes nomenclaturas no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso, consultar o anexo 1.

⁶⁴Piquete é a denominação que recebe uma área de dimensão variável cercada para a manutenção e alimentação do gado de corte.

atividades a serem por eles realizadas. Encarregado do setor, Felipe mantém contato diário e direto com o “pessoal do escritório” reportando os dados do rebanho, os resultados dos trabalhos executados no dia, bem como repassando aos seus companheiros os pedidos e ordens oriundos da gerência. É um dos “homens de confiança” da diretoria, tanto por trabalhar há vários anos na fazenda, como por ser notório o seu conhecimento do gado e da lida de vaqueiro. Felipe é respeitado por seus companheiros de trabalho por ser um bom vaqueiro, entender de gado, da lida, ser forte e trabalhador. Além destas qualidades, tem fama de curandeiro: conhece boas ervas para dor de barriga, gripes e resfriados, machucados e contusões. Também sugere receitas para “largar o cigarro” e para as dores nas costas. No passado também dava aulas de capoeira na escolinha do povoado. Além de ser o capataz, Felipe é o único vaqueiro que ocupa uma casa dentro da fazenda, local em que reside com a esposa Márcia e a filha Carlinha. De temperamento brincalhão e bem-humorado, gosta de fazer brincadeiras, contar histórias e piadas, mas quando percebe que os gracejos começam a perturbar a ordem do trabalho, chama a atenção dos demais vaqueiros e pede concentração em suas atividades. Pode-se dizer que Felipe é um tipo de pessoa-referência, pois quando explicava para as pessoas o tema de minha pesquisa, a maioria replicava: “Ah, então você tem que conversar com o Felipe”. Sua fama estende-se para além das fronteiras da fazenda e da Gleba Triângulo, evidência disto é o fato de que o capataz recebeu, em maio de 2014, um prêmio pelos trabalhos desenvolvidos em Bem-Estar Animal, em um evento na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, promovido pelo site *Beefpoint*. Ademais, uma foto do vaqueiro foi exibida como exemplo da aplicação e do sucesso das práticas de manejo racional em um curso de Bem-Estar Animal, na cidade de Jaboticabal, em São Paulo.

Valdemar é um dos vaqueiros mais experientes da fazenda, onde trabalha há 12 anos. É proprietário de um sítio, onde mora sozinho e cria bois e vacas. Os vaqueiros mais jovens são

muito gratos a ele e ao seu colega, Emílio, pelo conhecimento e experiências que transmitem. Diariamente Valdemar traz café em uma garrafa térmica, e compartilha bananas, tangerinas e mangas produzidas em seu sítio com seus colegas de trabalho. Nascido em Governador Valadares, Minas Gerais, Valdemar chegou ao Mato Grosso com oito anos de idade. Aos 12 já trabalhava na ordenha de vacas e desde então trabalha “em fazenda”, como diz. Começou trabalhando como vaqueiro na unidade Beira Alta em Juruena, onde conheceu o administrador da fazenda, Seu Marcelo. Ao assumir a direção da unidade Mathoxy, Marcelo levou-o consigo para a fazenda onde estão até hoje.

Seu Emílio, que também é vaqueiro, antes de “trabalhar no boi” foi auxiliar de serviços gerais em diversas fazendas da região, ocasião em que trabalhou “com trator e motosserra”. Emílio gosta também de falar sobre os lugares e as pessoas com quem já trabalhou, especialmente de seus “tempos de barragem”, quando ajudou na construção de duas hidrelétricas⁶⁵.

Gabriel tem 24 anos e é um dos vaqueiros mais jovens da fazenda, o único nascido em Tangará da Serra⁶⁶. Embora lide com gado desde criança quando ordenhava vacas no sítio de vizinhos da família, a Fazenda Beira Alta é o primeiro local em que trabalha “fichado”, ou seja, em que tem sua carteira assinada pela primeira vez⁶⁷.

2.1.3 As Fazendas Casa Verde

A Fazenda Casa Verde está localizada no município de Campestre da Serra, distante cerca de 200 km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Para chegar até ela, tomava um ônibus desde Porto Alegre e seguia até Vacaria ou Caxias do Sul, de onde pegava uma

65A construção de usinas hidrelétricas na região, embora em ritmo mais lento na atualidade, continua a atrair muitos trabalhadores, que veem nelas uma oportunidade de trabalho mais vantajosa do que as condições oferecidas pelas fazendas de gado de corte.

66Valdemar, Felipe e Emílio nasceram em Minas Gerais. O município de Tangará da Serra foi criado em 1976 e desde lá tem atraído trabalhadores para a agricultura e a pecuária.

67Trabalhar “fichado”, ou seja, mediante a assinatura da carteira de trabalho garante aos trabalhadores os direitos previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e em lei própria (5.889/73).

carona com Bruno, administrador da Fazenda, ou ainda com algum de seus funcionários. Quando a carona não acontecia, tomava outro ônibus para seguir pela BR-122, rodovia que margeia as terras da fazenda. Da altura do km 165 pode-se caminhar até sua sede por uma estrada de terra beirada por altos pinheiros⁶⁸; não há porteiras ou guaritas de acesso.

A Fazenda Casa Verde, assim como as Fazendas Beira Alta, opera em ciclo completo, de cria, recria e engorda de bovinos de corte. A terminação dos animais é realizada no pasto, mas sobretudo em confinamento, modelo implantado na fazenda em 1972. A fazenda comercializa também reprodutores e matrizes da raça Angus. A maioria dos animais nascidos na fazenda com destino ao frigorífico são abatidos com cerca de 12 a 18 meses, em concordância com o princípio de que quanto mais jovem o animal, mais macia a sua carne. A produção da fazenda destina-se ao mercado local e regional e busca, por meio das raças criadas e do manejo do gado, produzir uma carne diferenciada ou *gourmet*, como será abordado no último capítulo desta tese. Em função disso, a fazenda é associada ao Protocolo de Boas Práticas Pecuárias (BPA/Embrapa) e participa da Associação dos Produtores Rurais dos Campos de Cima da Serra (Aproccima), através da qual também certifica seu produto final.

A fazenda ocupa uma área de 5 mil hectares na região dos Campos de Cima da Serra, no extremo nordeste do estado, e é subdivida em duas unidades: Margarida e Hortênsia. Na primeira localiza-se a sede formada pelo escritório, as estruturas de alojamento e refeitório dos funcionários, os galpões do maquinário agrícola e de armazenamento da ração para o gado, além do confinamento e das áreas de pastagem ocupadas pelo gado de corte. A unidade Hortênsia, que outrora também se destinava à criação, tem suas terras agora ocupadas pelas lavouras de soja e milho.

⁶⁸*Pinus elliottii*. A araucária, *Araucaria angustifolia*, está espalhadas pelos campos e lavouras, e é uma árvore símbolo da região.

Além dos trabalhadores vinculados ao gado de corte, vivem na fazenda também os arrendatários de suas áreas de lavoura, responsáveis pelo cultivo de milho, milho tipo pipoca, soja, trigo, centeio e triticale. A área destinada à lavoura tem aumentado nos últimos anos e já ocupa um espaço maior que o do gado. Os funcionários da lavoura eram conhecidos como “os alemão” por serem majoritariamente descendentes de imigrantes alemães. Havia um tom pejorativo no apelido, e levantei duas hipóteses para tanto. Uma primeira diz respeito ao estatuto privilegiado da criação de gado na chamada “cultura gaúcha”, e uma segunda refere-se ao fato da ampliação das áreas de lavoura na propriedade, o que ameaça a criação de gado e, conseqüentemente, seus trabalhadores.

A caça ao javali é outra fonte de renda da fazenda, que recebe caçadores principalmente de Caxias do Sul, Vacaria e Porto Alegre, mas esporadicamente recebe visitantes de outros estados, como Santa Catarina e Rio de Janeiro. Em meio às pastagens foram construídos mirantes, de onde os caçadores observam e miram nos animais. Ao redor dos mirantes os animais são atraídos com ceva de milho, cereal extraído das lavouras que os javalis têm sido acusados de destruir.

A captura de espécimes de javali europeu, *Sus crofa*, em todos os seus cruzamentos, foi autorizada para controle populacional em todo o território nacional em janeiro de 2013. No Rio Grande do Sul, os javalis têm sido considerados uma ameaça ao agronegócio por destruir lavouras de milho e também por predação de cordeiros (Sordi, 2015a)⁶⁹. São reputados aos javalis também danos à biodiversidade em função destes animais se alimentarem de ovos de pássaros como a ema e a perdiz e disputarem alimento com veados, tatus e capivaras. A caça tem por objetivo o controle populacional da espécie, considerada uma das cem piores espécies invasoras do mundo (Sordi, 2015a). Ao ser transformada em atividade econômica, a caça ao

⁶⁹Para uma discussão sobre os mecanismos de gerenciamento do javali e do javaporco, consultar o trabalho de Sordi (2015a, 2015b).

javali atua na proteção das lavouras de milho da propriedade e converte-se em renda a partir dos próprios animais capturados.

O objetivo do arrendamento e da caça, segundo Bruno, o administrador da fazenda, é diversificar a produção evitando “colocar todos os ovos na mesma cesta”. O Dr. Bruno, como é conhecido, gerencia as atividades da fazenda de seu escritório situado no centro da cidade de Antônio Prado. Suas visitas semanais à sede tornam-se mais frequentes nas épocas de compra e venda de gado e da participação de animais da fazenda em feiras e exposições agropecuárias.

A casa principal, situada na sede da fazenda, servia de moradia para o seu fundador na década de 1930 e hoje abriga o escritório, a cozinha e o refeitório da fazenda. Construída com madeira de araucárias retiradas da propriedade⁷⁰, o escritório tem suas paredes repletas de fotografias e recortes de jornal que retratam os prêmios que a fazenda e seus animais conquistaram ao longo dos anos. Troféus e medalhas também ficam expostos sobre um balcão junto ao rádio transmissor e ao telefone.

Uma porta separa o escritório do refeitório, cujo acesso para as refeições dá-se pela antiga porta principal da construção. Ali há três mesas de diferentes tamanhos, e normalmente apenas a maior delas é ocupada nas refeições. Um cartaz que apresenta as cinco liberdades dos animais, tal como definidas pelo Comitê Brambell, foi emoldurado e fica exposto na parede. A iniciativa da exposição desse quadro, e de outro idêntico no curral do confinamento, partiu de Antonela, funcionária da fazenda, que realizou cursos de capacitação em bem-estar animal.

⁷⁰A araucária é uma espécie nativa e está em risco de extinção. O corte dessas árvores é permitido somente para exemplares plantados, e é proibida entre os meses de abril e junho. O corte depende ainda da Alvarás de Licenciamento, conforme a Ordem de Serviço 01/2013, do DEPAF/SEMA.

A cozinha compõe o terceiro cômodo da casa, e tem a mesma simplicidade das demais instalações dessa antiga construção. Geladeiras e refrigeradores, um fogão a lenha e outro a gás, uma pequena mesa branca redonda, um armário de madeira para a armazenagem dos mantimentos e o balcão de lavar louça completam o ambiente. Da janela da cozinha, Antonela toca o sino que avisa os trabalhadores que a comida está na mesa. Os campeiros – como são chamados os trabalhadores do gado naquela região – geralmente ouvem o sino enquanto esperam pelas refeições ainda na cozinha de chão, uma construção de dois ambientes em que se reúnem para tomar o chimarrão da manhã e conversar antes do almoço⁷¹. Uma mesa de sinuca para os momentos de lazer ocupa a primeira sala e jogar uma “partidinha”, individual ou em duplas era comum nas noites da fazenda⁷². No outro cômodo anexo, há uma cozinha exclusiva dos campeiros que é composta por fogão a gás, pia, mesa e geladeira, além da lareira, acesa continuamente durante os meses de inverno. Versátil, ainda era usada para fazer churrascos nos finais de semana e preparar o alimento dos cães.

O alojamento destinado aos funcionários da lavoura e do gado, além dos estagiários na fazenda localiza-se ao lado da cozinha de chão. É uma grande construção em madeira e alvenaria com um corredor comprido de onde se tem acesso aos quartos. Os funcionários da lavoura possuem uma cozinha própria dentro do alojamento e se dirigem para a cozinha de chão apenas para jogar sinuca. Poucos ocupavam um espaço na roda de chimarrão dos campeiros, o que acontecia muito raramente. Os quartos são individuais, mas podem ser compartilhados em caso de necessidade como nas épocas de colheita ou da construção e

71O café da manhã e o almoço são preparados pela cozinheira, mas o jantar precisa ser preparado pelos próprios campeiros, além dos estagiários e estagiárias, que rapidamente são convocados para ajudar. Normalmente são requentadas as sobras do almoço, ao que pode ser acrescentado algum complemento preparado na hora.

72Nos primeiros dias na fazenda eu ficava apenas observando os homens jogarem. Não sabia se uma intromissão feminina naquele ambiente seria bem-vinda e também não queria atrapalhar o jogo, visto a minha habilidade ser praticamente risível. Mas acabei sendo convidada para compor uma dupla e os jogos de sinuca acabaram por se tornar uma oportunidade de diálogo com os campeiros e também de entretenimento, para mim e para eles.

reforma das estruturas da fazenda. O banheiro é de uso coletivo exceto o aposento destinado às estagiárias, que possuem um banheiro integrado ao seu quarto.

O galpão em que são encilhados os cavalos também armazena os equipamentos de montaria e as ferramentas e se situa na área externa ao cercado que abriga todas as construções já descritas. Naquele local já funcionara um pequeno abatedouro e um açougue, em cômodos que hoje estão abandonados e servem apenas de abrigo esporádico para os cães. Ao lado deste galpão fica uma das mangueiras (curral) da fazenda, que é utilizada para a contagem dos animais, seleção de novilhas, vacas e touros para a venda, tratamentos de saúde e apartação entre vacas e terneiros/as. Em suas remangas⁷³ também são reunidos os lotes de gado para a venda e os compradores ali analisam e “fecham negócio” determinando quais e quantos animais comprarão. Há uma segunda mangueira localizada no confinamento que é utilizada para a entrada e saída do gado da fazenda, pois nela está acoplada a balança, equipamento indispensável para este tipo de trabalho. Os troncos de contenção de ambas as mangueiras são manuais e, para prender os bois que nela são trabalhados, o campeiro deve acionar uma alavanca que prende o pescoço do animal. As porteiras de entrada e saída do tronco também são abertas e fechadas manualmente.

Os piquetes de confinamento abrigavam à época cerca de 350 animais, apesar do espaço já ter abrigado rebanhos com mais de 2000 cabeças. Sua estrutura fora originalmente a de um aviário do qual aproveitou-se a cobertura completa dos boxes. A redução deve-se, em parte, à escolha administrativa de aumentar o espaço de lavoura da propriedade, que vêm reduzindo suas pastagens para dar lugar às plantações de soja e de milho. Um funcionário é designado exclusivamente para alimentar os animais do confinamento, que recebem dois

⁷³As remangas são piquetes auxiliares que compõem a estrutura do curral. As remangas também são conhecidas como “piquetes de espera”, pois os animais são mantidos nessas áreas enquanto esperam para ser trabalhados no tronco de contenção ou ainda após serem trabalhados, enquanto aguardam sua condução às pastagens ou aos boxes de confinamento.

tratos diários, pela manhã e pela tarde. Ele também verifica as condições dos bebedouros, fazendo sua limpeza e faz o conserto das possíveis falhas nas bombas de abastecimento de água.

Celso, o capataz da Fazenda Casa Verde vive com a sua esposa, Antonela, em uma casa vizinha ao confinamento. O casal iniciou seu trabalho na fazenda monitorando o confinamento, executando a limpeza dos boxes, cuidando da saúde dos animais, do cadastramento e controle do rebanho, isso fez com que optassem por permanecer nesta casa quando Celso tornou-se o capataz da Fazenda Casa Verde. Antonela lembra que quando a casa não era cercada os bois visitavam o seu quintal e lambiam as roupas que ficavam lá estendidas. Posteriormente Antonela tornou-se a cozinheira da fazenda e também a auxiliar do escritório na sede. Como descrevo adiante, sempre que podia Antonela trabalhava diretamente com o gado, que em verdade é o que gosta de fazer.

Apesar de atuarem também no confinamento, o trabalho dos campeiros se concentra fundamentalmente nos afazeres do campo. O campo é dividido em invernadas, que recebem nomes, tais como Campo Novo, Eucaliptos, Invernada do Fundo, Inseminação, entre outros. As invernadas ainda podem ser divididas em piquetes, que não são nomeados, e são utilizados para facilitar o manejo dos animais e preservar tipos de capim ou testar novas espécies de pastagem.

2.1.4 Pessoas

Antonela exerce diversas funções na fazenda: atende o escritório, controla a entrada e saída de animais da fazenda e atende aos telefonemas. Na mangueira pesa os animais, organiza os brincos de manejo e os medicamentos. É a cozinheira da fazenda, preparando o café da manhã e o almoço. Também realiza a limpeza das áreas comuns do alojamento, da cozinha, da

cozinha de chão, além das calçadas internas e áreas comuns entre o escritório e o alojamento. Além disso, limpa as mangueiras da sede e do confinamento com o auxílio de uma pá e de um carrinho de mão no qual deposita e carrega os dejetos dos animais que se acumulam pelos corredores e remangas. Entretanto, gosta mesmo de “mexer com boi” e lidar diretamente com os animais, mas exerce as demais atividades em função da falta de um funcionário na cozinha e de outro funcionário para o escritório. Antonela não nasceu em uma família de pecuaristas e investir na fruticultura, atividade a qual se dedica sua família de origem, era o seu desejo ao ingressar no curso Técnico em Agropecuária. Contudo, para cumprir o estágio final obrigatório do curso decidiu conhecer uma nova atividade optando pela pecuária. Segundo ela, foi ali que seu amor pelo gado começou. Após o estágio foi contratada pela fazenda e lá trabalha há seis anos. Em suas palavras, ela se considera da “geração do bem-estar”, pois aprendeu a trabalhar com o gado de acordo com as suas premissas. A expressão “geração do bem-estar” é de autoria de Antonela, que a utilizou para enfatizar que seu trabalho com o gado foi, desde o princípio, baseado em pressupostos de bem-estar animal. Para ela, a lida bruta ou tradicional faria parte de uma fase ou geração anterior aos cursos de capacitação em bem-estar animal da qual não teria participado.

Celso, que é casado com Antonela, é o capataz da fazenda. Também realizou o curso Técnico em Agropecuária, mas seu interesse inicial estava voltado para a lavoura, principalmente para os cultivos da soja e do milho. Foi para a fazenda com a intenção de trabalhar na lavoura, mas optou pelo gado após o seu estágio, em virtude da falta de campeiros. Sua família criava bois e vacas, portanto trazia consigo alguma noção de “mexer com o gado”. Logo, começou como campeiro e após a aposentadoria do último capataz assumiu o seu posto. Nesta função, distribui as tarefas entre os campeiros, sendo considerado o homem de confiança da chefia para escolher “bons” animais a irem para o abate ou serem vendidos como touros ou vacas de

cria. Fora isso, é o responsável por buscar animais em fazendas das redondezas, “puxando gado”⁷⁴ com um caminhão da fazenda. Celso é bastante elogiado pelos demais campeiros por ser educado e comprometido com o trabalho. Em dias em que há muitas pessoas para almoçar na fazenda, também ajuda Antonela a secar os pratos e guardar as louças do almoço. Assim como Antonela, este também é o seu primeiro emprego após a conclusão do curso técnico. Nos dias de folga na fazenda, domingos e feriados, não hesita em tratar de algum animal doente ou distribuir sacos de sal mineral para o gado no campo. Enquanto procede o tratamento de cura dos animais doentes, repete frases como “calma, é para o teu bem”, “fica tranquilo, vai sarar”. Ao mesmo tempo, emociona-se ao falar de sua dificuldade em matar bois e vacas, seja para sacrificar os doentes, seja para matar aqueles destinados à alimentação. A marcação a ferro quente dos terneiros, que mugem e choram nesse procedimento é outro momento difícil para o capataz, que se comove com o sofrimento desses animais.

Juarez, 64 anos, é o campeiro da Fazenda Casa Verde que há mais tempo exerce sua profissão. Orgulha-se em dizer que já passou por muitas fazendas – todas elas localizadas na região dos Campos de Cima da Serra – e que seus patrões sempre gostaram de seu trabalho. No entanto, segundo ele, não criou raízes em nenhuma delas, e trabalha onde lhe são oferecidas as melhores condições. Quando a notícia de que deixaria a Fazenda Casa Verde se espalhou foi procurado por diversos pecuaristas da região. Embora esteja aposentado, trabalha para complementar o orçamento da família, sustentando inclusive seus netos. Juarez também costuma declamar poesias e quando mais jovem, o fazia em rodeios e nos CTGs⁷⁵ das redondezas. Atualmente, as poesias são declamadas em frente à lareira e sobre o cavalo, nos caminhos da lida. Nos finais de semana, sua esposa e filhos mais novos, de 8 e 9 anos, vão

74“Puxar o gado” refere-se ao trabalho de buscar os animais em fazendas das proximidades. Essa atividade compreende não apenas dirigir o caminhão, mas inclui selecionar os melhores indivíduos, pesá-los, preencher a documentação de transporte e auxiliar os trabalhadores da fazenda vendedora a encaminhar os animais para o interior da carroceria do caminhão.

75Centro de Tradições Gaúchas.

visitá-lo. Os pequenos, um menino e uma menina, gostam de montar nos cavalos, o que já fazem com grande destreza. Juarez estava sempre acompanhado de seu telefone celular, carregando-o para as lidas de campo e com ele, sempre que podia fotografava e filmava seus companheiros, a tropa e algum boi que lhe chamava a atenção. Costumava preparar o chimarrão, embora dissesse não gostar muito da bebida. Por ser o primeiro a se levantar, responsabilizava-se por acender o fogo da lareira, de manhã e a tardinha. A chegada dos lotes de gado era anunciada quando ouvia-se a sua voz e o seu gritar característico⁷⁶.

Dentre todos os campeiros, **Ricardo** é o mais silencioso. Pela manhã acompanha o seu Juarez na roda de chimarrão e também reveza com ele a tarefa de buscar os cavalos que pernoitam no pasto. A ordenha matutina das vacas é outra incumbência dividida com o seu Juarez. Depois do almoço de sábado vai para a cidade de Vacaria passar seus dias de folga com a família. Trabalha há seis anos como campeiro na Fazenda Casa Verde, mas anteriormente já trabalhara lá como operador de maquinário agrícola. Ricardo tem seu próprio sítio, cujas terras divisam com as da Fazenda Casa Verde. Apesar de aposentado, trabalha como campeiro na Fazenda Casa Verde para complementar a renda da família. Na lida com os animais é o mais silencioso, sua voz grave e alguns assovios é tudo que se ouve no vai e vem com o gado ou na mangueira. Gosta de “pregar peças” nos companheiros enchendo de pipocas os bolsos dos casacos, colocando folhas nas botas deixadas em frente a porta da cozinha, ou ainda escondendo os objetos pessoais deixados à vista. É um apaixonado por cães e em sua casa na cidade de Vacaria há anos mantém um canil com mais de 20 cães de diversas raças.

Como é possível perceber, na Fazenda Casa Verde os trabalhadores responsáveis pelo trato e manejo do gado são chamados de campeiros e na Fazenda Beira Alta os trabalhadores

⁷⁶Juarez era o maior incentivador para que eu perdesse o medo dos cavalos e fosse com os campeiros vistoriar o rebanho. Era ele quem encilhava o cavalo, além de insistir em me fotografar para que eu levasse dessa experiência um registro.

do gado atendem pelo nome de vaqueiros. As diferenças entre uns e outros não se resumem às suas denominações. No item seguinte abordarei alguns destes contrastes e semelhanças entre os campeiros do Rio Grande do Sul e os vaqueiros do Mato Grosso.

2. 2 Vaqueiros e campeiros

Ah, começa pelo *cuidado* dos animais... a separação, ver se tá doente, se não tá. Cerca, a manutenção da cerca, né, vê, se tocar pra ele fazer, tem que fazer, se não pega um terceiro pra fazer. O sal dos animais, manejo do pasto, cuidar dos parasitas. Tem que tá observando sempre. Pasto, ver pasto, altura de pasto, se o campo tá apertado, não tá... isso aí um campeiro tem que saber... (Entrevista com Celso, capataz da Fazenda Casa Verde, 10/04/2015)

O vaqueiro é o responsável por *cuidar e zelar* do gado. Desde a tropa, do gado... manejo de gado, o vaqueiro tá apto a fazer esse trabalho, né. Desde fazer ronda no pasto, curar um bezerro, curar um animal, apartar, todo o serviço, todo o manejo que engloba o cuidado com a criação, com o animal. Correr o pasto, olhar a tropa, olhar tudo, em si. Identificar um animal doente... (Entrevista com Felipe, capataz da Unidade Beatriz, em 08/05/2015)

No primeiro excerto encontra-se a definição de campeiro, termo que designa os trabalhadores do gado na Fazenda Casa Verde e na totalidade do Rio Grande do Sul⁷⁷. O segundo trecho traz a definição de vaqueiro⁷⁸ fornecida pelo capataz da Fazenda Beira Alta, no estado do Mato Grosso. Vaqueiros e campeiros⁷⁹ definem seu trabalho de forma semelhante, por meio dos verbos cuidar e zelar. São os responsáveis por cuidar da criação e zelar pela saúde de bois, vacas e seus filhotes. Exercem suas tarefas fazendo rondas diárias pelas pastagens e pelos confinamentos, nas quais observam cuidadosamente a existência de ferimentos, comportamentos que sugerem doenças – mais ou menos graves – falta de água e

⁷⁷Há ainda diferenças regionais entre os campeiros. Muitas vezes falava-se em tom pejorativo dos campeiros do Pampa gaúcho, caracterizando-os como bebedores e preguiçosos, além de mais brutos na lida com o gado.

⁷⁸A profissão de vaqueiro foi reconhecida no Brasil em 2013, a 15 de outubro, através da Lei 12.870. De acordo com o seu artigo 2º, “considera-se vaqueiro o profissional apto a realizar práticas relacionadas ao trato, manejo e condução de espécies animais do tipo bovino, bubalino, equino, muar, caprino e ovino” (BRASIL, 2013).

⁷⁹No decorrer do texto, onde se lê campeiro refere-se à Fazenda Casa Verde, no Rio Grande do Sul, e onde se lê vaqueiro, à Fazenda Beatriz, no Mato Grosso.

alimento, excesso de animais nos piquetes ou ainda a ausência de algum deles no rebanho. Alguns animais não eram encontrados em função de atravessarem as cercas e se misturarem a outro lote da própria fazenda, ao passo que outros eram levados de seus limites por abigeato, os roubos de gado. Durante minha pesquisa de campo na Fazenda Casa Verde, cerca de 10 cabeças foram levadas de suas pastagens, alguns ainda vivos, enquanto outros mortos e eviscerados ainda dentro da propriedade. O crescimento desses episódios nas fazendas das redondezas motivou reuniões entre os pecuaristas e resultou em rondas policiais internas e externas às fazendas, e envolveu também os campeiros, que permaneciam atentos aos ruídos de armas de fogo e também ao voo dos urubus, cuja movimentação poderia sinalizar a existência de alguma carcaça.

A maior parte do trabalho de vaqueiros e campeiros é realizada sobre o lombo de animais de montaria, como o cavalo, a mula e o burro. Na Fazenda Casa Verde há somente cavalos e éguas, enquanto no Mato Grosso, além dos cavalos, entre os animais de montaria encontram-se burros e mulas. Segundo os vaqueiros do Mato Grosso, os burros e as mulas são mais resistentes que os cavalos, tanto para suportar as altas temperaturas do verão quanto para as longas jornadas de trabalho. Entretanto, dizem que os burros e as mulas são também mais teimosos, empacando com muito mais frequência e por vezes deixando os vaqueiros literalmente a pé.

Campeiros e vaqueiros referem-se aos cavalos, às mulas e aos burros (os animais da tropa) pelo termo “animal”. O mesmo termo é por vezes utilizado para se referir também ao gado bovino, embora com menos frequência. A denominação “animal” para fazer referência aos animais de montaria, já fora percebida por Banducci Jr. (2007), em seu estudo sobre o simbolismo natural, social e sobrenatural entre vaqueiros no Pantanal da Nhecolândia, no Mato Grosso do Sul. Quando Felipe fala, por exemplo, em “curar um bezerro, curar um

animal” se refere aos animais da tropa, ou seja, aos equinos e muares utilizados no trabalho com o gado bovino. Como diz Felipe, “o animal carrega a gente na carcunda, dá o salário da gente, 90% do salário da gente, que a gente consegue ali, não é sozinho, é com o animal, pô! É com o animal. A coisa que cê tem que cuidar mais é o animal que carrega você e a sua traia⁸⁰” (Entrevista com Felipe, 08/05/2015). De forma a preservar os animais da rotina pesada e cansativa de carregar os homens nas costas é estabelecido um esquema de rodízio entre os animais das tropas.

Na Fazenda Casa Verde os animais são separados em grupos que trabalham em semanas alternadas. Assim, enquanto um grupo trabalha, os outros animais descansam, passando seus dias nas pastagens junto ao rebanho de gado bovino. Quando o trabalho matutino não exigiu que os cavalos percorressem grandes distâncias ou demandasse fortes galopes o mesmo animal pode trabalhar novamente a tarde. Quando o trabalho foi mais intenso, outro cavalo é escolhido. O mesmo se passa na Fazenda Beatriz, embora em função do calor escaldante, dificilmente um animal trabalhará pela manhã e pela tarde.

Os vaqueiros nas Fazendas Beira Alta (MT) trabalham uniformizados. A camisa de mangas longas é azul-clara e traz o logotipo da empresa bordado em seu bolso. Chapéus de palha, calças de couro e botinas também são usadas por todos. Em épocas de chuva, as botinas, que têm solado de borracha, são substituídas por galochas de plástico, principalmente para trabalhar no curral, em meio à lama. As pesadas calças de couro são usadas sobre as calças jeans. Um lenço no pescoço amarrado com um anel metálico complementa o vestuário de trabalho diário de alguns vaqueiros. As calças de couro ajudam a protegê-los em caso de quedas dos cavalos e também ao atravessarem com eles por árvores baixas, galhos e espinhos. O chapéu protege do sol, mas também serve para ser arremessado em caso de algum boi mais

⁸⁰Traia é a denominação do equipamento de montaria entre os vaqueiros.

agressivo. Arremessar o chapéu é uma forma de desviar a atenção do boi do corpo do vaqueiro para outro objeto, no caso, o chapéu. No período da seca, o lenço também serve de proteção contra a poeira ao ser posicionado sobre a boca e o nariz, criando uma espécie de máscara.

Entretanto, se é possível reconhecer o vaqueiro na fazenda pelos trajes que ele veste, um bom vaqueiro se conhece pelo trabalho que ele desempenha. O estilo de vestir do vaqueiro, do sertanejo, do caipira foi celebrado por cantores populares de grande projeção nacional que, na opinião de alguns vaqueiros, banalizaram o trabalho que eles realizam nas fazendas. Esse estilo se expandiu para o cotidiano de muitos trabalhadores das fazendas, mas também no meio urbano, entre pessoas que, possivelmente, “nunca viram um boi”. Para Felipe, foi criado uma espécie de “peão de vitrine”:

boniteza não se põe na mesa, põe é a qualidade. A gente conhece o profissional não é do estilo. É o jeito que ele chega, o jeito que ele... trabalhando você sabe. Anda todo estiloso, não sabe arrear um cavalo, não sabe laçar. Aí fala que é peão! Tá envergonhando a gente, pô! Pra ser peão cê não precisa tá bonitão não. Cê tem que montar no animal, saber trabalhar, saber manejar, cê entendeu?! Aí a panca cê vai ver depois (Entrevista com Felipe, 08/05/2015).

Na Fazenda Casa Verde (RS), os campeiros não trabalham uniformizados, embora camisas de mangas longas também sejam de sua preferência. No trajar dos campeiros não encontramos as calças de couro. Em seu lugar estão as bombachas ou as calças jeans. Os chapéus são de feltro ou de lã e podem ainda ser substituídos por boinas confeccionadas com o mesmo material. Em lugar das botinas estão as botas de montaria em couro de cano longo.

Uma faca ou um canivete vão sempre embainhados e constituem o aparato indispensável para as lidas de vaqueiros e campeiros. Seus usos são diversos e vão desde

descascar alguma fruta encontrada no caminho dos campos, até fazer pequenos ajustes no equipamento de montaria.

Vaqueiros e campeiros têm seus próprios laços, tradicionalmente trançados em couro. Mas eles podem ser feitos também com uma corda simples, de algodão, com cerca de um centímetro de diâmetro. Um bom laço, afirmam os campeiros, “faz a diferença no trabalho”. Ele é levado para o campo pendurado na parte traseira da sela, em um círculo cuidadosamente forjado.

Entre os vaqueiros, um pequeno ritual se instaura quando eles iniciam seus trabalhos pela manhã e pela tarde. Chamado de “forma”, corresponde aos momentos em que os vaqueiros selecionam o animal com o qual cada um trabalhará naquele turno do dia.

2.2.1 Os vaqueiros e a forma

O ritual da forma, pelo qual são selecionados os animais para o trabalho, marca o início da jornada matutina e vespertina nas Fazendas Beira Alta (MT), e é uma característica de outras fazendas no Mato Grosso, como me contaram os vaqueiros. O tropeiro é o vaqueiro responsável por buscar os burros, as mulas e os cavalos no pasto em que passaram a noite. Ele chega um pouco mais cedo que os demais vaqueiros para executar essa tarefa e há um rodízio no qual cada vaqueiro atua como tropeiro durante uma semana. Os burros, as mulas e os cavalos são os animais que compõem a tropa, e daí o nome tropeiro para designar o vaqueiro que reúne esses animais e os leva até a baia.

No piquete adjacente à baia são fornecidos ração e água para os animais da tropa. A tropa é de propriedade da fazenda e cada vaqueiro trabalha com os animais especialmente designados entre esses burros, mulas e cavalos. Em alguns casos, pode haver alguma troca entre os vaqueiros e seus animais específicos.

Na forma, os burros, as mulas e os cavalos devem ficar perfilados. Para que isso aconteça, o tropeiro adentra o piquete em que os animais esperam e repete as palavras: “Forma! Forma! Forma!”, caminha entre eles repetindo tais palavras até que atravessem a porteira que separa o piquete da baia e fiquem perfilados praticamente sem se mover esperando a chegada do vaqueiro. Nas mãos deste, o buçal (cabresto) e o freio são os primeiros aparatos de montaria colocados nos animais. Quando todos os vaqueiros já selecionaram o seu animal e o equiparam com o freio e o buçal a forma é desfeita. Para tanto, o vaqueiro que está na extremidade da fileira – sempre a mesma, aquela que oferece a maior área para a dispersão dos animais dentro da baia – exclama: “Quebra! Quebra! Quebra!” até que todos os animais se dispersem e ocupem toda a área da baia.



Figura 6: Os vaqueiros e a forma. Fazendas Beira Alta (MT)

Há vaqueiros que utilizam também um laço ou uma corrente para fazer a forma. Além da repetição em voz alta da palavra “forma”, a corrente é utilizada para fazer mais um barulho, semelhante a um estouro, que acontece ao ser impulsionada pelo vaqueiro contra o chão. Quando algum animal demora para entrar na forma, ou não se posiciona corretamente ao lado dos demais, a corrente é “estourada” no chão em sua direção. Se, porventura, o vaqueiro percebe que o animal selecionado está mancando ou está agitado demais para trabalhar naquele momento, ele recompõe a forma e escolhe outro animal para o trabalho no dia. Fora da forma, espalhados pela baía, os animais da tropa relutam em serem arreados⁸¹, tornando a forma um elemento indispensável do trabalho cotidiano.

Para ficarem em forma, os cavalos, os burros e as mulas precisam ser treinados. O animal novato aprende com os animais mais experientes a entrar e sair da forma. Muito raramente toda uma tropa é composta por animais de doma recente, e, portanto, o mais recorrente é uma mescla entre experientes e inexperientes, na qual os primeiros participam da preparação dos segundos.

Uma vez desfeita a forma e selecionados os animais, segue-se o arreamento dos cavalos, burros e mulas. Após serem brevemente escovados, sobre o lombo dos animais são colocados os baixeiros, cuja quantidade varia de acordo com sua qualidade e com a preferência de cada vaqueiro. Os baixeiros podem ser pedaços de espuma ou tapetes de lã, mas geralmente ambos são utilizados concomitantemente. Eles atenuam o atrito provocado pelo peso do vaqueiro sobre a sela, o instrumento colocado na sequência. Na sela ficam pendurados os estribos, que são móveis, e podem ser ajustados de acordo com a altura do vaqueiro. A sela dá sustentação à montaria e, por sua vez, os estribos são fundamentais para uma montaria firme e segura. O laço é amarrado na parte traseira da sela, assim como a capa

⁸¹Ato de colocar os arreios.

de chuva quando necessário. Alguns vaqueiros ainda carregam um cantil com água gelada revestido em couro. Sobre a sela são também colocados um ou dois pelegos em lã de ovelha para o conforto do vaqueiro, já que a quantidade varia conforme a espessura dos mesmos e a preferência daquele que montará. Fundamentais também são as cinchas que prendem a sela e os pelegos ao serem ajustadas em torno do tronco do animal, seu lombo e sua barriga. Sobre os pelegos é colocado a baldrana (alforje), de lã ou de couro, que possui bolsos para a armazenagem de medicamentos veterinários que porventura sejam necessários para o tratamento de algum animal doente.

Os equipamentos de montaria são pessoais e são chamados de traia. Eles ficam guardados sempre no mesmo lugar e cada cavalo é arreado também sempre no mesmo ponto da baia. Pode haver empréstimo ou troca de materiais, mas o princípio é que cada vaqueiro cuide e trabalhe com sua própria traia. Quando o vaqueiro deixa a fazenda a leva consigo.

A fama do vaqueiro, entretanto, pode permanecer por meio dos animais com os quais trabalhava. O novo vaqueiro a montar o animal pode afirmar que o anterior deixou os animais *baldosos*, cheios de manias, mesmo sem conhecer pessoalmente quem trabalhava com determinada mula ou burro ou cavalo. O novo vaqueiro, através dos trejeitos dos animais de montaria, pode avaliar a qualidade do trabalho de seu antecessor.

Na Fazenda Casa Verde (RS) minha primeira campereada foi sobre o lombo da égua “Freio de Ouro”⁸². Quando do nosso retorno ao final do dia, perguntavam-me entre sorrisos, se eu havia permanecido sobre a égua e se ela havia dado algum pinote. A campereada havia sido tranquila, apesar do meu medo e da minha aflição com os cavalos. Após minha resposta, confessaram: “aquela égua é doida, é do Gustavo!”. A égua era “meio doida” pelo tratamento intempestivo que seu cavaleiro lhe dispensava. Depois desse episódio deixei a Freio de Ouro e

⁸²Freio de Ouro é o nome do maior prêmio concedido aos ginetes durante a Expointer, feira agropecuária realizada na cidade de Esteio/RS.

passei a me deslocar com o Carroceiro, um cavalo de idade já avançada para o trabalho, cuidado por Juarez. Muito mais lento que a égua, Carroceiro foi meu companheiro nas campereadas que se seguiram.

As relações que os cavalos mantiveram com outros cavaleiros tornam-se visíveis porque os animais são capazes de revelar por meio de suas ações as marcas de suas relações anteriores com os humanos. Como argumenta Despret ao refletir sobre Hans, “o cavalo que sabia contar⁸³”, o cavalo oportunizou aos humanos a chance de estes performarem um corpo passível de ser lido pelo cavalo; os humanos, ao domesticarem o cavalo, criaram para eles uma nova identidade: ser um “cavalo-com-humano”. O corpo, nessa abordagem é aquilo que “faz fazer”, que tem a capacidade de afetar e ser afetado por outros corpos, cuja articulação primeira dá-se por meio dos afetos. Nesse sentido, humanos se fazem conhecer através dos cavalos: um cavalo mais *baldoso*, com algumas manias sugere cavaleiros menos cuidadosos com os seus animais ou mais brutos em sua lida. Um cavalo de movimentos mais suaves, por sua vez, revela um cavaleiro mais competente e atencioso.

Os vaqueiros nas Fazendas Beira Alta dedicam-se exclusivamente às atividades diretas com o gado, visto que para a manutenção de cercas, cochos e bebedouros, e para a distribuição de ração e sal mineral, existem outros trabalhadores especializados. Em compensação, na Fazenda Casa Verde, as atividades dos campeiros são mais diversificadas e envolvem o conserto de cercas e portões, a produção de silagem (na época da colheita de milho) e a abertura de silos, além da reposição de sal mineral nos cochos das invernadas. Camperear é, contudo, sua principal atividade a qual descreverei em seguida.

⁸³Hans foi um cavalo que viveu no início do século XX na Alemanha, e intrigou os cientistas, especialmente psicólogos, por uma curiosa capacidade de contar, resolvendo problemas matemáticos colocados por indagadores humanos com batidas nos pés.

2.2.2 Os campeiros e as campereadas

O termo camperear denota a atividade de passar em revista os animais que se encontram no pasto e curar aqueles que estão enfermos, verificando as condições gerais do rebanho e as condições de saúde individuais dos animais. Uma campereada pode acontecer pela manhã ou pela tarde, não havendo restrições quanto ao período do dia.

Uma campereada oscila entre momentos de calma e agitação. Pelo caminho conversa-se sobre o clima, sobre os últimos acontecimentos da fazenda e histórias são contadas. É possível parar no meio do caminho para apanhar alguma fruta sem precisar apear do animal de montaria, cavalo ou égua. Piadas são recorrentes e tornam-se ainda mais intensas e duradouras quando se referem à queda de algum campeiro de seu cavalo. No entanto, tais quedas nem sempre são motivos de piada. Em uma de minhas primeiras campereadas, do alto de uma coxilha, avistei ao longe uma cruz de madeira, pendendo pelo vento. Ela jazia solitária há alguns metros da estrada principal que atravessa os campos e segue até as últimas invernadas da fazenda. A existência desta cruz é relacionada a história da morte de um campeiro em um dia de trabalho há cerca de dois anos. Ele galopava para laçar um animal quando sua égua não viu um buraco feito por um tatu onde caiu com suas duas pernas dianteiras. O campeiro foi arremessado para frente e a égua caiu sobre ele, que não resistiu ao peso do impacto e faleceu em seguida. A égua sobreviveu e continuou a ser usada nas lidas de campo até se tornar velha demais para desempenhar suas atividades. Desde então compõe com outros animais a tropa de descarte, formada por outras éguas e cavalos que já não prestam mais seus serviços à fazenda.

Atravessando pirambeiras, como são chamados os terrenos de aclives e declives acentuados, pedregulhosos e escorregadios, perguntava-me como acidentes como aquele não

eram mais comuns. De fato são bastante raros, e a força e inteligência dos cavalos raramente os levam, junto aos seus campeiros a situações de tamanha delicadeza.

Outra característica do trabalho com os cavalos é a sintonia estabelecida entre os conjuntos de montadores e montarias. A mais sutil mudança de passo do animal, a outra montaria tende a acompanhá-lo, andando na mesma velocidade e direção. Isso leva a situações ambíguas: se trata-se de um cavaleiro habilidoso, ou, pelo menos, minimamente treinado, este permanecerá sobre o cavalo em caso de galope ou mesmo disparada. Do contrário, um eventual desequilíbrio em uma situação como essa poderá levá-lo ao chão. Desta forma, foi-me ensinada a regra elementar da montaria: a rédea deve ser mantida curta e firme e a qualquer sinal de disparada, deve ser imediatamente puxada com força. A rédea aciona o freio alojado na boca do cavalo, fazendo-o parar.

Todo o trabalho no campo é feito na companhia de cavalos e cães. Os cães são essenciais para buscar os animais que se encontram nos fundos de campo e dentro dos capões de mato que se erguem no meio dos campos. Eles são treinados para chamarem as vacas, bois, bezerros e terneiros para o “limpo”, ou seja, para as áreas de campo aberto, mais distantes da mata fechada. Essas matas são pequenas aglomerações de árvores de pequeno e grande porte que são preservadas ou cultivadas para servirem de refúgio do sol, do vento e da chuva para os animais.

O campeiro olha muito atento para qualquer sinal de movimento dentro dessas matas. Tenta, primeiramente, ver com seus próprios olhos a possível movimentação do rebanho no interior desses capões. Chama com gritos e/ou assobios os animais dispersos que se voltam para ele ao seu chamado. A gritaria característica dessa atividade dirige-se ao gado, aos cavalos, aos cachorros mas também aos humanos. Ao ordenar ao cachorro o comando “pega!” pretende-se que este vá até a mata em busca dos animais e que os leve para o campo aberto. A

boiada também é tocada com gritos, geralmente graves e bastante altos. O estouro do laço que é uma habilidade de reconhecida importância para o bom campeiro faz um barulho bastante característico, possível de ser ouvido a longas distâncias.

A harmonia que envolvia os sons do estouro do laço, os latidos dos cachorros e os gritos dos humanos com a boiada, me permitia saber quando os campeiros estavam voltando para a sede da fazenda com algum lote de animais. O gado é trazido para a mangueira em situações específicas: quando há muitos animais para serem curados, quando serão vendidos para outros produtores, encaminhados para o frigorífico e também para fins de controle através de pesagem e vacinação. Nas rondas cotidianas, os animais são laçados e curados nas próprias pastagens.

No alforje que levam para o campo são carregados os medicamentos para os tratamentos básicos do gado, especialmente as bicheiras⁸⁴ e a conjuntivite, uma doença que se espalha rapidamente pelo rebanho e que precisa ser tratada com rapidez para que o animal não perca a visão. As bicheiras por sua vez, podem começar em um machucado superficial ocasionado por algum arranhão nas cercas ou nos galhos e espinhos das árvores e arbustos. Mordidas de cachorros também podem desencadear a bicheira, que se caracteriza pela invasão de moscas no local dos ferimentos causando em alguns casos a impressão de apodrecimento da região afetada.

A ausência de doenças e ferimentos são medidas de mensuração direta de bem-estar animal. Entretanto, saúde não necessariamente é sinônimo de bem-estar animal, pois outros fatores são importantes em sua avaliação. Segundo Fraser (2012) uma lista de verificação completa compreende para além das questões veterinárias de saúde animal, questões

⁸⁴A miíase é popularmente conhecida como bicheira e caracteriza-se pela invasão de uma mosca hematófaga, como a mosca-varejeira, sobre a pele dos animais.

nutricionais, ambientais e comportamentais, em que estados afetivos como o medo e a angústia encontram-se relacionados a cada um desses fatores.

Para avaliar de perto as condições de saúde do gado que se encontra no campo e curar aqueles que estão com alguma bicheira ou conjuntivite, o gado é laçado e levado ao chão. Este procedimento ocorre da seguinte maneira. Primeiramente o gado é reunido pelos cachorros, pelos cavalos e pelos humanos em uma determinada área, normalmente próxima a algum local onde está o sal para o gado (uma construção em madeira que também serve para alguns se abrigarem do sol ou da chuva). Em seguida, uma comunicação muito singular se estabelece entre esses agentes para que a operação se desenrole com sucesso pois os campeiros fazem seus cavalos apertar o passo, galopar, enquanto os cachorros são instigados a trazer com seus latidos o gado do mato. Ao perseguir o gado, os cães fazem com que o gado se aglomere em um lote que será mais facilmente vistoriado pelos campeiros. Nessa oportunidade, o gado também é contado, a fim de monitorar a quantidade de animais em cada campo.

Força e agilidade são exigências desse trabalho. Uma boa armada⁸⁵ é fundamental para o sucesso da operação de laçada, que tem os chifres como o alvo por excelência, ainda que muitas vezes a armada passe até o pescoço ou atinja as patas. Sobre o cavalo com uma das mãos o campeiro segura a rédea e com a outra leva o laço. O braço laçador é erguido sobre a cabeça e girado até o momento em que o campeiro alcança uma boa posição e velocidade para jogar o laço na direção do boi que corre. Uma vez laçado, é preciso segurar firme a corda, o que exige um cálculo de força na proporção do peso e da velocidade do animal. Um segundo campeiro deve acompanhar o trabalho para que tão logo o animal seja laçado, desça de seu

85A armada é a parte do laço arremessada sobre a cabeça do bovino.

cavalo e imobilize a rês que será curada. De cócoras, o segundo campeiro coloca o joelho na região entre o pescoço e a barriga do animal, enquanto suas mãos seguram a cabeça.

Os cachorros, além dos cavalos, são companheiros importantes dos campeiros. Alguns são vira-latas, mas a preferência para o pastoreio é por cães da raça *Border Collie*, reconhecidos por sua agilidade e inteligência. Além disso, são dóceis e respondem bem aos comandos dos campeiros. Cada campeiro cuida dos seus próprios cachorros que são treinados desde pequenos a respeitar as suas ordens. Entre elas, os cachorros são instruídos a latir para o gado, mas não mordê-los. Quando isso acontece os cachorros são retirados dos currais, pois se tornam impertinentes.

No Mato Grosso, na unidade Beatriz, não são usados cães⁸⁶, mesmo nas lidas de campo, que são menos frequentes que na fazenda do Rio Grande do Sul pelo fato de aquela unidade dedica-se quase exclusivamente ao confinamento de gado de corte. De acordo com o protocolo de bem-estar animal adotado pela fazenda, os latidos e as mordidas dos cachorros configuram uma fonte de estresse para o gado e, sendo assim, a criação e uso de cães nas lidas de campo, de confinamento ou de curral foram proibidas na fazenda.

A presença dos cães no curral é ainda mais indesejada porque nesses ambientes o gado não dispõe de espaço para fugir dos latidos e das mordidas desferidas pelos cães. O curral é um lugar muito importante na fazenda, porque ali são feitos todos os procedimentos de vacinação, pesagem, cadastramento, apartação⁸⁷ e castração. É o centro de manejo do gado e, de acordo com a zootecnista da Fazenda Beira Alta (MT), a passagem dos animais pelo curral

86Os cachorros nas Fazendas Beira Alta são *pets*, não são cachorros pastores ou caçadores como na Fazenda Casa Verde. Eles vivem dentro das casas dos gerentes e recebem tratamentos de banho e tosa em *petshops* do centro da cidade de Tangará da Serra. Comem ração balanceada e são levados para passear e brincar no campo de futebol da propriedade.

87A apartação consiste na separação dos animais em lotes diferenciados. Pode-se apartar por peso, por idade ou por raça; o critério varia conforme as necessidades do trabalho empreendido.

pode ser fonte de muito estresse e sofrimento para o gado, donde grande parte das considerações de bem-estar animal versarem sobre sua estrutura e os trabalhos ali realizados.

2.3 Trabalho de curral

Nos centros de manejo das fazendas, chamados de curral nas Fazendas Beira Alta (MT) e de mangueira na Fazenda Casa Verde (RS), placas sinalizam aos visitantes e aos trabalhadores os vínculos com os protocolos de bem-estar animal. Na Fazenda Casa Verde, o quadro reproduz as 5 Liberdades dos animais, fundamentadas nos princípios estabelecidos pelo *Farm Animal Welfare Council* (FAWC) em 1993: os animais devem estar livres de medo e estresse; livres de fome e sede; livres de desconforto; livres de dor e doença e livres para expressar seu comportamento natural. Nas Fazendas Beira Alta, a placa assegura: “Aqui se aplica o manejo bem-estar animal”. Todo o rebanho nas fazendas passa pela estrutura do curral que é por onde o gado entra e sai das fazendas, na qual os caminhões e as carretas encostam para desembarcar o gado e embarcá-los com destino ao frigorífico ou a outras fazendas⁸⁸. Todos os bois e vacas das propriedades precisam passar por procedimentos de cadastramento, marcação e vacinação, que também são realizados no espaço do curral.

O curral ou mangueira é formado pelo acoplamento de estruturas para a recepção, acomodação e separação dos animais além de estruturas que são usadas para a condução, contenção, embarque e desembarque do gado da fazenda. Usarei o tronco de contenção como o centro da descrição, pois é neste lugar que o gado é imobilizado para ser trabalhado. A partir do croqui abaixo pode-se orientar a leitura.

⁸⁸Para o caso de animais vendidos vivos a outras propriedades, como os touros e as vacas e novilhas vendidas como matrizes.

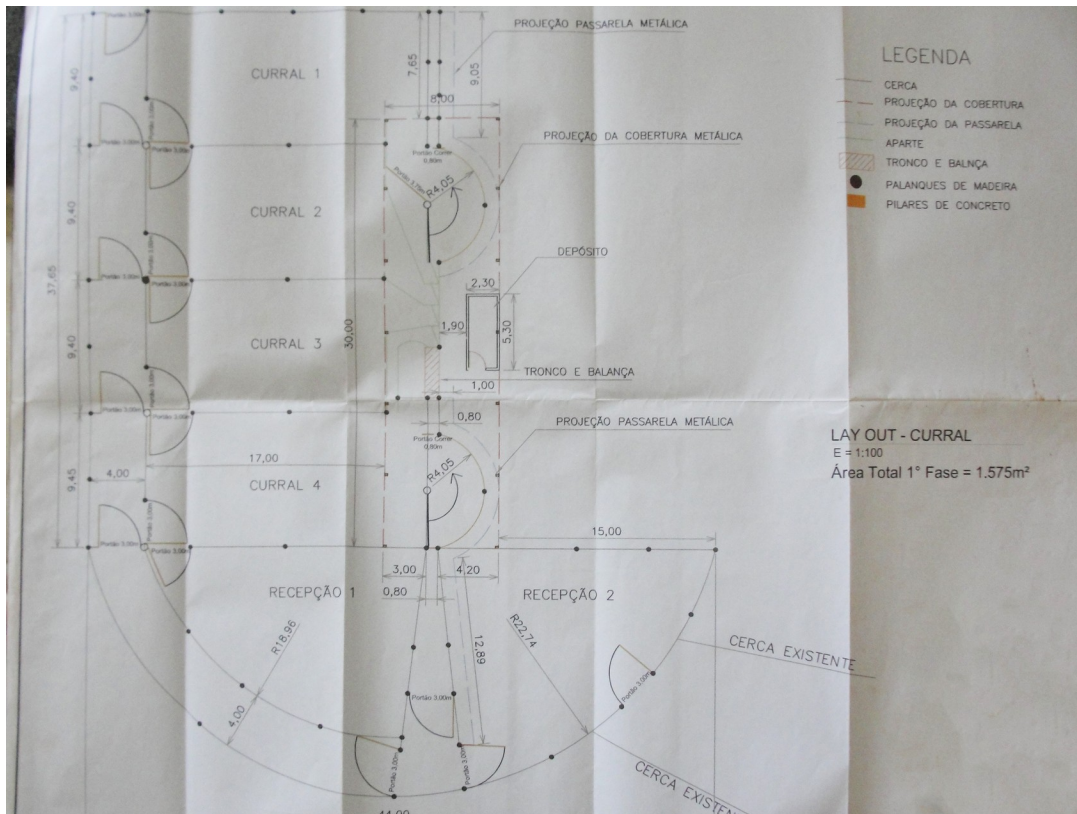


Figura 7: Planta baixa do curral da Unidade Beatriz (MT)

Os bois esperam para passar pelo tronco em piquetes chamados de mangas ou remangas separados uns dos outros por porteiras estrategicamente posicionadas nas extremidades dos cercados. Segundo os vaqueiros, esse posicionamento das porteiras facilita o manejo, pois o gado tem a tendência de se aglomerar nos cantos dos piquetes. Esses piquetes de espera vão se tornando menores a medida em que o gado se aproxima do corredor de acesso ao tronco. Este corredor, diferentemente das paredes dos piquetes de espera, tem as paredes laterais vedadas. As tábuas de madeira são justapostas horizontalmente de modo a impedir que o boi enxergue o que se passa no exterior dessa estrutura.

O corredor que antecede o tronco de contenção é chamado de seringa, e na unidade Beatriz das Fazendas Beira Alta (MT) ela é automatizada. Sua estrutura é circular e dispõe de duas paredes móveis fixadas a partir do centro da circunferência. O controle das paredes móveis é feito por meio de alavancas hidráulicas acionadas pelo capataz para liberar a entrada

e a saída dos animais. O formato circular dessa seringa rendeu-lhe o apelido de “redondo” entre os vaqueiros.



Figura 8: Seringa hidráulica. Fazendas Beira Alta (MT).

Um corredor pequeno e estreito liga a seringa ao tronco de contenção. Sua largura é de aproximadamente um metro, o espaço necessário para apenas um animal passar por vez, de forma que ele não possa consiga virar seu corpo e retornar. O tronco de contenção utilizado na Fazenda Beatriz é tido como um dos mais “modernos”, pois faz pouco barulho – o barulho é considerado um fator de estresse para os animais – e necessita de apenas um vaqueiro para operá-lo. A fabricante desta máquina ostenta o slogan “Manejo Racional e Produtivo” que evoca dois objetivos caros aos bem-estar animal (aumentar a produtividade através de métodos não agressivos).

O tronco de contenção, como o próprio nome diz, é uma máquina que objetiva imobilizar bois e vacas enquanto são vacinados, brincados, marcados, enfim, trabalhados. O tronco é composto por uma pescoceira, que se agarra ao pescoço do boi, imobilizando a sua cabeça. Há também o trapézio, mecanismo que se ajusta às pernas traseiras do boi,

impedindo-o de desferir possíveis coices. Diversas portinholas permitem o acesso localizado ao corpo dos animais, conforme a necessidade dos procedimentos.



Figura 9: Tronco de Contenção (Fazendas Beira Alta, MT)

Foi nesses centros de manejo que passei grande parte do tempo conversando e trabalhando com os vaqueiros e com o gado. Ainda durante minha primeira semana de pesquisa de campo nas Fazendas Beira Alta foi-me emprestada uma *bandeira de manejo*⁸⁹ (tratarei da função e da existência dessas bandeiras nos itens a seguir), com a qual eu ensaiava o trabalho de *afinar* os animais, que consiste na condução do gado pelos corredores do curral, que se tornam mais estreitos quanto mais próximos do tronco de contenção. Esta acabou sendo uma atividade quase cotidiana e, com o passar do tempo, uma bandeirinha ficava separada para mim.

Na Fazenda Casa Verde (RS) iniciei ajudando na abertura e fechamento das porteiras da mangueira. Com o tempo, recebi também uma bandeirinha, e depois de tocar o gado no

⁸⁹As bandeiras de manejo são instrumentos utilizados na condução dos animais que substituíram nas fazendas ferramentas como o choque e o aguilhão, causadores de ferimentos e prejudiciais ao bem-estar dos animais.

corredor, fui também chamada para entrar nas remangas e embretar⁹⁰ o gado. Tocar o gado consiste em conduzir o boi por determinado caminho, guiando-o com as bandeirinhas através dos corredores do curral. Para embretar o gado, é preciso entrar nas remangas e novamente agitar as bandeirinhas aos sons de “ôba, ôba, eira, eira”, desta vez até o *brete*, outro nome para o tronco de contenção. Por sua vez, nas Fazendas Beira Alta (MT) não me arrisquei a entrar nesses piquetes, pois o gado Nelore, imensa maioria nesta fazenda, possui um temperamento mais nervoso e agressivo que o gado Angus e Hereford da Fazenda Casa Verde (RS)⁹¹. Ademais, na fazenda Casa Verde os animais eram castrados, o que lhes conferia um comportamento mais manso.

Na publicação da Embrapa “Gado de Corte: o produtor pergunta, a Embrapa responde” (2011) encontra-se uma fundamentação para a prática da castração na bovinocultura de corte:

A castração tem como objetivos facilitar o manejo dos machos destinados à engorda, proporcionar carcaças mais uniformes em acabamento e melhorar a qualidade da carne produzida por animais com mais de 2 anos de idade. Os machos inteiros, a partir dessa idade, apresentam maior ganho de peso e rendimento de carcaça, mas produzem carcaças com menor teor de gordura e marmoreio e carne mais escura (Melo Filho & Queiroz, 2011: 58).

Os protocolos de bem-estar animal aos quais as fazendas se filiam não proíbem a castração dos animais, apenas a normatizam. A Rede de Agricultura Sustentável (RAS) estabelece que “a castração deve ser feita o mais cedo possível para minimizar a dor e deve ser realizada somente através de métodos cirúrgicos ou emasculação. Os animais castrados depois de dois meses de idade devem ser tratados com medicação para alívio da dor”

⁹⁰Embretar significa conduzir os animais ao brete, como é chamado o tronco de contenção no Rio Grande do Sul. Tem, portanto, o mesmo sentido de “afinar”, no Mato Grosso.

⁹¹Nas Fazendas Beira Alta (MT) nunca fui chamada a entrar nas remangas do curral. Os vaqueiros procuravam com isso me proteger da situação de risco representada pelo espaço restrito das remangas combinado à agressividade de muitos animais que passam por ali. Na Fazenda Casa Verde entrar nas remangas era quase cotidiano, o que não evitou muitos sustos provocados por animais mais ariscos.

(Imaflora, 2010: 88). O Programa de Boas Práticas Pecuárias, inclusive recomenda a castração dos machos: “a castração tem como objetivo principal, facilitar o manejo, já que torna os animais mais dóceis, permite a mistura de bois e vacas e elimina distúrbios da conduta sexual. Entretanto, a castração de animais acima de dois anos pode ser recomendada para atender demandas e exigências de mercado” (BPA, 2011: 57). O manual solicita que a castração não coincida com o período de desmama, pois trata-se de práticas estressantes e “quando associadas, prejudicam o desempenho dos animais” (idem).

A castração dos animais é uma escolha do produtor. Retomando a análise da Embrapa, essa escolha orienta-se pela conformação que a carcaça adquire como resultado do procedimento, um acabamento mais uniforme e carne de maior qualidade (mais clara e de melhor marmoreio). Além disso, torna os animais mais dóceis e portanto mais fáceis de serem manejados pelos trabalhadores. Conversando com um zootecnista em visita à Fazenda Beira Alta (MT), ele me explicou que muitas fazendas estavam optando por não castrar seus animais para privilegiar a geração de carcaças de carne mais magra a partir de animais que apresentam um ganho de peso mais acelerado. A não castração dos animais parece-me ser um dos poucos casos em que o seu bem-estar é favorecido por uma escolha de mercado.

Estar disponível ao trabalho com os vaqueiros e campeiros mesmo sem ser capaz de realizar todas as atividades que me ofereciam⁹² – foi determinante para minha boa inserção em campo. Era preciso demonstrar também não ter “frescura”: não ter nojo de lama ou de poeira, do sangue e dos ferimentos do gado, nem mesmo dos seus dejetos. Ter boa vontade era mais importantes, inclusive, do que o medo que eu demonstrava frente aos bois bravos e a andar a cavalo⁹³.

⁹²Dentre estas, não obtive sucesso na aplicação de vacinas. Depois de duas tentativas com a seringa desisti, pois não conseguia atravessar com a agulha o couro do boi.

⁹³Na segunda semana em campo, nas Fazendas Beira Alta, o vaqueiro Emílio arreou seu cavalo, considerado o mais manso da fazenda para eu acompanhá-lo em sua ronda pelo confinamento e pelas pastagens de apoio. Quando retornávamos, o Xodó, como era chamado o cavalo, disparou. Eu permaneci sobre o cavalo até o

Ambas as fazendas recebem regularmente estagiárias e estagiários proveniente das faculdades de Medicina Veterinária, Zootecnia e Agronomia. Os estudantes procuram esses empreendimentos para o cumprimento de seus estágios obrigatórios de conclusão de curso ou ainda para um estágio voluntário, realizado durante as férias universitárias, de modo a adquirir experiência nas suas áreas de formação.

Eu fui alocada nas fazendas como uma destas estagiárias. Fui apresentada aos funcionários e aos visitantes como uma das estudantes que permaneceria alguns meses nas fazendas para adquirir experiência e conhecer o cotidiano de trabalho com o gado. Afinal, como me diziam, “uma coisa é a teoria, outra bem diferente é a prática” e os estudantes precisam conhecer o dia a dia para saber que ali “o bicho pega”. Entretanto, após ser apresentada como estagiária, complementavam de que se tratava de um estágio diferente, já que eu não estava vinculada a nenhum dos cursos listados acima. Diziam que na verdade eu não “mexia” com boi, mas com gente, “o bicho mais difícil de lidar”.

Pensava eu que mexer com boi também não devia ser fácil. Como faziam vaqueiros e campeiros para que aqueles grandes animais seguissem os caminhos por eles indicados? Como administravam medicamentos e executavam os tratamentos de saúde? Como lidavam com as recusas de bois e vacas ao receber tais tratamentos?

2.3.1 O trabalho com os bois: resistência e cooperação

Tem bois que são “bons de tronco” e outros que não são. Os bois bons de tronco são aqueles que entram e saem obedientemente das instalações do curral, sem precisar de muito esforço e interferência dos humanos. Mas a condição de bom ou ruim de tronco não é definitiva e é possível treinar os animais a passarem

momento em que ele parou, quando óculos e chapéu já haviam voado para longe de nós. Os funcionários da fazenda vieram ao meu encontro e esse episódio rendeu-me o apelido de “Galopeira”, em alusão à música que leva esse título. Embora hoje engraçado, a disparada do Xodó deixou-me com um medo respeitoso dos cavalos.

pelo tronco. Isso tem a ver com a memória, desde que são bezerros (Caderno de Campo, Fazenda Beira Alta, MT)

Resumi no excerto acima uma conversa que mantive com Luís, vaqueiro de uma fazenda vizinha à Beira Alta (MT). Ele já havia trabalhado nesta fazenda e como mantinha amizade com os vaqueiros de lá regularmente os visitava. Luís me contou que levava para a fazenda na qual trabalhava atualmente as bandeiras de manejo e também as lições sobre bem-estar animal que aprendera na Fazenda Beira Alta. Mas tais instruções não funcionam da mesma forma com todos os animais. Segundo Luís, existem bois que cooperam com o trabalho dos vaqueiros e são “bons de tronco” e outros que resistem aos seus comandos e são “ruins de tronco”.

Os bois ruins de tronco apresentam dois comportamentos distintos. Os bois que empacam e se recusam a andar pelos corredores do curral ou a seguir a tropa quando o gado é movimentado pelas pastagens e pelo confinamento, são chamados de amuados e preguiçosos: é o boi “lerdão”. Outros animais, por sua vez, investem contra os vaqueiros e campeiros, pulam cercas e quebram porteiras e são chamados de “brabeza”, “locão”, “doidão”.

Assim como o gado, o trabalho de curral não é da preferência dos vaqueiros, pois é considerado mais maçante do que aquele realizado nas pastagens, em que os vaqueiros gozam de maior liberdade. No campo há mais novidades do que sob o telhado do curral, um locus de trabalhos repetitivos: “pra mim, o que eu mais gosto de mexer com o gado é no campo, né. Que aí cê vai, cê dá mais laçada. Agora no curral você fica só no curral, no curral, no curral. Vai pra lá e volta pro curral de novo. Agora no pasto não. Cê vai, trabalha, olha os servicinho...”. (Entrevista com Gabriel, 12/05/2015).

Nos trabalhos no curral as tensões entre os vaqueiros e os bois brabecas e os bois amuados se tornam bastante evidentes. Uma explicação recorrente entre vaqueiros e campeiros é de que os bois de origem zebuína (*Bos Indicus*) são mais reativos do que aqueles de origem taurina (*Bos Taurus*). Enquanto os primeiros são maioria nas Fazendas Beira Alta (MT), na Fazenda Casa Verde (RS) predominam os segundos. O gado zebuino⁹⁴ é considerado muito bem-adaptado ao clima do centro-oeste brasileiro, principalmente por ser bastante resistente às altas temperaturas da região. A rusticidade é a sua característica mais celebrada, com seu couro de coloração branca e pelagem rala resiste bem ao sol impetuoso.

Nos aproximamos aqui de uma etnoclassificação do gado executada pelos vaqueiros e campeiros. Essa classificação assenta-se em grande parte na capacidade de cooperação e de resistência oferecida pelos animais na execução das atividades no campo e no curral. Enquanto o zebu é um boi mais “doidão e ligeiro”, o gado europeu é mais “amuado e lerdão”. Mas essas características não são determinantes do comportamento que os indivíduos apresentarão nas lidas da fazenda, pois a atuação de vaqueiros e campeiros tem influência direta no temperamento do gado: “Aí se o cara for doido, aí vai deixar o animal mais doido, né.” (Entrevista com Gabriel, em 12/05/2015). Emílio é da mesma opinião: “se você gritar com ele [com o boi], se você mexer com ele na loucura, ele também é louco. Se você mexe com ele na calma, ele é calmo” (Entrevista com Emílio, 09/05/2015).

Para o Seu Emílio, vaqueiro nas Fazendas Beira Alta “o cruzado dá mais trabalho pro peão. Ele bicha mais, dá mais carrapato, e o nelore é menos” (Entrevista com Emílio, 09/05/2015). O gado europeu tem a pelagem mais densa e escura, sofrendo mais com o calor intenso do Mato Grosso, ao passo que os espécimes zebuínos resistem melhor às altas

94 80% do rebanho de gado bovino no Brasil é da raça Nelore. Como demonstra Leal (2014), o zebu não configura uma raça específica de bois, mas um dos nomes que recebem os animais da subespécie *Bos bos indicus*.

temperaturas. A agilidade do gado zebu, que é por vezes reputada como um problema para o seu manejo, é, de outra parte, apontada como uma vantagem, especialmente nas lidas de campo: “mas pra tu lidar aí no campo, dependendo do campo, o gado o zebu é bem melhor” (Entrevista com Juarez, 13/04/2015). Isso porque é um gado ligeiro, que responde mais prontamente aos gritos e estouro do laço dos campeiros e aos latidos dos cachorros. No curral a rapidez do gado zebu também pode ser um aliado no trabalho dos vaqueiros pois, como afirma Felipe, capataz das Fazendas Beira Alta (MT), “o boi mais ligeiro vai passar mais correndo no tronco, ele vai render mais. O boi lento, o boi mais manso, ele vai na toada dele” (Entrevista com Felipe, 08/05/2015).

Na Fazenda Casa Verde a preferência é dada às raças de origem europeia, *Bos Taurus*, como o Angus, o Aberdeen e o Hereford. Tais raças são consideradas melhor adaptadas às baixas temperaturas do inverno da Serra Gaúcha, que podem chegar a -5° Celsius. No verão são necessários cuidados mais intensos, pois o calor não é favorável a estes animais de pelagem escura e grossa, onde a incidência de carrapatos é frequente e, por vezes fatal⁹⁵.

Medrado (2013) argumenta que o modelo de pecuária que influenciou o padrão genético do gado no sul do Brasil foi trazido dos vizinhos Uruguai e Argentina. A autora enfatiza que o clima e o bioma da região a caracterizariam como uma “neo-europa”, onde o gado originado de regiões mais frias poderia se desenvolver satisfatoriamente. No entanto, o gado crioulo que habitava os campos sulinos em fins do século XIX já estava bem aclimatado à região e a introdução das raças europeias trouxe também novas doenças ao rebanho. Assim, para além da adequação ao clima, a autora defende que a importação de espécimes europeus foi influenciada decisivamente pela necessidade de países como a Inglaterra, a Holanda e a

95O cruzamento intenso entre as raças originou espécimes de pelagens muito distintas. O Red Angus é chamado costumeiramente de vermelho, e o Aberdeen, de preto. Quando há cruzamento com Hereford, são ainda chamados de Nilo, Nilo Vermelho e Nilo Preto. No anexo 2 apresento um portfólio com as denominações referentes às pelagens construído com Antonela, que me ajudou com as fotografias e indicou-me os nomes.

França venderem seus reprodutores, cuja seleção e registro genealógico se desenrolava desde fins do século XVIII.

Como demonstra Leal (2014) existe uma disputa antiga entre criadores de gado indiano e gado europeu no Brasil. Segundo a autora, os primeiros defendem que seus animais são mais resistentes e adequados ao clima tropical, enquanto os demais afirmam que a carne de seus bois é mais macia e que suas vacas também são melhores produtoras de leite (Leal, 2014). O sucesso dos processos de seleção e raceamento do rebanho zebuino no Brasil revela-se em sua difusão em território nacional. Atualmente, 80% do gado que ocupa as fazendas brasileiras é da raça Nelore, embora os cruzamentos com animais de origem europeia como o Angus tenham se tornado mais frequentes mesmo em fazendas do Centro-Oeste.

É difícil mensurar o quanto a proeminência das raças britânicas no Rio Grande do Sul deve-se à celebração de uma “europeidade” (considerando-se a colonização germânica e italiana no estado) quando os argumentos envolvem considerações de tal maneira pragmáticas, como se percebe nos argumentos de Edgar, pecuarista e agrônomo que ministra cursos de capacitação em bem-estar animal, e de Bruno, administrador das Fazendas Casa Verde:

Acho que o grupo racial inglês tem grandes contribuições a serem feitas. É que o Angus é a raça mais criada no mundo e por isso ela tem uma coisa que é a estatística. Eu tenho um número maior de animais pra serem selecionados. Embora o nelore seja o que tem mais número de animais no Brasil, ele não tem no resto no mundo. E já no Angus a gente tem grandes seleções nos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, o próprio Brasil, a Argentina, alguma coisa começando forte aí no Uruguai. Então tem mais opções (Entrevista com Edgar, 31/03/2015).

Porque o zebu é um animal mais rústico e mais tardio. Então, por exemplo, com a raça angus, de repente tu pode colocar uma fêmea de 15 meses e emprenhar ela. Tu não consegue isso com o zebu. O zebu é muito mais tardio. O zebu, por exemplo, pra terminação, pra deposição de gordura ele leva mais tempo que o gado europeu. Ele é mais rústico, mas ele é mais tardio. E a qualidade da carne não é melhor

também. A qualidade da carne em termos de maciez é do animal europeu (Entrevista com Bruno, 06/04/2015).

Outra coisa é o conforto térmico dele. Tu pega o conforto térmico desse animal ali, o Aberdeen. Ele vai de 3 ou 4 graus negativos até 24 graus positivos. Esse é o conforto térmico. Abaixo de 4 graus negativos já começa a ser um desconforto térmico. Não que ele não possa resistir, mas é o desconforto térmico. E se é muito quente ele já sente desconforto térmico, né (Entrevista com Bruno, 06/04/2015).

Ao justificarem suas escolhas pelas raças britânicas, os pecuaristas fundamentam-se nas características da carne produzida por esses animais, do ambiente em que eles são criados, ou ainda na amplitude da oferta de reprodutores e do grau de avanço na seleção genética. Embora reconheçam a rusticidade do gado zebuino como uma característica positiva, nas fazendas gaúchas há pouco ou nenhum espaço para seus espécimes. Ao tentar fazer frente ao sucesso da pecuária zebuina brasileira, evidenciado pela hegemonia dos zebus no rebanho brasileiro e pelo alto nível de seleção genética que ela emprega (Leal, 2014), os criadores de raças europeias investem na distinção da carne produzida por seus animais. Exemplo disso é a concessão do selo “*Brazilian Angus Beef*” e o “Programa Carne Angus Certificada”, ambos promovidos pela Associação Brasileira de Angus para difundir a criação da raça entre os pecuaristas e elevar o valor de mercado da carne desses animais comparativamente ao preço pago por reses de corte zebuínas.

Recuperando as diferenças entre espécimes zebuínos e taurinos nas lidas cotidianas de trabalho nas fazendas, como dito acima, vaqueiros e campeiros concordam em afirmar que enquanto o zebu⁹⁶ é um “boi mais ligeiro” o gado de origem europeia é “mais lerdão”. Mesmo que as diferenças genéticas expliquem em parte os comportamentos diferenciados dos bois de origem indiana e europeia, é possível encontrar bois bravos e mansos nos dois grupos.

96Generalização que engloba raças de origem indiana como as raças Gir, Guzerá e Nelore.

Doidões, amuados ou brabezas, são aqueles animais que tornam explícito o seu desconforto com passagem pelo tronco de contenção, mas esse sentimento não é, segundo os vaqueiros, exclusividade destes animais. Conversando com Márcio e Jean, os capatazes das unidades Clara e Júlia das Fazendas Beira Alta (MT), ambos são unânimes em afirmar que, “ao contrário do que os professores falam nos cursos de bem-estar, não tem boi que gosta de passar pelo tronco”. Márcio perguntou-me se gostaria de ter o pescoço preso por aquela pescoceira e a orelha furada, levar picadas de agulha e ter a pele marcada com ferro quente. Respondi negativamente, ao que ele em seguida completou: “pois é, o boi também não!”. O gerente-geral da fazenda concordou com os capatazes que o sistema automatizado não seria o melhor para os animais pois muitas das pancadas que os bois levavam na cabeça e no pescoço são provocados pelas tentativas feitas para prendê-lo ali. O mesmo não se passaria caso o mecanismo fosse manual, já que o vaqueiro se cansaria de puxar as pesadas alavancas antes de magoar o animal.

Na Fazenda Casa Verde, o tronco de contenção segue o modelo preferencial dos capatazes Márcio e Jean. Ele tem duas porteirosas, uma de entrada e outra de saída. A porteira de entrada permanece aberta até o boi posicionar seu pescoço na altura da pescoceira. Um boi ligeiro pode atravessar em disparada sem que o campeiro consiga prendê-lo. Um boi mais lento faz com que os campeiros balancem a bandeira em seu traseiro, ou ainda apelem para medidas mais drásticas, batendo com as mãos ou com a ponta da bandeirinha na mesma região. No lugar do trapézio há uma meia portinhola de madeiras horizontais que cobre a altura das pernas dos animais para evitar que os coices acertem campeiros, estagiários e veterinários.



Figura 10: Brete (tronco de contenção) Fazendas Casa Verde (RS)

Na unidade Beatriz (MT), a seringa hidráulica circular foi outro equipamento instalado na fazenda com o objetivo de adequar suas instalações aos protocolos de bem-estar animal. De acordo com Quintiliano et al (2014), o formato circular da seringa facilita a condução dos animais pelo curral pois evita que os animais se aglomerem nos cantos e resistam a prosseguir pelos corredores. A vedação completa das laterais impede que os animais se interessem por objetos situados fora dessa estrutura. O formato circular e a vedação das paredes são características do equipamento associadas às pesquisas de bem-estar desenvolvidas por Temple Grandin, pesquisadora americana que desenvolveu as principais tecnologias em prol do bem-estar animal para fazendas e abatedouros. Esses atributos do curral estão relacionados ao uso do comportamento natural dos bovinos para o design das suas estruturas de manejo. Segundo Grandin, “os animais se movimentam facilmente pelos meus boxes em curva porque meus projetos aproveitam seu comportamento natural de voltar para o lugar de onde vieram”

(Grandin & Johnson, 2010: 174). Suas paredes altas, com mais de dois metros, também evitam que os animais saltem para o lado de fora, oferecendo menos riscos aos trabalhadores. Além disso, com a automatização deste equipamento, segundo os administradores da fazenda, é possível reduzir em um ou até dois o número de trabalhadores necessários às atividades no curral. Do alto do mezanino, um funcionário consegue controlar a entrada de animais na seringa e a sua passagem até o tronco de contenção. Do contrário, com uma seringa de tipo meia lua e de controle manual, um vaqueiro precisa ficar manobrando a parede móvel, empurrando-a com os próprios braços.

Valdir, há anos vaqueiro na fazenda, preferia a antiga estrutura. Para ele, a seringa em formato meia lua e acionada manualmente funcionava melhor e era mais segura para os vaqueiros, mesmo estes empregando mais força para o seu funcionamento. Apesar de idealmente a seringa hidráulica dispensar um vaqueiro para a movimentação do gado no curral, na prática ele continua necessário, pois com muita frequência é preciso que o vaqueiro intervenha nessa movimentação.

Muitos bois ao entrarem no redondo empacam, andam em círculos ou se debatem, mas não avançam pelo caminho até o tronco de contenção (brete). Situações como essas não são exceções no cotidiano de trabalho no curral. Seja pulando as cercas e as porteiras ou seja permanecendo imóveis, esses “animais resistentes” (tidos como exceções) são presença constante no curral e a estrutura e o design da seringa hidráulica não são suficientes para *lidar* com esses bois, sendo necessária a força e a habilidade dos vaqueiros para guiarem os animais através dos corredores. Na Fazenda Beira Alta, também existem bois que empacam ou atravessam o tronco de contenção em disparada sem tomar conhecimento das tentativas dos humanos e do maquinário para contê-los.

Para evitar o embate humanos x animais que se dá fustigado a cada encontro com brabezas e amuados os vaqueiros e os campeiros defendem que o gado precisa ser “costeado”, ou seja, acostumado com os humanos. Assim, seria mais fácil a lida no campo, nos currais e nas mangueiras.

2.3.2 O gado costeado e a memória do boi

Aí o gado que vem de fora não, os que vem de fora ele chega brabo, né. Na fazenda lá eles come só sal. O cara olha ele lá de cada 15 dias, não dá rodeio no gado, o gado fica brabo, chega aí fica doidinho. É o gado que não conhece gente... (Entrevista com Valdemar, 11/07/2014)

O maior ou menor contato do gado com os humanos é considerado determinante para os temperamentos e os comportamentos expressos pelos animais. O gado criado com pouco ou nenhum contato humano é tido como mais bravo e inquieto. Já os animais que mantêm um contato mais regular com os seres humanos são considerados mais dóceis e as atividades de manejo no curral e de movimentação dos rebanhos dentro das fazendas tornam-se mais fáceis.

Nesse sentido, o confinamento é avaliado positivamente pelos pecuaristas, pois a presença constante e diária dos trabalhadores é vista como um potencializador da docilidade dos animais. Os protocolos de bem-estar animal adotados pelas fazendas não o proíbem, desde que sejam respeitados princípios mínimos tais como a área disponível para cada animal, a existência de áreas de sombreamento, a atenção à saúde e à sanidade do rebanho⁹⁷. Segundo os produtores, na medida em que os animais se acostumam com os seres humanos passam a não vê-los mais como uma ameaça. Na fala de Bruno, administrador da Fazenda Casa Verde (RS), “um animal que se acostuma com o ser humano, ele tende a ser mais dócil, né, e a docilidade é importante pra todo o sistema” (Entrevista com Bruno, 06/04/2015). A docilidade

⁹⁷Para o confinamento os protocolos também seguem os princípios contidos nas 5 Liberdades.

é vista como um elemento positivo para o sistema porque facilita o manejo dos animais, trabalho muitas vezes arriscado e fonte de lesões tanto para os trabalhadores quanto para o gado. Quando fala em sistema, Bruno se refere a toda a cadeia produtiva da carne, inclusive ao caminho feito pelo gado até frigorífico e as eventuais perdas em caso de um traslado ser malsucedido. Mas Bruno também considera os trabalhadores, visto que um dos objetivos das medidas de bem-estar animal é reduzir os riscos de acidentes de trabalho entre os humanos⁹⁸.

Essa proximidade humano-animal que resulta numa maior docilidade do rebanho produz, de outras formas, relações descritas como de amizade. Antonela e Celso narraram a história de dois bois, “Bonitão” e “Mimoso”, com os quais criaram laços de afeição e ternura, evidenciados através das fotografias dos animais armazenadas no computador e da emoção de ambos ao relatar suas histórias. A história de amizade remete ao período em que o casal era encarregado unicamente de cuidar do confinamento, o que fazia com que ambos passassem várias horas entre aqueles animais. Antonela conta que sua amizade com Bonitão e Mimoso começou da seguinte forma:

Tudo começa quando tu vai limpar o cocho com uma pá. Um cocho, uma caixa d'água, eles vem te cheirar, né. Dá um sal... É tipo muito chato! Muito, muito, muito chato! Se ele for te dar uma cabeçada ele te machuca, ele te derruba dentro do cocho, entende. Aí ele é chato! E quanto mais tu toca, mais ele vem. Mas se ele vem querer brincar de te dar cabeçadinha... Daí, de repente, ele aparece solto no pátio, te seguindo igual a um cachorro. Aí quando tu para, ele tipo pula, igual cachorro. Dá uns pulo assim... sabe. Daí tu acha que ele tá feroz, né, brabo. Daí depois humpf, humpf, humpf, ele vem te cheirando assim... E vem! E fica igual a um cachorro perto de ti (Entrevista com Antonela, 10/04/2015).

A iniciativa para o estabelecimento da amizade é do boi e caracteriza-se por comportamentos que causam incômodo até serem compreendidos como carinho e brincadeira.

⁹⁸No Brasil, a cadeia produtiva da carne figura como uma das atividades que mais comporta riscos para os trabalhadores (Sordi, 2013a).

Seu cheiro também se diferencia dos outros animais: “o primeiro meu amigo tinha cheiro, que é esse Mimoso. Os outros não tem cheiro, e ele tinha cheiro!”(Entrevista com Antonela, 10/04/2015). Os bois amigos se singularizam em meio ao rebanho, cuja característica primeira é a homogeneidade.

O Mimoso adorava comer o cordão da bota. Adorava lambar. Tipo, na caixa d'água, ninguém ficava, né. Porque ele vinha querer lambar! E eles querem brincar igual cachorro. Te cheirar, te dar cabeçada, entende. Ai tu cai, ele acha bonito e vai de novo! Pra ele é bom daquele jeito, porque é assim que eles brincam, é a brincadeira deles. (Entrevista com Antonela, 10/04/2015)

Todas essas trocas de afeto e brincadeiras haveriam de ser encerradas em algum momento, pois aqueles animais ainda teriam o frigorífico como destino. Mas como forma de retardar esse acontecimento, Antonela e Celso “escondiam” os bois nos lotes de gado magro, embora já estivessem com peso suficiente para ir para o abate: “mas quando se apegava a gente, nós ia deixando ele pra trás. Que ele tava sempre gordo. E aí eu trabalhava aqui embaixo tinha os lotes dos gordos, né, pra facilitar o aparte de boi gordo. Ah, hoje vai sair 20. Eu pegava ali dum galpão que era só gordo, né. Então esses amigos que a gente tinha tavam sempre magro! Até que chegava uma hora que eles tinham que ir, né..” (Entrevista com Celso, 10/04/2015).

Relações de amizade como essa estão condicionadas a uma série de fatores, mas principalmente ao número de animais sob os cuidados dos trabalhadores e ao tempo dispensando junto a eles. Como afirmam Antonela e Celso, hoje seria muito difícil que histórias como essa se repetissem, pois cada um desempenha um número muito maior de atividades e o tempo que passam com os animais é insuficiente para que sejam criados laços de amizade. A dimensão (quantidade de animais e de trabalhadores) do empreendimento tem

influência direta sobre a qualidade e a intensidade das relações entre humanos e animais que se dão nas fazendas de criação de gado de corte.

Para Marcelo, ex-gerente-geral das Fazendas Beira Alta e hoje consultor para compra e venda de gado “quando você pega um animal que os caras só dão porrada, batem, dão agulhada e dão pancada é totalmente diferente. Então a gente percebe isso. Você conseguir trabalhar dentro dos padrões que a gente conseguiu desenvolver assim... e a produção também, você vê que o animal ele é bem mais tranquilo, ele não sai correndo” (Entrevista com Marcelo, 15/05/2015). De acordo com Marcelo, o gado que é tratado com violência pelos vaqueiros manifesta seu medo perante os humanos, fugindo deles. Por sua vez, bois e vacas que são tratados de forma mais gentil convivem com os humanos de forma mais harmoniosa ou, pelo menos, de forma menos arredia.

2.4 Não é força, é jeito

Não, não precisa ser bruto. Tem que ter o jeito. É um serviço rústico, o serviço é bruto porque cê tá mexendo com uma coisa bruta. Um boi, por exemplo, ele quebra⁹⁹ ali, ele tá ali, ele é bruto. A gente não precisa ser bruto. A gente tem que ter o jeito e entrar na hora certa. Uma hora que a gente tem que ser bruto. Uma hora um boi cai por cima do outro, aí cê tem que ter uma forcinha, cê não pode ser criado no macarrãozinho, delicadinho... Aí cê tem que puxar ele ali, as vezes ele cai debaixo de uma cerca, cai num cocho, cê tem que ser bruto porque cê tem que ter força pra puxar ele (Entrevista com Felipe, 08/05/2015).

Para lidar com os bois brabezas e com os bois amuados, como dizia o vaqueiro Valdemar, não é indicado bater nos animais, pois machuca o “bife da Dona Maria”. O uso da força deve dar lugar a práticas racionais de manejo com o gado. A bandeira de manejo, já

⁹⁹ Um boi que quebra é um boi que desviou da rota, não um aquele que apresenta um ferimento.

mencionada, é um dos instrumentos utilizados para tornar as lidas com o gado bovino mais gentil e menos agressivas.

As bandeiras de manejo foram introduzidas nas fazendas a partir dos cursos de capacitação em bem-estar animal realizados em função das exigências das certificações para as empresas. As “bandeirinhas”, como são chamadas pelos vaqueiros e campeiros, são ferramentas de trabalho introduzidas nas fazendas com o objetivo de diminuir o uso da força física no manejo do gado. Elas substituíram o choque¹⁰⁰ e o aguilhão, ferramentas de uso comum na condução dos animais nos trabalhos de curral e ainda muito comuns na pecuária de corte brasileira. O choque, como o nome sugere, consiste em uma haste que desfere uma descarga elétrica em sua extremidade ao ser pressionado contra o corpo dos animais. Com o choque os bois são forçados a andar na direção desejada por aquele que usa a ferramenta. O aguilhão, por sua vez, utiliza uma extremidade pontiaguda que espeta o corpo do animal com o mesmo objetivo, forçar a movimentação do gado.

As bandeirinhas têm por objetivo não apenas um manejo não agressivo do gado, mas também dar maior segurança aos vaqueiros. As bandeiras de manejo funcionam como uma extensão do corpo dos vaqueiros e por meio delas, podem manter maior distância dos animais, dispondo de uma área maior para a realização dos movimentos (Paranhos da Costa et al, 2008). Quando balançadas próximas aos bois na região de suas patas dianteiras e na altura da cabeça os bois andam para frente. Quando o pano é estendido em frente aos olhos do animal, o objetivo é fazer com que ele interrompa a sua caminhada. O cabo destas bandeiras tem diferentes tamanhos, que variam conforme o ambiente em que os animais serão manejados: mais curtos para o curral e mais longos para o manejo nos piquetes e em campo aberto.

100 O choque ainda é presente marcante nos caminhões e carretas para o transporte de gado bovino e, por isso, muitos cursos têm sido oferecidos aos motoristas boiadeiros e empresas de transporte para o emprego das técnicas de bem-estar animal.

Embora as bandeiras possam ser utilizadas tanto no manejo de campo quanto nas lidas de curral, é neste último que elas são mais usadas. Diz-se dos vaqueiros incumbidos de movimentar o gado em direção ao tronco de contenção que estão *afinando* o gado. No Rio Grande do Sul, a mesma atividade é conhecida por *embretar*.

Ao afinar o gado, o vaqueiro balança a bandeirinha e fala com o gado. A maioria dos animais segue as instruções do vaqueiro e vai pelo caminho que lhe foi indicado através das porteiras abertas e da sinalização com a bandeirinha. Aqui, novamente, nem todos os bois e vacas agem da mesma forma e, enquanto alguns andam obedientemente até o tronco, outros se debatem, desferem coices, pulam as cercas ou não esboçam qualquer reação mediante as sinalizações dos vaqueiros e dos campeiros.

Os vaqueiros são instruídos a não enfrentar os animais que se recusam a cumprir suas ordens. A primeira providência é deixá-los onde estão ou transferi-los para algum piquete que esteja vazio e esperar até que se acalme. Mais tarde, são feitas então várias tentativas de integrá-lo a novos lotes que irão para passar no tronco. Por vezes, o boi segue os demais, mas há momentos em que ainda assim ele não se integra aos novos lotes e resiste a segui-los, ficando solitário no piquete. Como o trabalho deve ser feito, os vaqueiros são então obrigados a movimentá-lo. Segundo Felipe, quando isso acontece, é preciso lançar mão mais do jeito do que da força e o vaqueiro deve ser esperto para saber *lograr* o animal:

Ó, ele [o boi] tá aqui, ele não quer entrar, cê joga um lote no meio dele, muda de posição que vai dar certo. Agora, cê não pode é teimar com ele. E o vaqueiro antigo, no tradicional, ele não aceitava mudança. O boi não quer, tem que ir. E aí que ele ia na parte bruta. Agora, no antigo, no tradicional, cê não logra. Ele vai por bem ou por mal. Não quer ir? Cacete nele (Entrevista com Felipe, 08/05/2015).

Uma das técnicas utilizadas por Felipe para lograr o boi foi aprendida com seu pai:

Tem boi que chega aqui e pula curral. O que eu faço com ele pra ele não pular? Eu faço um negócio que eu aprendi com o meu pai. Que o meu avô era nortista, o meu pai é nortista, no norte eles pega boi e põe careta. Tira a visão do boi. Botar uma venda nele. (...) Aí ele vendou, ele vai só farejar. O lote tá indo aqui ele vai só farejar o lote, que ele fareja muito bem. Aí o lote tá indo aqui ele vai aqui, aí cê faz dele o que cê quer, com ele vendado. Ele com o olho aberto cê não faz (Entrevista com Felipe, 08/05/2015).

Na lida bruta citada por Felipe, quando o boi resiste violentamente a atravessar os corredores do curral, é dito que o boi “dá a cara” para o vaqueiro. Quando o boi dá a cara, ele bufa, balança a cabeça para os lados e para cima e para baixo em sucessivas ameaças de ataque ao vaqueiro. Por vezes, o ataque permanece apenas como uma ameaça. Há outros momentos, entretanto, que se o vaqueiro não desviar rapidamente das investidas do boi ele poderá ser atingido. Uma das formas de desviar do boi é subindo lateralmente pelas paredes do curral, mas nunca na mesma linha do boi. Outra maneira de se resguardar é jogar o chapéu, o lenço ou mesmo a bandeira para o lado a fim de atrair a atenção do boi para o objeto arremessado.

Seu Valdemar conta que “antigamente que não tinha bem-estar animal, né, o negócio era tudo diferente, igual falei pr’ocê. O boi dava a cara lá, já entrava lá com porrete lá, já metia o pau pra riba, já capeava, entendeu” (Entrevista com Valdemar, 11/07/2014). “Capear” consiste em balançar uma capa ou um pedaço de pano para atirar o boi, de forma semelhante ao que acontece em uma tourada. Fazia-se isso para cansar o animal, mas também como forma de demonstrar força e coragem. Perguntei se essa prática não trazia riscos para os vaqueiros, ao que Valdemar respondeu: “Mas era assim, se o cara não fazia isso não era bom, não era peão” (Entrevista com Valdemar, 11/07/2014).

Quando o boi caía, os demais vaqueiros pulavam sobre o boi, o amarravam e o puxavam até o tronco. Utilizavam também um imobilizador nasal chamado de formiga. A

formiga assemelha-se a um alicate arredondado que é introduzido e pressionado no focinho do boi. Ela fica presa a uma corda e quando puxada pelos vaqueiros causa dor, forçando os animais a andarem na direção em que a corda está sendo puxada.

De acordo com os vaqueiros, a introdução de práticas de bem-estar animal na Fazenda Beira Alta (MT) não foi pacífica e alguns trabalhadores resistiram às novas medidas. Houve mesmo demissões por incompatibilidades com o novo método de trabalho. Como diz Felipe, “antes do bem-estar era tudo na doidura, na pancada mesmo”. Ele próprio via com ceticismo a introdução das bandeiras de manejo e previa atrasos no trabalho em função da impossibilidade de se bater e gritar com os animais. Porém, com o passar do tempo, o capataz se convenceu de que aquela era a melhor forma de se lidar com o gado, por diversos motivos inter-relacionados: não oferece risco ao peão e tampouco machuca o animal e sua carne. O capataz ao treinar e apresentar os trabalhos da fazenda aos vaqueiros novatos esforça-se em transmitir seus conhecimentos sobre o bem-estar animal e não admite tentativas de burlar os seus ensinamentos.

Ao momento atual, que se pode chamar de “tempo de bem-estar”, contrasta o “tempo da bruta”, anterior aos cursos de capacitação em bem-estar animal realizados há cerca de 11 anos. Os vaqueiros Emílio e Felipe contaram que desde a implantação de medidas de bem-estar animal na fazenda, não sofreram mais nenhum acidente de trabalho grave, que resultasse em fraturas ou distensões musculares. Na fala do vaqueiro Valdemar:

É bom pro boi, bom pro peão, não machuca. E naquele tempo não, naquele tempo bruto a gente machucava! Cê vai lá mexer com trem bruto machuca, né. Hoje não, tá de boa. Antigamente não. O boi furava aí e vamo pegá. Aí chegava lá, cê laçava ele, machucava o boi também, cê machuca a criação. Agora não, cê fica de boa. Se ele não quer ir cê deixa ele lá. Depois cê vai lá com jeitinho e traz ele. E antigamente não, hoje é tudo ‘banho maria’. Calma, né (Entrevista com Valdemar, 11/07/2014).

O conjunto de técnicas como o uso das bandeiras de manejo, as novas técnicas de vacinação e de aplicação de brincos, a introdução da seringa hidráulica (no caso da unidade Beatriz-MT), chegaram às fazendas por meio dos cursos de capacitação em bem-estar animal. Tais treinamentos envolvem a transmissão de conhecimentos técnico-científicos sobre o gado bovino e o melhor manejo a ser dispensado a eles. Os cursos enfatizam a necessidade de os trabalhadores terem conhecimento do ponto de vista do boi, do seu comportamento natural para agirem de acordo com ele. As capacitações servem também para mobilizar os trabalhadores e garantir a sua adesão aos princípios de bem-estar animal.

2.5 Dia de treinamento

Na margem de um grande rio estava, um dia, um sapo. Ele precisava chegar à margem oposta. Enquanto se preparava para entrar na água, chegou um escorpião. Também este precisava chegar à outra margem, mas não podia fazê-lo: os escorpiões não sabem nadar. A contragosto viu que o sapo era a única possibilidade de chegar ao outro lado. O escorpião pediu ao sapo para ajudá-lo: - Deixa-me subir nas tuas costas e transporta-me até a outra margem. És grande o suficiente e não te cansarás. Mas o sapo, que conhecia o veneno do ferrão do escorpião, respondeu: - Nas minhas costas? Estás louco! Tenho medo de teu veneno mortal! E o escorpião: - Estás equivocado em temer-me. Eu desejo atravessar o rio. É meu interesse que tu vivas. Com tal raciocínio, o escorpião induziu o sapo a aceitar. Subiu, então, em suas costas. O sapo entrou na água carregando o escorpião e começou a nadar perfeitamente à vontade no seu meio natural. Assim que chegou ao meio do rio, no ponto que era mais forte a corrente e maior o esforço do sapo, o escorpião levantou o rabo e enterrou o ferrão com toda força nas costas do sapo. Enquanto o veneno mortal se difundia em seu corpo, sentindo que a vida se esvaía, o sapo exclamou: - Maldito, o que estás fazendo? Não vês que ambos morreremos: eu envenenado e tu afogado! Por que fizeste isso? E o escorpião, já se afogando, diz: - Porque eu sou um escorpião e esta é minha natureza.

Com a narração da fábula do sapo e do escorpião foi aberto o “1º Treinamento Operacional e Motivacional”¹⁰¹ na unidade Beatriz, das Fazendas Beira Alta (MT). O treinamento resultou de uma parceria entre a fazenda e a empresa de nutrição animal que fornece o núcleo mineral para o rebanho e foi ministrado por zootecnistas dessa empresa. O curso foi dividido em dois turnos, pela manhã dedicava-se ao tema do bem-estar animal, e a tarde ao treinamento dos funcionários da fábrica de ração e dos tratoristas. No que concerne ao tema do bem-estar animal, falou-se sobre sua importância para o gado, seus benefícios para os trabalhadores e sua vantagem financeira. Treinamentos como esse conectam as fazendas de criação de gado e os conhecimentos técnico-científicos sobre o bem-estar animal, tema que será tratado no próximo capítulo.

Em todas as palestras os funcionários da fazenda foram acomodados na sala principal do escritório, que ficou lotada. Muitos trabalhadores preocupavam-se com os seus afazeres, com possíveis atrasos nas atividades e com os bois que poderiam passar fome e/ou sede em função da reorganização dos horários de vistoria e distribuição de ração. O ambiente semelhante ao de uma sala de aula ou de um escritório não faz parte do cotidiano desses trabalhadores. Ao final da jornada muitos comentavam que a atenção às palestras e aos vídeos era mais desgastante do que passar o dia vacinando o gado ou dirigindo tratores, ainda que qualificassem positivamente a experiência como uma oportunidade de aprendizado.

Nem todos os funcionários presentes no treinamento eram novatos, mas, os mais jovens, inclusive aspirantes a vaqueiro¹⁰², que à época desempenhavam outras funções na

101Embora não fosse a primeira capacitação em bem-estar animal realizada na fazenda, o curso recebeu o numeral “1º” por se tratar da primeira parceria entre a fazenda e a empresa de nutrição animal que fornece o núcleo mineral para a ração distribuída ao rebanho. O fato de reunir todos os funcionários também era inédito.

102É o caso de Bruno. Bruno tinha 18 anos e havia poucos meses trabalhava com a equipe que distribuía ração nos cochos que se localizam nas pastagens. Em qualquer das pequenas folgas que se abriam em sua rotina de trabalho, procurava os vaqueiros no curral e observava seu trabalho. Também era presença constante na baia, antes de o expediente começar, quando conversava mais de perto com os vaqueiros e ouvia suas histórias. Contou-me que guardava o dinheiro que sobrava de seu salário para comprar sua primeira “trainha”.

fazenda manifestavam sua ansiedade em “ir pro boi”. O público em geral era formado por vaqueiros, mas também por tratadores, por funcionários da estrutura, da manutenção e limpeza dos cochos e bebedouros, funcionários da fábrica de ração, além dos técnicos do escritório.

Egídio, zootecnista que ministrou a parte motivacional e de bem-estar animal, lançou mão da fábula supracitada para enfatizar uma ideia de natureza humana em analogia à natureza do escorpião, como narrada no texto. Sua exposição insinuava que a “natureza do brasileiro” tendia à preguiça e à resistência às mudanças, em uma clara alusão ao mito das três raças na composição do povo brasileiro. Dizia que, ao menos, essa é imagem que “o povo brasileiro tem lá fora”, em contraste aos países que tem como modelo na Europa e, em especial, os Estados Unidos¹⁰³. Apesar de sugerir a indolência do povo brasileiro, complementava seu raciocínio argumentando que éramos capazes de mudar, de inovar e de mostrar que éramos um povo trabalhador.

A inovação no caso das fazendas de criação de gado de corte acontece através do processo de marcada industrialização. No diagnóstico de Egídio o problema de grande parte das fazendas brasileiras está no fato de que suas práticas de trabalho baseiam-se mais nas pessoas que o realizam do que nos *processos* que originam o seu produto. O modelo a ser seguido, segundo Egídio, é o de linha de produção industrial e servem como exemplos a indústria de automóveis e de computadores: apesar de mudarem de pessoas, o produto final permaneceria o mesmo. Esse é o sistema e a filosofia que deveriam chegar até as fazendas, tal qual era celebrado em seus cursos.

103Outra comparação feita por Egídio entre o Brasil e os Estados Unidos versou sobre a imagem que teria o *cowboy* lá e o vaqueiro aqui. Enquanto o *cowboy* ostenta com orgulho sinais distintivos de sua profissão, como as botas, as roupas de couro e o chapéu, no Brasil ele é representado em personagens como o Jeca-Tatu e o Mazaropi, em tons pejorativos e/ou jocosos.

O que se pretende com abordagens como essa não é apenas uma mudança nas práticas cotidianas de trabalho, mas uma forma mais profunda de mudança no próprio ethos do trabalho rural. A tese de Joana Medrado “Do Pastoreio à Pecuária: a invenção da modernização rural nos sertões do Brasil central” busca compreender como se deu o processo de industrialização da pecuária no Brasil, e como um discurso de “modernização” é articulado no seio dessas transformações. De acordo com a autora, “desde o século XVIII se deu o processo sistemático de expropriação dos conhecimentos práticos sobre a lide rural, dos saberes tradicionais, em prol da imposição de um saber científico cujo controle era dos homens doutos e/ou do Estado” (Medrado, 2013: 4). Esse saber científico, por meio das iniciativas de bem-estar animal, alcança agora uma fronteira ainda pouco explorada: aquela das relações entre humanos e animais implicadas no termo manejo. Se a nutrição e a reprodução dos bovinos já havia sido amplamente transformada pelo saber científico e pela industrialização da pecuária, com as medidas de bem-estar animal são as atitudes humanas em relação ao gado que se tornam objeto de análise e também de mudança.

O professor deu continuidade a sua fala dizendo que todos ali trabalham “produzindo carne: nossa moeda é essa”. Dizia também que se “o boi for bem, nós [os funcionários] também iremos”. Mas o que seria preciso para o boi ir bem? Segundo ele, o boi vai mal porque “nós” o conhecemos mal. Esse desconhecimento geral foi o mote de sua palestra sobre conhecer o boi e o seu comportamento.

O manejo ideal, de acordo com os princípios de bem-estar animal, deve utilizar a natureza dos animais em favor das expectativas humanas: “não se deve forçar o animal a fazer algo contra a sua natureza, mas induzi-lo a fazer o que queremos, tornando o manejo mais seguro e eficiente” (Climeni *et al.* 2008: 3). “O gado sabe e quer fazer o queremos”, como afirma Steve Cote em “*Stockmanship: A Powerful Tool for Grazing Lands Management*”

(*apud* Grandin & Johnson, 2010). Se o gado quer fazer o que os humanos desejam, a violência contra os animais não é necessária e a brutalidade tida como típica do trabalho com os animais de fazenda deve ser substituída por práticas mais calmas e não agressivas (Paranhos da Costa et al., 2008). Mas determinadas práticas como a castração, os procedimentos de manejo reprodutivo, a marcação a ferro quente, a descorna e o próprio confinamento não estão incluídos no conceito de agressividade aqui adotado. Nesse sentido, são criadas determinadas “áreas de exceção” para o bem-estar dos animais, que correspondem justamente aos procedimentos considerados vitais para a atividade produtiva. O conhecimento da “natureza do boi” deve facilitar a realização desses procedimentos e foi isso que Egídio procurou explicar para os presentes a partir da explanação dos fundamentos do comportamento bovino e de suas principais características etológicas.

Primeiramente, sugere Egídio que os vaqueiros precisam ter em mente que *na natureza* o boi é uma presa. Seus predadores variam conforme o seu habitat, e podem ser a onça, o tigre, mas também o ser humano. Os cães também são percebidos pelos bois como seus predadores, por isso seus latidos e mordidas são uma fonte de estresse ao rebanho. Sua presença no curral pode ser ainda mais danosa, porque ali os bois não tem para onde fugir. Graças a essa condição, ao avistar ou sentir o cheiro de um predador – os bois têm o olfato mais aguçado que a visão – a reação típica dos bois será fugir. O palestrante resume que ao verem os homens os bois pensariam da seguinte forma: “ou eu fico esperto ou viro bife!”. E quanto mais ameaçadora for a abordagem do predador, mais brusca será a reação de fuga dos animais.

Uma forma encontrada pelos bois para se defenderem de seus predadores é andarem, se alimentarem e dormirem juntos. - “Nós [humanos] quando em grupo, criamos mais coragem, como o boi”, explicou Egídio. Uma onça, disse ele, ataca sempre animais solitários,

jamais um lote. Esse comportamento gregário é outro traço desses animais. Nos grupos formados pelo gado é estabelecida uma hierarquia em que sempre haverá um animal que exercerá a dominância sobre os demais.

Outra característica do gado bovino é a sua rusticidade. São animais grandes, pesados e brutos, porém, extremamente adaptáveis¹⁰⁴. A sua agressividade varia de acordo com o manejo que lhe é feito, pois o gado tem uma considerável capacidade de memorizar relações. Egídio traduz essa memória em termos de lembranças de conforto e desconforto. A passagem pelo curral pode ser um destes eventos traumáticos, pois as marcações a ferro quente, as injeções e a aplicação dos brincos de manejo causam dores nos animais. Contudo, essas práticas são consideradas inevitáveis. O que pode ser evitado é o uso excessivo de força física¹⁰⁵ na condução desses animais pelos corredores do curral, além da aplicação correta das vacinas e dos brincos de manejo. Assim, se quando ainda bezerro suas primeiras passagens forem marcadas pelo desconforto, quando adulto, o indivíduo evitará futuras incursões pelo curral. Do contrário, se elas forem mais confortáveis, as seguintes não serão marcadas pelo medo e pela esquiwa.

A transição entre o pasto e o confinamento também é delicada. Isto porque o confinamento não é o ambiente natural do boi, que foi ali alojado pelos humanos. A partir de outra analogia entre bois e humanos, Egídio convidou os presentes a imaginarem-se saindo da cidade de Cuiabá, tendo nela residido por toda a vida, em direção ao Canadá. Não apenas a temperatura seria outra – uma variação que pode chegar a 60° C – mas seria outro o alimento, os companheiros e os colegas. A viagem também deveria ser levada em conta, longa e

104Os búfalos da região do baixo Araguari (TO) são caracterizados por seus vaqueiros como animais fortes, rústicos e brutos (Pires, 2015) e em função disso requerem uma lida igualmente bruta. Nesse contexto, a “brutidade” é considerada pelo autor como o princípio a organizar a relação entre vaqueiros e seus búfalos.

105A violência de que falava o professor aumenta o estresse e o nervosismo dos animais. Através das fezes e da urina – liberadas nesses momentos de tensão –, os bois avisam uns aos outros de que algo está errado, o que geralmente provoca resistência nos demais companheiros de lote.

desgastante. Algo semelhante se passaria com o gado em sua transição do pasto para o confinamento, percebe-se em um novo ambiente, obtém-se comida diferente e, eventualmente estará acompanhado de desconhecidos¹⁰⁶. Em razão disso, a atenção ao gado no confinamento deve ser redobrada e a responsabilidade dos funcionários da fazenda passa a ser ainda maior do que nas áreas de pastagens.

Nos piquetes de confinamento espera-se que os bois permaneçam calmos. Isso significa que quando eles não estiverem se alimentando de ração nos cochos ou bebendo água eles devem permanecer deitados, ruminando e descansando. Poderiam ainda estar em pé, desde que não lambendo cochos vazios ou mugindo ao lado destes cochos, comportamento que caracteriza os animais com fome. O cocho cheio de ração e a boiada deitada torna-se outro problema: o desperdício de alimento e de dinheiro. Nesse caso, teria sido depositada ração em excesso que não será consumida pelos animais, pois ela perde o sabor ao ficar exposta ao sol e a chuva, e acaba por estragar.

Os “refugos de cocho” e a sodomia configuram duas situações preocupantes para o gado confinado. Os refugos de cocho são os bois que se recusam a se alimentar da ração oferecida em confinamento. São reconhecidos por seu comportamento solitário, pois permanecem nos fundos do piquete e pouco se aproximam dos cochos onde a ração é distribuída. Os refugos de cocho são retirados do confinamento e encaminhados para pastagens de apoio que se localizam nas proximidades. Para eles, além do capim, é ofertada também ração, e na medida em que passam a se alimentar dela estão aptos a retornar ao confinamento.

106A mistura de lotes não é indicada por interferir na hierarquia estabelecida pelo gado bovino. A presença de duas ou mais lideranças pode levar a disputas ferozes por dominância, geralmente percebidas pelas “lutas de cabeça”, quando dois bois esfregam ou batem as suas cabeças um contra o outro.

A sodomia caracteriza-se pela “monta entre machos que ocorre com frequência quando animais jovens ou adultos são mantidos juntos em grupos homossexuais” (Broom & Fraser, 2010 apud Silva, 2013: 12). Tal comportamento é considerado anormal por não ter finalidades reprodutivas, no entender dos autores. Uma das causas apresentadas para o problema é o desequilíbrio da hierarquia estabelecida nos lotes pela introdução de um ou mais animais estrangeiros e a alta carga hormonal que esses animais possuem (Souza, 2002) que, ao ser liberada na forma de feromônios, atrai outros indivíduos (Silva, 2013). A sodomia é mais frequente entre machos não castrados, mas pode ocorrer em animais cuja castração foi realizada tardiamente ou de forma incompleta (Silva, 2013). O comportamento considerado normal para o animal sodomizado é a fuga, mas alguns indivíduos, chamados de sodomizados, não resistem a monta dos outros. Em confinamento esse problema é agravado porque os animais dispõem de um espaço muito restrito para a fuga quando comparado às áreas de pastagem. A sodomia pode ser o resultado da disputa pelo comando hierárquico do lote e, em casos graves, o boi sodomizado pode falecer. Os animais dominantes podem apresentar lesões nos cascos em função da pressão do seu peso que causam, enfim, diminuição no consumo de alimentos, redução do ganho de peso, comprometimento da saúde do animal e despesas com o seu tratamento (Malafaia et al, 2011), consequências também percebidas no caso dos animais sodomizados.

Uma das medidas de controle da sodomia no rebanho consiste na administração de medicamentos homeopáticos misturados à ração dos animais, um dos recursos utilizados nas Fazendas Beira Alta (MT), além da retirada de animais sodomizados dos seus respectivos lotes. A administração de homeopáticos é também considerada uma alternativa à castração do rebanho. No bionúcleo homeopático são encontrados ingredientes como a testosterona homeopatizada, que visa equilibrar os hormônios sexuais do macho e elementos calmantes

como a camomila. O uso de homeopatia para a redução dos casos de sodomia não é unanimidade e apesar de trabalhos científicos (Silva, 2013) apontarem para a efetividade do tratamento, ele não é consenso entre os cientistas e tampouco entre os criadores e funcionários das fazendas. Muitos consideram o gasto com os produtos desnecessário, pois não veem um resultado efetivo com sua administração.

A situação pontuada pela sodomia representa mais uma oportunidade para pensarmos em como o conceito de natureza é operado em matéria de bem-estar animal. A natureza dos bovinos é caracterizada pela heterossexualidade e pela composição de grupos com uma hierarquia social bem definida. O comportamento homossexual, por não apresentar uma finalidade reprodutiva, é considerado um distúrbio dessa natureza, a ser manejado pela exclusão dos indivíduos do seu lote de origem e pela administração de medicamentos homeopáticos. Naturalizar a sodomia implicaria em naturalizar um comportamento causador de lesões, perda de peso e conseqüentemente de produtividade. Enquanto um comportamento desviante, ele pode ser manejado para que dê forma a saúde do rebanho e rendimento da atividade produtiva.

Ao final de sua palestra, Egídio demonstrou que “a falta de conhecimento tem custos, e são altos”. Projetando na parede fotografias de bois no frigorífico, já transformados em carcaças, comentou: “ó, um pedaço de bife indo embora!”. Em função das pancadas sofridas durante o embarque dos bois no caminhão rumo ao frigorífico uma média de 400 gramas de carne é perdida por hematoma. Em termos financeiros, isso representaria em um conjunto de 10 mil cabeças o equivalente a R\$36 mil reais. O descuido com a regularidade do horário da distribuição de ração nos cochos também tem impacto monetário. Se os animais deixam de ganhar 50 gramas por dia, esse impacto pode chegar a 141 mil reais na venda de um lote de 5 mil cabeças ao frigorífico. Esses cálculos demonstram que o ato de “machucar o bife da Dona

Maria” também impacta na rentabilidade das fazendas, pois como dizia o palestrante, ali “o boi é a nossa moeda”.

Cursos como este têm se proliferado pelo Brasil. As indústrias fabricantes de medicamentos veterinários também ministram capacitações para os trabalhadores do gado e são voltadas especialmente aos procedimentos de vacinação. Tais treinamentos também começam a ser oferecidos por empresas privadas especializadas em capacitação em bem-estar animal. É o caso da Fazenda Modelo Santa Teresinha, localizada na cidade de Jaboticabal (SP) que através de uma parceria com a *Food Animal Initiative* (FAI), promove treinamentos, realiza consultorias, oferece *workshops* e mantém parcerias com projetos de pesquisa na área de bem-estar animal. No Paraná, a Fazenda Arca de Noé abriga o Centro Experimental de Manejo Racional e Produtivo, o CEM, nascido de um projeto da empresa de equipamentos agropecuários Beckhauser. Esta é também uma fazenda-modelo voltada para a pesquisa e o ensino, que mantém parcerias com sindicatos, pecuaristas e empresas frigoríficas.

O conteúdo teórico e programático dessas capacitações é forjado a partir de considerações científicas sobre o bem-estar animal. A chamada ciência do bem-estar animal surge num contexto de aprofundamento dos questionamentos acerca da produção animal e dos métodos nela empregados. Seu intuito é definir e redefinir técnicas para mitigar o sofrimento e promover o bem-estar dos animais. No capítulo seguinte refletirei sobre essa abordagem científica e seus desdobramentos sobre os chamados animais de produção, em especial o gado de corte.

Capítulo 3 – Uma ciência entre a produção e o bem-estar dos animais

O capítulo anterior encerra-se com a narrativa do treinamento em bem-estar animal dos vaqueiros e demais trabalhadores das Fazendas Beira Alta (MT). Naquela capacitação, o zootecnista que ministrou o treinamento enfocou o comportamento bovino e a necessidade de se “conhecer o boi para melhor trabalhar com ele”. Nas fazendas de criação de gado de corte, as práticas de bem-estar animal buscam transformar as relações dos trabalhadores com o gado que são tidas como agressivas e brutais em relações gentis e positivas. Neste capítulo meu interesse volta-se para a base do conhecimento científico que fundamenta tais treinamentos e inovações tecnológicas e que constitui a chamada Ciência do Bem-estar Animal.

A ciência do bem-estar animal tem cerca de cinco décadas de existência e é marcada por um caráter multidisciplinar que congrega cientistas de áreas como etologia, zoologia, veterinária e zootecnia (Molento, 2007). As pesquisas recebem diferentes ênfases conforme os campos aos quais os pesquisadores estão associados, tais como a teoria da evolução, a biologia do estresse, o estado afetivo e de saúde dos animais (Fraser, 2012). Para David Fraser, zoólogo que desenvolve pesquisas em bem-estar animal e ética na Universidade da Colúmbia Britânica, a ciência do bem-estar animal surgiu na década de 1960 em um contexto de acentuado debate público acerca das condições em que viviam os animais criados para fins alimentares (Fraser, 2012). Evidência disto é a publicação na década de 1960 da obra “Máquinas Animais” por Ruth Harrison, e, na década de 1970, de livros como “Matar os Animais, Envenenar a Terra”, de Jack Olsen (sobre o extermínio de animais selvagens na América), “A Chacina do Inocente”, de Hans Ruesh (sobre o uso de animais em pesquisa) e “Libertação Animal”, de Peter Singer. Mobilizado pela discussão suscitada por Máquinas

Animais, o governo inglês compôs um comitê denominado Comitê Brambell para avaliar as condições de vida dos animais de fazenda, cujo relatório é apontado como o marco fundador da ciência do bem-estar animal (Fraser, 2012).

Keith Thomas (2010 [1983]), ao estudar diferentes posturas e conceitos em relação às plantas e aos animais nos três séculos que precederam a industrialização na Inglaterra, demonstrou que as formas com que nos relacionamos com os animais são há muito tempo objeto de reflexão. O autor argumenta que textos do período medieval já demonstravam alguma preocupação moral com a crueldade praticada contra os animais, embora uma característica marcante da maioria dos escritos do período seja a possibilidade de que a crueldade contra os animais desencadeasse a crueldade contra os seres humanos. O autor afirma que o arcabouço intelectual para a campanha contra a crueldade aos animais pode ser encontrada na “tradição cristã (heterodoxa) segundo a qual o homem devia cuidar da criação divina. Foi reforçada pela dissolução da velha tese de que o mundo existia exclusivamente para a humanidade; e finalmente se consolidou graças à ênfase na sensação e no sentimento como os fundamentos autênticos para a consideração moral” (Thomas, 2010: 256-57). Para o autor, a industrialização e a urbanização crescentes foram determinantes no advento de novas sensibilidades e atitudes em relação aos animais especialmente no século XVIII. Esse movimento tem origem não entre aqueles que trabalhavam diretamente com os animais (seja na sua criação para fins alimentares no campo ou seja como cocheiros ou cavalariços no meio urbano), mas entre os habitantes das cidades que se relacionavam com animais de estimação e entre os “clérigos rurais educados” (idem: 259), detentores de uma sensibilidade que, segundo o autor, contrastava com aquela dos habitantes “rústicos” das áreas rurais. Para Thomas, os primeiros protestos do século XVIII e as primeiras legislações do XIX caracterizaram-se por uma preocupação marcadamente econômica ao proteger exclusivamente os animais de

criação. A preocupação com a vida dos animais não motivou, de modo geral, o abandono da dieta carnívora: “se o animal era comestível, então somente a crueldade ‘desnecessária’ era proibida” (Thomas, 2010: 270).

“Evitar o sofrimento desnecessário”, como percebido por Thomas no contexto inglês dos séculos XVIII e XIX, é uma característica que permanece no debate científico atual sobre o bem-estar animal, desdobrado em medidas pontuais que visam reformar os métodos empregados na criação e no abate dos animais. O ato de matar inerente à produção de carne não é questionado em si, da forma como o fazem os movimentos de libertação animal¹⁰⁷; desnecessário é o sofrimento – em graus elevados –, e não a morte dos animais. A ciência do bem-estar animal aparece num contexto de aprofundamento dos questionamentos em relação à produção animal e dos métodos nela empregados, definindo e redefinindo parâmetros tanto para o sofrimento quanto para o bem-estar dos animais. Como demonstrou Kirk (2014) em seu estudo sobre o conceito de estresse, o bem-estar animal foi gradualmente reconfigurado a partir de um conceito político-filosófico para um conjunto de práticas alicerçadas nas ciências (Kirk, 2014).

A ciência do bem-estar animal preocupa-se fundamentalmente com a adaptação dos animais às condições impostas pela intensificação e industrialização da produção. Se o sistema como um todo não é colocado em questão, as reformas pontuais se multiplicam e motivam um engajamento crescente de pesquisadores no tema¹⁰⁸. Segundo o Relatório do Encontro de Especialistas da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e

¹⁰⁷Defensores do bem-estar animal não se contrapõem ao uso, nem à morte dos animais, desde que seja respeitado o princípio de minorar o sofrimento e melhorar as condições de vida e de morte dos mesmos. Por seu turno, os defensores da libertação animal protestam pelo fim da exploração humana dos animais, seja em termos de alimentação, vestuário, experimentação científica, entretenimento, enfim, quaisquer atividades que possam provocar sofrimento, constrangimento e morte aos animais.

¹⁰⁸No Brasil, em consulta ao diretório dos grupos de pesquisa vinculados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 65 grupos de pesquisas resultam da procura pela palavra-chave “bem-estar animal”. Os enfoques das pesquisas são diversos, sobretudo quando se expande a pesquisa para os animais de companhia ou nos zoológicos. Zootecnia, medicina veterinária, engenharia agrícola, agronomia e engenharia florestal são alguns dos cursos aos quais os grupos de pesquisa estão vinculados.

Alimentação (FAO), são três os maiores objetivos da ciência do bem-estar animal: “melhorar a saúde básica e funcional dos animais; evitar o medo, dor e de outros estados negativos; e permitir que os animais vivam de uma maneira para a qual eles estão adaptados” (FAO, 2009: 11).

Os objetivos apresentados pela FAO aglutinam as principais linhas de pensamento trabalhadas pelos pesquisadores na ciência do bem-estar animal. Duncan (2005), no artigo “*Science-based assessment of animal welfare: farm animals*” define duas principais vertentes das pesquisas em bem-estar animal: a escola do funcionamento biológico e a escola dos sentimentos. Para o autor, a escola do funcionamento biológico concentra suas análises em três aspectos: 1) a ausência de resposta fisiológica a estados de estresse; 2) a satisfação das necessidades biológicas dos animais e 3) a capacidade de adaptação ao meio em que vivem. Por sua vez, a escola dos sentimentos assevera que o bem-estar dos animais está ligado à ausência de sentimentos negativos tais como o medo, a raiva e a frustração, reunidos sob o termo “sofrimento”, e a presença dos estados emocionais positivos ligados ao prazer.

Na revisão do conceito científico de bem-estar animal realizada pelos pesquisadores italianos Carenzi e Verga no artigo “*Animal Welfare: review of the scientific concept and definition*” (2009), são definidas três linhas principais de pensamento que norteiam as pesquisas em bem-estar animal. A primeira enfatiza o funcionamento biológico dos organismos animais, a segunda explora os aspectos psicológicos ligados aos sentimentos e as emoções e a terceira escola concentra-se na vida e no comportamento natural dos mesmos (Carenzi e Verga, 2009). A concepção de “vida natural” congrega os fatores comportamento e ambiente ao abordar as consequências das condições de confinamento no bem-estar dos animais. Ela leva em consideração tanto aspectos fisiológicos quanto psicológicos ao analisar

o aparecimento de doenças e lesões, mas também os estados afetivos como o tédio e a frustração (Fraser, 2012).

Tal diversidade de abordagens refletem discussões já contidas no relatório do Comitê Brambell, publicado em 1965 na Inglaterra e considerado o primeiro esforço para definir o termo e buscar parâmetros de mensuração para o bem-estar animal (Paixão, 2005; Fraser, 2012; Pulz, 2013; Webster, 2005; Carenzi e Verga, 2009). Além disso, o relatório forneceu uma agenda para os estudos científicos sobre bem-estar animal (Fraser, 2012) e lançou as bases para a definição das “5 Liberdades” dos animais, amplamente utilizadas nas legislações e nas políticas públicas voltadas para o tema (Paixão, 2005).

3.1 O Comitê Brambell

O Comitê Brambell foi designado pelo governo britânico para avaliar as condições de vida dos animais mantidos em sistemas de pecuária intensiva¹⁰⁹. Para os autores do relatório a intensificação dos métodos produtivos deveu-se a razões econômicas, pois os produtores sentiram-se pressionados a produzir em maior quantidade e a economizar terra e força de trabalho (Brambell, 1965). A principal característica da intensificação da produção animal consiste em substituir a criação de animais ao ar livre pela sua manutenção em ambientes fechados nos quais são controlados a temperatura, a umidade e a alimentação dos animais. A possibilidade de obter certa independência em relação às condições climáticas e à sazonalidade¹¹⁰ é apontada pelo relatório como o maior ganho dos sistemas de confinamento e portanto a grande popularidade desse sistema entre os produtores. A intensificação dos

¹⁰⁹O relatório distingue pecuária intensiva (*intensive livestock husbandry*) de pecuária industrial (*factory farming*), embora sua pesquisa remeta a ambas as modalidades. A primeira diz respeito à manutenção de animais em confinamento, sejam eles aves, porcos ou bois. A produção industrial, requer altos níveis de automação e é realizada em grande escala, diferentemente da pecuária intensiva, que pode ser realizada em pequenas propriedades (Brambell, 1965).

¹¹⁰A independência em relação às condições climáticas não é plena em função de eventos como temporais ou nevascas que podem destruir galpões ou prejudicar o abastecimento de água e alimento para os animais.

métodos produtivos torna o empreendimento também mais rentável, pois os animais atingem o peso de abate em um tempo reduzido em relação aos sistemas em que os animais são criados ao ar livre.

O confinamento, para além do lucro dos produtores, também beneficia os próprios animais, segundo o relatório. A prevenção contra os ataques de predadores e a maior proteção dos animais de produção das condições climáticas severas, como nevascas, tempestades e estiagens são consideradas vantagens do regime de confinamento. Por outro lado, a intensificação da produção animal acarretou o aparecimento de doenças que não se manifestavam entre os animais criados ao ar livre, o que tornou a administração de antibióticos uma prática rotineira nas granjas e nas fazendas. Além disso, em função dos altos índices de lotação e das más condições de ventilação os processos de contaminação entre os animais são acelerados.

A restrição ou a contenção dos animais criados para fins alimentares é considerada condição obrigatória do processo de domesticação dos animais, variando de uma semiliberdade ao confinamento em pequenos recintos (Brambell, 1965). O problema seria definir a extensão da restrição espaçotemporal para cada espécie animal de forma a preservar o seu bem-estar. O confinamento em si não é incompatível com o bem-estar dos animais para os autores do relatório Brambell, desde que nesses espaços os animais possam, no mínimo, ter a liberdade para levantar-se, deitar-se, girar, limpar-se e esticar seus membros (Brambell, 1965). Tais liberdades relacionam-se à possibilidade de locomover-se, bem como de expressar seu comportamento natural, como o relatório declara:

In principle we disapprove a degree of confinement of an animal which necessarily frustrates most of the major activities which make up its natural behavior and we do not consider such confinement or restraint permissible over a long period

unless the other advantages thereby conferred upon the animal are likely to be very substantial (Brambell, 1965: 13).

No sentido proposto pelo relatório do Comitê Brambell, bem-estar é um termo amplo que diz respeito tanto às condições físicas quanto mentais dos animais. À época – e em diferentes contextos ainda hoje – o bem-estar dos animais estava relacionado somente a índices de produtividade, tais como o ganho de peso dos bois e a taxa de postura de ovos das galinhas poedeiras. A avaliação do bem-estar animal era feita unicamente a partir de indicadores de rendimento: se as galinhas estivessem colocando ovos em grande quantidade, os bois engordando diariamente e as porcas matrizes fazendo nascer muitos filhotes, esses animais estariam em condições de bem-estar. Mas o relatório apontou que, por vezes, um crescimento acelerado é antes o sintoma de alguma disfunção no organismo do que um sinal de saúde e bem-estar dos animais.

Percebe-se aqui, que a natureza desses animais é definida por sua capacidade de produzir, seja carne, leite, ovos ou couro. As condições extremas impostas pela intensificação dos métodos produtivos podem levar ao declínio nos índices de rendimento ou ainda à exaustão dos corpos animais, que assim deixam de atender ao próprio sentido de sua existência. A proposta contida no relatório do Comitê Brambell e os desenvolvimentos posteriores da ciência do bem-estar animal não rompem com essa abordagem, mas alteram os parâmetros com os quais a natureza produtiva pode ser mensurada.

O fato de que os animais demonstrem sinais de dor, sofrimento, tristeza e frustração não é questionado pelo relatório. Ainda que eles não sofram exatamente da mesma forma que os humanos – é feita esta ressalva – é igualmente aceito que eles sofram de maneiras semelhantes. A compreensão humana dos sentimentos dos animais é diferente em grau, não em tipo, daquela que formamos em relação a outros humanos: *“the evaluation of the feelings*

of an animal similarly must rest on analogy with our own and must be derived from observation of the cries, expression, reactions, behavior, health and productivity of the animal” (Brambell, 1965: 9). Nessa abordagem, os índices de produtividade permanecem como um elemento de mensuração do bem-estar, agregando os sentimentos, as emoções, o comportamento e a saúde dos animais. Tais características são passíveis de serem avaliadas cientificamente: *“any attempt to evaluate welfare therefore must take into account the scientific evidence available concerning the feelings of animals that can be derived from their structure and functions and also from their behavior”* (Brambell, 1965: 9).

Anatomia e fisiologia por um lado, e etologia por outro, tornaram-se as ciências responsáveis para caracterizar e mensurar as sensações e o sofrimento dos animais¹¹¹. O relatório apontou que um longo trabalho ainda haveria de ser feito em prol de um conhecimento satisfatório do comportamento dos animais de produção, conectando tal necessidade às expectativas da indústria:

We recognize that the scientific information available concerning the behavior of domestic animals is inadequate in many respects for our purposes and that much further work in this field is required before we can be satisfied as to their welfare. We are of opinion also that such information could be of great economic value to the industry. We consider that this is a field of scientific research in relation to animal husbandry which has not attracted the attention which it deserves and that opportunities should be sought to encourage its development in this country (Brambell, 1965: 10).

O conhecimento do comportamento dos animais de produção é reapropriado em função de suas capacidades econômicas orientadas para a indústria; o respeito ao bem-estar dos animais de produção é abordado como um aliado dos produtores e não como um

¹¹¹Noske (1993) chama atenção para o fato de que são as ciências naturais, particularmente as ciências do comportamento animal, as responsáveis por criar a imagem que temos dos animais. Ao passo que aos humanos é concedida a capacidade de escolha e a construção de uma história cultural, aos animais resta, segundo a visão da autora, uma história natural confinada em seu código genético.

empecilho às suas atividades produtivas (Brambell, 1965). O Comitê Brambell conclamou veterinários, zootecnistas, etólogos e biólogos para voltarem suas pesquisas para o tema do bem-estar animal definindo-o com maior precisão e desenvolvendo índices e parâmetros tendo em vista que as condições de vida dos animais de produção pudessem ser melhor avaliadas e mensuradas.

O relatório também defende a centralidade dos trabalhadores na implementação de medidas de bem-estar. A intensificação da produção acarreta uma sofisticação dos procedimentos envolvidos no trabalho com os animais, o que demanda dos trabalhadores mais conhecimento, habilidades e atenção¹¹² na execução de suas tarefas, inclusive porque o aumento na quantidade de animais em confinamento é proporcional à responsabilidade de um único trabalhador, uma vez que este deve atender a um número maior de reses. Ao mesmo tempo enfatiza-se a necessidade de investimentos na educação e no treinamento dos trabalhadores da indústria da carne, do leite e dos ovos¹¹³. Desta forma, aconselha-se a combinação de conhecimentos teóricos com instruções práticas, conectadas às realidades de cada empreendimento, em suas instalações e tecnologias.

O relatório do Comitê Brambell influenciou a criação do *Farm Animal Welfare Advisory Committee* (FAWAC) em 1967, encarregado de elaborar códigos de práticas em bem-estar animal (Paixão, 2005). Este comitê originou em 1979 o *Farm Animal Welfare Committee* (FAWC), responsável por assessorar o ministério da agricultura inglês nas questões relativas ao bem-estar dos animais em todos os estágios da cadeia produtiva (Paixão, 2005).

112A defesa da educação formal dos trabalhadores da indústria dos derivados animais é contrabalançada pelo reconhecimento de uma qualidade que não perpassaria, necessariamente, os treinamentos formais em bem-estar animal. Trata-se de uma qualidade mais pessoal de “ser bom com os animais”, descrita praticamente como um dom, um traço especial de determinados indivíduos que qualifica positivamente o seu trabalho com os animais. Nos termos do relatório, tal característica pode nascer com o indivíduo ou ser por ele desenvolvida através da sensibilização promovida através da educação.

113Nos capítulos 5 a 8 do Relatório Brambell encontram-se recomendações específicas ao bem-estar de galinhas, porcos, bois e ovelhas, respectivamente. Ao bem-estar de patos, coelhos e perus é dedicado o capítulo nove.

Recuperando os princípios do relatório Brambell, o FAWC lançou em 1993 a definição de bem-estar animal como o respeito às 5 Liberdades, a saber, os animais devem estar livres de fome e de sede; livres de desconforto; livres de dor, de maus-tratos e de doenças; livres para expressar seu comportamento natural e livres de medo e de tristeza.

No sentido proposto pelo conceito das “5 Liberdades”, um boi que passa sua vida comendo capim em uma pastagem extensa não tem necessariamente suas liberdades respeitadas, apesar de desfrutar de um maior espaço maior de locomoção do que seus congêneres criados em regime de confinamento. Se ele estiver doente e não receber o tratamento adequado, por exemplo, sua liberdade em relação à “dor e desconforto” não foi atendida pelos seus responsáveis, ainda que disponha de maior espaço para “expressar seu comportamento natural”¹¹⁴, outra de suas liberdades. As liberdades dos animais devem ser respeitadas independentemente do ambiente em que estes se encontram, pois elas têm relação direta com determinadas necessidades biológicas, porém humanamente imputadas, como comer e beber, mas também não sofrer com o medo e a tristeza.

A liberdade não é aqui uma propriedade intrínseca da vida animal, e não se confunde com autonomia, plenitude ou livre arbítrio. No sentido proposto pelo comitê Brambell, liberdade refere-se à locomoção e à execução de determinados comportamentos classificados como naturais. Nos desdobramentos do FAWC, as liberdades referem-se a satisfação de necessidades biologizadas em termos de fome, sede e dor, e também subjetivadas em medo, tristeza e desconforto. Em ambos os sentidos, liberdade é algo a ser concedido aos animais pelos humanos atendendo às necessidades específicas igualmente atribuídas pelos humanos. A articulação entre necessidades e liberdades no âmbito do bem-estar animal também não perde

¹¹⁴São os estudos de etologia que definem os comportamentos naturais que devem ser respeitados e favorecidos pelas medidas de bem-estar animal. Particularidades das espécies mobilizam técnicas diferenciadas no intuito de favorecer a expressão deste “comportamento natural” e evitar o uso da força no trabalho com os animais.

de vista o estatuto de “animais de produção” de que participam bois, vacas, porcos e galinhas: animais saudáveis e felizes são também mais produtivos e eficientes.

A definição das condições de liberdade para a promoção do bem-estar dos animais pode ser tomada como um marco teórico e político. As cinco liberdades são reproduzidas nos panfletos de divulgação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)¹¹⁵, das Organizações Não governamentais (ONGs), especialmente a *World Animal Protection*, antes *World Society for the Protection of Animals* (WSPA¹¹⁶), mas também nos estudos científicos que desde o final dos anos 1990 têm se intensificado no Brasil¹¹⁷. Igualmente nas fazendas onde realizei minha pesquisa de campo o conceito de bem-estar animal como atenção às suas liberdades ecoa nas falas dos administradores e gerentes dos empreendimentos pecuários. A articulação entre as necessidades dos animais e as liberdades a serem garantidas a eles ganha relevo nos confinamentos de gado de corte, pois nesses ambientes, mais do que nas pastagens, a satisfação das necessidades dos animais depende exclusivamente da mediação do trabalho humano o que resulta também em uma transformação do trabalho de vaqueiros e de campeiros.

3.1.1 As 5 Liberdades e seus limites nas fazendas

Na rotina de trabalho das fazendas o conceito de bem-estar animal centrado no respeito às 5 Liberdades deve atuar como um guia para orientar as escolhas dos produtores

115O MAPA é o órgão governamental responsável pela difusão das práticas de manejo racional e abate humanitário, patrocinando a realização de eventos científicos, treinamentos de vaqueiros e funcionários de abatedouros, bem como acompanhando e propondo mudanças na legislação relacionada à indústria agropecuária. O Ministério abriga a Comissão Técnica Permanente em Bem-Estar Animal (CTBEA), constituída por funcionários do próprio ministério e também por membros externos, através de parcerias com institutos de pesquisa e universidades.

116Fundada em 1981, a partir da união entre a *World Federation for the Protection of Animals* (WFPA) e a *International Society for the Protection of Animals* (ISPA).

117O Grupo de Estudos e Pesquisas em Etologia e Ecologia Animal (Grupo ETCO), da Universidade Estadual Paulista, (UNESP/Jaboticabal, SP) e o Laboratório de Bem-Estar Animal ou LABEA, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, no Paraná, constituem os dois principais centros devotados à pesquisa em bem-estar animal no Brasil.

quanto às medidas a serem adotadas para promover o bem-estar dos animais nas fazendas (Pulz, 2013). Contudo, o pleno atendimento das exigências colocadas pelas 5 Liberdades é utópico e, como argumenta Webster (2005), as medidas de bem-estar animal configuram uma tentativa de proporcionar as melhores condições possíveis dentro de uma situação complexa e difícil, como a dos confinamentos de gado de corte. Pode-se dizer que tais medidas configuram uma política de redução de danos que visa reformar de forma pontual os sistemas intensivos de produção.

Nos confinamentos de gado de corte a ideia de promover liberdades aos animais assume um caráter paradoxal, pois embora as pastagens também comportem um grau de restrição à locomoção, em confinamento este espaço é drasticamente reduzido. Na pecuária extensiva, a densidade de ocupação é inferior a 1 animal por hectare (média nacional)¹¹⁸, variando conforme a qualidade das pastagens e o sistema de pastoreio¹¹⁹. Nos sistemas de engorda em confinamento, 10 a 12 m² por animal são considerados suficientes para garantir o bem-estar do gado de corte (Quintiliano e Paranhos da Costa, 2007).

Além da alta densidade de animais no confinamento, outros fatores podem reduzir o bem-estar do gado nesse sistema. A lama formada a partir da água da chuva e também dos dejetos dos animais pode causar problemas nos cascos e nas articulações das reses. Quintiliano e Paranhos da Costa (2007) também observaram que a formação da lama prejudica o processo de ruminação que os bois realizam deitados, pois o gado não gosta de deitar em terrenos enlameados. Na análise dos autores, na medida em que os bois evitam se deitar há uma queda na ruminação e conseqüentemente no consumo de alimentos o que,

¹¹⁸Esse número, apesar das variações regionais, na opinião dos zootecnistas reflete o uso ineficiente das áreas de pastagem.

¹¹⁹No sistema de pastoreio rotacionado os piquetes são divididos em áreas de pastejo e descanso no qual cada animal dispõe de, aproximadamente, 15 a 30 m².

finalmente, resulta no emagrecimento e na queda da produtividade (Quintiliano e Paranhos da Costa, 2007).

O excesso de sol e o calor intenso do verão também são fatores prejudiciais ao bem-estar do gado de corte. Nas Fazendas Beira Alta (MT), as árvores plantadas entre as linhas do confinamento fornecem sombra para o gado e ajudam a minimizar o calor. Na Fazenda Casa Verde (RS) os piquetes de confinamento são completamente cobertos, o que visa proteger os animais durante o inverno. Os pecuaristas reconhecem as limitações impostas pelas condições de confinamento, como pode ser percebido na fala de Bruno, administrador da Fazenda Casa Verde:

Tem uma delas [das cinco liberdades] que ela pode ser assim um pouco antagônica dentro do sistema produtivo, né. Que é o animal expressar livremente o comportamento natural. No caso do confinamento isso pode ser um lado antagônico. Mas as outras quatro, elas estão contempladas... Nós, o que é melhor: morar no campo ou morar num edifício na cidade? Mas nem todos podem ficar no campo... Então tu tem que ficar às vezes confinado. Então assim, é um animal que não tem fome, que não tem medo... (Entrevista com Bruno, 06/04/2015).

Na comparação feita pelo pecuarista, o confinamento de gado é semelhante à ocupação humana de apartamentos nos centros urbanos: o campo seria o ideal, mas nem todos podem desfrutá-lo. Segundo Bruno, embora a liberdade de locomoção e de expressão dos comportamentos naturais seja prejudicada com a intensificação do sistema produtivo, os animais estão bem nutridos e protegidos das adversidades encontradas nas pastagens estando assim, livres de fome e de medo.

Para Eduardo, gerente técnico da Fazenda Beira Alta (MT), em se tratando de bem-estar animal o método intensivo não é o ideal: “o confinamento é o ideal? Não, não é o ideal quando você fala em bem-estar animal, mas você tem medidas de deixar o mais próximo possível pra que o animal não sofra de estresse, vamos dizer assim, né” (Entrevista com

Eduardo, 15/05/2015). As falas dos pecuaristas demonstram que embora a liberdade de expressão do comportamento natural seja prejudicada em sistemas intensivos, as demais liberdades podem ser satisfatoriamente contempladas, especialmente no que diz respeito às necessidades nutricionais. Prover alimento de qualidade e em quantidade suficiente é a principal preocupação dentro de uma fazenda e, especialmente, em um confinamento de gado de corte. Se nas pastagens o gado pode andar mais livremente em busca de água e alimento, em confinamento os bois dependem exclusivamente dos humanos para satisfazer a sua sede e a sua fome. Para Rosa, criadora de vacas leiteiras na fazenda vizinha à Fazenda Casa Verde e integrante da associação local de criadores de gado, fornecer alimento de qualidade deve ser a principal preocupação dentro de uma fazenda:

Tem muita gente que acha ruim uma situação de confinamento. O bicho fica sentado, fechado ali, com barro. Só que aquele bicho ali eu fico muito mais tranquila de ver um bicho de barriga cheia ali, do que uma vaca magra num campo nativo, um bicho magro, caindo, só porque tá num campo nativo, num campo rapado. Então, o que dá satisfação pro animal? Barriga cheia, alimentação (Entrevista com Rosa, 06/04/2015).

As necessidades alimentares dos animais são atendidas mediante um controle rigoroso de sua dieta, cujos ingredientes são classificados como “volumosos” e “concentrados”. Os volumosos têm alto teor de fibras e baixo valor energético, como encontrado nas silagens de milho e de sorgo. Os concentrados são formados por alimentos com baixo teor de fibras e alto valor energético, como o caroço de algodão e a soja. A ração é acrescida ainda de suplemento mineral, composto de sal e outros elementos como o cálcio, o ferro, magnésio, fósforo entre muitos outros (a fórmula varia conforme o fabricante). A composição do suplemento mineral também deve ser adequada à categoria dos animais a que ele se destina (bezerros, vacas, bois). Os horários de distribuição da ração devem ser cuidadosamente observados assim como

a quantidade distribuída nos cochos. Em confinamento o controle das condições em que vivem os bois e as vacas é transformado em uma vantagem do sistema, como o relatório do Comitê Brambell assinalava. Na opinião de Bruno,

uma possibilidade que é bastante interessante é primeiro você... Como você sabe, hoje já existe informação tecnológica, pesquisa, tudo o que o animal precisa em termos de nutrição. Tu dá exatamente o que ele precisa pra maximizar o potencial dele. Tu sabe o que ele precisa em termos de sanidade, por exemplo. Aí tem a questão do ambiente, do conforto ambiental dele, né. No confinamento ele tem a vantagem de tu ter o controle desses mecanismos que influenciam no resultado do animal, né (Entrevista com Bruno, 06/04/2015).

O conhecimento científico é narrado pelo pecuarista como um elemento a ser incorporado nas práticas de criação animal para elevar a produtividade e a rentabilidade do empreendimento. Os cálculos zootécnicos de ganho de peso e de taxa de conversão permitem ao produtor estimar o ganho de peso diário e estabelecer aquele que considera ideal. Bruno relatou também que calibra a dieta dos animais de seu confinamento para uma média de ganho de peso diário de aproximadamente 1 kg. Segundo ele, o gado poderia ganhar muito mais peso, em torno de 2 kg/dia em uma dieta mais calórica, mas ele acredita que dessa forma a carne perderia qualidade, razão para preferir a engorda mais lenta.

O trabalho de vaqueiros e campeiros também difere quanto ao manejo do gado criado a pasto e aquele mantido em confinamento. Felipe, o capataz da unidade Beatriz das Fazendas Beira Alta (MT) descreveu da seguinte forma as diferenças sentidas por ele na lida com os animais no campo e em confinamento:

o confinamento é mais trabalhoso porque é um lugar, assim, que chega e sai animal toda hora. Aí cê tem que receber esse gado, alojar ele, apartar ele, prender ele nos piquetes, fazes os processos de entrada dele, de cadastramento, identificação, fazer o protocolo dele de confinamento, fazer vermífugo, vacina, tudo, e aparte, brinco, então é... O confinamento é uma rotina mais complicada pro peão né, pro vaqueiro. (...) O pasto é mais sossegado, mais tranquilo. Agora, o confinamento,

você tirou ele e botou ele num lugar que não é dele. Então você tem que dar comida, tem que tá toda hora cuidando a água e a atenção é mais redobrada. No pasto você tem que ter atenção também. Maso dia de sábado e domingo, por exemplo. Sábado até onze horas cê foi lá olhou ele, tudo beleza, cê vai voltar lá só segunda-feira. Vai ficar um dia e meio lá que tá beleza. A não ser que dê um contratempo muito feio, um boi assustou, pulou, enroscou numa cerca, na segunda-feira cê vai voltar lá, vai achar ele enroscado ou vice-versa, alguma coisa que caiu, uma árvore na cerca, as vezes entreverou mais... Tirando esses contratempos que dá assim, tranquilo. Ele tá lá bebendo, ele tá na sombra, tá de boa. Agora no confinamento não, o confinamento tem que tá todo dia olhando... Confinamento é tipo assim, uma cadeia que o animal tá preso ali (Entrevista com Felipe, 08/05/2015).

Para o capataz o confinamento não é o lugar do boi, pois é no pasto que este deveria viver. A analogia feita por Felipe entre o confinamento de gado e uma prisão é mais severa do que a feita por Bruno, que comparava o confinamento a um apartamento de uma grande cidade. Por não haver oferta natural de água e alimento para os animais em confinamento, como na criação extensiva, as equipes de trabalho se revezam, e o trabalho na fazenda é constante e diário. Em conversa que tive com Rogério – à época, gerente-geral da unidade de confinamento da unidade Beatriz (MT) – relatei meu espanto em relação ao trabalho acelerado e ininterrupto na fazenda. Rogério respondeu que eram os bois que ditavam esse ritmo: eles não podem ficar sem água ou comida, nem ficarem desassistidos em caso de alguma emergência de saúde. Em razão disso, os funcionários da fazenda alternam seus dias de folga para que o trabalho continue nos finais de semana e feriados. Bois e humanos compartilham aqui a situação do confinamento, caracterizada pelo controle rigoroso das suas condições de vida e de trabalho.

O confinamento de gado de corte instaura assim um novo regime de trabalho para os humanos e traz uma nova realidade para os animais. Nas pastagens extensas, o gado dispõe de capim e água à vontade¹²⁰ e os vaqueiros e campeiros tem maior flexibilidade de horários para

120Em condições ideais, pois as áreas de pastagem são afetadas por ataques de formigas e outros insetos, além da degradação do solo e conseqüentemente do capim. Em períodos de seca também pode ser necessário deslocar o rebanho para áreas que em que a oferta de água não tenha sido afetada pela estiagem.

examinar as condições de saúde do rebanho. Em confinamento, o trabalho dos vaqueiros é ininterrupto e seu ritmo é acelerado, como avaliado pelo vaqueiro Felipe. Os animais, por sua vez, deixam de se alimentar de capim para receber rações nos cochos e água nos bebedouros percorrendo pequenas distâncias no seu novo ambiente. Como visto, o confinamento está na origem de diversos problemas de bem-estar dos bovinos e está no centro de um debate importante na ciência do bem-estar animal para definir as instalações ideais para os animais, mas também para manter a lucratividade do empreendimento.

3.2 Em busca do bem-estar perdido

A artificialidade dos ambientes em que são criados os animais na indústria de ovos, leite e carne concentra as críticas mais incisivas ao sistema de produção intensivo. De acordo com a publicação da WSPA intitulada “Pecuária Industrial: parte do problema da pobreza”, a industrialização da pecuária caracteriza-se pela “alta densidade de concentração de animais e/ou pelo confinamento, pelas taxas de crescimento forçado, alta mecanização e baixos níveis de emprego” (2007: 13).

Na avicultura industrial, as galinhas poedeiras ficam confinadas em gaiolas coletivas onde cada animal disponibiliza de uma área equivalente a uma folha de papel A4. Essa indústria é fortemente criticada pela prática da “muda forçada” que consiste em induzir períodos mais curtos de muda, por meio de restrição alimentar, a substituição das penas das galinhas. Nesse período de transição das penas as aves deixam de produzir ovos ou os produzem em menor quantidade. O objetivo desse procedimento é reduzir o tempo de muda (que seria de 4 meses) para cerca de seis a oito semanas, reduzindo, por conseguinte, o período em que as aves restringem a produção de ovos (Teixeira, 2011).

A suinocultura industrial mantém as porcas matrizes em gaiolas de gestação individuais nas quais os animais não conseguem executar movimentos básicos, como andar e girar em torno do próprio eixo. As porcas também ficam impossibilitadas de cavar o chão e construir ninhos, movimentos considerados naturais para a sua espécie (WSPA, 2007). Além disso, a frequência de gestações é acelerada por meio da administração de hormônios e de inseminações artificiais, o que leva as porcas matrizes a produzirem leitões durante toda a sua vida.

Na bovinocultura de corte o regime alimentar do gado é radicalmente alterado quando os animais são confinados. A mudança da dieta concentrada em rações e suplementos pode acarretar doenças como a acidez ruminal¹²¹ e o timpanismo¹²². Nas pastagens os animais gozam de maior liberdade para expressarem seu comportamento natural e a preocupação dos produtores se volta para a disponibilidade de capim e água de qualidade, além do refinamento das instalações de manejo. O transporte do gado entre as fazendas e para o frigorífico, bem como a recepção, insensibilização e abate desses animais são considerados pontos críticos para o bem-estar animal e por isso espaços como o curral, o caminhão e o frigorífico, ambientes não naturais, concentram grande parte dos esforços em matéria de bem-estar dos bovinos.

A ideia de “naturalidade” remete a termos como “ar puro, iluminação solar e vegetação natural” (Fraser, 2012: 48) e é construída em oposição à noção de “ambientes artificiais”, ou seja, as construções humanas para o alojamento dos animais, como os chiqueiros, os currais e os galinheiros. Autores como Broom (2014) e Fraser (2012) argumentam que a naturalidade como parâmetro para mensurar o bem-estar dos animais tem

¹²¹A acidez excessiva do rúmen ou acidose ruminal é originada pela ingestão elevada de alimentos ricos em carboidratos fermentáveis como o milho. Em casos mais extremos pode levar à morte do animal.

¹²²O timpanismo é um distúrbio metabólico ligado a dificuldades de eliminação dos gases produzidos durante a fermentação ruminal. Pode causar dificuldades respiratórias e circulatórias, sendo fatal nos casos mais graves.

um forte apelo no debate público sobre o tema, mas invocar a naturalidade dos ambientes como sinônimo de bem-estar dos animais pode remeter a uma abordagem “sentimental e superficial” do problema (Webster, 2005: 7-8).

No caso do gado de corte, uma imagem recorrente no argumento da naturalidade evoca uma vaca que pasteja tranquila em um campo verdejante (Webster, 2005). A percepção de Juarez, campeiro há mais de 50 anos compõe com essa afirmativa: “bem-estar do animal é lá no campo com boia à vontade, aí é o bem-estar do animal” (Entrevista com Juarez, 13/04/2015). A referência de bem-estar expressa por Celso, capataz nas Fazendas Casa Verde (RS), lembra a concepção de bem-estar animal como “vida natural”: “um campo bem verde com sombra e água. Que nunca faltasse comida, com sal... Ele tem que ter um abrigo, água, e suplemento mineral. E tá bem sanitariamente, né” (Entrevista com Celso, 10/04/2015). Nota-se aqui, que o “natural” não é pensado de forma dissociada da participação humana. O que a fala do capataz demonstra é que a vida do gado caracterizada como natural comporta um grau de domesticidade que enreda humanos e animais. A paisagem descrita por Celso é construída pela mediação humana na oferta de sal, água e alimento, além de suplementos minerais, dos cuidados sanitários e de abrigo. Os rebanhos nos campos não possuem uma vida desconectada de sua existência dos pecuaristas e campeiros que os produzem. O campo, assim entendido como resultante do trabalho humano de transformação, é percebido positivamente em relação aos confinamentos de gado de corte, onde o bem-estar dos animais pode ser satisfatoriamente atendido. É o que defende o vaqueiro Gabriel, das Fazendas Beira Alta (MT):

Sombra, sombra fresca lá, ele não precisa dele... sol quente ele fica deitado na sombra, de tarde de novo. Aqui não tem como. Ele vai ficar no sol quase o dia inteiro, quase 10 horas no dia, por dia no sol. Aí vai ver lá que 'ah, boi não engorda'. Mas é que o problema é a sombra. Tem que ter sombra. Se tiver sombra e água limpa ele desenvolve mais (Entrevista com Gabriel, 12/05/2015).

Na avaliação de Webster (2005), embora as pastagens extensas favoreçam a expressão de comportamentos naturais dos bovinos (como ruminar, descansar e socializar com outros de sua espécie) as pastagens não são essenciais para a expressão desses comportamentos pois o mesmo poderia ser alcançado em sistemas de confinamento e semiconfinamento em que os animais disponham de espaço ao ar livre, mesmo que inferior em relação às grandes pastagens¹²³. Na análise de Broom (2014), o ambiente ideal para os animais não requer uma reprodução exata de seu ambiente selvagem, mas deve atender suas necessidades biológicas.

Quando as necessidades dos animais não são atendidas, são manifestadas além de doenças e de ferimentos distúrbios de bem-estar na forma de estereotípias. Estábulos, currais e chiqueiros quando muito pequenos, pouco arejados e superlotados tendem a provocar nos animais comportamentos estereotípicos, definidos por Grandin como “comportamentos anormais repetitivos, invariáveis (...) e aparentemente sem motivo” (Grandin e Johnson, 2010: 10) como lambar as cercas dos currais, mastigar sem haver alimentos na boca e girar em torno do próprio corpo. Para Grandin, o enriquecimento ambiental é uma alternativa para aqueles animais que não vivem no ambiente considerado natural. Tais espaços devem ser construídos de modo a manter os animais entretidos, o que pode ser alcançado, por exemplo, equipando-se as gaiolas das galinhas poedeiras com ninhos e poleiros. As estereotípias manifestam condições em que o bem-estar dos animais encontra-se prejudicado e tornam-se indicadores utilizados pelos técnicos para detectar estados de estresse e, portanto, de ameaça ao seu bem-estar.

Uma forma de enriquecimento ambiental dos confinamentos de gado de corte foi experimentada nas Fazendas Beira Alta (MT) na época de implantação de medidas de bem-estar animal na propriedade. Ela consistia na inserção de barras de madeira fixadas no solo

¹²³Webster é mais severo quanto às gaiolas em bateria para as galinhas poedeiras e as celas de gestação para as porcas matrizes. Para o autor, nesses recintos os comportamentos naturais (afora comer e dormir) de frangos e suínos são completamente inviabilizados.

para que os animais se coçassem. Segundo Marcelo, ex gerente-geral das fazendas, o gado passava várias horas roçando seus corpos naquelas barras, especialmente o pescoço e a cabeça a exemplo do que acontecia nas pastagens, onde os animais manifestavam o mesmo comportamento, roçando-se, entretanto, nas árvores. Contudo, com o tempo essas barras se desgastaram e acabaram não sendo substituídas por outras.

Para Fraser (2012) os ambientes naturais não implicam necessariamente na melhoria das condições de vida dos animais. Qual seria o ambiente ideal para as modernas galinhas poedeiras que após décadas de seleção e melhoramento genético são hoje capazes de deslocar o cálcio dos próprios ossos para a casca dos ovos que produzem (Fraser, 2012)? A proposta de Fraser é pensar em termos de adaptações, sentido aquele utilizado pelos biólogos evolucionistas. O autor define adaptações como as “características que as espécies desenvolveram como meio de lidar com os desafios e explorar as oportunidades, e, assim, conseguir sobreviver e reproduzir com sucesso” (Fraser, 2012: 253). As adaptações não estão inscritas no código genético, mas são formadas pela capacidade que os animais possuem de experimentar determinados estados afetivos que estimulam o seu comportamento. Sua definição visa incorporar a complexidade trazida pela domesticação, especialmente no que diz respeito às inúmeras transformações genéticas que separam os animais ancestrais de seus representantes modernos.

No artigo “*How important is natural behaviour in animal farming systems*”, o etólogo Marek Spinka define comportamento natural da seguinte forma: “*those behavioural elements and their sequences that are adaptive, i.e., that have evolved either during the evolution of the species or during its domestication “in order” to increase the fitness (see definition below) of the behaving animal*” (Spinka, 2006: 118). O autor ressalva que o comportamento natural dos animais nunca está completo e comporta um elemento de plasticidade, pois a capacidade de

aprendizagem dos animais está no centro dos padrões de comportamento natural (Spinka, 2006).

No manejo dos conceitos de “natureza” e “natural”, de “artificialidade” e “construção”, a ciência do bem-estar animal produz seus híbridos. Eles envolvem um julgamento de valor que visa definir o que é adequado e o que é inadequado tanto aos animais quanto à indústria, pois não se pode perder de vista que os ambientes e os comportamentos ora discutidos reportam-se aos animais de produção. O universo artificial é assim qualificado por duas realidades distintas: a primeira é prejudicial ao bem-estar dos animais por colocá-los em situações de extremo sofrimento e desconforto: em gaiolas ou em jaulas muito apertadas, com pouca ventilação, iluminação insuficiente e alimentação inadequada. A segunda é valorada positivamente por respeitar as necessidades dos animais e proporcionar a sua satisfação: os recintos são enriquecidos com poleiros para as galinhas ou barras de madeira para que o gado possa se coçar, a oferta de água é abundante e de alimento é balanceada, há sombra no calor e proteção contra o frio do inverno. O ambiente natural, aquele equivalente ao “selvagem” ou “próprio da espécie”, deixa de ser o ideal porque também os animais não estão, de todo, inseridos na natureza. Como expressou Celso, capataz nas fazendas Casa Verde (RS), o “campo verde” evocado pelo argumento de naturalidade dos ambientes refere-se a uma paisagem já mediada pelo trabalho humano. Fraser (2012) demonstra com o exemplo das galinhas poedeiras que a domesticação, por meio das manipulações genéticas e do convívio com os humanos, as teria feito híbridos de natureza e cultura adaptados (ou a serem adaptados) às condições de vida dos sistemas intensivos de produção. Dessa forma, quando os ambientes artificiais são bem construídos eles favorecem a expressão dos comportamentos naturais, definidos por Spinka (2006) como aqueles que se desenvolvem concomitantemente ao processo de domesticação. Os ambientes considerados ideais para os animais são aqueles

que atendem tanto o comportamento natural, assim definido, quanto às expectativas da indústria.

Segundo o relatório do Comitê Brambell, grande parte do sofrimento dos animais é um efeito intrínseco ao sistema intensivo de produção:

But there remains a great deal of frustration and stress resulting of the very nature of farming which can not be avoided. Obviously domestic animals cannot be allowed to run entirely free, to breed at random, to rear their own young in the normal way of the wild, or to establish their own social groupings and hierarchies. Nor indeed if, having experience of both, they could be asked their opinion, is it probable that they would always prefer the wild (Brambell, 1965: 73).

Os autores do relatório ponderam no excerto que grande parte do sofrimento a que os animais são submetidos ao serem domesticados não pode ser evitado. Embora reconheçam que se os animais fossem expostos às realidades doméstica e selvagem eles escolheriam provavelmente a última opção, o ambiente doméstico ainda é qualificado positivamente quando comparado ao meio selvagem, como afirma o etólogo Willian Thorpe, no terceiro apêndice ao relatório:

but there is no doubt that a well managed farm or ranch run on approximately "natural" lines can provide an environment for animals which, on any estimate that we are able to make, must be in many ways preferable to the wild. At least farm animals are not subject to the dangers of predator attack or forest fire, they do not die of starvation or thirst, they are largely protected from the scourges of parasite attack and from innumerable painful and wasting diseases (Brambell, 1965: 74).

Nessa análise, uma fazenda bem administrada, “próxima ao natural”, proporciona aos animais um ambiente muito melhor do que o meio selvagem: a fazenda oferece proteção contra o ataque de predadores, de parasitas e de doenças e os protege da ação de incêndios

florestais e tempestades. Também proporciona a satisfação de suas necessidades de água e alimento pelo cuidado e atenção fornecidos pelos criadores, imbuídos do dever moral de zelar pelos animais e oferecer a eles proteção e abrigo. Nessa abordagem, embora sejam os humanos a conduzir os animais para o frigorífico e determinarem a sua morte, eles não são considerados seus predadores¹²⁴. O abate levado a cabo nos frigoríficos, sobretudo aquele desenvolvido sob métodos humanitários, também é desejável ante a morte na “natureza”, considerada mais violenta e brutal.

A vida na fazenda é igualmente menos violenta do que aquela vivida pelos animais selvagens: *“as a result of captivity the animals exchange a life of sustained and violent activity for a placid and sometimes boring existence. (...) But the process of domestication has no doubt led, in some cases at least, to a physiological adaptation which reduces the violence, and sometimes no doubt alters the form, of the response to disturbing conditions”* (Brambell, 1965: 72). Com a vida em cativeiro, os animais também trocaram uma existência mais “violenta” por outra mais “calma” por vezes até “monótona”, conforme o relatório. A proteção encontrada nas fazendas e os cuidados dispensados pelos pecuaristas e pelos trabalhadores do gado evitaria o trabalho de buscar por água e alimento, bem como o estresse pela iminência do ataque de predadores, o que teria levado a adaptações fisiológicas nos animais que reduziram a violência, transformando as suas respostas às situações de medo e tensão (Relatório Brambell, 1965). Essa caracterização evoca novamente a mediação humana na definição da natureza dos animais: as adaptações fisiológicas também são fruto do convívio e da co-evolução.

124Entretanto, no âmbito das relações cotidianas de trabalho com o gado, a imagem do humano como um possível predador é evocada para explicar o comportamento de presa dos bovinos, como vimos no capítulo anterior. Os vaqueiros são instruídos a aproximar-se de forma calma do rebanho, evitando os movimentos bruscos e os gritos agudos.

Do ponto de vista de uma antropologia contemporânea voltada para a história das relações entre humanos e animais, Ingold (2000) propõe que esta seja entendida a partir de seus distintos modos de engajamento. Nas sociedades caçadoras/coletoras as relações dos humanos com os animais por eles caçados baseiam-se em um princípio de confiança (*trust*), visto que os animais participam do mesmo mundo que os humanos e não são tratados como seres de um universo à parte (mundo selvagem). Os animais são aqui parceiros em uma relação de reciprocidade que exige contrapartidas de ambos os lados: ao caçador é exigido cuidado e respeito com a caça que, por sua vez, tem o poder de resistir às investidas humanas de captura e predação.

Em compensação, nas sociedades agropastoris a dominação (*domination*) é o paradigma que singulariza as relações entre animais e humanos (Ingold, 2000). Ainda que o pastor dependa dos animais e responsabilize-se por seus cuidados, perde-se aqui a reciprocidade humano-animal tal qual percebida entre os grupos caçadores/coletores. O pastor detém o controle sobre o destino do animal, decidindo sobre sua vida e a sua morte, atuando como seu “protetor, guardião e executor” (Ingold, 2000: 72). Os instrumentos do pastor, tais como o chicote, as esporas e os arreios, também são instrumentos de controle utilizados para restringir e forçar o movimento dos animais, o que acontece por meio da força e também da dor (Ingold, 2000). Tais princípios são mutuamente excludentes pois, segundo o autor, ao garantir a obediência dos animais nos sistemas pastoris, seja por meios violentos seja por formas mais sutis de dominação, é suprimida a confiança, que se baseia no reconhecimento da autonomia do animal.

A história da domesticação contada pela ciência do bem-estar animal pressupõe, como percebido por Ingold, uma transcendência do humano sobre o mundo natural: “(...) *human reason is supposed to provide the form, nature the substance in which it is realized*” (Ingold,

2000: 80). A natureza assimétrica das relações entre humanos e animais no contexto da pecuária (e da criação de animais para o consumo humano como um todo) não é negada pelos pesquisadores do bem-estar animal. Como escreveu Paul Hemsworth, “*human-domestic animal relationships are inevitably unequal, involving human management and control of animals*” (2007: 194). No título da obra de John Webster, “*Limping Towards Eden: a practical approach to redressing the problem of our dominion over the animals*” (2005)¹²⁵ o paradigma do domínio está explicitado, pois ele não é em si o objeto das críticas e dos estudos da ciência do bem-estar animal, mas sim, suas formas cruéis e violentas de exercício. A mudança almejada pelos defensores das medidas de bem-estar animal está no exercício desse controle: a força e a violência devem dar lugar a práticas não agressivas de manejo com o gado.

Para Pulz (2013), na ciência do bem-estar animal “a premissa básica é o convívio com respeito e a exploração racional da vida animal, como forma de bem-estar, educação e evolução da própria humanidade” (Pulz, 2013: 76). A ciência do bem-estar é acompanhada de um discurso “progressista” e humanamente onipotente no qual a violência seria a marca de uma sociedade “não evoluída”. É sob esse aspecto também que a noção de “sofrimento desnecessário” pode ser entendida. Se a violência humana em relação aos animais deve ser administrada por meio do treinamento dos trabalhadores no uso de técnicas menos dolorosas no manejo e no abate dos animais, a violência entre os animais também pode ser objeto de gerenciamento. Por vezes, esse controle é realizado com a administração de medicamentos, como no caso da sodomia bovina. Os efeitos do canibalismo entre frangos e suínos de corte, por sua vez, é atenuado pelo corte dos bicos dos frangos e das caudas dos porcos. Os chifres do gado bovino também são extraídos em algumas fazendas de forma a evitar ferimentos em

¹²⁵Esta obra é uma versão renovada do livro de 1993, intitulado *Animal Welfare: A Cool Eye Towards Eden*, e que tem como subtítulo “*A constructive approach to the problem of man’s dominion over the animals*”. Nota-se que do primeiro para o segundo subtítulo o paradigma domínio permanece uma constante.

confrontos bovino-bovino ou bovino-humano. Nesse sentido, o que é definido como violência e as práticas que cabem nesse conceito variam. O abate de porcos que utiliza marretas para insensibilizar o animal é violento; aquele realizado nos frigoríficos que insensibiliza os animais por meio de uma descarga elétrica, não. Da mesma forma, o uso de anestesia para cortar o bico dos frangos e a cauda dos porcos ou ainda para castrar bovinos e suínos caracteriza métodos racionais de manejo portanto não são considerados violentos. É forçoso reconhecer aqui que se trata do estabelecimento de graus para a violência infligida contra os animais e, conseqüentemente para o sofrimento a que eles podem ser submetidos. Não há, tanto para a violência quanto para o sofrimento a definição de um valor absoluto, mas somente a definição, a cada caso, do que é necessário para a manutenção da produtividade tendo-se em vista que se trata de animais e não de máquinas. No relatório do Comitê Brambell essa perspectiva já se apresentava quando este afirma a existência de graus de sofrimento animal inaceitáveis para povos ditos civilizados. A violência em relação aos animais parece agora incompatível com o projeto civilizador que a domesticação representa¹²⁶. Em uma sociedade “moderna e civilizada”, a exploração dos animais deve se dar por métodos *racionais*, tendo em vista que os animais, apesar de serem ao final uma mercadoria, são em vida, seres sencientes. O qualificativo racional busca também suavizar e de fato ocupar o lugar do substantivo “exploração” ao qual faz referência, tornando-se o valor a ser transmitido aos consumidores de carne.

126Em uma leitura ocidental da domesticação, Wilkie (2010) o advento da agricultura e da pecuária marca a emergência da civilização, constituindo seu símbolo.

3.3 Os animais de produção: indivíduos que sentem e sofrem

O sofrimento físico e mental dos animais fora reconhecido pelo Comitê Brambell em 1965, e reiterado no parecer do *Farm Animal Welfare Council (FAWC)*, em 1993, que define o conceito de 5 Liberdades. Sofrimento é uma categoria-chave em matéria de bem-estar animal por ser ao mesmo tempo o objeto das críticas ao sistema produtivo industrial e também o objeto de análise da ciência do bem-estar animal. A ciência do bem-estar animal responde afirmativamente à pergunta “*can they suffer?*”, formulada em 1789 por Jeremy Bentham, buscando por meio de indicadores fisiológicos e comportamentais mensurar o sofrimento animal.

Em um apêndice ao relatório do Comitê Brambell, Thorpe reflete sobre os temas da dor, do sofrimento e do estresse nos animais. Segundo o pesquisador, a maior dificuldade em definir os limites para a injúria física aos animais repousa em duas armadilhas opostas. A primeira consiste em considerar os animais como seres homólogos aos seres humanos em termos de sentimentos e ansiedades e a segunda consiste em tratar os animais como autômatos, como máquinas incapazes de sentir e sofrer. Para Thorpe, o sofrimento dos animais é um fato incontestável, passível de ser observado nos seus comportamentos. A diferença entre o sofrimento dos animais e o sofrimento dos humanos está na capacidade destes últimos de antecipar o sofrimento, característica ausente nos outros animais. O autor afirma também que os “animais vivem o tempo presente de uma forma difícil de ser entendida pelos humanos”, embora ainda assim sejam capazes de “lembrar do passado e temer o futuro” (Brambell, 1965: 71).

Segundo a abordagem de Webster (1993), a avaliação de bem-estar dos animais deve ser realista o que significa evitar tanto o antropocentrismo quanto a abordagem mecanicista: “*in any case, animals’ welfare has to be considered in a realistic way, avoiding*

anthropomorphism into its evaluation (Webster, 1994), as well as pure mechanistic consideration” (Webster, 1993, apud Carenzi e Verga, 2009).

Se num primeiro momento, os animais são classificados como seres incapazes de sentir a passagem do tempo da forma como fazem os humanos, em seguida lhes é concedida essa capacidade, porém, de forma rudimentar. Nessa caracterização, o humano é acionado como parâmetro para as análises de bem-estar animal e aos animais resta uma condição de incompletude. O lugar ocupado pelos animais de produção para quem a ciência do bem-estar se debruça se situa em algum ponto entre a consideração de sua equivalência aos humanos e sua existência como máquinas¹²⁷. Elas funcionam como “máquinas vivas”, como afirma Porcher sobre as porcas na França: *“the cow functions as a machine, but it functions in a sentient fashion, it is a living machine; we can’t walk all over it, but we can, in the pig farm itself, electrocute it in a box that capable engineers have designed for the purpose, and leave its body to compost in the farmyard, also using equipment designed for the purpose”* (Porcher, 2014: 3).

Os animais das modernas fazendas industriais são sistematicamente “tornados matáveis” dentro de uma lógica do sacrifício na qual o assassinato é uma espécie de morte reservada somente aos seres humanos (Haraway, 2011). Nessa lógica, tornar humanos “meramente matáveis” é, segundo a autora, o ápice da “indignidade moral”, é a definição de genocídio (Haraway, 2011: 39). A responsabilidade, ou seja, a capacidade de responder é, na lógica do sacrifício, uma característica exclusivamente humana, que se manifesta tanto na evitação da crueldade para com os outros seres vivos, quanto no reconhecimento da dor e dos sentimentos dos animais, mas que ainda assim são considerados incapazes de resposta. Aos animais transformados em máquinas pelo industrialismo resta a capacidade de reagir, não de

127A referência a esta última concepção é, aliás, uma das imagens às quais a ciência do bem-estar pretende desvincular a criação de animais com fins alimentares.

responder, o que implicaria o reconhecimento de uma responsabilidade compartilhada e, portanto, de co-constituição. Se as reações desses corpos maquínicos interessam, como parece ser o caso dos animais para a ciência do bem-estar, lhes falta “face”, “presença”, o que exigiria “reconhecimento, cuidado e dor compartilhada” (Haraway, 2011: 30).

Pensar em termos de compartilhamento e co-constituição é um desafio ante a filosofia ocidental assentada na profunda separação entre humanos e animais. Ingold (1995), ao analisar a concepção de homem ocidental demonstra o paradoxo presente na definição que afirma que “os seres humanos são animais e a humanidade é o oposto da animalidade”. A animalidade é definida por uma ausência daquilo que apenas nós, humanos, possuímos, como a razão, a linguagem ou a religião. O animal em nós – mas o animal outro, de outras espécies – é marcado por um sinal de negativo, pela falta. No argumento de Thorpe visto acima, o que distingue o sofrimento dos animais daquele sentido pelos humanos é a sua incapacidade de antecipá-lo, portanto, uma falta: “*human suffering is often very largely a matter of prolonged anxiety and imaginative anticipation of further pain-both of which are incomparably less well developed in most animals as far as we can see*” (Brambell, 1965: 71).

Para Agamben (2013), o Ocidente desenvolveu uma máquina antropogenética que trabalha de forma a separar no humano o que nele haveria de animal, criando um ser intrinsecamente dividido. O excepcionalismo humano pode ser considerado como um dos efeitos do trabalho desta máquina, que o coloca muito acima dos outros animais. Além disso, tal humano não é um animal como os outros: ele tem um “algo a mais”, que varia conforme a ênfase colocada na cultura, na linguagem, na razão, na religião e, na análise de Thorpe (1965), na capacidade unicamente humana de antecipação do sofrimento.

Uma consequência do trabalho dessa máquina antropogenética é a homogeneização de todos os animais quando comparados aos seres humanos. Uma crítica marcante ao singular

genérico “animal” encontra-se na obra de Jacques Derrida (2011), em que demonstra como a construção deste singular serviu à filosofia¹²⁸ para a reflexão acerca do humano, a partir do que seriam os “próprios do homem” (cultura, linguagem etc), o que, invariavelmente, comportaria uma exclusão do animal. Contudo, a construção desse singular genérico também é central na metafísica ocidental para a dominação dos mesmos ao reivindicar a superioridade de sua vida diante da vida animal. A tese do domínio humano sobre os animais é retratada por Derrida a partir de duas narrativas, a da tradição hebraico-cristã do Éden e da criação, e da tradição greco-romana, no mito de Prometeu. Ambas as narrativas conferem ao humano o poder de controlar os animais, manifestado não apenas em termos da capacidade de outorgar a voz que fala e nomeia (humana) e aquela que é silenciada (animal), mas o domínio e a sujeição física imposta aos animais.

Os pesquisadores em bem-estar animal não negam o domínio do humano sobre o animal (Hemsworth, 2007, Webster, 2005). No entanto, os padrões e as características desse controle devem dar lugar às práticas classificadas como humanitárias e racionais. Estas dizem respeito àquilo que os humanos devem proporcionar aos animais para que estes alcancem condições de bem-estar, ao passo que a aferição e mensuração da qualidade de vida dos animais é atestada pelos humanos ao olhar para os animais individualmente:

um critério essencial para a definição de bem-estar animal útil é que a mesma deve referir-se a característica do animal individual, e não a algo proporcionado ao animal pelo homem. O bem-estar do animal pode melhorar como resultado de algo que lhe seja fornecido, mas o que se lhe oferece não é, em si, bem-estar (Broom & Molento, 2004: 2).

128A incapacidade do humano em ser visto pelos animais, passíveis apenas de serem olhados pelos humanos, é apontada por Derrida como um traço comum de pensadores como Kant, Levinas, Lacan e Heidegger, perpassando, portanto, a filosofia hegemônica após Descartes. Todos esses autores, para Derrida, contribuíram para criar uma animalidade e excluí-la radicalmente do humano.

Se, por um lado, o conhecimento das características dos animais enquanto espécie (coletividade) mobiliza cientistas e pesquisadores na definição dos comportamentos e dos ambientes ideais para os animais, é sobre o indivíduo animal que se voltam as medidas de análise e mensuração de bem-estar.

Na análise de Duncan (apud Fraser, 2012) a senciência é a característica que permite aos animais experienciar bem-estar e qualidade de vida. Para o autor, a capacidade de sentir é o fator mais importante na definição de bem-estar animal. Diversos conceitos baseados na fisiologia e na biologia podem se referir tanto às plantas quanto aos animais, tais como saúde e longevidade, mas não dizemos sobre as plantas que seu bem-estar está sendo afetado a partir da detecção de estados de doença e estresse. Tais manifestações fisiológicas afetam o bem-estar dos animais somente na medida em que também influenciam suas experiências afetivas. De acordo com Fraser (2012), Duncan defendeu o estudo dos sentimentos dos animais em uma época em que a maioria dos cientistas permanecia cética acerca dos estados afetivos dos não humanos.

Nas fazendas de gado de corte, o sentimento mais citado como sinônimo de bem-estar é a felicidade. Para Marcelo, consultor das Fazendas Beira Alta (MT), um animal em condições de bem-estar é um animal feliz:

um animal feliz, saudável. A partir do momento em que você se dispôs a ter um animal, por exemplo, é a mesma coisa você ter como o boi lá no pasto, você ter um animal de casa, que seja um gato, um cachorro. Você tem que cuidar bem dele pra não ficar doente, ter a alimentação ideal, ter água boa, as condições que ele vive no ambiente dele, entendeu (Entrevista com Marcelo, 15/05/2015).

Para o pecuarista, os cuidados com o gado devem ser os mesmos dispensados aos animais de estimação, embora o destino de ambos seja muito diferente: enquanto os primeiros são levados ao frigorífico, os últimos terão cerimônias funerárias. Observa-se em seu

argumento um senso de responsabilidade para com os animais que independe do fato de o gado ter como destino certo o abatedouro. O argumento de Marcelo também sugere que os animais de produção não são simples máquinas de conversão de capim em carne: são animais que exigem cuidado e atenção, dotados de sentimentos e capazes de expressá-los.

O bem-estar dos animais, para Broom (1991), não deve ser analisado somente com base nos sentimentos dos animais. Em sua análise, bem-estar tem um sentido mais amplo e embora a presença de sentimentos negativos sempre corresponda a um declínio no bem-estar dos animais, há outros indicadores a serem levados em consideração para uma análise definitiva. Os sentimentos, em sua teoria, fazem parte do repertório de mecanismos de adaptação, conceito essencial para sua definição de bem-estar: “estado de um indivíduo no que diz respeito às suas tentativas de se adaptar ao seu ambiente” (Broom, 2005: 130). O autor explica que o “estado em relação às tentativas de lidar com o meio” refere-se à quantidade de esforço que o animal precisa fazer para se adaptar e o grau de sucesso ou insucesso nessa empreitada.

As situações que exigem muito esforço dos indivíduos são associadas à dor e ao sofrimento, ambas passíveis de serem mensuradas cientificamente (Broom, 1991). A capacidade adaptativa dos animais pode oscilar, segundo o autor, entre um polo “muito bom” e outro “muito ruim” (Broom, 1991). São indicadores de um bem-estar “ruim”, por exemplo, a redução da expectativa de vida, o crescimento debilitado, os problemas reprodutivos, os comportamentos estereotípicos, as doenças, os ferimentos, a imunossupressão (redução na capacidade de defesa do organismo aos agentes patológicos) e também os índices elevados de atividade adrenal¹²⁹. A ausência de comportamentos anormais, de doenças, de ferimentos e o

¹²⁹Entre outros, a glândula adrenal libera o hormônio cortisol, que em índices elevados é considerado como resultado do estresse (Lopes et al, 2009).

sucesso reprodutivo são algumas das variáveis que caracterizam um animal em boas condições de bem-estar.

Como afirma Fraser (2012), os indicadores como a taxa de crescimento, a sobrevivência, a ocorrência de doenças infecciosas e a presença/quantidade de hematomas podem ser medidos por métodos objetivos, ao passo que a avaliação de sentimentos ou estados afetivos como a dor, a frustração e a angústia só pode ser feita de forma subjetiva.

A fala de Eduardo, gerente técnico das Fazendas Beira Alta (MT), aproxima-se de uma abordagem biológica do bem-estar animal. Ela baseia-se em grande medida em sua trajetória como médico veterinário e também nos estágios realizados em frigoríficos. Não é negada uma dimensão subjetiva da felicidade, mas nitidamente prevalece uma atenção à satisfação das necessidades biológicas básicas para o atendimento ao bem-estar dos animais:

você primeiro respeitar a fisiologia ou a biologia do animal. Respeitar o animal, acho que isso é o bem-estar animal. Aí respeito em todos os sentidos. A gente tem que respeitar o animal, tem que fornecer as condições mínimas e básicas pra que ele viva bem, vamos dizer assim. Viva de uma forma que consiga não sofrer nenhum tipo de pressão, nenhum tipo de avaria até o abate dele propriamente dito. Acho que bem-estar animal é isso, o animal tá saudável, tá bem, enfim, tá feliz (Entrevista com Eduardo, 15/05/2015).

As necessidades dos animais, na esteira dos estudos de Broom, também são pensadas como mecanismos que facilitam a adaptação dos animais ao meio em que vivem: “*a need is a requirement, which is part of the basic biology of an animal, to obtain a particular resource or respond to a particular environmental or bodily stimulus* (Broom, 2014: 33). Portanto, a satisfação das necessidades é relacionada à experimentação de sentimentos positivos, ao passo que a não satisfação é associada a sentimentos negativos.

Segundo Pulz (2013), uma das finalidades da ciência do bem-estar animal é “conhecer as necessidades de cada espécie e saber avaliar as condições de vida experimentadas pelos

animais nas situações proporcionadas pelo homem” (Pulz, 2013: 76). Para o autor, em razão da ciência do bem-estar animal voltar a sua atenção às necessidades dos animais, ela seria uma ciência “do ponto de vista desses animais” (Pulz, 2013: 75), mesmo que ela se debruce sobre os efeitos das ações humanas sobre eles. Em oposição a essa ideia, de acordo com Hötzel et al, “o foco da produção animal no último século tem sido “das necessidades humanas”, especialmente das “necessidades” econômicas de grandes corporações, às “possibilidades” dos animais de suportarem tal impulso na produção e produtividade” (2010: 2). A industrialização da produção animal também não teria satisfeito as necessidades humanas: o crescimento da produtividade não significou a erradicação da fome (uma das justificativas para a intensificação da criação de animais) e, na opinião dos autores, não resultou em benefícios nem aos produtores nem aos consumidores, quiçá aos animais. Mas as medidas de bem-estar animal não buscam frear o crescimento da produção e da produtividade. Ao serem apropriadas pela indústria e pelo mercado elas se tornam um marcador capaz de elevar o valor das mercadorias (carne, leite, ovos), tornando-se um valor agregado (Molento, 2007). Nesse sentido, pode-se admitir que o ponto de vista dos animais, nesse caso, bastante obtuso, é limitado pelas expectativas mercadológicas da indústria de produção animal.

3.4 Animais estressados e o sofrimento *na* carne

O conceito de estresse utilizado pela ciência do bem-estar animal tem igual origem nos estudos sobre o estresse em humanos, mais especificamente naqueles conduzidos pelo fisiologista Hans Selye, na década de 1950, que descreveu o sistema chamado posteriormente de HPA, formado pelo hipotálamo, a hipófise e o córtex da adrenal (Fraser, 2012). Esse sistema é responsável pela liberação de glicocorticoides como o cortisol, que auxilia o corpo a reagir às demandas impostas sobre ele (Fraser, 2012). No conceito de Selye, o estresse é uma

resposta inespecífica às pressões internas ou externas sobre os organismos, podendo constituir um *feedback* tanto positivo quanto negativo. Nos desenvolvimentos do conceito relacionados ao bem-estar animal, o estresse é caracterizado como um efeito nocivo, como pode ser percebido na definição de Broom (2014: xiv): “*an environmental effect on an individual which over-taxes its control systems and results in adverse consequences and eventually reduced fitness*”¹³⁰. Assim sendo, não caberia falar em um “estresse bom”, pois para o autor, sempre que há estresse o bem-estar animal é afetado negativamente.

Os principais agentes de estresse dos animais foram listados por Etim et al (2013) no artigo “*Stress and animal welfare: an uneasy relationship*”, são eles: “perigo, doença, dor, acidentes, químicos sintéticos, dieta inapropriada, desmame, confinamento, isolamento, superlotação, tédio, mudanças na rotina e no ambiente e a superestimulação (oposta ao tédio)” (Etim et al, 2013: 10). Tais circunstâncias têm consequências fisiológicas e/ou comportamentais a serem analisados pelos técnicos nas avaliações de bem-estar animal. No momento do pré-abate – período compreendido entre a saída dos animais das fazendas, passado por sua chegada e recepção nos frigoríficos e a sua sangria – os acidentes, as mudanças de rotina/ambiente e a superlotação são os elementos que mais geram estresse¹³¹ para o gado. A importância do indicador vem dos seus efeitos pós-morte, ou seja, das suas consequências prejudiciais à qualidade da carne: “*fear and pain are very strong causes of stress in livestock and stress affects the quality and value of meat from affected animals*” (Chambers and Grandin, 2001).

O uso corriqueiro do termo “estresse”, seja para falar de humanos, seja para falar de animais é um dos inconvenientes do conceito apontados por autores como Webster (2005) e

130O conceito de *fitness* descreve o bem-estar físico dos animais, a ausência de doenças, de hematomas e de incapacidades motoras (Webster, 2005).

131Para descrever processos de estresse prolongado foi cunhado o conceito de distresse. Animais em distresse perderam sua capacidade de lidar com o meio em função de um desequilíbrio do sistema hormonal.

Fraser (2012), que exigem rigor em sua definição e nos mecanismos de sua avaliação. Para Webster, “one is no closer to resolving a problem in animal welfare by pronouncing an animal to be under stress than one is to the resolution of a medical problem by pronouncing it to be sick” (2012: 26).

A inquietação e a agressividade exemplificam comportamentos que manifestam estados de estresse no gado. A fuga diante de um objeto estranho ou de um barulho repentino também caracterizam estresse (Ludtke, 2012).

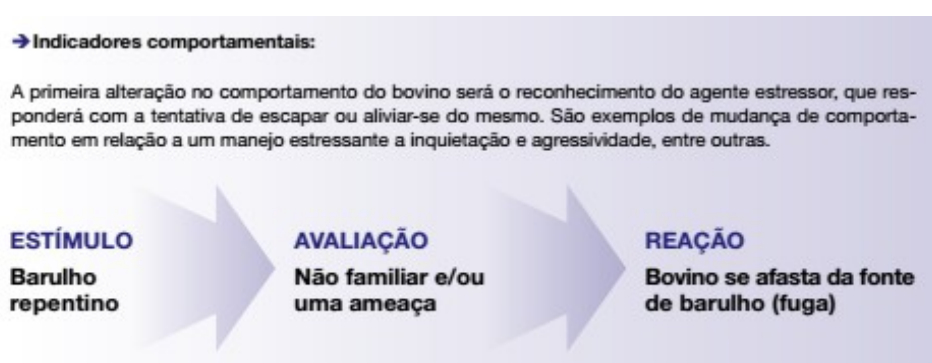


Figura 11: Gráfico demonstrativo dos indicadores comportamentais de estresse no frigorífico (Ludtke et al, 2012: 102)

Dessa abordagem pode ser depreendido que se espera dos bovinos um comportamento sereno e quaisquer demonstrações bruscas de excitação são interpretadas como desviantes. Por isso também é indicado que o manejo seja executado pelos humanos de forma calma e tranquila, evitando-se agitar os animais. Nas orientações de abate humanitário sistematizadas por Chambers e Grandin (2001), as autoras argumentam que o sangue dos animais abatidos quando estressados libera um feromônio que pode ser sentido pelos outros animais causando excitação. Isso pode gerar uma reação em cadeia, visto que a liberação do feromônio pelo primeiro animal desencadearia reações de estresse nos animais subsequentes.

Se, por um lado, o estresse é uma característica que pode ser percebida através do comportamento dos animais, ele também se manifesta na carne do animal abatido. Na indústria do gado de corte o estresse é um dos fatores considerados prejudiciais à qualidade da

carcaça e do produto final carne. Industrialmente a carne de animais abatidos sob estresse é categorizada em DFD¹³² – escura, dura e seca – e PSE¹³³ – pálida, flácida e exsudativa. Enquanto o estresse no momento do abate gera uma carne PSE (pela redução de Ph e alta temperatura muscular), os animais que sofrem estresse prolongado antes do abate – durante o transporte e o período de espera nos frigoríficos – geram, por sua vez, carnes DFD (pelo esgotamento das reservas de glicogênio e níveis elevados de Ph)¹³⁴.

Kirk (2014), ao analisar o conceito de estresse, a ciência do bem-estar animal e a emergência da categoria de “animais estressados”, assevera que o conceito de estresse ampliou a compreensão sobre as capacidades experienciais dos animais, especialmente sua capacidade de sofrimento mental. Além disso, o estresse proporcionou uma linguagem científica capaz de capturar experiências subjetivas e etéreas que de outra forma só podiam ser representadas em linguajar comum.

Como aponta Porcher (2011b) a “ideologia zootécnica” é o paradigma hegemônico que tem governado as relações entre humanos e animais no contexto agropecuário nos dois últimos séculos. A ética concebida por defensores de medidas de bem-estar animal prevê a necessidade de mudanças nas “práticas de uso” desses animais na medida em que reconhece neles certa “subjetividade”¹³⁵. Sordi (2013b) assinala como inovação desta “ideologia zootécnica” o reconhecimento de uma subjetividade dos animais não percebida no contexto anterior. Essas novas composições parecem sugerir o advento de um “novo animal de produção”, que não estaria mais próximo a uma máquina ou a um objeto. O cálculo da indústria e das avaliações de bem-estar animal passaria a considerar o estresse, o sofrimento,

132 *Dark, firm, dry.*

133 *Pale, soft, exudative.* O processo de exsudação diz respeito à liberação de água na superfície da carne, dando-lhe uma aparência úmida.

134 Informações contidas na publicação “Ciência da Carne”, da Embrapa. Disponível em: <http://www.cnpqc.embrapa.br/publicacoes/doc/doc77/03nocoescarne.html>. Acesso em 13 de fevereiro de 2016.

135 Como se percebe através da ênfase colocada por Temple Grandin (2010) nas emoções e da proteção dos animais do medo e da tristeza, como defendido nas liberdades estabelecidas pelo relatório do Comitê Brambell (1965).

as liberdades e as necessidades dos animais pensados como indivíduos. Indivíduos estes que necessitariam de uma boa qualidade de vida para gerar uma carne de alta qualidade: o animal é subjetivado em uma primeira instância no intuito de objetivá-lo de forma absoluta através de sua morte (Sordi, 2013b).

A subjetividade dos animais também é conectada à produtividade que pode ser auferida com a promoção de medidas de bem-estar. A conclusão a que chega Bruno, administrador da Fazenda Casa Verde (RS), ilustra bastante bem a articulação entre a necessidade de eficiência da atividade produtiva com o reconhecimento de certa subjetividade aos animais:

tá, eu tenho um animal confinado ali. Tem alguma coisa que o comportamento animal possa me dar informação que eu posso colocar lá pra deixar eles mais à vontade, (...) pra ele expressar livremente um instinto, né. Se tu consegue fazer um animal feliz dentro daquele ambiente, ele vai ser um animal muito eficiente, né (Entrevista com Bruno, 06/04/2015).

A afirmativa de Bruno é muito semelhante à conclusão de Fraser: “um animal saudável cujas necessidades são bem atendidas será um animal produtivo” (Fraser, 2012: 97). Pode-se argumentar aqui que o conhecimento científico do bem-estar animal atualiza as tensões entre o animal como um ser vivo e como um produto, subjetivando-os ao dotá-los de consciência e sentimentos sem perder de vista seu estatuto de animal de produção.

O estatuto dos animais não é algo rígido e definível a priori. Como demonstrou Wilkie (2010), uma linha tênue separa a visão dos animais enquanto ferramentas/objetos na engrenagem pecuária e sua percepção enquanto seres sencientes: “*I use the term “sentient commodity” to draw attention to the ambiguous and shifting perceived status of livestock and people’s cognitive and emotional attempts to negotiate this fine line in practice*” (Wilkie, 2010: 123). Os animais de produção são commodities atípicas, que gozam de um estatuto ambíguo. Tal ambiguidade manifesta-se na ponderação de John Berger: “um camponês gosta

do seu porco e fica contente ao salgar a sua carne. O que é significativo, e é tão difícil para o estranho urbano entender, é que as duas afirmações nessa frase se ligam por um *e*, não por um *mas*” (Berger, [1980] 2003: 14 grifos do autor). A teoria e as inovações tecnológicas para fazendas e abatedouros desenvolvidas por Temple Grandin evidenciam a conjunção exposta por Berger, articulando, entretanto, a produção industrial de carne bovina com o bem-estar dos animais.

3.5 Temple Grandin: uma antropóloga em marte

“Quando estou com o gado, não tem nada a ver com cognição. Sei o que a vaca está sentindo” (Sacks, 2006: 268), disse Temple Grandin a Oliver Sacks, em diálogo reproduzido pelo neurologista no livro “Um antropólogo em marte”. O título do livro é, aliás, uma frase da própria Temple Grandin, utilizada para caracterizar seus sentimentos no convívio com outras pessoas. Nessas situações, segundo ela, é capaz de entender apenas emoções simples, fortes e universais, mas as dinâmicas mais complexas e o jogos em que as pessoas se envolvem umas com as outras resvalam em um mistério para a pesquisadora (Sacks, 2006), sem dúvida, uma das maiores referências em bem-estar animal¹³⁶, com mais de 400 artigos escritos sobre o tema¹³⁷.

Temple Grandin é professora e pesquisadora na Universidade do Colorado (EUA). É idealizadora das principais tecnologias de bem-estar animal para abatedouros e frigoríficos, bem como de currais e áreas de manejo antiestresse. Tendo sido diagnosticada com autismo, de grau leve, essa condição é apresentada como a razão de sua capacidade especial para colocar-se no lugar dos animais, sentindo os medos e os sofrimentos a que ficam expostos,

¹³⁶Em 2010 a revista Time também a credenciou na lista das 100 pessoas mais influentes do mundo. A listagem completa pode ser conferida aqui: <http://content.time.com/time/specials/packages/completelist/0,29569,1984685,00.html>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

¹³⁷Listados aqui: <http://www.grandin.com/livestock.publications.html>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

especialmente nos caminhos dos abatedouros. O filme “Temple Grandin”(HBO Films, 2010) contribuiu para aumentar a popularidade da pesquisadora, mas também da temática do bem-estar animal.

Temple Grandin foi diagnosticada com autismo em 1950, aos três anos de idade. Sua paixão pelos animais começou na infância, quando sua mãe a enviou para uma escola para crianças com “problemas emocionais”¹³⁸ (Grandin & Johnson, 2006). Nesta escola havia cavalos para as crianças passearem, e conta a pesquisadora, que grande parte de seu tempo na escola fora gasto com os cavalos. Provém de seus tempos de escola secundária uma de suas criações mais conhecidas: a “máquina do abraço”. Grandin conta que quando criança sentia vontade de ser abraçada, mas, ao mesmo tempo, ficava aterrorizada com qualquer contato físico com outras pessoas (Sacks, 2006). Depois de ver o tronco de contenção utilizado para imobilizar o gado, durante suas férias no rancho de uma tia no Arizona, teve a ideia de adaptá-lo para o uso humano, como uma ferramenta para acalmá-la em seus momentos de ansiedade. Assim, quando sentia-se angustiada ou ansiosa, recorria à “máquina de espremer”, como também refere-se à sua criação, ali permanecendo até se acalmar¹³⁹. Na faculdade, muitos viam sua máquina do abraço como uma “regressão” ou “fixação”, o que motivou Temple Grandin a investir seu tempo em estudos sistemáticos sobre o autismo.

Para ela, sua condição de autista a coloca em uma posição privilegiada para entender os animais: “*autism made school and social life hard, but it made animals easy*” (Grandin & Johnson, 2006: 1). Ela compara o autismo a um ponto, a uma parada na estrada que liga os animais aos humanos, o que situa as pessoas autistas no lugar perfeito para traduzir o que os animais falam para a linguagem verbal humana. Há outro elemento que a favorece nessa

¹³⁸Grandin narra em seu livro que havia sido expulsa da escola regular por brigar com colegas que a chamavam de “retardada” e “gravador”, este último apelido originado de seu jeito de falar, que, segundo ela funcionava através de uma série de frases que ela decorava para reproduzir.

¹³⁹Temple Grandin ainda faz uso desta máquina e, quando recebeu Oliver Sacks em sua casa, convidou-o a experimentá-la também.

tradução. Sua forma de pensar e organizar as ideias dá-se por meio de imagens¹⁴⁰, ela se diz uma pensadora visual, não verbal, como os demais não-autistas. Pensar visualmente também a auxilia nos projetos arquitetônicos utilizados nas fazendas e abatedouros. Ela projeta em pormenor todas as instalações em sua mente e organiza cada detalhe, simulando, inclusive, seu funcionamento. Somente quando o projeto funciona perfeitamente em suas ideias, ele é esboçado no papel.

Temple Grandin também presta consultorias para fazendas e frigoríficos e mais da metade dos abatedouros de gado dos Estados Unidos e do Canadá já utilizam os métodos humanitários de abate desenvolvidos por ela. Através da sua empresa, a *Grandin Livestock Systems*, atende e inspeciona os fornecedores de grandes redes de *fast food*, como McDonald's, Wendy's e Burger King.

Nas suas vistorias, conta que para saber o que há de errado com as instalações e com os animais é preciso se colocar no lugar deles. Por isso Temple Grandin refaz, por exemplo, todo o caminho do gado por dentro dos corredores dos abatedouros, desde o local em que chegam os animais até o ponto em que são abatidos. Nesse percurso a pesquisadora busca por detalhes que possam assustar os animais e fazê-los empacar ou reagir com violência. Para ela, são detalhes que determinam o sucesso das operações, uma vez que a visão dos animais, assim como a visão dos autistas, é regida por detalhes: “*when an animal or an autistic person is seeing the real world instead of his idea of the world that means he's seeing detail. (...) Animals see details people don't see. They are totally detail-oriented. That's the key*” (2006: 31 grifo da autora).

Na obra “O Bem-Estar dos Animais”, Catherine Johnson e Temple Grandin (2010) defendem a centralidade das emoções na promoção e avaliação das condições de vida dos

140Descrito pela autora com maiores detalhes no livro “*Thinking in pictures: and other reports from my life with autism*”, publicado originalmente em 1995. Para ela, todos os autistas têm um forte pensamento visual.

animais: “minha teoria¹⁴¹ é que o ambiente em que os animais vivem deve ativar as suas emoções positivas tanto quanto possível, e não as negativas mais do que o necessário” (Grandin & Johnson, 2010: 9). O comportamento dos animais é, para Grandin, um dos indicadores de seu estado emocional e, portanto, do seu bem-estar.

Toda a teoria desenvolvida por Grandin e Johnson em “O bem-estar dos animais” parte da premissa de que os animais possuem os mesmos centros de emoções básicas que os humanos e que têm, portanto, o mesmo objetivo, qual seja, sentirem-se bem, usufruírem de emoções positivas e não sofrerem com as negativas. Devem ser evitadas as situações que provoquem raiva, medo e pânico nos animais e estimuladas as emoções relacionadas ao brincar e à busca¹⁴².

Entretanto, amar os animais e ser capaz de entendê-los não fez Temple Grandin deixar de comer carne, tampouco de trabalhar para essa indústria. O posfácio de “O Bem-estar dos animais” é uma resposta de Grandin à pergunta que ela diz lhe ser muito frequentemente dirigida: “Por que você ainda trabalha para a indústria em vez de ser uma ativista contra eles?” (Grandin & Johnson, 2010: 303). Temple Grandin responde que no início de sua carreira na década de 1970, os locais em que viviam os animais eram “decentes”, havia sombra, pastagens de qualidade e água em abundância. Situação muito diferente daquela encontrada nos grandes confinamentos de gado de hoje, em que, muitas vezes, as reses passam seus dias atoladas até os joelhos em lama e nos próprios dejetos. Grandin considera que se porventura suas primeiras experiências com os animais de fazenda fossem em tais ambientes, possivelmente ela teria outra opinião e não trabalharia para a indústria da carne.

Ela defende que as nossas relações com os animais criados com fins alimentares

141Embora o livro seja de autoria dupla, seu texto encontra-se na primeira pessoa do singular.

142A teoria das emoções que Temple Grandin desenvolve baseia-se nos estudos do neurocientista Jaak Panksepp, que defende que aos estímulos a um ou mais sistemas ou centros de emoção (como o sistema raiva ou busca) correspondem determinados tipos de comportamento (Grandin e Johnson, 2010).

devem ser simbióticas, por se tratar de uma situação mutuamente vantajosa: “nenhum daqueles animais que estavam no matadouro teria nascido se os de sua espécie não tivessem sido criados e alimentados por pessoas” (Grandin & Johnson, 2010: 305). Para ela, os humanos que fazem os animais nascer para finalmente transformá-los em alimento tem também a responsabilidade de lhes dar boas condições de vida e uma morte indolor, o que pode ser alcançado através das tecnologias adequadas e do manejo racional dos animais.

3.6 Adaptar os animais, adaptar os humanos

O conceito de bem-estar animal, tal como definido pelo FAWC (1993), define a preservação e a promoção de 5 liberdades aos animais baseadas na atenção a 5 necessidades básicas: comer e beber, expressar o comportamento natural, evitar situações de medo e tristeza, de dor e desconforto e apresentar boas condições de saúde. No manual de treinamento em abate humanitário utilizado pela WSPA nas capacitações para os trabalhadores dos frigoríficos, os humanos também são dotados de necessidades, as quais devem ser atendidas de modo a promover o seu bem-estar:

<ol style="list-style-type: none">1. Necessidades fisiológicas – conforto térmico, ginástica laboral, bebedouros próximos, local para descanso, período de trabalho razoável, rodízio de função, intervalos adequados para permitir o acesso ao refeitório e alimentação, melhoria do ambiente de trabalho (música, cor, luz);2. Necessidades de segurança – boa remuneração, estabilidade de emprego, condições seguras de trabalho (instalações e equipamentos apropriados), equipamentos de proteção individual (protetor auricular, luvas de aço, botas, entre outros), ambulatório;3. Necessidades sociais – boas interações com os supervisores, gerentes, amizade dos colegas, ser aceito pelo grupo, confraternizações (festas, gincanas);4. Necessidades de estima – reconhecimento, responsabilidade por resultados, incentivos financeiros (bonificações, brindes), não trocar funcionários de setores sem antes desenvolver treinamento;5. Necessidades de autorrealização – criação de grupos para resolução de problemas do setor, participação nas discussões e decisões, trabalho criativo, desafiante, autonomia.	<p>Imagem: WSPA – Programa Steps</p>  <p>Área sombreada para melhorar o ambiente de trabalho e favorecer o bem-estar humano</p> <p>Imagem: WSPA – Programa Steps</p>  <p>Área de descanso e lazer melhorando o bem-estar dos funcionários</p>
---	---

Figura 12: As necessidades humanas (Ludtke et al, 2012: 17)

As “5 necessidades humanas”¹⁴³ acima descritas estão dispostas hierarquicamente e, conforme o manual de bem-estar animal no abate de bovinos (Ludtke et al, 2012), motivam e favorecem o bem-estar dos trabalhadores. Barbalho (2007), ao refletir sobre o treinamento de trabalhadores da indústria da carne em manejo racional, argumenta que a capacitação dos funcionários deve investir no conhecimento sobre os animais mas também na “formação de pessoas, que envolve mudanças de conceitos e atitudes em relação aos animais, e que exige recursos motivadores” (Barbalho, 2007: 8). Para os autores do manual supracitado, capacitar os trabalhadores da indústria da carne é o fator de maior impacto sobre o bem-estar animal e sobre a qualidade da carne. Isto porque quando o bem-estar humano é comprometido, os problemas dos trabalhadores são transmitidos aos animais na forma de agressividade e descuido (Ludtke et al, 2012).

Existe também uma preocupação marcante com a redução dos acidentes de trabalho sofridos pelos funcionários de frigoríficos e também das fazendas. Como aponta Sordi (2013a), o sistema-carne está entre os que mais riscos comporta para os trabalhadores no Brasil, dentre os quais, os ferimentos causados por coices e quedas dos animais nas fazendas, e os cortes e as lesões por esforço repetitivo nos frigoríficos. O manual de embarque de bovinos assim aconselha os pecuaristas: “não prolongue a jornada de trabalho para realizar o embarque, quando os trabalhadores estão cansados há queda na qualidade dos serviços e maiores riscos de acidentes” (Paranhos da Costa et al, 2008: 11). E mais adiante: “a preparação das instalações resultará em maior agilidade, bem como em menor risco de acidentes para a equipe e para os animais” (idem: 19). Na opinião de pecuaristas que

143A teoria da hierarquia das necessidades humanas foi desenvolvida pelo psicólogo norte-americano Abraham Maslow e é amplamente utilizada por psicólogos organizacionais e administradores de empresa na avaliação de medidas motivacionais para os trabalhadores.

implementaram procedimentos dessa ordem¹⁴⁴, “o manejo do bem-estar animal, torna-se um reflexo para o bem-estar do trabalhador” (Paranhos da Costa et al, 2008: 9).

O vaqueiro Emílio, das Fazendas Beira Alta (MT), acredita que quando os vaqueiros estão sob forte pressão, os animais também acabam sendo afetados: “Cê leva ele na brutalidade porque você também tá estressado. Então se você tem conforto pra sua pessoa, ele também é confortado!” (Entrevista com seu Emílio, 09/05/2015). Para Felipe, capataz na mesma fazenda, o bem-estar animal atua como um “relógio de temperamento”, a regular tanto humanos quanto animais:

Bem-estar é tipo um relógio, um registro de temperamento seu e do animal. Bem-estar é você ser mais flexível que o animal e entender ele e inverter a situação. Não é cê forçar. O bem-estar é bom porque ele começa desde a gente. Ele é bom pra gente e pro animal. Você primeiramente, você vai mexer com boi, você não vai mexer com ele estressado, e o boi também não vai ser manejado estressado. O boi vai ficar ali estressado pouquinho coisa, mas não é muita. E o bem-estar é um trabalho sem gritaria, manejo com calma, igual cê falou... Tem um boi reativo? Tem. Deixo ele quieto. (...) Nunca mais me machuquei feio depois do bem-estar, graças a Deus, nunca (Entrevista com Felipe, 08/05/2015).

Na ciência do bem-estar animal a interação é o paradigma para se pensar a relação entre humanos e animais, como demonstram alguns dos trabalhos produzidos no Brasil sobre o tema: “Particularidades relevantes da interação humano-animal para o bem-estar e produtividade de vacas leiteiras” (Honorato et al, 2012); “O reflexo da interação amigável entre humanos e bovinos no bem-estar da fazenda” (Rosa & Paranhos da Costa, s/d); “Interação humano e bovino de leite” (Peters et al, 2007). Os pesquisadores reconhecem que avanços em pesquisa genética, que criam animais mais precoces e provedores de uma carne mais macia, precisam andar lado a lado com um tratamento positivo dos animais: “observa-se que não basta ter a melhor genética, a alta produtividade, a nutrição equilibrada e de boa

¹⁴⁴Tópico presente nos manuais de boas práticas de manejo no embarque, vacinação e de bezerros ao nascimento.

qualidade, se o manejo com os animais está sendo incorreto” (Oliveira et al, 2008: 292). Interação é, assim, um conceito utilizado tanto por veterinários quanto por zootecnistas nas avaliações de bem-estar animal e diz respeito especificamente às relações que os tratadores mantêm com os animais sob seus cuidados. Interações negativas resultam em declínio no nível do bem-estar, e interações positivas, no seu melhoramento.

De acordo com Porcher (2011b), o conceito de interação usado por etólogos na ciência do bem-estar animal se resume a analisar as reações dos animais frente a determinados estímulos humanos, por exemplo, aplicar um choque elétrico no animal e ver como ele reage. Para a autora, um porco em uma situação experimental é muito diferente do porco na fazenda e o estudo das relações entre humanos e animais exigiria uma abordagem que levasse em consideração as relações reais entre ambos no contexto das fazendas (Porcher, 2011b). O animal para o qual a ciência do bem-estar volta suas análises é o animal percebido como organismo biológico, senciente e capaz de expressar suas vontades através do seu comportamento. Tal abordagem, segundo a autora, não considera termos próprios dos animais, deixando-os presos àquilo que os humanos esperam deles (Porcher, 2011b).

Para Porcher (2011a; 2011b) as considerações científicas sobre o bem-estar animal falham em não considerar o compartilhamento do sofrimento entre humanos e animais nos sistemas de criação. Estresse e ansiedade remetem ao indivíduo e não à situação global que os agentes reciprocamente constituem: “o estresse refere-se à biologia; ele pode ser avaliado, conceitualizado, explicado etc. Estresse é um problema individual, ao passo que o sofrimento é um problema coletivo” (2011b: 13). Ao mesmo tempo em que compartilham suas condições de vida, animais e humanos compartilham também as mesmas doenças, estresse e cansaço que a produção em larga escala ocasiona (Porcher, 2011a; 2011b). Avaliações baseadas em indicadores individuais falham, segundo a autora, em resolver o problema que a totalidade das

circunstâncias coloca: o compartilhamento do sofrimento. A racionalidade que preside as avaliações de bem-estar está interessada nos agentes – tanto humanos quanto animais – em sua individualidade, produtividade e capacidade de gerar de renda e lucrar, ignorando o compartilhamento de vida e de condições de vida, em que o sofrimento apareceria como uma das dimensões possíveis. A equação que parece resultar disso tudo é a seguinte: trabalhadores estressados: animais estressados: carcaça em más condições: carne de baixa qualidade: queda na lucratividade. Assim sugere Porcher (2011b: 13):

The workers' stress has a negative influence on the animals. It interferes with manipulations, reduces work efficiency, and ultimately affects the level of production and the meat quality. This issue is therefore of direct concern to managers. The idea is to train workers in ad hoc behavior and to draw up the psychological profile of the ideal worker in animal production.

Thomas (2010), ao examinar o surgimento das primeiras legislações contra a crueldade aos animais em fins do século XVIII e começo do XIX, observa que grande parte da preocupação com os animais deriva da percepção de que “os animais eram como os empregados: respondiam melhor a um tratamento razoável” (Thomas, 2010: 269). A ideia de que “um trabalhador [humano] saudável e feliz é um trabalhador produtivo” (Fraser 2012: 96-97) parece-me agora transposta definitivamente aos animais. Animais e humanos trabalham sob um sistema que exige o máximo de produtividade e eficiência de seus corpos. Embora o sistema produtivo industrial, que desencadeia os problemas aos quais a ciência do bem-estar animal se debruça, seja o alvo da maior parte das análises e recomendações dos estudos, ele não é questionado pelas pesquisas como uma fonte primeira do “mal-estar” humano e animal que a ciência do bem-estar visa solucionar. São as medidas pontuais para melhorar as condições de vida e de morte dos animais submetidos a esse sistema produtivo que dão substância a essa ciência.

Como demonstra Toschi Maciel (2009: 185), “a proposta de bem-estar por ser de reforma e não de ruptura, teve boa assimilação no processo de reestruturação ecológica do mercado de alimentos, devido às possibilidades de, com novas tecnologias, minimizar o mal-estar animal, concomitantemente, a agregação de valor no produto final que gera aumento na receita”. Nesse sentido, a implementação de políticas de bem-estar animal passa pela percepção de que este é um valor (moral e financeiro) que pode ser agregado ao produto final carne, aumentando o lucro do produtor e da indústria. Como afirma Fitzgerald, “a demanda é formada por várias forças externas, como fatores culturais, políticas governamentais e interesses industriais, e não simplesmente pelo desejo individual por proteína animal” (Fitzgerald, 2015: 66). É preciso assim evitar o raciocínio de que somente a demanda dos consumidores origina os produtos e dirige as escolhas da indústria e do comércio, e prestar atenção na influência dos demais atores na criação de determinados produtos e na oferta dos mesmos para o consumo. No capítulo seguinte, dedico-me a analisar a introdução dos produtos certificados no mercado e as estratégias utilizadas por produtores e indústria no estabelecimento do bem-estar animal e da sustentabilidade ambiental como fatores de agregação de valor ao produto carne.

Capítulo 4 – O mercado da carne bovina e o bem-estar animal

Na fogueira, Jimmy estava nervoso com os animais, porque eles estavam sendo queimados e com certeza isso iria machucá-los. Não, seu pai disse. Os animais estavam mortos. Eles eram como bifês e salsichas, só que ainda estavam com pele. E com as cabeças, Jimmy pensou. Bifês não têm cabeças. As cabeças faziam diferença: ele achou que os animais estavam olhando para ele reprovadoramente com seus olhos em fogo (Atwood, 2004: 27).

Os bifês e as salsichas, como afirma o personagem de Margaret Atwood, não têm cabeças, e cabeças fazem diferença porque os animais nos olham e desta forma nos colocam diante da animalidade progressivamente escamoteada na fabricação de picanhas, filês e hambúrgueres. O olhar de que fala Jimmy não é um olhar inerte, tampouco apático: é um olhar reprovador que interpela o personagem, e frente ao qual não se pode, justamente, ficar indiferente.

Em escala industrial, transformar bois em carne envolve uma cadeia complexa de acontecimentos que vão muito além das fazendas em que os animais são criados e dos frigoríficos onde são abatidos. Cortar cabeças é apenas um dos aspectos na intrincada e complexa teia de acontecimentos que envolvem a produção de carne. Neste capítulo, o bem-estar animal será analisado ao adentrar o mercado da carne bovina. Se grande parte da carne produzida no Brasil é caracterizada como commodity, uma mercadoria homogênea, as fazendas onde realizei minha pesquisa de campo operam com certificações de qualidade que buscam diferenciar a carne oriunda de seus animais das demais carnes encontradas no mercado. A base dessa diferenciação está em uma relação positiva entre os humanos, os animais e o meio ambiente. Além disso, adentram o segmento de mercado “gourmet” ou

“premium” de carnes voltado a consumidores dispostos e capazes de pagar mais esses produtos.

Os selos de procedência e qualidade não são exatamente uma novidade no que se refere à alimentação. A rotulagem dos produtos tornou-se, nas modernas sociedades industriais, o principal meio de contato entre o consumidor e o processo produtivo, o meio através do qual ele se informa sobre as datas de fabricação e expiração, a origem dos alimentos, seus ingredientes e valores nutricionais (Bildtgård, 2008). As informações contidas nos rótulos comunicam os consumidores da carne acerca dos métodos ambientalmente sustentáveis e de bem-estar animal empregados na criação e no abate do gado então transformado em carne.

Nesse sentido, os selos rastreados nesse trabalho apresentam-se como inovadores em função de estarem assentados em um bom relacionamento entre humanos e animais e um relacionamento igualmente positivo entre humanos e o meio ambiente. Entretanto, cabe o questionamento se estas práticas satisfazem exigências mais sanitárias e/ou econômicas do que propriamente éticas, ou que sejam em prol de uma ética voltada para os animais não-humanos imiscuída às exigências de segurança alimentar baseadas em princípios sanitários. Estamos diante de uma condição tríplice, sanitária-econômica-ética, em um universo em que produtores e consumidores encontram-se, usualmente, a quilômetros de distância uns dos outros.

Algumas perguntas são delineadas a partir desse quadro: selos e certificações de bem-estar animal ajudariam a “lembrar” os consumidores de carne sobre a origem *animal* dos cortes encontrados nos supermercados e açougues, atenuando a dissociação marcada pela indústria da carne? Se muito já foi dito a respeito das barreiras sanitárias, seria agora possível falar em barreiras éticas? Ou em barreiras de sustentabilidade? O que torna e o que caracteriza

um produto diferenciado? Qual seria a ética implicada em uma expressão tal como “carne ética”?

As mudanças nas estruturas de manejo, nos instrumentos para a condução dos animais e nas relações entre os trabalhadores e o gado (nas fazendas e nos frigoríficos) visam ao final de uma longa cadeia produtiva a fabricação de um produto diferenciado: uma carne ética. Esta pode ser definida pelo emprego de tecnologias e práticas de manejo racional dos animais nas fazendas e de abate humanitário nos frigoríficos. Como pode ser visto no capítulo anterior, as medidas em prol do bem-estar dos animais de produção baseiam-se na aplicação de conhecimentos científicos que visam melhorar as condições de vida e de morte desses animais. A mediação tecnocientífica tem sido a via privilegiada pelos agentes do Estado e da indústria da carne na criação de padrões e nas medidas implantadas em nome do bem-estar dos animais. Na fundamentação legal de abate humanitário tal mediação fica particularmente evidente, como veremos a seguir.

4.1 Os animais e seu estatuto jurídico

Buscando na história da legislação brasileira as origens da proteção aos direitos dos animais, pode-se dizer que uma primeira aproximação à ideia de bem-estar animal encontra-se no Decreto 24.645 de 1934, que estabelece medidas protetivas aos animais. Em seu primeiro artigo, o documento assegura que todos os animais em território nacional são tutelados pelo Estado, instituindo um modelo de proteção e fiscalização que iria se estender até fins do século XX. Em seu artigo 3º, o decreto 24.645 de 1934 define trinta e uma formas de maus-tratos aos animais passíveis de multa e pena de detenção em regime fechado. A morte de animais para fins alimentares não é incluída na categoria de maus-tratos, característica perene

da regulamentação legislativa dos direitos dos animais. Segundo Dias (2009), esta lei serve de marco na legislação em defesa dos animais:

[o decreto] inaugurou uma nova linguagem no tratamento dos animais, introduzindo uma dimensão ética quanto a seu tratamento. Sua grande contribuição foi definir parâmetros que qualificam maus-tratos a animais e tornar esses atos contravenções, estabelecendo uma pena. Dois outros aspectos lhe conferiram grande importância, pelo que ainda hoje é aclamado pelas entidades defensoras dos animais: estabeleceu que todos os animais do país são tutelados do Estado – o que significa dizer que sua guarda, defesa ou proteção passaram a ser responsabilidade do Estado –, e deu-lhes representação jurídica através do Ministério Público e membros de sociedades protetoras de animais (Dias, 2009: 48).

A proteção dos animais contra atos cruéis está inscrita na Constituição Federal de 1988¹⁴⁵, que no seu artigo 225 garante que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988: art.225). Para garantir esse direito, o legislador afirma que é dever do poder público “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade” (Brasil, 1988: art. 225, §1, VII). Juristas ligados à proteção dos animais pela via do abolicionismo celebram o artigo constitucional como uma garantia na proteção dos direitos dos animais. A. Silva (2009) afirma que a Constituição Federal de 1988 é mais do que um marco legislativo. Ela é um símbolo do pensamento da dignidade animal, pois ao proibir o tratamento cruel, reconhece juridicamente os animais por seu valor intrínseco. Por outro lado, Castro Júnior & Vital (2015) observam que embora o texto

¹⁴⁵Levai (2001) ressalta que o Brasil é um dos poucos países a proteger os animais da crueldade em sua Carta Magna, ao lado de Índia, Alemanha e Áustria.

constitucional proíba a crueldade, esta permanece como um conceito indeterminado, cabendo ao Poder Judiciário avaliar em cada caso o teor de sua definição.

O valor intrínseco afirmado constitucionalmente entra em contradição com outras normativas presentes no ordenamento jurídico brasileiro. É o caso do Código Civil no qual os animais domésticos¹⁴⁶ são tratados como “bens móveis” ou “bens semoventes”. Quanto ao Direito Penal, os animais são abordados como “objetos materiais do delito”, e não podem ser considerados como “sujeitos passivos¹⁴⁷ da ação humana” (Noirtim et al, 2009: 18). Como sugere Levai (2001), promotor de justiça e membro do Instituto Abolicionista Animal (IAA), tanto o direito civil quanto o direito penal brasileiros adotaram uma lógica utilitarista na abordagem dos animais ao tratá-los como propriedades e não como seres vivos capazes de sentir e de sofrer. O autor reforça esse argumento exemplificando-o através de uma situação de agressão a um animal: aquele que comete o delito poderá ser responsabilizado por danos causados ao proprietário e não por ferir o animal em si. Para Levai (2001), as leis brasileiras em sua maioria são regidas por interesses corporativistas, socioeconômicos ou industriais, de cunho marcadamente antropocêntrico.

A Lei de Crimes Ambientais (9.605/1998) aprofundou as penalidades aos que praticam maus-tratos aos animais e incluiu as empresas no escopo dos responsáveis por crimes ambientais. Em seu artigo 32, a Lei 9.605/98 tipifica a conduta de crimes contra a fauna doméstica e domesticada: “praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos”. Este artigo é objeto de controvérsia segundo os advogados e juristas ligados à defesa dos direitos dos animais, pois nele poderiam ser enquadradas como proibidas muitas das práticas cotidianas nas fazendas e

146Os animais silvestres são considerados propriedades da União, “bens de uso comum do povo” (Cardozo Dias, 2000: 46).

147É considerado sujeito passivo “aquele que detém a titularidade do bem jurídico tutelado pela norma penal” (Noirtim et al, 2009: 18). Podem ser considerados sujeitos passivos a pessoa física, a pessoa jurídica, o incapaz e a coletividade e no caso dos crimes ambientais a jurisprudência assume a coletividade como o sujeito passivo, uma vez que a Constituição Federal declara o meio ambiente de uso comum do povo (Noirtim et al, 2009).

granjas de suínos, bovinos e aves, tais como o corte dos bicos dos frangos, o corte da cauda dos porcos, a marcação a ferro quente dos bovinos. Tavares (2012), em sua dissertação de mestrado sobre os aspectos éticos e jurídicos da criação de animais em confinamento, descreve as condições em que vivem os animais em regimes de produção intensiva e conclui que “a criação de animais em regime de confinamento configura uma prática cruel e deve ser considerada crime à luz do art. 32 da Lei de Crimes Ambientais” (Tavares, 2012: 99).

A vida dos animais nas fazendas e o seu transporte nos caminhões é objeto da Instrução Normativa¹⁴⁸ n. 56, de 2008, que apresenta as Recomendações de Boas Práticas de Bem-estar para os Animais de Produção e de Interesse Econômico (REBEM). Os “animais de interesse econômico” são definidos da seguinte forma: “todo aquele considerado animal de produção ou aqueles cuja finalidade seja esportiva e que gere divisas, renda e empregos, mesmo que sejam também considerados como animais de produção” (Brasil, 2008: art. 2º, II). Desta forma, a instrução normativa amplia a noção de “animais de produção” para abarcar todos os animais utilizados com fins econômicos. Em função disso, a normativa exclui em seu artigo 6º os animais criados para subsistência, ou seja, sem finalidade de lucro. No terceiro artigo são definidas orientações para a promoção de bem-estar aos animais que preveem o tratamento cuidadoso e responsável dos animais por seus manejadores – que devem possuir conhecimento do comportamento animal –, a atenção à higiene e a compatibilidade das instalações para o manejo dos animais¹⁴⁹.

Para os defensores dos direitos dos animais, principalmente aqueles ligados ao direito animal¹⁵⁰ (Perrota, 2015), a legislação brasileira reveste-se de um caráter antropocêntrico e

148Da mesma forma que a instrução normativa que orienta o abate humanitário, a IN 56 não tem força de lei, mas constitui um ato administrativo que visa complementar normas legais já existentes.

149O documento delega à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) a incumbência de publicar manuais de bem-estar animal específicos a cada espécie.

150Em sua tese de doutorado, Perrota (2015) afirma que o direito animal se desdobra em duas principais frentes de atuação: a primeira consiste em reivindicar mecanismos jurídicos de proteção aos animais e a segunda consiste em definir um campo específico de conhecimento jurídico, calcado na mudança do paradigma que

especista. A forma com que os animais figuram no direito penal e no direito civil são a expressão máxima do antropocentrismo, uma vez que os animais são ali investidos do estatuto de “coisas”, passíveis de serem tratados como propriedade dos humanos e incapazes de serem considerados partes ativas dos processos. O viés especista, segundo Perrota (2015) fica patente no julgamento de casos de crueldade e maus tratos aos animais. A autora narra o episódio da interdição de um frigorífico que abatia cães e posteriormente comercializava sua carne em restaurantes da comunidade coreana da cidade de São Paulo. A lei que, nesse caso, puniu o abatedouro por processar carne de cães para consumo humano, não tem a mesma força com porcos, bois e galinhas que são abatidos diariamente e transformados em carne apta ao consumo.

Como sugere Bevilaqua (2011), o ativismo em defesa dos animais não se limita a lhes reivindicar proteção, mas almeja incluí-los como sujeitos dos direitos outorgados exclusivamente aos humanos. Nesse sentido, o ativismo animalista traria um duplo questionamento à tradição do direito ocidental: a posição dos animais enquanto coisas e o estatuto jurídico de pessoa conferido aos humanos. A partir da análise de dois processos que envolvem grandes primatas – o pedido de *habeas corpus* de duas chimpanzés no Brasil e também o pedido de reconhecimento jurídico de um chimpanzé como pessoa e na Áustria – a autora reflete sobre a fabricação jurídica de pessoas e coisas. De acordo com sua análise, afirmar que os chimpanzés são humanos não necessariamente coloca em cheque a cisão típica do direito ocidental entre pessoas e coisas. Nessa dicotomia, a agência humana é considerada a única forma possível de agência, o que relega aos animais, não portadores de uma agência idêntica à humana, a eterna imobilidade na categoria de coisas. Deslocar os entes humanos e não humanos entre os diferentes polos sem questionar o que subjaz a própria existência (a

reconhece somente os humanos como sujeitos de direitos. Como demonstrado na discussão do capítulo 1, a concessão de direitos aos animais baseia-se em princípios humanistas, o que prejudica uma abordagem verdadeiramente animalista de “direitos animais”.

univocidade da agência humana) não é suficiente, uma vez que acaba reafirmando a “pessoa humana real” como ideal de sujeito jurídico. O problema desta abordagem estaria em uma forma única de transitar entre os polos, o que Bevilaqua caracteriza como a “homogeneização da diferença”: “há apenas um modo de diferir e, portanto, todas as formas (jurídicas) de existência devem se acomodar em um ou outro extremo desse grande divisor” (Bevilaqua, 2011: 96).

Percebe-se assim, que a condição de objeto passível de posse e propriedade é a via privilegiada pelo Estado na apreensão jurídica dos animais, o que acaba por evidenciar um caráter profundamente antropocêntrico das normas legislativas. Em tais normativas legais a crueldade e os maus-tratos são conceitos centrais, mas o bem-estar, como um atributo da vida animal e como objeto de proteção legal só apareceria com força de lei na década de 1990, a partir da obrigatoriedade do abate humanitário por meio do Decreto 2.244 de 1997. Como indica a própria nomenclatura dos animais a serem abatidos por métodos humanitários, definidos como “animais de açougue” (Dias, 2009), “de consumo”, de “produção” e “de interesse econômico”, o estatuto de coisa permanece como uma característica da abordagem jurídica dos animais.

4.1.1 O abate humanitário

O abate humanitário dos animais destinados ao consumo humano vem sendo discutido no Brasil desde a década de 1970. Dias (2009), ao refletir sobre a introdução do abate humanitário no Brasil, demonstra que o trabalho das organizações da sociedade civil de direitos dos animais foi determinante para a implantação de normativas legais e de práticas menos cruéis nos frigoríficos e abatedouros¹⁵¹. Em 1972 a Sociedade Zoófila Educativa

151O Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA) em seu artigo 21, diferencia os matadouros dos matadouros-frigoríficos: “entende-se por "matadouro-frigorífico" o estabelecimento dotado de instalações completas e equipamentos adequados para o abate, manipulação, elaboração, preparo e conservação das espécies de açougue sob variadas formas, com aproveitamento completo,

sugeriu mudanças no Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA) em prol do emprego de métodos de abate que causassem menos estresse e sofrimento nos animais destinados ao consumo (Dias, 2009). As organizações não governamentais *World Society for Protection of Animals* (WSPA) e a União Internacional de Proteção aos Animais, por sua vez, foram as idealizadoras do projeto que instituiu o abate humanitário em São Paulo em 1992, cinco anos antes da obrigatoriedade ser firmada em todo o território nacional (Dias, 2009).

O abate humanitário acompanha o movimento de afastamento crescente dos abatedouros dos grandes centros urbanos nos séculos XVIII e XIX, como analisado por Thomas (2010) no contexto inglês. A urbanização e a industrialização a partir desse período afastaram de forma marcante os animais do convívio humano, e foi nas cidades que emergiram sensibilidades mais preocupadas com a crueldade praticada contra os animais. O ato de trincar, despedaçar animais, era visto como sinal de distinção durante a Idade Média, consistindo em honras especiais reservadas ao dono da casa ou aos visitantes ilustres (Elias, 2011). Elias (2011) demonstra como o costume medieval de despedaçar animais inteiros sobre a mesa de jantar passou, a partir de fins do século XVII, a ser considerado desagradável pela aristocracia francesa: “o repugnante, porém, é *removido para o fundo da vida social*. Especialistas cuidam disso no açougue ou na cozinha” (Elias, 2011: 123 grifos do autor). Com o advento do abate humanitário, não mais bastaria que esses corpos fossem trinchados longe dos consumidores, mas tornar-se-ia inadmissível que os próprios animais sejam maltratados.

racional e perfeito, de subprodutos não comestíveis; possuirá instalações de frio industrial. § 2º – Entende-se por “matadouro” o estabelecimento dotado de instalações adequadas para a matança de quaisquer das espécies de açougue, visando o fornecimento de carne em natureza ao comércio interno, com ou sem dependências para industrialização; disporá obrigatoriamente, de instalações e aparelhagem para o aproveitamento completo e perfeito de todas as matérias-primas e preparo de subprodutos não comestíveis”.

O abate humanitário é o capítulo recente mais importante na trajetória de implementação de práticas de bem-estar animal na indústria da carne¹⁵². O decreto 2.244 de 1997 determina que “só é permitido o sacrifício de animais de açougue por métodos humanitários, utilizando-se de prévia insensibilização baseada em princípios científicos, seguida de imediata sangria” (Brasil, 1997: art. 1º), exceto para os casos de abate religioso realizados nos frigoríficos¹⁵³. O documento prevê a instituição de um regulamento técnico específico com os métodos de insensibilização e abate a serem empregados em cada espécie animal, que foram enunciados na Instrução Normativa nº 3 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em 17 de janeiro de 2000. Nesta normativa o abate humanitário é definido como o “conjunto de diretrizes técnicas e científicas que garantam o bem-estar dos animais desde a recepção até a operação de sangria” (Brasil, 2000).

O objetivo dessa modalidade de abate é minimizar a dor e o sofrimento animal, visando uma morte mais rápida e higiênica. Todo o processo – desde a chegada ao abatedouro, a duração e as condições de permanência em seus limites, a insensibilização e a sangria – visa reduzir a excitação que provoca lesões e a percepção por parte dos animais de que em breve eles serão mortos¹⁵⁴.

A necessidade de insensibilização anterior à sangria é um dos imperativos do abate humanitário. O atordoamento visa insensibilizar o animal, deixando-o em uma espécie de coma que o impede de sentir dor durante a sangria. São três as principais modalidades de

152Como visto, as políticas públicas e as normativas legais relacionadas ao bem-estar animal no Brasil têm privilegiado ações relativas ao abate de animais com fins alimentares. Entretanto, propostas mais amplas têm sido apresentadas, como o Projeto de Lei 215/2007, que visa estabelecer “diretrizes e normas para a garantia de atendimento aos princípios de bem-estar animal nas atividades de controle animal, experimentação animal e produção animal” (Art. 1º). Apresentado à Câmara dos Deputados no ano de 2007, o projeto de autoria do deputado federal pelo estado de São Paulo, Ricardo Tripoli (PSDB/SP) não foi discutido até o presente momento, tampouco votado. O projeto aguarda a criação de uma comissão especial para discutir e encaminhar parecer relativo ao conteúdo da proposta.

153A carne *halal*, autorizada pela lei islâmica e a carne *kosher*, produzida de acordo com as leis judaicas exigem que o abate ocorra sem insensibilização anterior à sangria, que constitui um dos princípios básicos do abate humanitário.

154Este é um dos objetivos dos corredores em curva projetados por Temple Grandin. A sinuosidade do caminho até o box de atordoamento visa impedir a visão completa dos animais que seguem pelo corredor a sua frente.

atordoamento descritas na Instrução Normativa 03/2000: o método mecânico, o método elétrico e o método de exposição à atmosfera controlada. No método mecânico, utilizado para o abate de bovinos, são utilizados dois tipos de pistola, a critério dos frigoríficos. O modelo de “dardo cativo penetrante” atinge o córtex cerebral, e o outro sistema, de dardo cativo não-penetrante, insensibiliza o animal por meio de um golpe no crânio. O método elétrico é utilizado tanto para as aves quanto para os suínos, mas em formatos diferentes. No caso das aves, sua insensibilização acontece por imersão em água eletrificada. Para os suínos são utilizados eletrodos posicionados nas laterais da cabeça do animal para que a corrente elétrica atravessasse seu cérebro. Por fim, a exposição à atmosfera controlada, também utilizada em aves e suínos, consiste em expor os animais a ambientes com concentração de dióxido de carbono ou com mistura de dióxido de carbono e gases do ar.

O intervalo entre o atordoamento e a sangria é estipulado em, no máximo, um minuto. O objetivo da sangria é “provocar um rápido, profuso e mais completo possível escoamento do sangue, antes de que o animal recupere a sensibilidade” (Brasil, 2000: art. 6º). Conforme Dias (2009), o termo abate apresenta dois sentidos diferentes, um amplo e outro restrito. Em sentido amplo, o abate envolve as operações que se iniciam na recepção dos animais no frigorífico e se encerra na sangria. Em sentido restrito, o termo abate engloba as duas últimas etapas do processo, o atordoamento e a sangria. Segundo Vialles (1987), a divisão de trabalho nas operações de sangria e atordoamento faz com que tanto o responsável pela morte quanto a morte em si sejam difíceis de definir. Estando o animal insensibilizado pelo atordoamento, sua morte já foi iniciada e torna-se irreversível, embora ainda não esteja consumada: em menos de um minuto o animal deve ser sangrado para enfim “terminar de morrer”.

No processo de industrialização dos frigoríficos, o Estado, por meio de suas agências de inspeção, torna-se o responsável por estabelecer parâmetros e fiscalizar as condições

estruturais e sanitárias do ambiente (Perrota, 2015; Dias, 2009). Até a década de 1970, quando das primeiras discussões sobre o abate humanitário, prevaleceu no Brasil o paradigma médico-sanitário para regular a criação e o abate de animais, ficando a dimensão ética¹⁵⁵ em segundo plano (Dias, 2009). O que Dias (2009) percebe nessa trajetória é uma especialização nas regras de abate, no sentido de uma multiplicação de tarefas associadas à linha de desmontagem e um recrudescimento da fiscalização sanitária. A linha de desmontagem, “inverso simétrico” da linha de montagem fordista¹⁵⁶ (Dias, 2009) é característica da indústria de carne, consistindo em “desmontar” um corpo inteiro, transformando-o em pedaços para serem vendidos comercialmente.

Perrota (2015), a partir de sua experiência etnográfica em um frigorífico localizado na cidade de Açailândia (MA), demonstra que nas interações cotidianas que ocorrem dentro do frigorífico os animais não são desanimalizados completamente. Se a estrutura asséptica e a linha de desmontagem contribuem decisivamente para tanto, não é o que a autora percebe entre os trabalhadores do frigorífico:

Mas os bovinos participam das etapas produtivas como sujeitos. Os funcionários os percebem como seres dotados de personalidade, que se impõem e resistem de algum modo ao processo que culminará na sua morte. Concretamente, portanto, a personalidade do animal não desaparece, embora a “desumanização” contribua de fato para que haja um tratamento que pode ser considerado violento ou cruel (Perrota, 2015: 267).

O reconhecimento de certa intencionalidade e subjetividade é identificado pela autora como uma das características do trabalho direto com os animais nos frigoríficos. Em outra camada, o abate humanitário e as ideias de bem-estar animal institucionalizariam as emoções dos animais e trariam um novo corpus de conceitos para pensar essas emoções: estresse,

¹⁵⁵O paradigma médico-sanitário aparece no argumento da autora contraposto à noção de ética.

¹⁵⁶Ford teria se inspirado nas linhas de desmontagem dos frigoríficos de Chicago para criar o modelo industrial de “linha de montagem”.

desconforto e agitação. Para a autora, “o discurso do abate humanitário se constitui como um mecanismo que incorpora a crítica e faz dela o próprio meio para se livrar do mal moral em torno da crescente sensibilização com os animais, imputado também sobre essa estrutura produtiva” (Perrota, 2015: 278).

Perrota ainda compara a morte industrial dos bovinos nos frigoríficos modernos com a morte humana remediada por cuidados paliativos, tal como descrita em Menezes (2003). A morte tanto de bois quanto de humanos moribundos é condição irreversível – por motivos diferentes – mas em ambos os casos pode-se oferecer condições para uma morte que se pretende ser mais digna e ética. A introdução de técnicas que visam diminuir a dor e o sofrimento dos animais revela também uma busca por legitimidade do próprio ato de matar os animais a serem transformados em comida: somente na medida em que lhes seja reconhecida certa subjetividade pode-se pensar em termos de uma morte digna ou humanitária.

Conforme Dias (2009: 63), “o abate humanitário refina as práticas de matar e, sobretudo, diminui ao mínimo a intervenção humana por meio da automação da morte (...). Quanto maior a mediação técnica, maior o grau de humanitarismo, equacionado à civilidade (...)”. Haraway (2011), por sua vez, entende que a mediação da tecnologia científica – criadora de instrumentos para minoração da dor dos animais e do desgaste dos humanos que os operam –, camufla e minimiza a culpa daqueles que praticam o ato de matar, bem como daqueles que consumirão o produto do abate:

Toda consideração é dada à indústria da carne de porco para que seja reequipada para satisfazer “novos” – minimamente toleráveis para os animais, minimamente suportáveis para os humanos – regulamentos legais, planejamentos de sistema técnico e exigências do mercado por comida que seja menos encharcada de crueldade (2011: 6).

Como já pontou Lévi-Strauss (2009 [1996]), matar seres vivos para comer coloca uma questão filosófica fundamental que todas as sociedades tentaram resolver. O abate é um momento obrigatório e decisivo na produção de carne. A solução proposta pela indústria da carne, a partir dos questionamentos, principalmente, das entidades de defesa dos direitos dos animais (Dias, 2009), é a via humanitária. O abate que se chama humanitário é construído em oposição aos abates considerados bárbaros e cruéis, como a jugulação cruenta, na qual a sangria é realizada sem insensibilização prévia, ou ainda quando esta é feita com o uso de instrumentos como machados e marretas. A mediação científica, que pretende obter uma morte indolor e inconsciente, marcada pela assepsia dos ambientes e a indefinição dos agentes, é o que caracteriza e define o que o conceito de humanitário empregado no âmbito do bem-estar animal. As carcaças são o primeiro produto do abate humanitário que, após o trinchamento na linha de desmontagem dos frigoríficos, darão origem aos cortes de carne encontrados nos supermercados e açougues.

4.2 Entre o boi e a carne, a carcaça

O manejo pré-abate dos bovinos destinados ao consumo humano está diretamente ligado à qualidade da carne que irá para a mesa do consumidor. A falta de comprometimento com o bem-estar e a ausência de cuidados com os animais nessa fase podem levar à produção de carne de baixa qualidade e a perdas significativas no valor comercial da carcaça (Ludtke et al, 2012: 101)

Pode-se dizer da carcaça que ela configura o estágio intermediário entre o boi e o produto final carne. A carcaça é o primeiro produto resultante do animal, formada pela estrutura óssea, carne e gordura, após deles serem retirados a cabeça, o couro, as patas e as vísceras. Nas fazendas, os animais são avaliados e produzidos pensando-se na sua capacidade de gerar boas carcaças as quais fornecerão, por sua vez, bons cortes de carne. A genética, a

nutrição, a sanidade e o manejo, é a quadratura que subjaz a produção de bons animais, o que significa dizer também, de boas carcaças (Sordi, 2013a). Por sua importância comercial, as carcaças são alvo de avaliações diversas, que não se resumem ao seu peso absoluto, mas incorporam fatores qualitativos que dizem respeito a sua capacidade de gerar carnes macias e suculentas.

Em minha segunda semana de pesquisa de campo, em junho de 2014, tomei consciência da importância das carcaças nas fazendas enquanto acompanhava a pesagem de um lote de animais com destino ao frigorífico nas Fazendas Beira Alta (MT). Chamou-me a atenção uma diferença na conversão do peso dos animais em quilogramas para sua expressão em arrobas¹⁵⁷. Os animais passavam pela balança com uma média de 480 kg, 32 arrobas pelos cálculos que eu fazia rapidamente no caderno de campo para me familiarizar com os indicadores. Foi quando eu percebi que os comentários no curral estimavam a média de peso do lote em 16 ou 18 arrobas, o que significava aproximadamente a metade do peso que eu calculara. Questionei o capataz sobre a disparidade de nossos cálculos, ao que ele me explicou que a minha estimativa não estava totalmente errada, mas eu estava pensando no peso vivo, ao passo que o cálculo das arrobas dos animais que vão ao frigorífico faz referência ao “boi no gancho”, ou seja, já abatido e transformado em carcaça. Dado que a média de peso das carcaças é de aproximadamente a metade do peso do animal vivo, meu cálculo sempre dobrava em relação aquele feito pelos trabalhadores da fazenda.

As fazendas vendem animais vivos para os frigoríficos que pagam às fazendas pelas carcaças dos animais por elas vendidos. Esse fato origina parte das disputas e desconfianças que os pecuaristas possuem com relação aos frigoríficos: os primeiros acusam os segundos de terem a “faca pesada demais”, pois o rendimento das carcaças calculado pelos pecuaristas nas

¹⁵⁷Uma arroba corresponde a 15kg.

fazendas não é verificado no rendimento apresentado pelas carcaças nos frigoríficos¹⁵⁸. A “faca pesada” refere-se à rigidez no procedimento chamado de “toalete”, em que são retiradas as aparas de gordura da carcaça e também os hematomas, descartados para a produção de carne.

Se a média de peso das carcaças é aproximadamente a metade do peso do animal vivo, o cálculo efetuado pelos pecuaristas e pelos frigoríficos é mais preciso e expresso por meio de um indicador chamado “rendimento de carcaça”. O rendimento de carcaça é um valor expresso em porcentagens e é calculado pela relação entre o peso vivo (após o jejum¹⁵⁹ de 12 a 16 horas) e o peso da carcaça. Por exemplo: se um animal pesar 500 kg após o jejum e sua carcaça pesar 275 kg, o rendimento de carcaça será de 55%. Assim, quanto maior for o rendimento, mais o pecuarista receberá pela carcaça dos seus animais.

Outro fator importante na avaliação das carcaças é o seu acabamento. O acabamento da carcaça é analisado visualmente pela quantidade e pela forma com que a gordura está distribuída na região das costelas, lombo e coxão. De acordo com a Portaria 612 do Ministério da Agricultura, que apresenta o Sistema Nacional de Tipificação de Carcaças Bovinas (MAPA, 1989), são cinco os graus de acabamento: gordura ausente (0 mm), gordura escassa (1-3mm), gordura mediana (3-6mm), gordura uniforme (6-10mm) e gordura excessiva (> 10mm). Soria (2005), em seu estudo sobre as características da carcaça bovina no Brasil central, argumenta que o acabamento das carcaças tem influência direta na maciez e na coloração da carne. Afirma ainda que uma carcaça com menos de 3 mm de espessura torna a

158No Mato Grosso, uma das soluções encontradas pelas fazendas para pressionar os frigoríficos consiste em destinar um funcionário para acompanhar o abate diretamente no frigorífico ou ainda pagar um trabalhador especializado para fazê-lo. Esta última alternativa vem se tornando mais uma profissão ligada a cadeia produtiva da carne, formada por trabalhadores independentes que são contratados pelas fazendas para acompanhar os abates, sendo remunerados pela quantidade de animais observados.

159O jejum dos animais antes do abate é recomendado para eliminar o conteúdo gástrico e evitar a contaminação das carcaças. O intervalo de 12 a 16 horas é considerado o ideal por não afetar o rendimento de carcaça e não prejudicar o bem-estar dos animais, que não sofreriam de estresse causado pela fome nesse período (Ludke et al, 2012).

carne escura ao ser resfriada e também tem as fibras musculares encurtadas pela maior rapidez do resfriamento, tornando a carne menos macia. Logo, o ideal é que a espessura da gordura oscile entre 3 e 6 mm. A carcaça ideal é aquela que apresenta o “máximo de músculos e o mínimo de ossos com quantidade adequada de gordura” (Soria, 2005: 9). Diversos são os fatores que influenciam no rendimento e na qualidade das carcaças, entre eles a raça, o sexo e a idade dos animais, bem como o manejo despendido nas fazendas e nos frigoríficos.

Na portaria 612 (MAPA, 1989), o gado de corte é classificado quanto ao sexo em três categorias: fêmeas, machos castrados e machos não castrados. Entre os machos, a castração tem influência direta na conformação das carcaças. Os machos inteiros (não castrados) apresentam um rendimento de carcaça maior, embora demorem mais tempo para ficar com a carcaça “acabada”, ou seja, com boa deposição de gordura e prontos para o abate (Melo Filho & Queiroz, 2011). Os animais castrados apresentam como vantagem em relação aos bois inteiros a maior deposição de gordura intramuscular e de cobertura (Soria, 2005). As fêmeas, por sua vez, apresentam um valor de mercado menor que os machos¹⁶⁰. No que tange às carcaças ideais definidas por Soria (2005), as fêmeas de descarte, como são chamadas as vacas consideradas velhas demais para gerar bezerros, apresentam maior quantidade de ossos e menos carne em relação aos machos, o que inferioriza sua carcaça ante a dos machos e reduz também o preço pago por elas.

As raças dos animais também influenciam no acabamento das carcaças, no seu rendimento e qualidade. Os espécimes de origem britânica, *Bos Taurus taurus*, como o Red Angus e o Aberdeen Angus, apresentam maior gordura de marmoreio e de cobertura, ao passo que animais zebuínos como o Nelore produzem carcaças mais magras. O marmoreio é a gordura entremeada na carne e é a responsável por conferir maciez e suculência a ela. Soria

¹⁶⁰Conforme dados do Beefpoint, essa diferença em 2014 foi de 9,46%. Disponível em: <http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/giro-do-boi/mt-a-diferenca-de-precos-entre-machos-e-femeas-e-o-abate-de-femeas-tendem-a-diminuir-em-2014-imea/>. Acesso em 31 de março de 2016.

(2005), a partir da análise de pesquisas sobre a correlação entre as raças e as carcaças de diferentes espécies de gado bovino, ressalta que nenhuma raça consegue conjugar todas as características desejáveis e por isso muitos pecuaristas têm optado por cruzamentos genéticos entre espécimes de raças zebuínas e taurinas.

A idade de abate é outro fator que influencia a qualidade das carcaças, e diversos pecuaristas já buscam participar de programas que premiam a produção de “novilhos precoces¹⁶¹”. Há diversas classificações para animais precoces e a Embrapa estima sua idade de abate entre 30 e 36 meses (Melo Filho e Queiroz, 2011). No Rio Grande do Sul, a Fazenda Casa Verde também comercializa animais precoces, mas sua idade é de no máximo 24 meses. A carne de animais jovens é considerada mais macia do que aquela originada de animais mais velhos, embora, como dissemos acima, isso também dependerá do sexo e da raça dos animais. A carne de animais com idade avançada também é mais escura (Felício, 1997), característica desvalorizada pelo mercado.

Nos supermercados brasileiros, a carne embalada não apresenta as referências utilizadas para a avaliação das carcaças nos frigoríficos. Somente em boutiques de carne ou gôndolas especializadas nos supermercados podem ser encontrados cortes de carne que especifiquem características dos animais como sexo, idade, raça e manejo. Ainda assim, para a Embrapa, trata-se de um processo vantajoso, pois a tipificação das carcaças “possibilita a identificação e a valorização das carnes de melhor qualidade, provenientes de animais jovens e de bom acabamento, distinguindo-as das carnes de qualidade inferior, de animais erados¹⁶² ou mal-acabados” (Melo Filho & Queiroz, 2011: 55). A tipificação das carcaças e sua identificação nas embalagens do produto final tem sido tratada como um objetivo do mercado

161A precocidade é uma característica que tem sido crescentemente valorizada na bovinocultura tanto de corte quanto de elite. Além da carne originada de animais mais jovens ser considerada mais macia, a precocidade também diz respeito a idade reprodutiva: animais precoces atingem a maturidade sexual mais cedo do que espécimes comuns.

162 Animais “erados” são animais de idade avançada, velhos.

de carnes (Michels, 2000), motivada em grande parte pela atuação das grandes redes varejistas, que são os maiores clientes dos frigoríficos (Menezes et al, 2007).

Para além da raça, da idade e do sexo dos animais, o bem-estar animal tem sido apresentado como um fator decisivo para a qualidade das carcaças. Como analisa o manual de abate humanitário do qual retiramos o excerto que abre este item, “a falta de comprometimento com o bem-estar e a ausência de cuidados com os animais nessa fase podem levar à produção de carne de baixa qualidade e a perdas significativas no valor comercial da carcaça” (Ludke et al, 2012: 101). Isso porque cada hematoma ou ferimento é retirado do peso total da carcaça. Se os pecuaristas já consideram a faca do frigorífico pesada demais, a presença de hematomas e ferimentos – porções extraídas das carcaças – é um fator a mais para a desvalorização dos seus produtos.

A desvalorização é ainda maior quando os machucados atingem as partes da carcaça que originam os cortes mais nobres de carne, localizadas na região do traseiro. No sistema australiano de avaliação de carcaças bovinas (AUS-MEAT), as lesões são agrupadas de acordo com a região afetada, como no esquema a seguir.



Fonte: Adaptado de AUS-MEAT Information Manual Volume 1 – Language: Beef & Veal

Figura 13: Gráfico do Sistema Australiano de Avaliação de Carcaças Bovinas (Ludtke et al, 2012: 124)

Nesse sistema são quantificados os hematomas de diâmetro superior a 10 cm. Quando a profundidade é maior do que 2 cm e atinge o tecido muscular, hematomas com menos de 10 cm são contabilizados. Na região 3, correspondente ao contrafilé, quaisquer hematomas são considerados, independentemente de seu tamanho e extensão. Conforme a quantidade de hematomas/contusões as carcaças são condenadas total ou parcialmente o que traz prejuízos a pecuaristas e indústria.

Os danos em carcaça são também um dos principais argumentos utilizados para convencer os pecuaristas a adotarem protocolos de boas práticas agropecuárias em suas propriedades. Segundo Rosa, criadora de vacas leiteiras e membro da Associação dos Produtores Rurais dos Campos de Cima da Serra (Aproccima/RS), a preocupação com o bem-estar animal deu-se no momento em que os hematomas nas carcaças e seus prejuízos foram apresentados pelos frigoríficos:

Eu acho que o despertar foi... que a gente começou a olhar isso com outro ângulo foi no momento em que começou a se avaliar os danos em carcaça. Então a gente começou a ter uma preocupação com isso. E aí se viu uma série de coisas que eram feitas erradas e começou a se perceber o quanto era errado alguns manejos. Mas foi pelo conhecimento e retorno dos danos na carcaça (Entrevista com Rosa, 06/04/2015).

“Menos sofrimento, mais lucro” e “sem estresse, sem prejuízo” são os títulos da reportagem especial sobre manejo racional e abate humanitário da edição de número 701, de 2014, da publicação *A Lavoura*¹⁶³. A matéria se inicia com a descrição das condições de vida das galinhas poedeiras no Brasil, afirmando que 95% desses animais vivem em gaiolas de metal onde são praticamente incapazes de se mover: o espaço para cada uma delas é inferior

163A edição está disponível online, no endereço eletrônico <http://www.youblisher.com/p/891076-A-Lavoura-701/>. Acesso em 17 de dezembro de 2015. A revista se coloca como a primeira publicação do agronegócio brasileiro, circulando desde o ano de 1987. É ligada à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), entidade voltada para o desenvolvimento de ações políticas e educacionais voltadas para atividades relacionadas ao agronegócio no país.

a área de uma folha de papel. A situação dos porcos também é aflitiva, nos termos da reportagem. O corte das caudas e, em certos casos, também dos dentes dos suínos em sistemas industriais são alguns dos exemplos mencionados a respeito das condições de vida dos porcos. O artigo reconhece assim, que o modelo de industrialização e intensificação da produção animal é uma fonte de sofrimento, portanto medidas alternativas a ele foram desenvolvidas e estão à disposição para serem aplicadas. Mas não é só isso: além de evitar a dor e o sofrimento dos animais, a implementação de práticas de bem-estar animal traz ganhos financeiros ao produtor e a reportagem chama a atenção para esse aspecto: “entre os ganhos, destacam-se, a melhora na qualidade da carne e da carcaça, maior resistência às doenças, segurança dos trabalhadores e dos animais, ganho de peso, e melhor desempenho reprodutivo. O manejo adequado dos animais reduz riscos de perda na produção” (Chiappini, 2014: 20).

O bem-estar animal adentra os programas de tipificação e avaliação da qualidade das carcaças bovinas por meio das contusões e hematomas que elas apresentam: quanto menor a quantidade de ferimentos, maior o bem-estar do animal. Carcaças íntegras evidenciam não somente um manejo indolor, mas resulta em um aumento da lucratividade, uma vez que reduz o desperdício materializado nas contusões. O indicador pós-morte, visualizável na carcaça, é utilizado para se mensurar e avaliar a qualidade de vida dos animais, o que é incorporado a outras variáveis de qualificação das carcaças, como acabamento de gordura, idade, raça e sexo dos animais.

Nos frigoríficos o boi é apropriado pela capacidade de produzir sua carcaça num curto espaço de tempo (precocidade), com qualidade (originando carnes macias, suculentas e de coloração saudável) e com rendimento cada vez maior. O bem-estar animal está diretamente relacionado a capacidade de aumentar a produtividade dos “bois-carcaças”. Nelas, o bem-estar animal é avaliado pela presença ou ausência de hematomas e ferimentos, sendo que uma

carcaça íntegra reflete o sucesso das medidas de manejo racional implementadas nas fazendas, entre os motoristas boiadeiros e também nos frigoríficos. O bem-estar animal nos frigoríficos, onde o boi já é carcaça, torna-se mais um item na aferição de qualidade e, quantitativamente, converte-se em um mecanismo para o produtor se defender da “pesada faca” dos frigoríficos.

Na análise de Sordi (2013a; 2013b), a carcaça é o objeto ideal da produção do gado de corte. O boi, na visão do autor, “é sua carcaça em desenvolvimento”, passível de ser aprimorada e cuja qualidade pode ser mensurada por meio de indicadores tais como rendimento, acabamento e marmoreio. Retomando o trabalho de Dias (2009), a produção de carcaças é o momento crucial na dissociação entre o animal e o produto carne. É a partir dela que fragmentos menores podem ser apresentados ao consumidor como “peças de carne” o que, segundo a autora, configurou o ponto decisivo para a completa disjunção entre o animal como um corpo vivo e a carne como produto industrial.

4.3 A cadeia produtiva da carne

As fazendas e os frigoríficos configuram dois elos da cadeia produtiva da carne, que é mais extensa e envolve também os produtores de insumos, como suplementos minerais e grãos para a ração, os restaurantes, o comércio varejista e o consumidor final. Tais agentes configuram uma intrincada rede na qual as fazendas de criação figuram como um elo dependente dos demais. Buainain e Batalha (2007) esquematizaram no gráfico abaixo os subsistemas e os agentes da cadeia produtiva brasileira¹⁶⁴ da carne bovina:

¹⁶⁴Michels (2000) aponta que embora sejam conceitos semelhantes, agronegócio e cadeia produtiva têm pontos de partida distintos. Ao passo que a análise das cadeias produtivas toma como ponto de partida o produto final (carne), a análise em termos de agronegócio tem na matéria-prima a base para suas investigações (boi). Vale ressaltar que o termo agronegócio também remete aos latifúndios monocultores dedicados à produção de commodities, diferentemente da agricultura familiar, assentada na pluriatividade em pequenas propriedades.

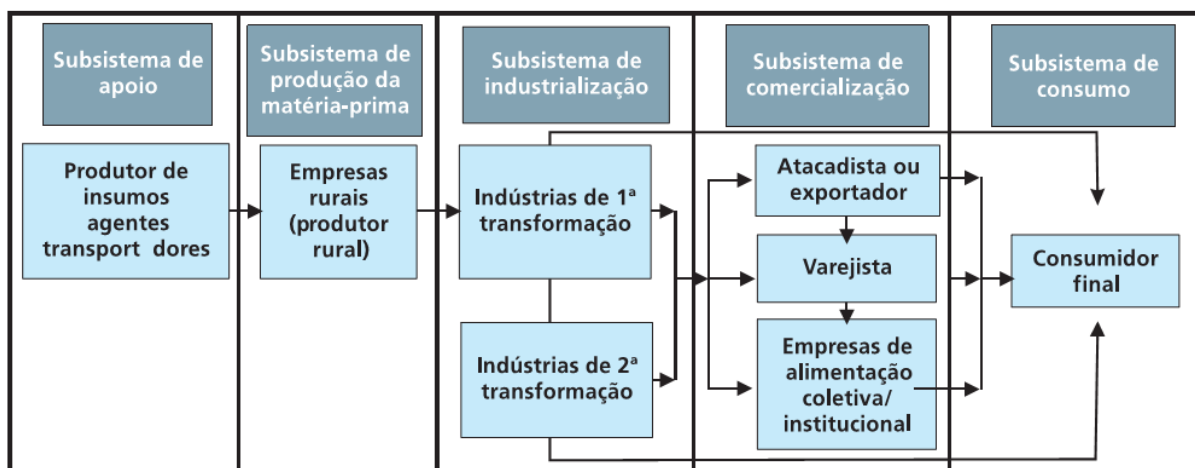


Figura 14: Fluxograma da Cadeia Produtiva da Carne Bovina (Buainain e Batalha, 2007: 19)

O subsistema de apoio é formado pelos agentes produtores de insumos, como arames, suplementos minerais, vacinas, medicamentos veterinários, rações, brincos de manejo, fabricantes de balanças e outros equipamentos de curral etc. Também são incluídos no subsistema de apoio as empresas ou indivíduos que fazem o transporte de animais. No segundo elo da cadeia encontramos os produtores rurais, ou seja, as fazendas de produção de gado de corte que fornecem a matéria-prima boi para o terceiro subsistema na fase de industrialização. Esta, por sua vez, é subdividida em indústrias de primeira e de segunda transformação: as de primeira transformação convertem o boi em carne e as de segunda incorporam a carne em seus produtos (como pizzas, lasanhas, embutidos etc). O quarto subsistema faz a mediação entre a indústria e os consumidores. Aí se encontram as empresas atacadistas e exportadoras (que funcionam como agentes de estocagem ou entrega), o comércio de varejo como os supermercados e açougues, e também as “empresas de alimentação coletiva”, exemplificadas pelos restaurantes, hotéis, redes de *fast food*, escolas etc.

O gráfico proposto pelos autores deixa entrever o nível de especialização alcançado pela produção de carne. Como demonstra Michels (2000) em seu estudo sobre a

bovinocultura de corte e o mercado externo a partir do Mato Grosso do Sul, o termo agricultura englobava até meados do século XX uma vasta gama de atividades, desde o plantio das sementes, a fabricação das ferramentas básicas para o trabalho, a criação de animais de tração e de produção e o processamento e a comercialização dos alimentos. As propriedades rurais gozavam de autonomia na produção dos insumos e também na comercialização dos seus produtos. Atualmente, as unidades produtivas são dependentes dos fabricantes de insumos e também dos frigoríficos. Segundo Michels, “a especialização passou a ser elemento cada vez mais importante, buscando sempre as economias de escala, trazendo redução nos custos de produção com vantagens competitivas para os produtores rurais” (2000: 49). Observa-se que Michels se reporta a um perfil específico de produtor rural que se dedica à monocultura de grãos ou à produção de animais em grandes extensões de terra, modelo organizado de forma diversa das pequenas propriedades familiares voltadas à pluriatividade.

Especialistas em agronegócio afirmam que um dos grandes problemas da cadeia produtiva da carne no Brasil é a sua falta de integração (P. Souza, 2008; Michels, 2000). Conforme P. Souza (2008), em artigo que analisa o mercado da carne no Brasil, é reduzida a confiança principalmente entre os pecuaristas e a indústria, o que prejudica o estabelecimento de contratos para a fidelização de clientes e a criação de marcas de carne. Michels (2000) percebe que a estrutura da cadeia produtiva da carne no Brasil caracteriza-se como um oligopólio. No que tange à distribuição, as grandes redes varejistas vêm assumindo papel preponderante na oferta dos produtos cárneos aos consumidores, sendo também responsáveis pela determinação de seus preços. Segundo o autor, os frigoríficos detêm menor poder que os supermercados, uma vez que estes últimos são os grandes compradores da carne produzida pelos primeiros. No Brasil, um número pequeno de empresas frigoríficas negocia com um grande número de produtores. Em relação aos produtores, os frigoríficos detêm o poder de

determinação dos preços, embora este ainda esteja atrelado aos valores colocados pelas redes varejistas. No que se refere aos insumos, este mercado configura o que o autor denomina de “oligopólio concentrado” ou “quase monopólio”. Isto porque são grandes empresas, mormente transnacionais, que disputam entre si a venda de determinados produtos, e que chegam em alguns casos a possuir o controle de todo o mercado:

os produtores rurais (pecuaristas), por seu grande número, são pressionados, de um lado, pelo mercado de insumos, concentrado em oligopólios ou mesmo monopólios, e de outro pela indústria de abate (frigoríficos), constituída por oligopólios concentrados, que determinam, por exercerem a distribuição, o preço a ser pago pela arroba de animal vivo. O pecuarista se limita a ser predominantemente um tomador de preços, tanto de seus insumos quanto do produto final, a arroba do boi (vivo ou morto). Além do exposto, os limites naturais fertilidade do solo, estacionalidade — acabam impondo uma fragilidade ainda maior às relações negociais do pecuarista (Michels, 2000: 60-61).

Os animais, os bois e as vacas propriamente ditos, adentram a cadeia produtiva da carne de duas formas distintas: ao passo que o gado de corte é considerado matéria-prima, outros espécimes se introduzem na cadeia como insumos – trata-se do gado de elite. O gado de elite não é criado tendo em vista a sua carne, mas sim seu sêmen no caso dos machos, e oócitos no caso das fêmeas. A carne é um produto dos animais de corte, aos quais o gado de elite transmite suas boas qualidades (precocidade, acabamento de carcaça, rendimento etc). Os reprodutores são introduzidos na cadeia da carne como insumos, pois são animais melhoradores do rebanho de corte (Leal, 2014). Como demonstra Leal (2014), as pecuárias de corte e de elite constituem mercados distintos, porém inter-relacionados. Elas se distanciam quanto ao modo de criar os animais, de selecioná-los e reproduzi-los, mas seus mercados se relacionam porque os espécimes de elite produzem efeitos sobre os animais destinados ao abate. Para a autora, não se trata apenas de que o gado de corte é criado com vistas a sua carne e couro e o gado de elite para fins reprodutivos. Os mercados do gado de elite e de corte,

embora em permanente relação, mantêm formas distintas de comércio e produção. Enquanto o segundo investe em *genética* para produzir animais de carne mais macia, o primeiro caracteriza-se pela produção de animais com *genealogia*, raros e que atingem preços milionários (Leal, 2011).

O gado de corte, por sua vez, participa da cadeia produtiva da carne como matéria-prima. As fazendas fornecem aos frigoríficos os animais vivos a serem transformados em carcaça, objeto de seu lucro. Como dito acima, o relacionamento entre pecuaristas e indústria é, por vezes, pouco amistoso e a concentração de plantas frigoríficas nas mãos de poucas empresas já desestabilizou o comércio de gado em várias regiões do Brasil. Na região da Serra Gaúcha, onde se encontra a Fazenda Casa Verde, Bruno relata que a pecuária local foi impactada nos últimos anos pelo fechamento de dois abatedouros que recebiam a maior parte dos animais oriundos das propriedades da região. Segundo ele, os animais precisam percorrer distâncias cada vez maiores para serem abatidos. Este movimento se deu, em parte, pelo recrudescimento da legislação sanitária à qual diversos pequenos abatedouros não conseguiram se adequar:

Então aqui em Antônio Prado nós tínhamos dois frigoríficos que faziam o abate com inspeção estadual. Um era um abatedouro de empresa familiar, então trabalhava a família e algumas pessoas ali da comunidade, que é em São Pedro, interior de Antônio Prado. Bom, as pessoas da família foram envelhecendo, tio, tudo, e aí o jovem não quer mais trabalhar nisso. Aí ele já tinha problema de mão de obra. E a inspeção sanitária sempre em cima dele. Ah, tu tem que fazer isso, tem que fazer essa reforma, tem que fazer aquilo. E tem a questão ambiental também, cada vez mais exigente. Tudo bem, não é o problema da exigência, o problema é dos critérios, o problema é do bom senso, o problema é educativo, que não tem isso. Primeiro fechou esse, depois tinha o segundo, do lado do asfalto. Esse frigorífico ele abatia bovinos, suínos, ovinos e javali, tá. Prestava enorme serviço aqui pra comunidade. O veterinário, eu vi, ele deu uma lista de 95 itens pra adequar em 45 dias de prazo! (Entrevista com Bruno, 06/04/2015).

A concentração dos frigoríficos em plantas com maior capacidade de abate e mais dispersas espacialmente tem consequências diretas para humanos e animais. Por um lado, pequenos produtores não conseguem acumular a quantidade de gado suficiente para que o transporte dos mesmos seja lucrativo para os frigoríficos: “agora todos aqueles pequenos produtores que tinham 1, 2, 3 cabeças que podiam pegar, pega um caminhãozinho assim levava no frigorífico, né, e aí abate, vende a carne, tá, esses produtores não tem onde fazer. Qual é o frigorífico que vai mandar um caminhão pra carregar dois bois? Ou duas vacas?” (Entrevista com Bruno, 06/04/2015). Os pequenos produtores acabam por vender seus animais a uma fazenda com capacidade de reunir o número de reses suficiente para ser encaminhado ao frigorífico e, em função disso, o gado é transportado duas vezes: entre as duas fazendas e depois aos frigoríficos, o que implica em prejuízos ao seu bem-estar:

Então, tem caminhão que faz 300, 400, 500 km pra buscar boi, e vice-versa, né, de outro frigorífico. Isso é ruim pros animais! Pro bem-estar animal deveria ter a questão assim, ó: teoricamente, tu deveria carregar os animais na melhor hora do dia em termos de conforto térmico. Distâncias menores pro animal não sofrer com a viagem, e não é isso que tá acontecendo, né! Poderia ser fomentos regionais, essas coisas todas. Mas não tem esse planejamento. (Entrevista com Bruno, 06/04/2015).

A industrialização dos processos de abate produz efeitos não apenas no abate em si, mas em toda a logística e configuração das propriedades que se dedicam à pecuária. Conforme Perrota (2015), a industrialização das atividades de abate e a sua institucionalização em empreendimentos especializados, os frigoríficos, determinou uma transformação nos vínculos entre os criadores e os seus animais, visto que os primeiros foram impedidos de abater os animais nos limites de suas propriedades, e de realizar assim todas as etapas da produção de carne.

As fazendas nas quais realizei minha pesquisa de campo operam de distintas formas na cadeia produtiva da carne. As Fazendas Beira Alta (MT) produzem em maior escala e atendem a um mercado mais abrangente, interno e externo. A Fazenda Casa Verde (RS), por sua vez, atende ao mercado regional, produz em menor escala e tem o objetivo de produzir não apenas de uma carne diferenciada, mas também “gourmet”.

4.4 Produzindo carnes diferenciadas

No Brasil são abatidos anualmente cerca de 34¹⁶⁵ milhões de cabeças de gado. Em 2014 o efetivo do rebanho bovino ultrapassou as 212,3 milhões de cabeças, o que coloca o país como o detentor do segundo maior rebanho do planeta, atrás apenas da Índia (IBGE, 2015). Trata-se de uma indústria que movimentou no ano de 2010 um valor estimado em 167,5 bilhões de dólares¹⁶⁶, e as projeções são otimistas para o setor: o Ministério da Agricultura estima que em dez anos (2025) as exportações de carne bovina cresçam em 37,4% (MAPA, 2015). Conforme dados da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC, 2014) o mercado interno permanece com a maior fatia da carne bovina produzida no país, 79,22%, e o consumo *per capita* dos brasileiros é estimado em 39,2 kg/ano¹⁶⁷.

P. Souza (2008) afirma que a indústria frigorífica brasileira tem privilegiado a produção e exportação de carne *in natura*¹⁶⁸ de tipo *commoditie*, uma mercadoria homogênea. Segundo o pesquisador em agronegócio, essa característica traduz-se em alto volume de

165No ano de 2015, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), foram abatidos 30,64 milhões de reses. O recorde de abate de bovinos no Brasil é 34,41 milhões de cabeças de gado, em 2014 (IBGE, 2016).

166Conforme dados da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), disponível em: <http://www.abiec.com.br/texto.asp?id=9>. Acesso em 07 de abril de 2016.

167Informações disponíveis em: <http://www.abiec.com.br/img/Upl/balan%C3%A7o-100415.jpg>. Acesso em 07 de abril de 2016.

168 A legislação brasileira define como alimento *in natura* “todo alimento de origem vegetal ou animal, para cujo consumo imediato se exija, apenas, a remoção da parte não comestível e os tratamentos indicados para a sua perfeita higienização e conservação” (Brasil, 1969).

vendas a preços baixos, com pequena margem de lucro. Nesse sentido, o atual esforço do agronegócio brasileiro está em fomentar a criação de marcas e produtos descritos como “diferenciados”, ou seja, que se distinguem da carne commodity por apresentar características que aumentam o seu valor comercial. Os selos de bem-estar animal e responsabilidade socioambiental configuram um dos elementos que agregam valor ao produto carne, ao lado de variáveis tais como melhoramento genético e manejo alimentar. Na literatura especializada em agronegócio, Azevedo (2005) assevera que a diferenciação é um “processo de busca de elementos que distingam o produto de uma empresa das demais marcas concorrentes” (Azevedo, 2005: 74). Em sua análise, um produto diferenciado não será necessariamente fisicamente distinto dos demais produtos concorrentes. A percepção dos consumidores sobre determinados produtos é que terá a influência decisiva na opção de compra entre as mercadorias oferecidas. O autor afirma que na esfera do agronegócio a diferenciação dos produtos têm maior relevância no ato da venda ao consumidor final, o qual orienta sua escolha com base em critérios como preço, sabor, conveniência e saúde. A subjetividade dessa escolha é o que torna a diferenciação dos produtos essencial para esse autor.

Os selos e as certificações de garantia fornecidas aos produtos de origem animal têm se tornado cada vez mais estratégicos no mercado nacional e internacional. Para além de preocupações sanitárias, a existência de tais selos evidencia um interesse dos consumidores cada vez maior por um tratamento ético na cadeia produtiva da carne – humanitário, nos termos de bem-estar animal. É o que se percebe na atuação de organismos internacionais como a ISO (*International Organization for Standardization*) que, no seu selo “ISO 26000” inclui o respeito ao bem-estar dos animais como um de seus requisitos (Sordi, 2013).

Molento (2005) pondera que a implantação de medidas que visam o bem-estar animal nem sempre corresponde a um aumento na lucratividade. A escolha por mudanças nas

instalações e no manejo dos animais impõe invariavelmente uma questão econômica vinculada à forma menos dispendiosa de se implementar determinada inovação. Grande parte dessas inovações implicam em um aumento dos custos de produção, como a redução da densidade de animais nos confinamentos e a instalação de elementos de enriquecimento ambiental. O bem-estar dos animais é assim acomodado dentro de um conjunto de processos econômicos dominados por cálculos de custos e preços. Para a autora, somente a partir do momento em que o sofrimento dos animais passa a ser considerado como um fator importante pela sociedade é que se pode imputar ao bem-estar dos animais um valor econômico, que também é social.

Nas Fazendas Beira Alta (MT), a certificação de bem-estar animal e sustentabilidade ambiental funciona como o principal mecanismo de diferenciação dos animais por ela produzidos. Eduardo, gerente-geral da empresa, relatou da seguinte forma o funcionamento dos mecanismos de diferenciação no que tange à carne bovina:

quando a gente fala de carne o valor agregado é sempre na qualidade do produto. Ah, essa picanha custa mais porque é de Angus, por exemplo, não porque o animal foi criado com responsabilidade social ou ambiental. É, mas nesse caso, não é nem pela qualidade, a gente tem que garantir a qualidade, né. Então um pré-requisito é que seja uma carne de qualidade, até porque a gente vai tá atingindo mercados mais especializados. Mas o diferencial, vamos dizer assim, o valor agregado é por conta da certificação mesmo (Entrevista com Eduardo, 15/05/2015).

No mercado da carne, a raça dos animais configura um primeiro mecanismo de diferenciação. Determinadas raças produzem carne com um valor de mercado maior por serem consideradas mais macias e suculentas, tais como o Angus e o Hereford. No topo da hierarquia dos animais produtores da carne mais saborosa e também mais cara do mundo encontra-se a raça Wagyu, oriunda do Japão. O gado Wagyu produz o chamado Kobe Beef,

cujo corte de picanha pode atingir R\$ 450,00 o kg. Sua carne é considerada a mais marmorizada e rica em ácidos graxos insaturados.

Nas Fazendas Beira Alta, como afirma Eduardo, não é a raça que determina o valor agregado ao produto carne, mas sim, a certificação de boas práticas ambientais e de bem-estar animal. Desta forma, o que torna o produto de suas fazendas diferenciado não é o valor prefixado a uma raça específica, mas uma determinada forma de relação que se traduz em termos de bem-estar animal e sustentabilidade ambiental. A atenção do consumidor ao processo produtivo na aquisição dos produtos, como me contava Eduardo, ainda é incipiente no mercado nacional, mas para a exportação de carne a existência das certificações da fazenda são um importante diferencial, daí a opção da empresa por um protocolo de aceitação internacional: “assim, da certificação, justamente que pelo protocolo ser reconhecido mais lá fora, isso daí traz muito, acho que reconhecimento pra empresa” (Entrevista com Eduardo, 15/05/2015).

O que habilita a fazenda a exportar a carne dos seus animais é o cadastramento da empresa no programa brasileiro de rastreabilidade, o Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos (SISBOV). A rastreabilidade concede a certificação para a fazenda comercializar seus produtos com mercados que exigem identificação individual dos animais, como a União Europeia, o que não é obrigatório para a carne destinada ao mercado interno.

A criação do SISBOV remete as crises de encefalopatia espongiforme bovina, conhecida como o mal da vaca louca, os surtos de febre aftosa e a contaminação de carnes por dioxinas¹⁶⁹ na Europa, no início dos anos 2000. O surgimento de tais doenças ampliou as

¹⁶⁹As dioxinas são subprodutos industriais produzidas a partir da combustão de material orgânico na presença de compostos clorados (Silva e Amaral, 2004). Em humanos, sua toxicidade é de longo prazo e aparece por meio de má-formação fetal e tumores malignos.

exigências da União Europeia por carne rotulada e rastreada visando principalmente a segurança alimentar¹⁷⁰ (Lima et al, 2007).

No cotidiano de trabalho da fazenda, uma funcionária se ocupa exclusivamente da rastreabilidade, tabulando as informações dos bovinos e mantendo atualizados os bancos de dados que são posteriormente enviados ao Ministério da Agricultura. É ela também que no curral cadastra em um software específico os bovinos a partir do número contido no brinco do SISBOV. Uma vez que o animal é cadastrado, através da leitura óptica do código de barras contido no brinco do SISBOV é possível consultar a raça, o peso, o sexo, o cumprimento dos prazos de carência dos medicamentos veterinários etc. Quaisquer incorreções no preenchimento dos formulários podem levar a fazenda a ter um lote de animais descartado pelo frigorífico ou, no pior dos cenários, perder a concessão de rastreabilidade de todos os animais da fazenda.

Pelo cadastramento no SISBOV a fazenda é remunerada mediante um adicional às arrobas comercializadas com o frigorífico. Outra bonificação vem da participação em um programa especial de relacionamento entre pecuaristas e o frigorífico Marfrig, com o qual a Fazenda Beira Alta (MT) comercializa os seus animais. Depois dos consumidores, os frigoríficos configuram uma das principais fontes de pressão para a implantação de medidas de bem-estar animal e sustentabilidade ambiental junto aos pecuaristas, como destacou Eduardo:

Começa a pressão mesmo, acho que o pávio mesmo começa aí com quem tá comprando no elo final. Aí pressiona mercado, mercado pressiona frigorífico, frigorífico vai pressionar quem produz mesmo. Então acho que o grande motivador

170Silva e Amaral (2004) apontam que a expressão “segurança alimentar” surgiu em fins da Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto, as preocupações com a segurança alimentar alinhavam-se às questões de segurança nacional, pois os países temiam ser dominados por meio do controle dos alimentos. Segurança alimentar referia-se à autossuficiência e à formação de estoques de suprimentos. Essa abordagem foi preponderante até meados dos anos 1990, quando os surtos de zoonoses transformaram a segurança sanitária dos alimentos na principal barreira comercial imposta aos países exportadores de gêneros alimentícios, como o Brasil.

é sempre o consumidor final mesmo, né. Só que essa pressão a gente vai sentir de quem realmente paga, que é o frigorífico. Então quando ele começa a pressionar é que os pecuaristas começam a andar na norma (Entrevista com Eduardo, 15/05/2015).

O Marfrig Club é um programa de relacionamento entre a indústria e os pecuaristas que visa estreitar os vínculos entre esses agentes. Por meio dele, o frigorífico visa formar um grupo de fornecedores regulares e em consonância com determinados padrões de qualidade estabelecidos por ele. O sistema de produção é o principal alvo do projeto, uma vez que não há restrições a tipos raciais como em outros programas, tal como o “Fomento Angus”¹⁷¹. O programa Marfrig Club tem como princípios o “respeito aos animais, respeito ao meio ambiente e respeito à sociedade”. As propriedades cadastradas não podem constar na lista de áreas embargadas pelo IBAMA nem na “lista suja” do trabalho escravo e infantil do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), além de atender a legislação sanitária e do bem-estar dos animais de produção.

O pecuarista que atende às exigências do programa recebe de 15 a 30% a mais sobre uma arroba por animal abatido, bonificação paga somente às fazendas inseridas na categoria Platinum. Nessa categoria, as empresas de pecuária devem atender a, no mínimo, 95% das exigências do programa e estarem aptas a exportação para a União Europeia. As demais categorias (ouro, prata, bronze e iniciante) não recebem bonificações nas carcaças, mas são amparadas pelo frigorífico através de parcerias com empresas de nutrição e sanidade animal, objetivando seu avanço nas categorias até alcançar a classe Platinum.

Uma vez que o boi é vendido pela fazenda, a carne é de propriedade do frigorífico que abaterá o animal e processará a sua carne: “a gente vende o animal vivo pro frigorífico, depois de ele abatido e processado aí quem detém a marca, quem detém, vamos dizer assim, a carne

¹⁷¹Neste programa o frigorífico fomenta os cruzamentos com as raças Angus e Brangus, e garante a compra de toda a progênie resultante desses cruzamentos.

propriamente dita é o frigorífico, né” (Entrevista com Eduardo, 15/05/2015). A avaliação dos cortes e sua destinação é deliberada pelo frigorífico, que é o mediador definitivo entre o criador dos animais e os consumidores de carne.

A proposta da Associação dos Produtores Rurais dos Campos de Cima da Serra (Aproccima/RS) é estreitar as relações entre consumidores e produtores. Ao contrário das Fazendas Beira Alta, o gado da Fazenda Casa Verde (RS) não está apto a exportação e sua produção está voltada para o mercado regional. Segundo Bruno, aproximar os elos da cadeia produtiva é uma peculiaridade do trabalho desenvolvido pela associação:

É que não é muito comum o produtor se preocupar com o produto dele depois que sai da porteira. E essa é uma visão diferente da Aproccima porque nós trabalhamos cadeia produtiva, né. E queremos que cada elo da cadeia faça sua parte para que o produto final lá na frente seja reconhecido e satisfaça a exigência e a necessidade do cliente. E que ele fique contente e fidelize, né (Entrevista com Bruno, 06/04/2015).

4.4.1 A carne *gourmet*

A Fazenda Casa Verde (RS) integra a Associação dos Produtores Rurais dos Campos de Cima da Serra (Aproccima), fundada em 2006. Em sua página na internet, a Aproccima apresenta como seu principal objetivo “organizar cadeias produtivas, integrando sistemas agrícolas e pecuários com recursos florestais e turísticos e valorizar a produção dos Campos de Cima da Serra do Rio Grande do Sul”. A Aproccima trabalha as cadeias produtivas de carne ovina e bovina com núcleos especializados em genética e também na produção de terneiros e cordeiros, em agroturismo e florestas, que buscam fomentar o desenvolvimento do turismo rural. Por intermédio da associação, os produtores almejam negociar melhores preços para os insumos (sal e suplementos minerais, sementes, adubos, implementos agrícolas e medicamentos veterinários) e também articulam o comércio de seus produtos com o varejo.

Em reuniões mensais os produtores discutem os rumos da associação, os desafios do mercado, as legislações relativas a suas atividades produtivas e também confraternizam em almoços ou jantares nos quais são servidos churrascos e pratos típicos da região.

Uma das propostas da associação, que está em fase de pesquisa¹⁷², é a criação de uma Indicação Geográfica para a carne produzida na região das Araucárias dos Campos de Cima da Serra. O registro é concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) e visa identificar produtos que são característicos de uma determinada região, a qual, por suas condições particulares de solo, clima, vegetação e saber-fazer, conferem ao produto qualidades exclusivas. Através da indicação geográfica¹⁷³, os produtores locais buscam registrar qualidades que singularizam a carne ali produzida, resultado de um clima particular (frio na maior parte do ano), de pastagens nativas e de um método produtivo próprio e tradicional¹⁷⁴.

Segundo Bruno, a indicação geográfica é importante atualmente no mercado de alimentos porque “o mundo moderno, a sociedade, as pessoas tão valorizando assim. É saber de onde é que vem, como é produzido, né... No que influencia no produto final esse ambiente, essa região, essa origem, o sistema de produção. Isso aí tudo hoje na Europa já tem isso há muito tempo, né.” (Entrevista com Bruno, 06/04/2015). Para o pecuarista, o consumidor atual está preocupado com a origem dos seus alimentos e cabe ao produtor fornecer as informações acerca dos processos produtivos.

Embora a indicação geográfica dos produtos ainda não tenha sido implementada de fato, a associação trabalha no sentido de criar mecanismos que diferenciem a carne oriunda de

172Esta pesquisa é fruto de uma parceria com a Embrapa Pecuária Sul e a Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

173A indicação geográfica possui dois desdobramentos: a denominação de origem e a indicação de procedência.

174Nota-se aqui que a categoria “tradicional” pode assumir múltiplos sentidos. Quando a categoria refere-se ao manejo do gado o tradicional – que se conecta à ideia de brutalidade – é algo a ser superado, assim como às formas tradicionais de administração das fazendas ligadas a noções de familiaridade e pessoalidade, como visto no item 2.5. No caso da indicação geográfica, no entanto, o tradicional é valorizado como típico e um potencial agregador de valor ao produto carne.

seus produtores associados das demais carnes encontradas no mercado. Entre esses mecanismos encontra-se a criação de um animal diferenciado, o Aproccima Prestige. O Aproccima Prestige é um boi de acabamento racial mais apurado, abatido precocemente e cuja carne é apresentada pela associação como uma “experiência gastronômica única e especial” (Aproccima, 2016). Antes de descrever mais detalhadamente suas características, convém refletir sobre outra ferramenta de diferenciação, que é a rastreabilidade dos animais. Na rastreabilidade do rebanho dos associados da Aproccima são estabelecidos dois subgrupos: o sistema simples e o sistema completo.

No sistema simples, o primeiro critério observado para o cadastramento dos animais na Fazenda Casa Verde é a sua origem. Se o boi foi comprado de outra fazenda, o brinco apresentará as duas letras iniciais do nome do vendedor. O brinco também recebe um número, que obedece à sequência de cada fornecedor. Ele pode ter duas cores: é laranja para os animais comprados com menos de 12 meses e branco para os animais com mais de um ano de idade.

No sistema completo constam todos os dados dos animais desde o seu nascimento. Usa-se um brinco e um boton de cor amarela, que recebem além das iniciais do produtor, uma letra que corresponde ao ano de nascimento, conforme tabela específica, que funciona da seguinte forma: se o animal nasceu em 2011, recebe a letra A, 2012 a letra B, e assim por diante. No sistema completo, são informados a raça do pai e da mãe, a data de nascimento, o peso ao nascer, o peso na desmama, o peso de entrada e o período de confinamento, o peso final, o ganho de peso médio diário no confinamento e o tipo de engorda (confinamento ou pasto).

A associação comercializa a carne produzida por seus associados nos supermercados das cidades de Antônio Prado e Caxias do Sul. O consumidor final pode consultar na página

da associação na internet a origem da carne comprada em algum desses supermercados, na qual a associação divulga fotografias dos lotes convencionais e dos animais Prestige. A fotografia ideal dos lotes deve retratar a metade traseira, realçando as ancas dos animais. Isso porque é nessa região em que se encontram os cortes mais nobres de carne, como a picanha e o filé-mignon. Posicionar o lote de gado exige que dois ou mais campeiros toquem os animais para um canto do piquete, aos gritos de “ôba, ôba, eira, eira”. O fotógrafo entra no piquete ou sobe em suas cercas laterais em busca do melhor ângulo. Cada lote recebe um número, atribuído de acordo com a sequência de embarques realizados na fazenda no decorrer do ano e uma planilha apresenta as informações de peso, raça, sexo, categoria e tipo de engorda de cada animal (se pasto ou confinamento).





RASTREABILIDADE	Rastreabilidade
APROCCIMA PRESTIGE	RASTREABILIDADE BOVINA
Sobre a Associação	<p>Para saber mais sobre a rastreabilidade e o seu conteúdo, clique em UNIDADE CARNE BOVINA você conhecerá as informações sobre o sistema de produção, as classificações e as certificações. Clicando em ASSOCIADOS, e com o nome do produtor que fez a terminação, você conhecerá a propriedade e sua história.</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;">  </div> <div style="text-align: center;">  </div> </div> <p>Lote 048/2016 Bareinha Data do embarque: 09-05-2016 Terminador: Carlos Roberto Simm Propriedade: Fazenda Clarice Município: Campestre da Serra <i>Baixe aqui o relatório do lote</i></p> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;">  </div> <div style="text-align: center;">  </div> </div> <p>Lote 047/2016 Centenário e Schiochet Data do embarque: 09-05-2016 Terminador: Carlos Roberto Simm Propriedade: Fazenda Clarice Município: Campestre da Serra <i>Baixe aqui o relatório do lote</i></p>
História	
Filosofia	
Diretoria	
Região de Abrangência	
Galeria de Fotos	
Vídeos	
Sobre as Unidades	
Associados	
Informações	
Notícias On-line	
Artigos da Aproccima	
Temas de Interesse	
Certificações	
Marketing	
Agenda	
Sites Interessantes	
CITE 120	
Histórico	
Membros	
Calendário de Reuniões	
Vídeo Reunião do Cite	

Figura 15: Printscreen da seção “Rastreabilidade” da página da Aproccima.

Quanto às categorias, o gado é classificado em adulto, jovem, precoce e Aproccima Prestige. Tal classificação obedece à idade dos animais, que pode ser mensurada a partir da formação de sua dentição. Nesse cálculo são considerados apenas os dentes incisivos, que num animal adulto somam 8 dentes, por volta dos cinco anos de idade. Na classificação utilizada pela Aproccima, não constam animais de 8 dentes, pois um animal de 5 anos é considerado velho demais para o abate e para a produção de carne de qualidade. Os animais considerados adultos têm até 6 dentes, ou seja, até 4 anos de idade; jovens têm entre 2 e 4 dentes (até 3 anos de idade) e precoces são os animais com dentes de leite, com idade não superior a 2 anos. O Aproccima Prestige, por sua idade de abate, é também um animal precoce (Aproccima, 2016).

De modo geral, quanto mais jovem é o animal mais macia será sua carne. Por seu turno, segundo o site da associação, o sabor da carne se intensifica com a idade do animal, o que sugere que animais mais velhos originariam também carnes mais saborosas, embora menos macias. A maciez não é o único critério utilizado para a avaliação da qualidade da carne feita pela associação e entram nesse cálculo também o marmoreio e a deposição de gordura na carcaça. A deposição de gordura corresponde à camada de gordura subcutânea, que auxilia nos processos de resfriamento da carcaça e é importante na sua preservação e consequentemente na qualidade da carne. A partir das informações contidas na página da associação na internet, apresento no quadro abaixo as principais características da carne de acordo com a classificação dos animais.

Animal Precoce	Animal Jovem	Animal Adulto
Máxima maciez e suculência	Equilíbrio entre maciez e suculência	Carne mais consistente
Coloração vermelho claro	Coloração vermelha brilhante	Coloração vermelho vivo

Gordura branca	Gordura branco amarelada	Gordura mais amarelada e espessa
Pouco ou nenhum marmoreio	Apresenta algum marmoreio	Maior marmoreio
Sabor suave e pouco pronunciado	Sabor mais pronunciado	Sabor mais intenso
Tempo de cozimento muito rápido	Tempo de cozimento normal	Tempo de cozimento maior

Às diferentes categorias de carne/animais são sugeridas diferentes formas de preparo culinário, de servir e também a bebida ideal para acompanhá-las. A carne do animal precoce é indicada para grelhados próximos ao fogo, mal passada e acompanhada de vinho rosé ou espumante *brut*. A carne do animal jovem é indicada para churrascos e assados. Sugere-se servir ao ponto acompanhada de vinho tinto jovem não encorpado. A carne do animal adulto é considerada ideal para cosidos e molhos, indicada para assados lentos, para ser servida com vinho tinto encorpado (Aproccima, 2016).

O tipo de engorda do gado é considerado outro fator de diferenciação na carne bovina. No site da associação encontramos três descrições com base nas “sensações organolépticas e notas de degustação” da carne derivada de animais alimentados com distintas dietas: pasto, confinamento e pasto suplementado. A engorda a pasto tem início nos campos nativos e termina em pastagens cultivadas. A carne derivada desses animais possui cor vermelha forte e gordura amarelada e o site descreve as seguintes notas de degustação:

“aroma intenso, delicioso e selvagem, que apresenta sensações aromáticas lembrando ervas da flora nativa. Na boca possui, em sua complexidade, aromas herbáceos característicos, e apresenta-se estruturada com sabor muito agradável, intenso e marcante, que se fixa no paladar. O inconfundível aroma da gordura marmorizada e succulenta, apresenta agradável sensação olfativa e um retrogosto persistente, típico das terras de altitude” (Aproccima, 2016).

A engorda em confinamento também se inicia nos campos nativos, mas não termina em pastagens e sim nos boxes onde o gado é alimentado com ração e suplementos minerais. A carne desses animais tem cor vermelha viva e sua gordura é branca. Quanto às notas de degustação, a experiência dessa carne é assim descrita:

“aroma suave, mas excêntrico, com sensações aromáticas elegantes mescladas com cereais. Percebe-se na boca uma suavidade singela e algo adocicada. A gordura, de aspecto amanteigado, apresenta-se jovial, delicada e amena. O retrogosto é pouco persistente, mas muito prazeroso. É uma carne delicada cuja sutileza não é encontrada facilmente no universo das carnes. Desperta instintos primitivos” (Aproccima, 2016).

Por fim, a associação descreve as características da carne oriunda de animais criados em pastagens que se diferenciam dos demais tipos de engorda pelo fato de que na fase de terminação o gado recebe suplementação a base de ração nas próprias pastagens. Sua carne possui cor vermelha brilhante e a gordura branco-amarelada, apresentando a seguinte descrição sensorial:

“aroma ameno e característico, com sensações aromáticas de ervas finas e elegantes, mescladas com cereais típicos dos campos de cima da serra. Na boca apresenta uma suavidade bem estruturada e com leve toque vegetal. A gordura tem reflexos gustativos delicados e boa acidez. O retrogosto se espalha pela boca com suavidade e se fixa no paladar com persistência marcante e agradável” (Aproccima, 2016).

O Aproccima Prestige também é um animal precoce, mas para ser assim categorizado deve atender outros requisitos descritos no sítio eletrônico da associação: “animal nascido em propriedade cadastrada; abatido com dente de leite; rastreabilidade total desde o nascimento; raça ou cruzamento britânico; sistema de produção descrito e controlado; genética diferenciada para qualidade de carne, principalmente maciez e marmoreio; acabamento de

gordura entre 6 e 10 mm na 12^a costela; temperamento dócil; resfriamento e PH controlados; carcaça aprovada pelo controle de qualidade” (Aproccima, 2016).

A carne oriunda de animais da categoria Aproccima Prestige é descrita de forma mais detalhada: “É uma carne, com oferta limitada, indicada para experiências gastronômicas mais elaboradas, e artes culinárias relacionadas aos prazeres da mesa harmonizadas com vinhos e cervejas especiais. As características marcantes como maciez, suculência e equilíbrio na gordura, conferem, a todos os tipos de corte, alternativas inovadoras de preparo” (Aproccima, 2016).

Para Bruno, administrador da Fazenda Casa Verde (RS), o Aproccima Prestige é um animal diferenciado “porque ele incorpora todo esse conceito. O conceito de eficiência, da raça, o conceito de manejo, o conceito de rastreabilidade, as informações que vão pro consumidor é um produto que o consumidor tem todas as informações” (Entrevista com Bruno, 06/04/2015). A abordagem de Bruno e da Aproccima vai ao encontro da reflexão de especialistas em agronegócio, para quem “os consumidores modernos se interessam cada vez mais por produtos com um “histórico”, que transmitem confiança e proporcionem maior satisfação, ou seja, demonstrem ética e estão interessados em saber como os animais foram criados, como foram alimentados e como foram abatidos” (Oliveira et al, 2008: 2092).

O mercado ligado pela associação envolve consumidores considerados “apreciadores de carne bovina”, que se distinguem de consumidores comuns por se preocuparem com as nuances no sabor da carne e em suas características como a consistência e a aparência. O apreciador de carne bovina é equiparado ao apreciador de vinhos, interessado nas sutilezas de sabor, aroma e densidade dos diferentes produtos:

Feche os olhos e imagine-se degustando um vinho de qualidade superior. Sinta o aroma expressivo, a sensação agradável de frescor, o equilíbrio

suave, a maciez, a harmonia entre os aspectos gustativos, o caráter, as complexidades que dão personalidade, o sabor delicado, a persistência e a sobriedade. Agora abra os olhos e veja a cor, o brilho e a consistência. Você sabia que todas estas características, nuances e particularidades que diferenciam os bons vinhos também podem ser percebidas na carne? (Simm, s/d)

Comer carne, na perspectiva adotada pela associação, torna-se uma experiência gastronômica, a ser elaborada com diferentes modos de preparo, apresentação dos pratos e seus acompanhamentos. Nesse sentido, não são mais os cortes de carne, originados de diferentes partes do boi que são classificados em “de primeira” ou “de segunda”, mas o próprio animal, conforme sua raça, manejo, sanidade e nutrição, que é assim categorizado. Quando um animal é “bom”, importa pouco se a carne a ser preparada é um corte de filé-mignon ou de músculo: se bem preparada, a carne renderá alimentos saborosos. Essa é uma estratégia utilizada pela associação que pude acompanhar em uma de suas reuniões realizada em uma fazenda vizinha daquela em que eu me encontrava durante a pesquisa de campo. No churrasco servido no almoço um dos cortes oferecidos era de paleta, classificado tipicamente como “carne de segunda” por sua menor maciez e suculência em relação a uma picanha, por exemplo. A novidade apresentada pela equipe de gastronomia consistia em um corte de paleta que, por sua origem animal de qualidade e conhecimento de formas especiais de preparo - como aquelas acima relacionadas -, revela-se tão tenra quanto as carnes consideradas tradicionalmente mais nobres.

Em certo sentido, a abordagem da associação reconecta a carne a sua origem animal. Contribuem para tanto a manutenção de fotografias do gado que podem ser acessadas pelos compradores que acessarem a página da associação na internet. A ênfase no boi como a fonte dos atributos qualitativos da carne, e, principalmente, a discriminação de diferentes classes bovinas na produção de carnes de qualidades diversas apresenta-se como uma alternativa original em um mercado descrito substancialmente pela distância e desconhecimento dos

consumidores a respeito da origem de sua carne. Ainda assim, o controle das informações permanece com os produtores e com a indústria, que manuseia cuidadosamente o conteúdo e a forma com que as mensagens são passadas aos compradores.

4.5 Do consumo de carne e seus riscos

No texto “*The globalization of Animal Welfare*” (2012), Singer e Park observam que o crescimento do comércio internacional de animais e de produtos derivados, bem como as reações no Ocidente frente ao que é percebido como crueldade são elementos que colaboram para que o bem-estar animal seja deslocado de uma questão doméstica para um nível de discussões internacionais. Em 2004 a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) incluiu no seu Código Sanitário de Animais Terrestres um capítulo sobre bem-estar animal. Para Singer e Park (2012), isso sinaliza uma crescente preocupação da comunidade internacional com o bem-estar dos animais de produção. Embora não haja uma estrutura regulatória de bem-estar animal em nível internacional, a exemplo dos tratados internacionais que protegem as baleias, o bem-estar dos animais de produção tornou-se uma questão que ultrapassa as fronteiras dos estados nacionais, na medida em que se impõe como exigência de um mercado globalizado (Singer e Park, 2012).

Com a modernização dos processos de fabricação dos alimentos acreditava-se que era possível eliminar os riscos associados ao consumo dos produtos de origem animal. Os processos de esterilização dos instrumentos e refrigeração das carcaças e das carnes, bem como a higiene e assepsia dos frigoríficos haveriam de ser suficientes para o fornecimento de alimentos livres de agentes patogênicos. No entanto, em fins do século XX e inícios do século XXI o crescimento do número de casos e surtos de zoonoses, como a peste suína na Bélgica em 1998, o mal da vaca louca anunciado no Reino Unido em 1986, a gripe aviária em 2003

que começou em países asiáticos e se espalhou pelos Estados Unidos e o norte-europeu, trouxeram uma onda de insegurança quanto à qualidade dos produtos de origem animal.

No Brasil, o primeiro caso autóctone de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) foi registrado em 2012. Após a OIE notificar o acontecimento oficialmente, vários países restringiram total ou parcialmente as importações de carne brasileira, como o Japão, a Coreia do Sul, a África do Sul, a Arábia Saudita, o Peru e a China (Sordi & Lewgoy, 2013). Os embargos desses países mobilizaram as associações de produtores de modo a reduzir os impactos econômicos e diplomáticos desse acontecimento, que acabou sendo registrado como um “caso atípico de EEB”. Essa abordagem avaliou o caso detectado como uma mutação isolada, não decorrente do consumo de tecidos infectados em farinhas de origem animal. Ao abordar o caso de EEB como “atípico”, a reputação da pecuária em geral fica protegida e garante o comércio internacional do produto brasileiro (Sordi & Lewgoy, 2013).

A crise instalada pela encefalopatia espongiforme bovina motivou uma série de ações e debates em torno da alimentação carnívora. A alimentação de bois com ração de origem animal teve como consequência o desenvolvimento da doença que se disseminou em diversos países da Europa. Paralelamente à preocupação com a qualidade da carne e a possibilidade de que seu consumo transmitisse uma doença mortal, a crise desencadeada pela “vaca louca” trouxe à tona a discussão acerca dos limites da interferência do ser humano, que, ao alimentar animais herbívoros com ração de origem animal, não apenas os transformaria em carnívoros, como também em possíveis canibais (Lévi-Strauss, 2009 [1996]).

Especialistas em agronegócio (Hötzel & Machado Filho, 2004; P. Souza, 2008) concordam que as crises sanitárias como a encefalopatia espongiforme bovina, as epidemias de febre aftosa e a contaminação da carne de aves por dioxinas – despertaram nos consumidores e no público em geral um interesse maior nos métodos empregados na criação

dos animais. Estima-se que no Reino Unido o consumo *per capita* de carne bovina entre os anos de 1990 e 1997 tenha caído de 175g/dia para 145g/dia em função dos casos de Encefalopatia Espongiforme Bovina (Ladeira & Oliveira, 2006).

A emergência de zoonoses em países industrializados e o crescimento da demanda por alimentos seguros também resultaram em uma transformação na geopolítica da bovinocultura (Almeida & Michels, 2012). Os casos de encefalopatia espongiforme bovina (EEB) detectados nos Estados Unidos em 2003 e 2005 e os episódios de febre aftosa na Argentina e na Inglaterra beneficiaram estrategicamente a carne bovina brasileira aumentando sua participação no negócio mundial de carne (P. Souza, 2008). Os países integrantes do Bloco Europeu deixaram de ser autossuficientes na produção de carne bovina, o que permitiu aos demais países que atendessem às legislações sanitárias internacionais um aumento na participação nas vendas à União Europeia.

O bem-estar animal, no comércio internacional, não é considerado uma barreira, mas a hipótese de no futuro se constituir como tal já é aventada pelos países exportadores. Tomando como ponto de referência o mercado europeu, caracterizado como o mais exigente e consciente em termos de respeito ao meio ambiente e ao bem-estar animal, especialistas em comércio internacional avaliam a possibilidade de sobrevirem normas que exijam dos produtores o compromisso com o respeito a princípios de bem-estar animal:

O bem-estar animal, caso crie obstáculo ao comércio, pode ser considerado como barreira comercial não-tarifária como por exemplo a importação de peles e couros de animais esfolados vivos; a proibição de importação de peles e couros de animais de estimação (mais frequentemente cães e gatos); proibição de importação de peles e peles de animais capturados através de armadilhas, etc. (Oshiai, 2012: 83)

Inspirado por preocupações como esta, o especialista em agronegócio aconselha o produtor brasileiro a “investir hoje, para evitar perdas amanhã”: o bem-estar animal é um

tema a ser “considerado seriamente pelo produtor e exportador brasileiro de proteína animal¹⁷⁵” (Oshiai, 2012: 83). O investimento no abate humanitário nos frigoríficos e do manejo racional nas fazendas torna-se uma estratégia de barganha junto ao mercado mundial de carnes, mas também um elemento de cooperação em tratados de comércio e acordos de cooperação entre Estados. Desse ponto de vista, o bem-estar animal é apropriado como um elemento de comércio internacional, manejado não nas fazendas pelos trabalhadores do campo, mas por burocratas, políticos e investidores do setor agropecuário nos debates internacionais acerca da produção de carne bovina.

A inserção do Brasil no mercado mundial de alimentos tem sido apontada como o principal vetor das transformações na cadeia produtiva da carne nacional (Sabadin, 2006). As barreiras sanitárias, consideradas barreiras não-tarifárias, que mais afetam a exportação de carne brasileira relacionam-se à encefalopatia espongiforme bovina (EEB) e à febre aftosa (Florindo et al, 2015). A febre aftosa é causada por um vírus que se espalha rapidamente pelo rebanho e causa aftas na boca e feridas nos pés dos bovinos. O único estado brasileiro “livre de febre aftosa sem vacinação” é Santa Catarina, os demais são classificados segundo uma escala de risco que admite mais três diferentes zonas: alto risco, médio risco e zona livre de febre aftosa com vacinação¹⁷⁶. Quanto à EEB, a classificação é nacional e de “risco insignificante”. As barreiras sanitárias impostas pelo mercado internacional configuram um objeto de preocupação para o Estado e para os agentes da cadeia produtiva da carne, uma vez que criam obstáculos para a comercialização dos seus produtos e perdas econômicas resultantes de possíveis abates preventivos.

¹⁷⁵Nota-se aqui que o autor da matéria refere-se ao criador de gado como um “produtor de proteína animal”.

¹⁷⁶São 15 os estados classificados como “livres de febre aftosa com vacinação”: Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo, Sergipe, Tocantins e Distrito Federal. Isoladamente, encontramos os municípios de Guajará e Boca de Acre, no Amazonas; e a região centro-sul do estado do Pará como livres de aftosa com vacinação. De “risco médio” encontramos os estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e a região centro-norte do estado do Pará. Considerados de “alto risco”: Roraima, Amapá e demais áreas do estado do Amazonas.

A emergência de doenças de origem animal tem sido uma constante nas relações entre humanos e animais e muitas delas são consequências diretas do processo de domesticação e principalmente dos métodos industriais de produção animal (Barret et al, 1998). Por outro lado, como analisa Fitzgerald (2015), a agricultura industrial foi promovida nos países em desenvolvimento como um método a garantir abundância e segurança alimentar. Ao refletir sobre os riscos associados ao consumo de carne bovina, Fitzgerald assevera: “*the meat is different, and so are the risks*” (Fitzgerald, 2015: 95). O uso de hormônios de crescimento, de medicamentos veterinários para o controle de doenças no rebanho e a sua alimentação com grãos e cereais estão relacionados também a doenças como o câncer e as cardiopatias, a altos níveis de colesterol e a diabetes, além da resistência a determinados antibióticos (Fitzgerald, 2015). Aos altos custos financeiros, humanos e ambientais implicados no modelo intensivo de produção, o sofrimento animal pode ser acrescentado como mais um dos resultantes da industrialização da agropecuária (Singer & Park, 2012; Fitzgerald, 2015), que pode ser capitalizado em termos de bem-estar animal a exemplo dos custos ambientais, reapropriados como sustentabilidade.

Como avaliou Eduardo, gerente técnico das Fazendas Beira Alta (MT), a maior pressão sentida no setor agropecuário brasileiro está na demanda pela redução do desmatamento, especialmente da floresta Amazônica. A marca da pecuária na Amazônia foi documentada pelo relatório da FAO “*Livestock's Long Shadow*” (2006) e o assunto é debatido em grande número de eventos do setor agropecuário.

Recentemente, em novembro de 2015 o Greenpeace¹⁷⁷ lançou a campanha “Carne ao Molho Madeira”. A ação visa pressionar os supermercados, os maiores compradores de carne, a adotarem medidas que garantam que a carne comercializada não seja proveniente de

177O Greenpeace é uma das ONGs acusadas de negligenciar o impacto do consumo de carne na crise climática no documentário Cowspiracy.

rebanhos de gado criados em áreas de desmatamento na Amazônia. A campanha toma como base um estudo realizado nas sete principais redes varejistas que atuam no Brasil (Walmart, Carrefour, Grupo Pão de Açúcar, Cencosud, Pereira-Comper, Grupo DB e Yamada) e que concentram 2/3 do varejo nacional. Para o Greenpeace, nenhum dos supermercados analisados atingiu o patamar “verde”, ou seja, nenhuma das redes supracitadas conseguem garantir que 100% da carne por eles comercializada é livre de crimes socioambientais.

No lançamento da campanha, ativistas se dirigiram a uma unidade da rede Pão de Açúcar e afixaram adesivos nas embalagens de carne, além de distribuir panfletos com os resultados da pesquisa que embasou a ação. “Você sabe de onde vem a carne que está no seu prato?”, “O que tem na carne?” e “Desmatamento não dá pra engolir”, são algumas das frases de chamada da campanha, que centraliza seu argumento no poder do consumidor para pressionar as redes de varejo.

Segundo a classificação proposta por Richard Bulliet, em *“Hunters, herders and Hamburgers”* (2005), os selos de bem-estar animal podem ser pensados como um sintoma do “mal-estar” presente em sociedades pós-domésticas frente ao consumo de carne. O autor distingue sociedades domésticas de sociedades pós-domésticas pelas diferentes relações que ambas mantêm com os animais. As sociedades domésticas são caracterizadas pelo convívio constante e diário com os animais domésticos e por apresentarem poucos dilemas morais com o abate e com o consumo de produtos de origem animal. Em sociedades da “pós-domesticidade” as pessoas estão física e psicologicamente distantes dos animais que consomem, ao passo que mantêm relações bastante próximas com seus animais de estimação. Embora nesse contexto o consumo de produtos de origem animal tenha atingido níveis sem precedentes na história humana, seus consumidores, segundo Bulliet, experimentam “sentimentos de culpa, vergonha e repugnância ao pensar sobre os processos industriais pelos

quais os animais domésticos são transformados em produtos e sobre como esses produtos chegam ao mercado” (Bulliet, 2005: 3). Nesse sentido, a assepsia dos frigoríficos e o ideal humanitário constituem medidas adotadas pela indústria da carne frente aos sentimentos de repulsa e constrangimento dos consumidores da era pós-doméstica. O processo de embalar as carnes em cortes específicos participa do mesmo objetivo, na medida em que descaracteriza o corpo animal que as originou. A empatia para com bois, vacas, frangos e porcos é um risco a ser administrado, podendo tornar-se também um valor agregado por diferenciar empreendimentos que adotam práticas paliativas daqueles que não as empregam.

A indústria da carne é plenamente consciente dos perigos da exposição pública dos seus procedimentos e por isso maneja cuidadosamente as informações que chegam aos consumidores. Em entrevista com Edgar, agrônomo que ministra cursos de capacitação em bem-estar animal no Rio Grande do Sul, ele foi enfático ao afirmar que “se tu levar um grupo de crianças pra passar uma semana coincidindo com a chegada dos pintos no aviário e eles passarem a semana toda acompanhando o produtor, nós vamos ter um caos de mercado” (Entrevista com Edgar, 31/03/2015). Isso porque no período da chegada dos pintos, muitos deles são descartados por apresentarem alguma má-formação e mortos em seguida. Não é o tipo de informação e contato que a indústria avícola deseja estabelecer com os seus consumidores, e o mesmo é válido para a bovinocultura, que maneja cuidadosamente as informações que chegam aos consumidores.

No dia 10 de março de 2016, o programa “Tempero de Família”, exibido no canal pago GNT, trouxe como receita principal um churrasco de ovelha. O preparo de carnes em

programas de culinária é corriqueiro, mas o churrasco exibido naquele episódio apresentou a escolha do borrego vivo – um filhote de ovelha com cerca de seis meses de idade – sua captura, abate, evisceração e retalhamento. Em síntese, expôs o processo de transformação de um animal vivo em carne, o que envolve, obrigatoriamente, o ato de matar.

Nas redes sociais o assunto transformou-se rapidamente em uma polêmica e ganhou também os jornais de circulação diária. Comentários como “podia pular essa parte” e “não precisa mostrar”, referindo-se ao abate e à degola (que foi caracterizada pelo sangue escorrendo e não pelo movimento da faca), foram a maioria entre as críticas que o programa e seu apresentador receberam. Outros afirmavam que “era assim mesmo”, pois o consumo de carne exige a morte dos animais. A comoção foi tamanha que levou o apresentador a uma retratação pública. Ele ofereceu seu pedido de desculpas aqueles que se sentiram ofendidos pelo teor das imagens. Além disso, o conteúdo do programa que vai da captura ao abate foi retirado do episódio disponibilizado online para assinantes do canal.

A Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), em nota oficial divulgada em sua página oficial na rede Facebook¹⁷⁸, condenou o conteúdo exibido no episódio, afirmando que se tratava não apenas de uma ofensa moral, mas também de uma violação legal: “Primeiramente, a de que o apresentador cometeu uma atrocidade, um ato desumano. Um animal inocente – e pior, filhote – foi morto a sangue frio em frente às câmeras, fazendo da matança um 'espetáculo', um entretenimento televisivo. Nada disso justifica tamanha violência e banalização da vida” (SVB, 2016). A Lei de Crimes Ambientais teria sido violada porque o abate ocorreu de forma violenta, “com notórios maus tratos”. Uma ação no Ministério Público de Santa Catarina (estado em que se localiza a propriedade em que o programa foi gravado) foi movida pela entidade e aguarda julgamento.

178Disponível em: <https://www.facebook.com/SociedadeVegetarianaBrasileira/?fref=nf>. Acesso em 27 de maio de 2016.

O presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), Péricles Salazar, também condenou a exibição do programa:

É sempre chocante você assistir a um abate. Sempre que se quer fazer um vídeo ou um material publicitário a respeito da indústria de carne, nunca se mostra o abate do animal, porque isso toca nas pessoas. A gente filma a carne sendo embalada, sendo transportada nos caminhões, sendo vendida, mas nunca o abate do animal, porque aquilo é chocante (Salazar, 2016).

Em entrevista concedida ao jornal Zero Hora¹⁷⁹ afirmou que “não pode mostrar”, “porque isso mexe com o sentimento das pessoas”. Além disso, segundo o diretor setorial, a exibição de um abate pode ter um efeito negativo sobre o consumo de carne, afetando assim os produtores rurais e a indústria. Salazar afirmou ainda que a condução do abate estava completamente fora dos padrões de abate humanitário que são empregados nos frigoríficos brasileiros, nos quais “não tem dor para o animal” e que “na indústria, é tudo feito dentro das normas e dentro de um processo de bem-estar animal” (Salazar, 2016). Assim sendo, o abate levado a cabo pela indústria não é o mesmo abate que aquele mostrado no programa de televisão. Os métodos humanitários, na visão de Salazar, protegem os animais da dor que o borrego sentiu ao ser abatido sem os procedimentos de insensibilização e sem a assepsia e a higiene dos frigoríficos modernos. No entanto, ainda que abatido nas condições ideais dos frigoríficos, a morte animal não é algo a ser mostrado em campanhas publicitárias.

Destaco, por fim, outra reflexão surgida nesse contexto. Nazareth Agra Hassen, antropóloga e membro do Grupo pela Abolição do Especismo, posicionou-se favoravelmente ao abate transmitido pela televisão¹⁸⁰: “acho bom ter mostrado. Quanto mais imagens de

179Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/noticia/2016/03/presidente-da-associacao-brasileira-de-frigorificos-critica-exibicao-de-sacrificio-de-borrego-na-tv-5112047.html>. Acesso em 16 de abril de 2016.

180Em entrevista concedida ao jornal Zero Hora. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/noticia/2016/03/defensora-dos-animais-e-a-favor-de-mostrar-sacrificio-de-borrego-na-tv-5111977.html>. Acesso em 16 de abril de 2016.

matadouros, melhor, para as pessoas poderem formar o seu juízo a partir de dados da realidade e não de uma coisa idealizada, de que os animais morrem sem sentir nada ou não se importam de morrer para virar comida” (Hassen, 2016). Para a ativista, a exibição do abate foi capaz de provocar a sensibilidade das pessoas, especialmente daquelas que se alimentam de carne, uma vez que estas não apenas terceirizam o abate nos frigoríficos, mas também o sofrimento do ato de matar é transferido para aqueles que são remunerados para exercer essa função. As condições de vida do borrego também não amenizam as condições da sua morte:

Do ponto de vista do animal, se ele teve uma vida boa até o momento de morrer, ainda é um pouco melhor do que ele ter tido uma vida desgraçada desde o momento em que nasce. Mas há uma falta de lógica na reação, de achar que o animal para o qual você deu um nome ou criou no pátio não vai matar. Não há diferença (Hassen, 2016).

O distanciamento entre consumidores e a indústria é manejado não apenas com o afastamento físico dos abatedouros dos centros urbanos, mas por meio de uma série de dispositivos de marketing e de linguagem que visam proteger a cadeia produtiva da carne. Como sustentado pelo presidente da Abrafrigo, a propaganda da carne apresenta somente a *carne*, seu processo de embalagem, armazenamento e transporte. Os animais vivos ou sendo abatidos é algo que “não se pode mostrar” pois afeta a sensibilidade dos consumidores, o que pode causar prejuízos à indústria. O bem-estar animal faz a diferença para a indústria da carne que o apresenta como um antídoto à crueldade, além de propiciar um valor agregado ao produto carne.

4.6 Consumindo bem-estar

O mercado consumidor de carnes certificadas, apesar de ainda restrito, encontra-se em expansão, afirmou Lizandro, gerente de certificação do Imaflora, organização que concede o

selo *Rainforest Alliance*. Pude conversar com Lizandro em duas oportunidades, por telefone e via Skype, quando falamos a respeito do mercado consumidor e das maiores pressões em prol de práticas sustentáveis e de bem-estar animal. Em suas palavras, “não existe uma demanda de consumo já estabelecida para carnes certificadas, ela vem sendo criada pela indústria”. Eduardo Trevisan, gerente de projetos do Imaflora, em entrevista concedida ao site Beefpoint sobre a certificação agrícola, afirma que “a aceitação dos consumidores é muito boa, hoje falta carne certificada no mercado. A demanda de consumidores principalmente da Europa é muito alta e o Brasil atualmente não tem conseguido atender a procura”(Trevisan, 2013)¹⁸¹.

O ativismo de organizações não-governamentais como o Greenpeace e o *People for the Ethical Treatment of Animals* (PETA) foi apontado por Lizandro como decisivo para os questionamentos que vêm sendo dirigidos à indústria da carne. O Greenpeace no Brasil vem desde 2006 denunciando a pecuária como a principal causa do desmatamento da Amazônia. Naquele ano, a campanha consistiu em pressionar a rede de *fast food* McDonalds para que não adquirisse carne de propriedades rurais instaladas em áreas de proteção ambiental. Nos anos de 2009 e 2010, a campanha foi intitulada de “A Farra do Boi na Amazônia”, e noticiou a participação do governo federal brasileiro, por meio da concessão ilegal de licenças ambientais às propriedades rurais. Mais recentemente, em 2015, a mesma ONG lançou a campanha “Carne ao Molho Madeira”, cujo relatório demonstrou que a vasta maioria dos supermercados não consegue rastrear fidedignamente a origem da carne que está em suas gôndolas.

Estudos como o de L. Souza (2011) e L. Souza et al (2013), desenvolvidos na área de administração e consumo, confirmam a causalidade descrita por Lizandro, e, como no título do artigo de L. Souza et al (2013) questionam: “respeitar os animais pode ser um bom

181A entrevista completa está disponível em: <http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/entrevistas/eduardo-trevisan-aceitacao-dos-consumidores-e-muito-boa-porem-falta-carne-certificada-no-mercado/>. Acesso em 03 de junho de 2016.

negócio?”. Nesse trabalho, os autores asseveram que quando os consumidores são expostos às práticas industriais de produção de carne pode haver “redução de consumo e migração para substitutos” (L. Souza et al, 2013: 242). Para as empresas, no entanto, “esses achados podem ser vistos como uma oportunidade de antecipação a uma nova consciência crítica, trazida à tona pela economia da informação ou mesmo como uma oportunidade de atender aos anseios de grupos de consumidores mais preocupados com a ética e com a sustentabilidade” (idem).

Nessa abordagem, o bem-estar animal torna-se uma oportunidade de negócio, um nicho de mercado voltado para os chamados “consumidores conscientes”, interessados na origem dos produtos que consomem e nos métodos empregados em sua produção. Como me informou Lizandro, o consumidor europeu estaria mais preocupado do que o brasileiro com questões relacionadas à sustentabilidade ambiental e ao bem-estar animal, bem como com o respeito aos trabalhadores das fazendas de gado de corte.

O esforço que vem sendo feito por parte da certificadora em parceria com os frigoríficos e os pecuaristas está em associar o selo *Rainforest* a marcas de carne e assim produzir reconhecimento para fazendas e para os frigoríficos, uma vez que ambos precisam ser certificados para que o produto receba o selo. Segundo Trevisan, o maior esforço de divulgação da certificação dos produtos tem sido feito nos frigoríficos e nas associações de criadores de gado de corte (Trevisan, 2013). No atual estágio de difusão das práticas sustentáveis e de bem-estar animal, quando a certificadora pensa em consumidores ela está se referindo não ao consumidor final, aquele que compra a carne no supermercado, mas aos próprios supermercados, restaurantes, redes de *fast food* e fabricantes de artigos de couro que desejam oferecer uma linha de produtos caracterizados como sustentáveis. O gerente de Sustentabilidade da Marfrig Beef, Mathias Almeida, em reportagem da página institucional da empresa que destacava a produção de hambúrgueres com o selo *Rainforest*, afirma que “a

principal diferença entre os produtos produzidos com a carne certificada e os demais não é percebida nas gôndolas, por isso ainda há um grande trabalho de divulgação a ser feito junto ao consumidor” (Trevisan, 2013)¹⁸².

Ao descrever as propriedades da carne certificada, Lizandro argumentou que o valor de bem-estar animal e de sustentabilidade ambiental fundamenta-se na “crença”, pois se tratam de qualidades “intangíveis” transmitidas pelos rótulos e selos nas quais o consumidor precisa acreditar para, ao adquirir o produto, confiar que está contribuindo com práticas sustentáveis, com propriedades que respeitam os seus trabalhadores e os seus animais. No entanto, o gerente do Imaflora, a partir de pesquisas desenvolvidas pelo Carrefour, afirmou que no Brasil o consumo de carnes certificadas estava mais associado a uma percepção dos consumidores de que a carne certificada era de qualidade superior por suas propriedades intrínsecas, do que propriamente a sua ligação a práticas sustentáveis e de bem-estar animal. A partir dessa dupla constatação, a estratégia que vem sendo adotada pela indústria consiste em reputar às medidas de bem-estar animal determinadas características físicas e sensoriais que elevam a qualidade da carne bovina.

A reportagem da revista Veja, “Refeição Exclusiva” de 25/05/2016, é ilustrativa desse expediente. A matéria aborda diferentes parcerias entre produtores rurais e *chefs* de cozinha por meio de um conceito chamado *farm to table*, que preza pela valorização de produtos locais e pelo compartilhamento de conhecimentos gastronômicos e agropecuários. Um dos exemplos trazidos pela revista celebra a parceria entre o *chef* de cozinha Alex Atala e o pecuarista Antônio Sechis, cujo trabalho é assim descrito:

Sechis começou a criar bois no fim dos anos 80, quando o sogro deu a ele e à mulher um pedaço de terra. Aconselhado por Atala, procurou a Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), a fim de estudar em profundidade o que produzia.

182Disponível em: <http://www.marfrig.com.br/pt/documentos?id=734>. Acesso em 03 de junho de 2016.

Descobriu que o excelente tratamento que dispensava aos animais resultava em uma carne com boa composição de ácidos graxos (gordura) insaturados. Comparados aos ácidos graxos saturados, os insaturados são bem mais saudáveis, com menos colesterol, e têm um ponto de fusão menor. Na prática, isso significa que, no organismo humano, o processo de digestão é mais leve e agradável. Sechis costuma brincar que suas fazendas são como spas para o boi. Os animais bebem água de ótima qualidade, rica em minerais; têm dieta balanceada e passam os derradeiros dias em ambientes com sistema de nebulização para o controle da temperatura – e ouvindo música clássica (Alegreti, 2016 grifos meus).

Como se percebe, o tratamento positivo dos animais é identificado na qualidade superior da carne, mais saudável e aprazível ao paladar. O papel reportado à universidade confere legitimidade tanto ao pecuarista quanto ao cozinheiro. A perspectiva apresentada pela reportagem se assemelha à abordagem da Aproccima, associação da qual a Fazenda Casa Verde (RS) é integrante, e que foi assim expressa por Bruno:

E aí a gente percebe que o bem-estar animal faz parte do processo produtivo. Então é uma boa alimentação, é um bom manejo, é o conhecimento disso tudo, né. E aquilo que é as cinco liberdades. Ali tu tem um animal que expressa o potencial produtivo dele. E isso a gente faz pra ter um produto diferenciado, pra ter um cliente fidelizado, mas também faz no sentido de ter um processo eficiente economicamente, né (Entrevista com Bruno, 06/04/2015).

Na perspectiva do pecuarista, o bem-estar animal transforma-se num elo a conectar toda a cadeia produtiva da carne, desde o produtor rural até o consumidor. A conexão estabelecida entre o bem-estar animal e a qualidade do produto final carne segue a relação mencionada anteriormente e instituída nos frigoríficos entre o bem-estar animal e a qualidade das carcaças. O bom manejo do gado no frigorífico e o abate conduzido sob métodos humanitários reduz o índice de hematomas e também o estresse dos animais, considerado fator determinante na produção de carnes DFD (escura, dura e seca) e PSE (pálida, flácida e exsudativa).

Lizandro, ao refletir sobre o mercado da carne no Brasil, argumentou que “o bem-estar animal precisa dar algum sabor na carne”, pois o mercado de crença a ele relacionado ainda é bastante incipiente. Na medida em que o bem-estar animal se torna uma propriedade intrínseca da carne, algo que o consumidor pode sentir pelo paladar, o produto tem maiores chances de aceitação no mercado.

Na primeira acepção da palavra crença, definida por Lizandro enquanto um valor intangível, o termo significa algo que não pode ser comprovado empiricamente pelo consumidor. No segundo sentido, a crença ao ser incorporada à carne lhe confere uma nova substância que o comprador pode atestar em sua experiência. Não se trata aqui de denunciar a construção da crença na primeira acepção, como se o selo apenas “representasse” o bem-estar animal. Tampouco se trata de afirmar que o bem-estar animal torna-se real ao se apresentar materialmente na carne na forma de ácidos graxos e sabor apazível. Em ambos os casos, o bem-estar animal é um efeito das relações que constituíram o produto carne desde a fazenda, passando pelas ciências, pelas certificadoras, pelos frigoríficos e pelos supermercados. Ele está na carne por diferenciá-la de carnes convencionais nas gôndolas dos supermercados, mas também por resultar de um trabalho complexo que envolve a atuação de inúmeros mediadores, os quais procurei rastrear e descrever no decorrer desta tese.

Considerações finais

O respeito às normas de bem-estar animal constitui uma das exigências das certificações de origem analisadas nesta tese, o selo *Rainforest Alliance* (RACTM) e o Programa de Boas Práticas Agropecuárias (BPA). No escopo destes protocolos, o bem-estar animal figura ao lado de medidas de sustentabilidade ambiental e de respeito às legislações trabalhistas, que devem ser garantidas para que as fazendas de gado de corte sejam reconhecidas pelas certificações.

Provocada pelo trabalho de Latour (2012), procurei descrever ao longo do texto as diversas conexões suscitadas pela tarefa de seguir estes protocolos. Nesse sentido, se a pesquisa de campo concentrou-se nas fazendas de criação de gado de corte foi preciso também acionar o trabalho de veterinários e zootecnistas em seus congressos, palestras, livros e artigos científicos; as premissas dos movimentos de libertação animal; as normativas legais de proteção e defesa dos direitos do meio ambiente e dos animais; os debates sobre a pecuária e a crise climática; bem como a acomodação de protocolos de sustentabilidade no mercado de alimentos.

Do ponto de vista fornecido pelos estudos sobre o Antropoceno, termo utilizado para caracterizar uma nova era geológica em que a pressão antrópica coloca em risco as condições de vida na Terra, a pecuária é considerada uma das atividades que exerce maior influência no agravamento da crise climática e ambiental. A ela são reputadas consequências tais como o desmatamento, a poluição de rios e mananciais, a liberação de gases de efeito estufa e a perda ou a redução da biodiversidade. Por meio das certificações, os pecuaristas buscam reverter tal

imagem negativa e demonstrar que altos índices de produtividade podem ser alcançados por meio de uma aliança com a preservação do meio ambiente.

Os defensores da libertação animal criticam essa abordagem. Para eles, não é possível defender os animais ou o meio ambiente com medidas de bem-estar. Os libertacionistas se contrapõem ao uso dos animais sob quaisquer rubricas, e a criação de gado para a alimentação humana é considerada uma das atividades mais antropocêntricas e cruéis praticadas contra os animais. Por não questionar o uso e a morte dos animais, as medidas de bem-estar institucionalizaram a opressão humana na medida em que apenas atualizam parâmetros que consideram humanamente aceitáveis para o seu sofrimento.

Na perspectiva adotada por ambas as certificações, tanto a natureza quanto os animais são abordados como recursos. Nesse sentido, tornam-se artigos de gerenciamento que podem ser melhor administrados e cuja produtividade pode ser incrementada com práticas sustentáveis e de bem-estar, mas não a despeito delas. A centralidade do humano, que aparece nas discussões do Antropoceno figurando como causa mas também como solução (entre os mais otimistas) para a crise climática, se repete na perspectiva do capitalismo verde ao qual as práticas sustentáveis das certificações se filiam. Os movimentos de libertação animal, por sua vez, embora se pretendam anti-antropocêntricos não são menos humanistas: os direitos a serem concedidos aos animais estão profundamente enraizados no modelo universalista de direitos humanos.

Nas fazendas de gado de corte que adotam os protocolos, as medidas de bem-estar animal incluem a instalação de novos equipamentos, tais como os currais anti-estresse e as bandeiras de manejo, além do treinamento dos trabalhadores para o uso das novas tecnologias e em prol do emprego de técnicas racionais de manejo do gado. No cotidiano de trabalho com os bovinos essas instruções são incorporadas aos conhecimentos prévios de vaqueiros e

campeiros e não foi sem resistência que as práticas foram introduzidas nas fazendas. Os trabalhadores do gado atentam para o fato de que o bem-estar de humanos e de animais é interdependente: longas jornadas de trabalho, poucos períodos de descanso e a crescente pressão por produtividade reduz a qualidade de vida de ambos.

A vida cotidiana com o gado é descrita pelos trabalhadores em termos de resistência e de cooperação. Nesse entendimento, se há animais “bons de tronco”, assim qualificados aqueles que atendem às instruções de vaqueiros e campeiros, há animais “ruins de tronco”, ou seja, aqueles que resistem, se negam e ocasionalmente se insurgem nas lidas de campo e nos trabalhos de curral. Partindo-se da etnoclassificação dos vaqueiros das Fazendas Beira Alta, no Mato Grosso e dos campeiros da Fazenda Casa Verde, no Rio Grande do Sul, o gado de origem zebuína é, de modo geral, mais arisco e de temperamento mais intempestivo do que o gado de origem taurina (europeia), mais lento e manso do que os espécimes de origem zebu.

As medidas de bem-estar animal nas fazendas pretendem substituir o uso de técnicas violentas para lidar com a resistência desses animais “amuados” e “doidões”. O choque e o aguilhão foram substituídos pelas bandeiras de manejo que, ao serem agitadas próximo a cabeça dos bovinos, os impele a andar para a frente. Ao serem posicionadas em sua face, o objetivo é deter a sua caminhada. Açoites com o laço ou com pedaços de madeira também são proibidos, embora sejam utilizados como último recurso para que as tarefas de vacinação, embarque e cadastramento sejam cumpridas. Como narram os vaqueiros, o uso da força para trabalhar o gado foi drasticamente reduzido após a implantação das medidas de bem-estar animal nas fazendas, o que resultou também na redução dos acidentes de trabalho entre eles. Nesse sentido, a “lida bruta” cede lugar a uma “lida gentil” com o gado, na qual o uso da força é substituído pelo “jeito”, por técnicas que consistem em “lograr” os bovinos para que eles cooperem com o trabalho.

Os treinamentos voltados aos trabalhadores das fazendas, ministrados por zootecnistas e/ou veterinários enfatizam a necessidade de “se conhecer o boi para melhor trabalhar com ele”. Esse conhecimento, entretanto, não é aquele dos vaqueiros e campeiros, oriundo das lidas cotidianas com o gado. São os estudos de etologia, veterinária e zootecnia que definem os comportamentos do gado e são eles que devem embasar o manejo dos bovinos. O adjetivo “racional” que recebe esse tipo de manejo baseia-se assim em conhecimentos científicos que pretendem suprimir o uso da força nas interações com os animais de produção.

A ciência do bem-estar animal, desde as premissas desenvolvidas no relatório do Comitê Brambell, tem se devotado à definição do conceito e ao estabelecimento de indicadores de mensuração do sofrimento dos animais. Suas análises estão concentradas em definir medidas pontuais que possam proporcionar maior conforto aos animais de produção, sem com isso questionar o seu estatuto e o próprio sistema no qual os animais estão inseridos. Determinadas práticas como a castração e o corte dos chifres, para ficar no caso dos bovinos, não são proibidas na esfera do bem-estar animal, mas devem ser realizadas mediante cuidados paliativos para minimizar a dor resultante desses procedimentos.

A artificialidade dos ambientes em que são mantidos os animais de produção, como os confinamentos de gado de corte, são alvos das críticas mais incisivas ao modelo de produção intensivo. Na ciência do bem-estar animal, a reprodução exata de ambientes “naturais”, entretanto, não é considerada um fator obrigatoriamente positivo para o bem-estar dos animais. Isso porque os animais de produção, na ótica da ciência do bem-estar animal, não estão inscritos de todo na natureza: as inúmeras modificações genéticas e os m de convívio com os humanos os fez híbridos de natureza e cultura. A domesticação é abordada como um elemento a agregar complexidade para a vida humana e animal e é incorporada nas análises e avaliações de bem-estar. A paisagem “natural” descrita pelos campeiros também comporta um

elemento de domesticidade, na medida em que sua vida “no pasto”, não é pensada de forma dissociada do trabalho empregado pelos humanos na criação dessa paisagem.

O desenvolvimento de indicadores para o sofrimento dos animais e de uma nova linguagem para abordá-lo é outra dimensão da ciência do bem-estar animal. Os comportamentos estereotípicos, o grau de sucesso reprodutivo e o temperamento dos animais tornam-se indexadores que caracterizam as suas condições de vida. Entretanto, o bem-estar animal também é objeto de avaliação uma vez consumada a sua morte. Nas carcaças, produto primeiro do abate dos bovinos, o fracasso das medidas de bem-estar se manifesta em hematomas e ferimentos de extensão variável, que compromete a sua integridade e também a rentabilidade na sua comercialização. O estresse da vida nas fazendas, nos meios de transporte ou nos procedimentos de abate e pré-abate nos frigoríficos, por sua vez, afeta negativamente a qualidade da carne vendida nos supermercados, tornando-as duras e secas ou pálidas e flácidas.

No mercado da carne, as certificações de origem são apropriadas como mecanismos de diferenciação dos produtos. Elas são acionadas para distinguir e criar marcas de modo a fidelizar clientes e se diferenciar em um mercado de commodity. Nas Fazendas Beira Alta (MT) a certificação socioambiental é o principal mecanismo de diferenciação da carne originada dos seus animais. Nas fazendas Casa Verde (RS) essa diferenciação se dá amparada também na conformação racial dos animais, que têm origem europeia.

Os riscos associados ao consumo de carne bovina são diversos e os agentes vinculados a essa indústria buscam desenvolver mecanismos de modo a minimizar os impactos negativos de campanhas anti-carnívoras. Os “perigos” da carne envolvem o desenvolvimento de doenças como as cardiopatias e o aumento do colesterol, a contaminação por hormônios, medicamentos veterinários e rações de origem animal, e, como procurei demonstrar no

decorrer desta tese, também a degradação ambiental e o sofrimento dos animais. O programa BPA e o selo RACTM configuram mecanismos para fomentar a confiança dos consumidores quanto à origem e os procedimentos sustentáveis e éticos empregados na criação do animal e na produção da carne finalizada pelos frigoríficos.

As relações entre humanos e animais balizadas por conceitos de bem-estar que descrevi nesta tese ultrapassam os limites das fazendas, onde vive o gado de corte e seus trabalhadores. Procurei preservar a complexidade que o tema sugere ao colocar o bem-estar animal em relação com os pecuaristas, os vaqueiros, os campeiros, os cientistas, as organizações governamentais e não-governamentais, as certificadoras e os ativistas dos direitos dos animais que acionam a categoria em suas experiências.

A assimetria humano-animal é uma característica das relações às quais a categoria de bem-estar animal faz referência. Essa assimetria não implica em uma completa passividade dos animais em suas relações com os humanos. No cotidiano de trabalho nas fazendas, os bois resistem e enfrentam os humanos em suas tentativas de fazê-los cooperar. As medidas de bem-estar animal podem ser assim descritas como um conjunto de conhecimentos e práticas que visa tornar essas relações assimétricas menos cruéis e dolorosas e não menos lucrativas.

A associação entre a dimensão econômica da pecuária e as avaliações de bem-estar produz animais “felizes” e “produtivos”, que sentem como sujeitos e produzem como máquinas. Ao ser incorporado na carne, o bem-estar animal confere reconhecimento às propriedades rurais e diferenciação dos seus produtos no mercado: o bem-estar animal se revela tanto na carne-vida dos bovinos nas fazendas, quanto na carne-produto dos supermercados.

Anexo 1. Classes e classificações

O conjunto formado pelo gado de corte em uma fazenda é classificado em diversas categorias, podendo receber diferentes nomenclaturas conforme a região do Brasil em que nos encontramos. A categorização dos animais assume papel crucial na definição da dieta e nos tratamentos sanitários e médicos que os animais são submetidos no decorrer de sua vida. Cada categoria animal recebe um manejo nutricional e sanitário específico, condizente à classe a qual faz parte.

Os filhotes de bois e vacas são chamados de *terneiros* no Rio Grande do Sul e de *bezerros* no Mato Grosso. Eles permanecem nessa categoria até os oito meses de idade, ou até serem desmamados, o que pode ocorrer aos seis e também aos sete meses. Um grupo formado por bezerros pode ser chamado de “bezerrada”, assim como aquele formado por terneiros pode ser chamado de “terneirada”. Ambas as denominações servem para machos e fêmeas, sendo a fêmea uma terneira ou uma bezerra.

Ao completar um ano de vida, o bezerro e o terneiro podem ser chamados de “*sobre ano*”, denominação que pode ser aplicada a animais por volta de 15 meses. No Mato Grosso a palavra *garrote* também define o animal que está deixando de ser um bezerro para se tornar um boi adulto. O boi pode ser considerado um garrote até os 24 meses de idade. No Rio Grande do Sul o garrote é conhecido por *novilho*.

O macho adulto cuja função é gerar novos indivíduos, ou seja, é o macho reprodutor, chamado de *touro*. O macho adulto destinado ao corte chama-se *boi*. Todo touro é também um boi, mas nem todo boi é um touro. A castração química ou manual é importante nessa separação. No Rio Grande do Sul, os machos destinados ao corte são castrados, o que torna os bois incapazes fisicamente de procriarem. No Mato Grosso os machos para o abate não são

mais castrados, tanto por razões econômicas – o frigorífico não paga mais por esse tipo de animal que, além disso, tem uma engorda mais demorada – quanto por razões de bem-estar animal. A castração é um procedimento doloroso e as opiniões quanto a sua prática são controversas. Ao passo que na Fazenda Casa Verde um macho castrado é sinônimo de boi, e jamais de um touro (pois não pode reproduzir), no Mato Grosso, todos os bois são touros em potencial, visto que fisicamente sua capacidade reprodutiva permanece intacta.

Entre os machos ainda podemos encontrar o *rufião*, um boi especializado em detectar as fêmeas no cio. O rufião não entra na categorização de animais de corte, é um boi que auxilia na atividade reprodutiva dos animais. Ele não é castrado, visto que assim perderia grande parte de sua libido, o que é fundamental para a atividade a que é destinado. Por meio de uma técnica cirúrgica como o desvio lateral do pênis, o rufião fica impedido de copular com as fêmeas, mas ao demonstrar sua libido montando-as, o observador pode identificar quais as fêmeas estão prontas para serem fecundadas.

As fêmeas de corte, por sua vez, partilham de outras classificações. Um primeiro recorte pode ser feito entre aquelas que darão origem a novos filhotes, as *matrizes*, e as fêmeas de *descarte*, que, assim como os machos, serão criadas com vistas à produção de carne, e não de novos bezerros ou terneiros. É preciso ressaltar que a absoluta maioria das fêmeas se encaixa na categoria de matriz. As más-formações no sistema reprodutivo das fêmeas são a principal causa de descarte das mesmas. Muitas vezes o descarte acontece após uma primeira tentativa de prenhes, que não obteve sucesso.

Uma fêmea com idade superior aos 12 meses e que (ainda) não teve filhotes é chamada de *novilha*. A fêmea só recebe a denominação *vaca* a partir do momento em que teve a primeira cria. Dessa forma, uma novilha ainda não é uma vaca, mas, uma vaca em

potencial¹⁸³. As vacas podem ainda ser classificadas conforme a quantidade de vezes em que deram à luz: primípara é a vaca com uma cria, secundípara é a vaca com duas crias, e múltipara é a vaca com três ou mais gestações de sucesso¹⁸⁴.

As vacas, assim como os touros, animais cuja função na fazenda é gerar novos indivíduos, atingem idades mais avançadas que a maioria de seus filhotes que serão engordados para o abate. Uma vaca nas Fazendas Beira Alta, por exemplo, teve a idade estimada em 17 anos em função do tamanho e formato dos seus chifres. Ao término de suas atividades reprodutivas, touros e vacas também são abatidos e têm sua carne comercializada.

183São detalhes que permitem distinguir uma vaca de uma novilha. Uma forma é conhecer o animal de longa data, o que é possível entre os vaqueiros e campeiros, que tem com esses animais o contato mais prolongado. No corpo das fêmeas as sucessivas gestações deixam sua marca nos úberes, que ficam maiores e mais flácidos na medida em que aumenta o número de crias.

184Essa separação não é dos vaqueiros, sendo mais utilizada entre os veterinários e zootecnistas.

Anexo 2. Pelagens



Rabicano



Nilo Brasino



Barroso (cruza com charolês)



Brasino



Barroso (cruza com Limousin)



Osco



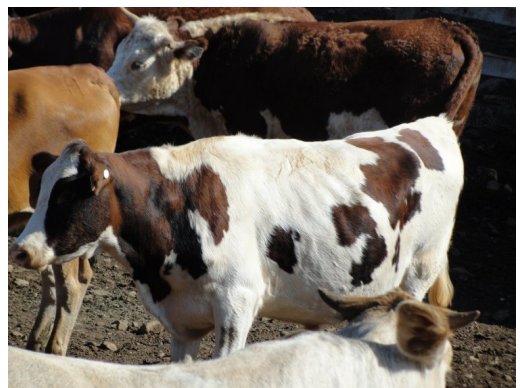
Nilo Barroso



Nilo Preto



Fumaço mascarado



Overo (pintado)



Vermelho (Red Angus)



Fumaço (clássico)

Referências Bibliográficas

A. SILVA, Tagore Trajano de. 2009. Fundamentos do Direito Animal Constitucional. Trabalho publicado nos Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI.

ABIEC. 2014. *Brazilian Beef – Perfil 2014*. Disponível em: <http://www.abiec.com.br/texto.asp?id=8>. Último acesso em 04 de junho de 2016.

ADAMS, Carol J. 2012. *Política sexual da carne: uma teoria crítica feminista vegetariana*. São Paulo: Alaúde.

AGAMBEN, Giorgio. 2013. *O Aberto: o homem e o animal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. 2007. *Homo Sacer*. O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG.

ALEGRETTI, Fernanda. 2016. Refeição exclusiva: a customização de alimentos, de origem animal e vegetal, é a receita cada vez mais presente no cardápio do que há de mais inovador na gastronomia. *Veja Mobile*. Ano 49, Ed. 2479, N. 21. Último acesso em 25 de maio de 2016.

ALMEIDA, André Koutchin de; MICHELS, Ido Luiz. 2012. O Brasil e a economia-mundo: o caso da carne bovina. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 33, n. 1, pp. 207-230.

AMARAL, Gisele; CARVALHO, Frederico; CAPANEMA, Luciana; CARVALHO, Bruno Augusto de. 2012. *Panorama da Pecuária Sustentável*. Brasília: BNDES Setorial 36, p. 249-288.

APROCCIMA. 2016. *Unidade de negócio: carne bovina*. Disponível em: <http://aproccima.com.br/unidades.php?pagina=2>. Último acesso em 04 de junho de 2016.

ARCANJO MATOS, Pedro. 2010. *Toda dor do mundo: uma introdução a ontologias não-especistas*. Brasília: Editora Quinta Mão.

ATWOOD, Margaret. 2004. *Oryx e Crake*. Rio de Janeiro: Rocco.

AZEVEDO, Paulo Furquim. 2005. Concorrência no agribusiness. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F. *Economia e gestão dos negócios agroalimentares*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

BANDUCCI JR., Álvaro. 2007. *A natureza do Pantaneiro*. Relações sociais e representações de mundo no “Pantanal da Nhecolândia”. Campo Grande: Editora UFMS.

BARBALHO, Patrícia Cruz. 2007. Avaliação de Programas de Treinamento em Manejo Racional de Bovinos em Frigoríficos para melhoria do bem-estar animal. 70f. Dissertação.

(Mestrado em Zootecnia). Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Jaboticabal.

BARRET, Ronald; KUZAWA, Christopher W.; McDADE, Thomas; ARMELAGOS, George J. 1998. Emerging and Re-emerging infectious diseases: the third epidemiologic transition. *Annu. Rev. Anthropol.* 27: pp.247–71.

BEEFPOINT. 2016. Artigo especial sobre exportações de carne bovina da Índia. Disponível em: <http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/giro-do-boi/confira-artigo-especial-sobre-exportacoes-de-carne-bovina-da-india/>. Último acesso em 25 de julho de 2016.

BERGER, John. *Sobre o olhar*. 2003 [1980]. Barcelona: Editorial Gustavo Gili SA.

BEVILAQUA, Ciméa. 2011. Chimpanzés em juízo: pessoas, coisas e diferenças. *Horizontes Antropológicos*. V. 35. Porto Alegre, pp. 65-102.

BILDTGÅRD, Torbjörn. 2008. Trust in food in modern and late-modern societies. *Social Science Information*. Vol 47(1), pp. 99–128.

BPA. 2011. *Boas Práticas Agropecuárias – Bovinos de Corte*. Manual de Orientações. Embrapa Bovinos de Corte: Campo Grande, MS.

BPA. 2013. *Lista de verificação para rebanhos comerciais*. Embrapa Bovinos de Corte: Campo Grande, MS.

BRAMBELL, W.R. 1965. *Report of the Technical Committee to Enquire into the Welfare of Animals kept under Intensive Livestock Husbandry Systems*. Londres.

BRASIL. 1988. Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Último acesso em 04 de junho de 2016.

BRASIL. 1998. Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm. Último acesso em 04 de junho de 2016.

BRASIL. 2008. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. MAPA. Instrução Normativa Nº 56, de 06 de novembro de 2008. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Producao-Integrada-Pecuaria/IN%2056%20de%202008.pdf. Último acesso em 04 de junho de 2016.

BRASIL. 1997. Decreto Federal nº 2.244 de 04 de junho de 1997. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2244-4-junho-1997-437252-norma-pe.html>. Último acesso em 04 de junho de 2016.

BRASIL. 2013. Lei N. 12.870. *Reconhece a atividade de vaqueiro como profissão*. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF. p.5.

BRASIL. 2007. Projeto de Lei nº 215/2007. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=341067>>. Último acesso em 04 de junho de 2016.

BRASIL. 1934. Decreto nº. 24.645 de 10 de julho de 1934. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=39567>>. Último acesso em 04 de junho de 2016.

BRASIL. 2000. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Mapa. Secretaria de Defesa Agropecuária. *Instrução normativa n. 3*, de 17 de janeiro de 2000. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto?method=consultarLegislacaoFederal>. Último acesso em 04 de junho de 2016.

BRASIL. 1969. DECRETO-LEI N ° 986, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969. Institui Normas Básicas sobre Alimentos. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto?method=consultarLegislacaoFederal>. Último acesso em 04 de junho de 2016.

BROOM, Donald. Animal welfare: concepts and measurement. *Journal of Animal Science*. N. 69, 1991. pp. 4167,-4175.

_____. 2014. *Sentience and Animal Welfare*. Wallingford: CABI.

_____. 2005. *Animal welfare: the concept of the issues*. In: DOLLINS, Francine L. *Attitudes to Animals. Views in Animal Welfare*. New York: Cambridge University Press.

BROOM, Donald; MOLENTO, Carla F. 2004. Bem-estar animal: conceito e questões relacionadas – revisão. *Archives of Veterinary Science* v. 9, n. 2, pp. 1-11.

BUAINAIN, A. M; BATALHA, M. O. 2007. *Cadeia Produtiva da Carne Bovina*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria da Política Agrícola. Brasília.

BULLIET, Richard W. 2005. *Hunters, herders and hamburgers: the past and future of human animal relationships*. New York: Columbia University Press.

CANDEA, Matei. 2010. “I fell in love with Bruno, the meerkat”: engagement and detachment in human-animal relations. In: *American Ethnologist*, v. 37, n. 2.

CARDOZO DIAS, Edna. 2000. *Tutela jurídica dos animais*. Tese – (Doutorado em Direito) Faculdade de Direito. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CARENZI, Corrado & VERGA, Marina. 2009. Animal Welfare: review of the scientific concept and definition. *Ital. J. Animal. Sci.* vol. 8 (Suppl. 1), pp. 21-30.

CASTRO JÚNIOR, Marco Aurélio de & VITAL, Aline de Oliveira. 2015. Direitos dos Animais e a Garantia Constitucional de Vedação à Crueldade. *Revista Brasileira de Direito Animal*. V. 10 N. 18, pp. 137-175.

CHAKRABARTY, Dipesh. 2009. The climate of history: four theses. *Critical Inquiry*, 35: pp. 97-222.

CHAMBERS, Philip G.; GRANDIN, Temple. 2001. *Guidelines for humane handling, transport and slaughter of livestock*. FAO; HSI. Disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/animalwelfare/guidelines%20humane%20handling%20transport%20slaughter.pdf. Último acesso em 04 de junho de 2016.

CHIAPPINI, Gabriel. 2014. Menos sofrimento, mais lucro. *Revista A Lavoura*. Ano 117, N. 701. Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura. pp. 16-25.

CLIMENI, Bruno Santi Orsi; MONTEIRO, Marcos Vilkas; SAMARONI, Mayco; PICCININ, Adriana. 2008. “Interpretação da linguagem dos animais para manutenção do bem-estar animal”. *Revista Eletrônica de Medicina Veterinária*. (10-1): s/p.

COSTA, Alyne de Castro. 2014. *Guerra e Paz no Antropoceno: uma análise da crise ecológica segundo a obra de Bruno Latour*. 133f. Dissertação - (Mestrado em Filosofia) Departamento de Filosofia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CRUTZEN, Paul J. 2002. Geology of mankind. *Nature*. 415, 23.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. 2000. *The Anthropocene*. IGBP [International Geosphere-Biosphere Programme] Newsletter, n. 41.

D'ALMEIDA, Carolina A. 2012. *Exploração ecologicamente correta?! Reflexões sobre as políticas bem estaristas do capitalismo verde*. In: III Encontro Internacional de Ciências Sociais – Crise e Emergência de Novas Dinâmicas Sociais. Pelotas: II Encontro Internacional de Ciências Sociais – As Ciências Sociais e os Desafios do séc. XXI. Pelotas: Ed. Universitária UFPel, v. 3.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2014. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis: Cultura e Barbárie; Instituto Socioambiental.

DECLARAÇÃO DE CAMBRIDGE SOBRE A CONSCIÊNCIA EM ANIMAIS NÃO-HUMANOS. 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/511936-declaracao-de-cambridge-sobre-a-consciencia-em-animais-humanos-e-nao-humanos>. Último acesso em 04 de junho de 2016.

DERRIDA, Jacques. 2011. *O animal que logo sou (A seguir)*. São Paulo: Editora Unesp.

DESCOLA, Philippe. 1998. Estrutura ou Sentimento: a relação com o animal na Amazônia. *Mana*. Revista de Antropologia Social. Vol. 4, n. 1. pp. 23-45.

_____. 2010. *Más allá de naturaleza i cultura*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.

DESPRET, Vinciane. 2004. The body we care for: figures of anthropo-zoo-genesis. *Body and Society*. 10(2-3): pp. 111-134.

DIAS, Juliana Vergueiro Gomes. 2009. *O Rigor da Morte: a Construção Simbólica do “Animal de Açougue” na Produção Industrial Brasileira*. 107f. Dissertação - (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DONOVAN, Josephine. 2007. *Animals Right and Feminist Theory* [1990]. In: *The Feminist Care Tradition in Animal Ethics: a Reader*. DONOVAN, J.; ADAMS, C.J (ed). New York: Columbia University Press.

DUNCAN, Ian. 2005. Science-based assessment of animal welfare: farm animals. *Rev. Sci. Tech. Off. Int. Epiz.*, 2005, 24 (2): pp. 483-492.

ELIAS, Norbert. 2011. *O processo civilizador*. Vol. 1. Uma história dos costumes. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar.

ETIM, NseAbasi N.; OFFIONG, Edem E. A.; EYOH, Glory D.; UDO, MetiAbasi D. 2013. Stress and Animal Welfare: an uneasy relationship. *European Journal of Advanced Research in Biological and Life Sciences*. V. 1 N. 1. pp. 9-16.

F. A. SOUZA, Mônica. 2002. *Homeopatia veterinária*. Trabalho apresentado na I Conferência Virtual Global sobre Produção Orgânica de Bovinos de Corte. Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/agencia/congressovirtual/pdf/portugues/02pt02.pdf>. Último acesso em 04 de junho de 2016.

FAO. 2006. *Livestock's long shadow: environmental issues and options*. Food and Agriculture Organization of the United Nations: Roma. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/010/a0701e/a0701e00.HTM>. Último acesso em 04 de junho de 2016.

FAO. 2009. *Capacitação para implementar boas práticas de bem-estar animal*. Relatório do Encontro de Especialistas da FAO. Roma: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Producao-Integrada-Pecuaria/FAO%20Capacita%C3%A7%C3%A3o%20para%20BEA.pdf. Último acesso em 04 de junho de 2016.

FAOSTAT. 2013. *Livestock Primary Data*. Disponível em: <http://faostat3.fao.org>. Último acesso em 04 de junho de 2016.

FAUSTO, Juliana. 2013. Terranos e poetas: o “povo de Gaia” como o “povo que falta”. *Revista Landa*. Vol. 2. N. 1. pp.165-181.

FELÍCIO, Pedro Eduardo de. 1997. Fatores que Influenciam na Qualidade da Carne Bovina. In: A. M. Peixoto; J. C. Moura; V. P. de Faria. (Org.). *Produção de Novilho de Corte*. 1.ed. Piracicaba: FEALQ. v. Único, pp.79-97.

FELIPE, Sônia. 2011. *Abolicionistas, bem-estaristas, socorristas*. In: ANDA. Agência de Notícias dos Direitos Animais. Coluna “Questão de ética”, de 26 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.anda.jor.br/26/12/2011/abolicionistas-bem-estaristas-socorristas>. Último acesso em 04 de junho de 2016.

FERRIGNO, Mayra Vergotti. 2012. *Veganismo e Libertação animal: um estudo etnográfico*. 294f. Dissertação - (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

FITZGERALD, Amy J. 2015. *Animals as food: (re)connecting Production, Processing, Consumption and Impacts*. East Lansing: Michigan State University Press.

FLORINDO, Thiago José; MEDEIROS, Giovanna Isabelle Bom de; MAUAD, Juliana Rosa Carrijo. 2015. Análise das barreiras não tarifárias à exportação da carne bovina. *Revista de Política Agrícola*. Ano XXIV – No 2 – Abr./Maio/Jun. pp. 52-63.

FOUCAULT, Michel. 2000. *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes.

FRASER, David. 2012. *Compreendendo o bem-estar animal: a ciência no seu contexto cultural*. Londrina: Eduel.

GRANDIN, Temple. 1995. Cattle with hair whose patterns above the eyes are more behaviorally agitated during restraint. *Applied Animal Behavior Science*. v.46, p.117-123.

GRANDIN, Temple e JOHNSON, Catherine. 2010. *O bem-estar dos animais*. Proposta de uma vida melhor para todos os bichos. Rio de Janeiro: Rocco.

_____. 2006. *Animals in Translation*. Londres: Bloomsbury Publishing.

GUATTARI, Félix. 1993. *As três ecologias*. Campinas: Papirus.

HARAWAY, Donna. 1995. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5), pp. 7-41.

_____. 2003. *The Companion Species Manifesto: dogs people and significant otherness*. Chicago: Prickly Paradigm Press.

_____. 2008. *When Species Meet*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

_____. 2009. *Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*. In: TADEU, Tomaz (org). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

_____. 2011. A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 17, n. 35, pp. 27-64.

_____. 2014. *Anthropocene, Capitalocene, Chthulucene*. An interview with Donna Haraway by Martha Kenney. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/53e3ff14e4b029aa443dd0af/t/55806ee6e4b0fd31006b7ce0/1434480358842/ARTANTHRO_HARAWAY_PROOF.pdf. Último acesso em 04 de junho de 2016.

HARRIS, Marvin. 1966. The Cultural Ecology of India's Sacred Cattle. *Current Anthropology*. Vol.7. N. 1. pp. 50-66.

_____. 1978. India's sacred cow. *Human Nature*, pp. 28-36.

_____. 1974. *Cows, pigs, wars and witches*. The riddles of culture. New York: Random House.

HASSEN, Nazareth Agra. 2016. Defensora dos animais é a favor de mostrar sacrifício de borrego na TV. Entrevista concedida ao Jornal Zero Hora em 15 de março de 2016. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/noticia/2016/03/defensora-dos-animais-e-a-favor-de-mostrar-sacrificio-de-borrego-na-tv-5111977.html>. Último acesso em 04 de junho de 2016.

HEMSWORTH, Paul. 2007. Ethical Stockmanship. *Australian Veterinary Journal*. 85 (5): pp. 194-200.

HÖTZEL, Maria José; MACHADO FILHO, Luiz Bruno Pinheiro. 2004. Bem-estar animal na agricultura do século XXI. *Revista de Etologia*, Vol.6, N°1, pp. 03-15.

HÖTZEL, Maria José; NOGUEIRA, Selene S. da Cunha; MACHADO FILHO, Luiz Bruno Pinheiro. 2010. Bem-estar dos animais de produção: das necessidades animais às possibilidades humanas. *Revista de Etologia*. Vol.9, N°2, pp. 1-10.

HONORATTO, L. A.; HÖTZEL, M.J.; GOMES, C.C de M.; SILVEIRA, I.D.B; MACHADO FILHO, L.C. 2012. Particularidades relevantes da interação humano-animal para o bem-estar e produtividade de vacas leiteiras. *Ciência Rural*, Santa Maria, v.42, n.2, pp.332-339.

IBGE. 2012. *Produção da Pecuária Municipal 2011*. V. 39. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE. 2015. *Produção da Pecuária Municipal 2014*. V. 42. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE. 2016. *Estatística da Produção Pecuária*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producaoagropecuaria/abate-leite-couro-ovos_201504_publ_completa.pdf. Último acesso em 04 de junho de 2016.

IMAFLOA. 2010. *Normas para Sistemas Sustentáveis de Produção Pecuária*. Rede de Agricultura Sustentável (RAS). Disponível em: http://www.imaflora.org/downloads/biblioteca/normaRAS_pecuaria_2011.pdf. Último acesso em 04 de junho de 2016.

IMAFLOA. 2012. *A busca pela sustentabilidade no campo: 10 anos de certificação agrícola no Brasil*. IMAFLORA: Piracicaba/SP.

IMAFLOA. 2015. *Relatório Anual 2014*. Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola. Piracicaba, SP. Disponível em: http://www.imaflora.org/downloads/biblioteca/559d27c30b2a3_relatorio_2015_aprovado.pdf. Último acesso em 04 de junho de 2016.

INGOLD, Tim. 2000. *The perceptions of environment: essays on livelihood, dwelling, and skill*. New York: Routledge.

INGOLD, Tim. 1995. "Humanidade e Animalidade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 10 (28): 39-54.

IPCC. 2013. *Summary for Policymakers*. Intergovernmental Panel on Climate Change. Disponível em: https://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/wg1/WGIAR5_SPM_brochure_en.pdf. Último acesso em 04 de junho de 2016.

JOY, Melanie. 2011. *Why We Love Dogs, Eat Pigs, and Wear Cows: An Introduction to Carnism*. San Francisco: Conari Press.

KIRK, Robert. 2014. "The invention of the 'Stressed Animal' and the Development of a Science of Animal Welfare, 1947-86". In: Cantor D, Ramsden E, (Ed.). *Stress, Shock, and Adaptation in the Twentieth Century*. Rochester (NY): University of Rochester Press.

L. SOUZA, Maria Cecília Galli; CASOTTI, Leticia Moreira; LEMME, Celso Funcia. 2013. Consumo consciente como determinante da sustentabilidade ambiental: respeitar os animais pode ser um bom negócio? *Rev. Adm. UFSM*, Santa Maria, v. 6, Edição Especial, p. 229-246.

L. SOUZA, Maria Cecília Galli. 2011. *Consumo sustentável de carne: um estudo exploratório da reação dos consumidores às informações sobre maus tratos com animais de produção*. 158f. Dissertação - (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LADEIRA, Márcio Machado; OLIVEIRA, Ronaldo Lopes. 2006. *Estratégias nutricionais para melhoria da carcaça bovina*. Artigo publicado nos animais do II SIMBOI – Simpósio sobre Desafios e Novas Tecnologias na Bovinocultura de Corte, 29 a 30.04.2006, Brasília-DF.

LATOUR, Bruno. 2011. *Jamais Fomos Modernos: ensaios de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34.

_____. 2012. *Reagregando o Social: uma introdução à teoria ator-rede*. Salvador, Bauru: EDUFBA, EDUSC.

_____. 2013. *Facing Gaia: Six lectures on the political theology of nature, being the Gifford Lectures on Natural Religion*. Edinburgh.

_____. 2014. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. São Paulo: *Revista de Antropologia da USP*, V.57, N.1. pp.11-31.

LEAL, Natacha Simei. 2011. “Touros de genética, touros de genealogia”: controvérsias da pecuária brasileira. *Periféria*. Revista de Recerça i formació em antropologia. N. 15, pp. 1-20.

_____. 2014. *Nome aos bois*. Zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite. 320f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

LEVAI, Laerte Fernando. 2001 Animais e bioética: uma reflexão filosófica. *Caderno Jurídico da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo*, ano 1, vol. 1, nº 2, julho/. pp. 59-76.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 2009. A lição de sabedoria das vacas loucas. In: *Estudos Avançados*. 23(67). pp. 211-216.

LEWGOY, Bernardo; SORDI, Caetano. 2012. *As guerras da carne*: o consumo carnívoro, seus defensores e críticos: novas e velhas configurações. In: STEIL, C.A.; CARVALHO, Isabel. (Org.). *Cultura, Percepção e Ambiente: diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Terceiro Nome. pp. 137-151.

LIMA, Victor Muiños B.; COSTA, Cláudio Nápolis; LEITE, José Luiz B.; BORNSTEIN, Cláudio Thomas. 2007. *SISBOV: Entendendo o Passado, Planejando o Futuro*. Artigo publicado nos Anais do XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Londrina/PR.

LOPES, Kátia R. Freire; BATISTA, Jael; DIAS, Regina Valéria da Cunha; SOTO-BLANCO, Benito. 2009. Influência das competições de vaquejada sobre os parâmetros indicadores de estresse em equinos. *Ciência Animal Brasileira*, v. 10, n. 2, pp. 538-543.

LUDTKE, C.; CIOCCA, J.R.P; DANDIN, T; BARBALHO, P.C; VILELA, J.A; FERRARRINI, C. 2012. *Abate Humanitário de Bovinos*. Rio de Janeiro: WSPA.

LUKE, Brian. 2007. *Justice, Caring, and Animal Liberation* [1992]. In: *The Feminist Care Tradition in Animal Ethics: a Reader*. DONOVAN, J.; ADAMS, C.J (ed). New York: Columbia University Press.

MALAFAIA, P.; BARBOSA, J.D.; TOKARNIA, C.H.; OLIVEIRA, C.M.C.; 2011. Distúrbios comportamentais em ruminantes não associados a doenças: origem, significado e importância. *Pesq. Vet. Bras.* 31(9): pp. 781-790.

MAPA. 1989. Portaria 612, de 05 de outubro de 1989. *Aprova o Sistema Nacional de Tipificação de Carcaças Bovinas*. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>. Último acesso em 04 de junho de 2016.

MAPA. 2015. *Projeções do Agronegócio*. Brasil 2014/15 a 2024/25. Projeções de Longo Prazo. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Assessoria de Gestão Estratégica: Brasília, DF.

MEDRADO, Joana. 2013. *Do pastoreio à Pecuária*. A invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central. 255f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MELO Filho, Geraldo Augusto de; QUEIROZ, Haroldo Pires de. 2011. *Gado de corte: o produtor pergunta e a Embrapa responde*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica.

MENEZES, Rachel Aisengart. 2003. Tecnologia e “morte natural”: o morrer na contemporaneidade. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 13(2): pp.129-147.

MENEZES, Shirley Martins; ALCÂNTARA, Rosane Lúcia C.; DE ZEN, Sergio. 2007. *Implicações das exigências dos supermercados nos sistemas de produção de frigoríficos de bovinos de São Paulo*. Artigo publicado nos Anais do XIV Simpósio de Engenharia de Produção.

MICHELS, I. 2000. *A bovinocultura de corte brasileira e o mercado externo: regiões sanitárias e a cadeia produtiva da carne bovina de Mato Grosso do Sul*. 334f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOLENTO, Carla. 2005 Bem-estar e produção: aspectos econômicos – revisão. *Archives of Veterinary Science* v. 10, n. 1, pp. 1-11.

_____. 2007. Bem-estar animal: qual é a novidade? *Acta Scientiae Veterinariae*. 35(Supl 2): pp. 224-226.

MOORE, Jason. 2014a. *The Capitalocene. Part I: On the Nature & Origins of Our Ecological Crisis*. Disponível em: http://www.jasonwmoore.com/uploads/The_Capitalocene_Part_I_June_2014.pdf. Último acesso em 04 de junho de 2016.

_____. 2014b. *The Capitalocene: Beyond Environment as the Zone of Consequence*. Disponível em: <https://jasonwmoore.wordpress.com/2014/03/26/the-capitalocene-beyond-environment-as-the-zone-of-consequence/>. Último acesso em 04 de junho de 2016.

MOREIRA, Saulo Amaral; THOMÉ, Karim Marini; FERREIRA, Polyanna da Silva; BOTELHO FILHO, Flávio Borges. 2009. Análise econômica da terminação de gado de corte em confinamento dentro da dinâmica de uma propriedade agrícola. *Custos e @gronegócio on line*. V. 5, n. 3. pp. 132-152.

NOIRTIM, Célia Regina Ferrari F.; MOLINA, Sílvia Maria Guerra; CHAPELLE, Valerie B.; ELIE, Marie-Pierre. 2009. Proposta de mudança do status jurídico dos animais nas legislações do Brasil e da França. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n. 3, pp. 15-24.

NOSKE, Barbara. 1993: The Animal Question in Anthropology: A Commentary. *Society and Animals Journal*. 1(1): pp. 185-190.

NUNES, Ernesto Luís Marques. 2010. *Vegetarianismo além da dieta: ativismo vegano em São Paulo*. 129f. Dissertação - (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, C. B.; BORTOLI, E. C.; BARCELLOS, J. O. J. 2008. Diferenciação por qualidade da carne bovina: a ótica do bem-estar animal. *Ciência Rural*, Santa Maria, RS, v. 38, n. 7, pp. 2092-2096.

OSHIAI, Jogi H. 2012. Bem-estar animal: investir hoje para evitar perdas amanhã? *Revista Feed and Food*. Ano VI. Nº 60, Abril/2012. pp. 82-83.

P. SOUZA, Felipe. 2008. O mercado da carne bovina no Brasil. *Rev. Acad., Ciênc. Agrár. Ambient.*, Curitiba, v. 6, n. 3, pp. 427-434.

PAIXÃO, Rita Leal. 2005. É possível garantir bem-estar aos animais de produção? *Revista CFMV*. 36: pp. 66-73.

PÁLSSON, Gisli; SZERSZYNSKY, Bronislaw; SÖRLIN, Sverker et al. 2013. Reconceptualizing the 'Anthropos' in the Anthropocene: integrating the social sciences and humanities in global environmental change research. *Environmental Science & Policy*, 28.

PARANHOS DA COSTA, M.; SPIRONELLI, A. L. G.; QUINTILIANO, M. H. 2008. *Boas Práticas de Manejo: Embarque*. Jaboticabal: Funep.

PERROTA, Ana Paula. 2015. *Humanidade estendida: a construção dos animais como sujeitos de direitos*. 312f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PETERS, M.D.P.; BARBOSA SILVEIRA, I.D.; RODRIGUES, C.M. 2007. Interação humano e bovino de leite. *Arch. Zootec*. 56 (R): pp. 9-23.

PINTO, Luís Fernando Guedes. 2012. *A ética, a lógica, o tempo e a mudança*. IN: A busca pela sustentabilidade no campo: 10 anos de certificação agrícola no Brasil. IMAFLORA: Piracicaba/SP. pp. 11-15.

PIRES, Pedro Stoeckli. 2015. *Laços Brutos: vaqueiros e búfalos no baixo Araguaari – Amapá*. 362f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília, Brasília.

POLLAN, Michael. 2007. *O dilema do Onívoro*. Rio de Janeiro: Intrínseca.

PORCHER, Jocelyne. 2011a. *Vivre avec les animaux. Une utopie pour le XXI^e siècle*. Paris: La Découverte/Poche.

_____. 2011b. The relationship Between Workers and Animals in the Pork Industry: A Shared Suffering. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*. 24, nº 1, pp. 3-17.

_____. 2014. The work of animals: a challenge for social sciences. *Humanimalia: a journal of human/animal interface studies*. V. 6, N.1. pp. 1-9.

PULZ, Renato Silvano. 2013. *Ética e Bem-estar Animal*. Canoas: Ed. ULBRA.

QUADROS, Danilo Gusmão de. 2005. *Sistemas de Produção de Bovinos de Corte*. Apostila Técnica. Salvador: Universidade do Estado da Bahia.

QUINTILIANO, Murilo Henrique; PASCOA, Adriano Gomes; PARANHOS DA COSTA, Mateus, J.R. 2014. *Boas Práticas de Manejo: Curral Projeto e Construção*. Jaboticabal: FUNEP.

QUINTILIANO, Murilo Henrique; PARANHOS DA COSTA, Mateus, J.R. 2007. *Manejo Racional de Bovinos de Corte em Confinamentos: Produtividade e Bem-estar Animal*. Artigo publicado nos anais do IV SINEBOV, 2006, Seropédica, RJ.

REGAN, Tom. 2006. *Jaulas Vazias: Encarando o Desafio dos Direitos Animais*. Porto Alegre: Lugano.

ROCKSTRÖM, Johan; STEFFEN, Will; NOONE, Kevin; PERSSON, Asa et al. 2009. A safe operating space for humanity. *Nature*, 461: pp. 472-475.

ROSA, Marcelo. S. R; PARANHOS DA COSTA, Mateus. O reflexo da interação amigável entre humanos e bovinos no bem-estar da fazenda. Publicação do Grupo ETCO. Disponível em: http://www.grupoetco.org.br/arquivos_br/pdf/O%20REFLEXO%20DA%20INTERA%20C3%87%C3%83O%20AMIG%20C3%81VEL%20ENTRE%20HUMANOS%20E%20BOVINOS%20NO%20BEM-ESTAR%20NA%20FAZENDA.pdf. Último acesso em 04 de junho de 2016.

SABADIN, Catiana. 2006. *O comércio internacional de carne bovina brasileira e a indústria frigorífica exportadora*. 123f (Dissertação). Mestrado em Agronegócios. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Universidade de Brasília e Universidade Federal de Goiás.

SÁ, Guilherme. 2013. Afinal, você é um homem ou é um rato? *Campos* 14(1-2): pp. 243-259.

SACKS, Oliver. 2006 [1995] *Um antropólogo em Marte*. São Paulo: Companhia das Letras.

SALAZAR, Péricles. 2016. Presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos critica exibição de sacrifício de borrego na TV. Entrevista de Péricles Salazar concedida ao Jornal Zero Hora em 16 de março de 2016. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/noticia/2016/03/presidente-da-associação-brasileira-de-frigoríficos-critica-exibicao-de-sacrificio-de-borrego-na-tv-5112047.html>. Último acesso em 04 de junho de 2016.

SCHLOSSER, Eric. 2001. *País Fast Food*. São Paulo: Ática.

SILVA, Ana Gabriela Francisco da. 2013. *Uso da homeopatia para controle da sodomia em machos bovinos mestiços inteiros sob confinamento*. 32f. (Dissertação) Mestrado em Ciências Animais, Departamento de Ciências Animais. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

SILVA, Valquiria da; AMARAL, Ana Maria Pereira. 2004. Segurança Alimentar, Comércio Internacional e Segurança Sanitária. *Informações Econômicas*: SP, v.34, n.6. pp. 38-45.

SIMM, Bruno. S/d. Prazer da Carne 1. Disponível em: <http://aprocima.com.br/UPLarquivos/1302201321370212.pdf>. Último acesso em 04 de junho de 2016.

SINGER, Peter. *Libertação Animal*. 2004. Porto Alegre: Lugano

SINGER, Peter; PARK, Miyun. 2012. The Globalization of Animal Welfare. *Foreign Affairs*. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/print/1113070>. Último acesso em 04 de junho de 2016.

SMERALDI, Roberto; MAY, Peter H. 2008. *O reino do gado: uma nova fase na pecuarização brasileira*. Amigos da Terra – Amazônia Brasileira: São Paulo.

SORIA, Rafael Ferreira. 2005. *Características de carcaças bovinas obtidas por frigoríficos na região central do Brasil: um retrato espacial e temporal*. 60f (Dissertação). Mestrado em Agronomia. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba.

SORDI, Caetano. 2011. *O animal como próximo*. Caderno IHU Ideias. São Leopoldo: Unisinos.

SORDI, Caetano. 2013a. *De carcaças e máquinas de quatro estômagos*. Estudo de controvérsias sobre o consumo e a produção de carne no Brasil. 151f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. 2013b. *Os animais de produção, novos corpos-que-sofrem: morte, sofrimento e a profissionalização do bem-estar no contexto da pecuária de corte brasileira*. In: V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia (APA) - Antropologia em Contraponto, 2013, Vila Real (Portugal). Programa – V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia (APA) - Antropologia em Contraponto.

_____. 2015a. O que é um javaporco? Invasão biológica e feralização na campanha gaúcha. Trabalho apresentado na V Reunião Brasileira de Antropologia da Ciência e da Tecnologia. Porto Alegre.

_____. 2015b. Quem governa a invasão biológica? Um problema para a antropologia. *Novos Debates*, 2(1): pp. 270-276.

SORDI, Caetano; LEWGOY, Bernardo. 2013. O que pode um prion? O caso atípico de Vaca Louca no Brasil e seus desdobramentos. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 17, volume 24(1). pp. 125-143.

SPINKA, Marek. 2006. How important is natural behaviour in animal farming systems? *Applied Animal Behaviour Science*. 100: pp. 117-128.

SUCKLING, Kieran. 2014. *Against the Anthropocene*. Disponível em: <http://blog.uvm.edu/aivakhiv/2014/07/07/against-the-anthropocene/>. Último acesso em 04 de junho de 2016.

STENGERS, Isabelle. 2015. *No tempo das catástrofes*. São Paulo: Cosac Naify.

SVB. S/d. Impactos sobre o meio ambiente do uso de animais para alimentação. Sociedade Vegetariana Brasileira, Departamento de Meio Ambiente.

SVB. 2016. Nota da SVB sobre matança de filhote de ovelha pelo apresentador Rodrigo Hilbert no programa “Tempero de Família” (GNT). Disponível em: <https://www.facebook.com/SociedadeVegetarianaBrasileira/photos/a.297650146951187.6772.1.193030250746511/934270683289127/?type=3>. Último acesso em 04 de junho de 2016.

TAVARES, Bruno Raul Brandão. 2012. *O confinamento animal: aspectos éticos e jurídicos*. 112f. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

TEIXEIRA, R.S.C. & CARDOSO, W.M. 2011. Muda forçada na avicultura moderna. *Rev. Bras. Reprod. Anim.*, Belo Horizonte, 35(4): pp. 444-455.

THOMAS, Keith. 2010. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Companhia das Letras.

THORPE, William. 1965. Appendix III. The assessment of pain and distress in animals. IN: BRAMBELL, W.R. 1965. *Report of the Technical Committee to Enquire into the Welfare of Animals kept under Intensive Livestock Husbandry Systems*. Londres.

TOSCHI MACIEL, Carolina. 2009. *Bem-Estar Animal: desafios sociais de um termo em construção*. 137f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

TREVISAN, Eduardo. 2013. *Eduardo Trevisan: aceitação dos consumidores é muito boa, porém, falta carne certificada no mercado*. Entrevista concedida ao site BeefPoint. Disponível em: <http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/entrevistas/eduardo-trevisan-aceitacao-dos-consumidores-e-muito-boa-porem-falta-carne-certificada-no-mercado/>. Último acesso em 04 de junho de 2016.

VIALLES, Noëlie. 1987. *Le sang et la chair*. Paris: Ed. De la Maison des sciences de l'homme.

VILELA, Diego Breno Leal. 2013. *Ativismo vegano em Natal (RN): uma etnografia sobre mobilização política, alimentação ética, identidades*. 144f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

WEBSTER, John. 2005. *Animal Welfare: limping towards Eden*. Oxford: Blackwell Publishing.

WILKIE, Rohda. 2010. *Livestock/Deadstock: working with farm animals from birth to slaughter*. Philadelphia: Temple University Press.

WOLFE, Cary. 2009. *What is Posthumanism?* Minneapolis: University of Minnesota Press.

WSPA. 2007. *Pecuária Industrial: Parte do Problema da Pobreza*. Rio de Janeiro: WSPA.